



Senado Federal

SENADO ANO

Senador
ARTHUR VIRGÍLIO NETO

Brasília - 2003



SENADO FEDERAL
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NETO

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Senado Federal
1º ano – 2003

BRASÍLIA – 2003

SUMÁRIO

	Pág.
Pela Amazônia e pelo Brasil	7
Um ano de oposição vigilante e altiva.....	9
Os acordos para a desobstrução da pauta do Senado.....	22
A busca do entendimento pela ação da humildade e da renúncia	24
Violência no País: debate com o Ministro da Justiça no plenário do Senado.....	26
Uma análise dos ministros do Governo petista de Lula	30
A Oposição inicia sua caminhada para bem servir ao Brasil...	32
Em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias	34
A incompetência do Governo petista desperdiça 645 mil bolsas-escola.....	35
Métodos inadequados em vigor na Secretaria de Comunicação.	39
A reforma da Previdência, injunções do PT e o Senador Paulo Paim	41
Os projetos de reforma do Governo são pífios. A Oposição quer melhorá-los.....	45
Banco do Brasil, servidores competentes e dirigentes à altura	47
Os juros podem e precisam baixar ainda mais.....	49
O Brasil vive na era Lula dias de inquietação.....	54
Emprego em queda no Governo petista do Presidente Lula....	62

A escalada de factóides começa a causar cansaço à Nação.....	65
O brasileiro não paga imposto para o presidente ficar brincando no exterior.....	68
Carga que te quero carga, prega o PT, contra o povo, claro!...	78
Cenas de violência na Câmara. E contra o povo	80
Aproveitando espaços e tempos ociosos das escolas	83
A posição do PSDB a respeito das reformas	85
O presente do Governo petista de Lula: um Natal triste para os brasileiros	88
Agora, Lula admite que o Governo petista quase nada fez	91
Considerações em torno da emenda paralela da Previdência	100
Detonando a lavanderia. O êxito da CPI do Banestado	104
Antes que seja tarde é bom começar a governar	108
Denúncias de espionagem envolvem petistas	112
Governo Lula não aceita isentar aposentados de 70 anos	115
A cada R\$1,00 gasto com o Fome Zero, o Governo petista gasta mais R\$1,77	128
Atordado, o Governo amaldiçoa a calçada, por não conseguir andar em linha reta	130
Em favor dos anistiados	141
Aparelhamento gasta mais em propaganda do que em investimento	142
Aparelhamento no serviço público já produz efeitos desastrosos ..	146
Aqui e mundo afora, o grito de um Brasil adentro.....	149
Um jeito petista de nomear ministros no Governo Lula	152
A base governista não aceita críticas sem perceber que dá motivos ...	158
FHC: o interesse nacional e a realidade da globalização	163
Exemplo a ser seguido para o bem do Brasil.....	166
As prefeituras estão sem dinheiro para o 13º.....	168
As notícias negativas, o forte do Governo petista do Presidente Lula	171

Se não bastassem as atuais dificuldades, o Governo petista agora fala em aumentar impostos	178
Sem espezinhar os inativos.....	182
Quando os animais começam a ter fim	184
Cresce o desemprego, caem as vendas	186
Um animado resmungo que causa estragos	189
O Governo Lula adota critérios muito estranhos.....	194
Meditação na hora da reforma	200
A pressa passa longe do Governo	203
Uma CPI para investigar a tensão no campo.....	206
O Governo Lula muda mais que biruta de aeroporto.....	209
Os bons resultados da agricultura decorrem dos acertos de FHC .	214
Em tempos de bala perdida, um tiro no pé que resvala em todos nós	217
Um novo tipo de especulação	220
Agora o Governo petista do Presidente Lula já tem uma super- máquina de propaganda. A reforma tributária do Governo não é uma reforma estrutural	224
Desencontros no Governo viram rotina no primeiro escalão...	231
O PT em silêncio comprometedor no caso Flamarion.....	244
Em torno de denúncias de <i>Veja</i> sobre o Governo Lula.....	248
A reforma tributária do Governo não é uma reforma estrutu- ral.....	254
Lula revoga desapropriação e prejudica MG.....	265
Lula intervém ideologicamente na produção cultural.....	268
O Presidente Lula em seus desastrosos improvisos no exterior ..	273
O Presidente do PT foi infeliz no chiste contra Heloisa Helena	278
A facilidade com que Lula acha que pode ir levando o Governo ..	283
O Governo Lula vende ilusão e posterga crises e impopularidade	289
Interferência descabida no Poder Judiciário.....	294
Este é o Governo da Propaganda, o governo petista de Lula....	298

O Ministro Berzoini humilha os velhinhos de mais de 90 anos ..	303
Uma tentativa do PSDB em favor dos aposentados de mais de 75 anos.....	308
Os ziguezagues da política externa do Governo Lula.....	312
A diplomacia da rapadura na visão de Diogo Mainardi	315
A turnê de Lula pelas ditaduras	320
Coisas sérias viram brinquedinho de pique-esconde no Governo petista	324

PELA AMAZÔNIA E PELO BRASIL

Este exemplar reúne os pronunciamentos que proferi ao longo de meu primeiro mandato como senador da República, período em que procurei cumprir a honrosa delegação do povo do Amazonas e, simultaneamente, desempenhar as funções de líder do Partido da Social Democracia – PSDB.

As duas frentes são para mim de igual relevância.

Como representante do Amazonas, impunha-se, em minha atuação, a defesa intransigente da Amazônia, como dever de caráter regional e, acima de tudo, como missão imperativa a todos os brasileiros. A Amazônia é muito mais do que a maior região do nosso território. É área estratégica, da qual depende o desenvolvimento futuro do Brasil.

Com essa angulação, propus, logo neste primeiro ano da legislatura, e o Senado da República acatou, a criação, na estrutura desta que é a Casa representativa dos estados, de um órgão inteiramente dedicado a estudos amazônicos, inclusive sob o prisma estratégico e de defesa: a Subcomissão Permanente da Amazônia.

A atuação que tive a honra de levar avante em prol da Amazônia está resumida em outra publicação, igualmente editada ao cabo de meu primeiro ano como senador da Amazônia, título de que me orgulho.

Como líder oposicionista, a tarefa que se me impôs é árdua, mas necessária. Diria mesmo, vital. Ao País. O que assistimos foi o esvaír de todo o primeiro ano do novo Governo, implantado em 1º de janeiro, sem qualquer resultado em favor dos 179 milhões de brasileiros. Nem mesmo qualquer vislumbre favorável a essa população.

Com a bancada que tenho a honra de liderar, a presença oposicionista no Senado foi de alerta, para conter, em balizamento democrático e respeitoso, mas permanentemente altivo, opondo vetos à excitação e ao arrebatamento que extasiaram a nova equipe governamental, que se revelou desprovida de programas, bem como a sua base parlamentar, não menos afoita e que ainda atua sob arroubamento. Uma e outra se imaginaram detentoras de todos os poderes e que, como tal, poderiam agir acima do bem e do mal.

Brasília, dezembro de 2003.

Senador *Arthur Virgílio Neto*
Líder do PSDB

UM ANO DE OPOSIÇÃO
VIGILANTE
E ALTIVA

ANÁLISE DOS PRIMEIROS 12 MESES DO GOVERNO LULA

Ao longo dos primeiros doze meses do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nossa atuação como líder oposicionista e em nome da bancada do PSDB, exercitamos severa, justa, elevada e respeitosa vigilância, com avaliação, dia a dia, do desempenho do Governo.

A breve análise da administração petista, a que se seguirá, no próximo ano legislativo, o segundo do mandato do Presidente da República, pronunciamento mais amplo consistiu o tema do discurso que proferi no plenário do Senado no encerramento das atividades desta Casa do Parlamento.

Pelo seu caráter de análise e, de certa forma, corolário de todos os demais pronunciamentos, no período de fevereiro a dezembro de 2003, é o discurso que abre esta separata, da qual constam, em ordem cronológica, todos os outros do mesmo ano.

As palavras finais a que me refiro encerram dois discursos, proferidos na sessão plenária do dia 17 de dezembro de 2003.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço hoje uma espécie de balanço deste primeiro ano de Governo Lula e deste ano das oposições brasileiras. Falando brevemente sobre o trabalho das oposições, digo que oferecemos uma qualidade de oposição diferente de tudo o que se havia praticado antes no País: nada desestabilizador. Nossos votos serviram para que o Governo completasse algumas de suas boas intenções e percebemos que era possível mostrar ao povo a idéia da combatividade sem que a ela se acoplasse a idéia do boicote, a idéia da

conspiração, a idéia do desrespeito à democracia, que se expressou na vitória eleitoral bonita do Presidente Lula em 2002.

Falando sobre o Governo, digo que é de se registrar, e em tom elogioso, o fato de ter sabido trabalhar a questão da credibilidade internacional, continuando e aprofundando as políticas macroeconômicas que recebeu. A discussão que havia aqui nesta Casa e na outra Casa do Congresso, quanto a Fernando Henrique ter perdido a confiança dos mercados, no final do seu Governo, é desmentível pela própria evidência dos fatos. Passam sete anos e meio sem despertar desconfiança em quem quer que seja; nos últimos seis meses, o País vira de pernas para o ar. E, coincidentemente, os últimos seis meses se marcavam pela consolidação eleitoral da candidatura Lula, esta sim ligada a idéias esquisitas, do tipo "plebiscito para a Alca", "plebiscito para se pagar ou não pagar a dívida externa", "apenas 10% da receita líquida da União para amortização e demais serviços da dívida".

Essas idéias esdrúxulas e esquisitas significaram, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que o PSDB chama de risco Lula e risco PT. Esse risco PT e esse risco Lula foram, de maneira muito hábil e competente, desmentidos pelas políticas macroeconômicas que continuavam o que haviam recebido e trabalhavam com muito acerto a idéia do ajuste fiscal.

Eu não faço coro com os que acham que se deve deixar de trabalhar o superávit. Eu não faço coro com os que acham que se deve reestruturar a dívida unilateralmente. Eu não faço coro com quem imagina que regras do jogo devem ser torcidas; as regras do jogo devem ser mantidas e o Brasil tem de procurar construir a credibilidade que ultrapasse todos os governos. Não importa quem esteja no Governo, o Brasil tem de ser um país acreditado lá fora e não visto como uma realidade cucaracha, uma realidade de segundo nível, uma realidade de segundo time. Mas faço críticas à política macroeconômica dessa figura pública admirável que é o Ministro Palocci, acompanhado que está desse notável economista que é o Professor Marcos Lisboa.

Por que demorou a começar a baixar juros e por que o fez em intensidade inferior à que seria possível e a que era exigida pelo momento? O Presidente Lula e a sua equipe econômica diminuíram um crescimento positivo de 2% para alguma coisa perto de zero este ano. E, mais ainda, impuseram uma queda na renda das famílias

brasileiras que pode ser responsável por uma retração econômica; não em 2004, quando temos, para usar o jargão da economia, um crescimento econômico que é de reposição cíclica contratado em 2004. Sei disso. Três, três e meio, talvez mais, talvez quatro e meio por cento em relação à base pífia de hoje. Mas podem ter complicado crescimento econômico em 2005 e 2006. Podem ter imposto já, a partir de agora, dificuldades talvez incontornáveis para 2005 e 2006, porque erraram na intensidade, porque erram na dosagem. Eu que não digo que eles tenham errado no diagnóstico, nem que tenham errado no remédio. Mas vejo claramente que o risco se transferiu da macroeconomia, aos poucos, para a microeconomia.

Ainda ontem, falava aqui da medida provisória da energia e dizia que, sem dúvida alguma, ali estava o instrumento para afugentar investidores, não para atraí-los. Ali estava um instrumento para espantar os que porventura estivessem cogitando de reproduzir o seu capital no País, não para consolidá-los ou para fazê-los se multiplicar.

Ao mesmo tempo, se o risco sai do macroeconômico para o microeconômico, o risco sai, também, por um outro item, que virou item de política econômica – e tem de ser assim mesmo na globalização –, que é o risco embutido na política externa do Presidente Lula. Engraçado é que, hoje, a pesquisa do Ibope/CNI aponta nova queda do Governo – isto era esperado. O Governo acabou o ano bem abaixo dos índices de aprovação do Presidente Fernando Henrique em 1995. É bom ter cautela e humildade, junto com caldo de galinha, não fazem mal a ninguém. Mas o Presidente Lula desenvolve uma política externa que, a meu ver, também afugenta investidores. Se uma pesquisa é feita, vemos o Presidente cadente; o Presidente, não, o Governo dele. Ainda não se comunicou para o Presidente a impopularidade que é crescente no Governo.

Mas a política externa do Presidente Lula é aprovada pelo povo. O povo gosta dessa da idéia da independência, da idéia da autodeterminação, da idéia da linguagem altiva, e não está compreendendo que existe uma diferença muito grande entre altivez e serenidade e uma certa bazófia, uma certa bravata, a inutilidade dessas viagens tipo Caravana Holiday – caravana de terceiro mundo mesmo –, 250 pessoas para negociar nada com ninguém, em lugar nenhum, naqueles seis países que, juntos, não representam 3% as exportações brasileiras. Não foram à Arábia Saudita, não foram a

Israel, ainda não foram à China; já deveriam ter ido, se querem descobrir um mercado efetivamente forte.

Ou a todos os lugares, onde haja dichote que atinja o Presidente americano, em todo lugar algo que mostre que, se o Presidente da República tivesse reconhecida, no exterior, a importância que ele próprio se atribui aqui, já teria havido, talvez, uma colisão entre ele e o Presidente Bush. É porque o Brasil tem um peso menor do que o peso que o Presidente Lula pensa que tem. Quando ele fala essas coisas, vamos à internet e não encontramos notícia alguma. Percebemos, então, Senador Eduardo Azevedo, que a bravata é aqui. E, graças a Deus, tem ficado por aqui mesmo. É uma coisa meio sucupira, essa é a verdade. Não podemos fazer política externa à base de sucupira. Não podemos. Temos de jogar com realismo.

Volto a dizer o que já disse desta tribuna. Alguém pergunta assim: Arthur, se você fosse americano, votaria no Presidente Bush? Eu diria: não, eu não votaria no Presidente Bush. Agora, pergunta-me também assim: Arthur, se por ventura você fosse Presidente da República, você manifestaria isso, esse seu sentimento. Eu diria: não, eu seria responsável na minha relação com uma superpotência da qual o Brasil tem dependido para resolver seus problemas básicos, inclusive de caixa, toda a vez. Inclusive agora, o Governo Lula, no último acordo com o FMI, mais uma vez. Aí, diria, uma pessoa apressada, ou um desses esquerdistas de bar: "O Senador Arthur Virgílio então não quer o Brasil zeloso da sua soberania, não zela pela soberania nacional". Eu digo: não sei se zelo menos do que quem, porventura, fale algo que não pode ser, na verdade, posto em prática. Não sei se, na verdade, a sensatez não é o melhor caminho para sabermos lidar com um mundo difícil, um mundo marcado pela unipolarização, pela existência de uma única superpotência, a qual está fortemente ligada à economia brasileira e que está também fortemente ligada à política deste País.

Portanto, proponho que o Presidente não faça estudantadas em matéria de política externa. Que o Presidente afirme a soberania nacional debatendo duramente os pontos da Alca, mas não imagine que sem ele a Alca morre, ou que sem ele os Estados Unidos soçobram, ou que o Brasil tem o peso da Índia, porque tem um peso menor, ou que o Brasil tem o peso da China e tem um peso muito menor, ou que o Brasil tenha o peso da Rússia, com suas ogivas nucleares, e o Brasil tem um peso muito menor. É preciso, então,

que alguém belisque Sua Excelência e diga: "Presidente, acorde, não complique a economia do final do seu Governo com a bazófia, com a estudantada, com a festividade que pode até anestesiá certos setores da opinião pública, mas que redundarão em menos empregos, em menos investimentos, em menos possibilidades efetivas de crescimento econômico sustentado".

Faço esse balanço dizendo que o Presidente, que teve o mérito de não deixar o País explodir – já reconheci isso muitas vezes e reconheço de novo –, teve o demérito de não fazer o Governo funcionar. O seu Governo não funciona. O Presidente agora teve um gesto cristão: dispensou os ministros de fazer uma reunião pública, Senador Jefferson Péres, o que seria, na verdade, uma humilhação para muitos ministros; chegar para alguns da área social e perguntar o que eles fizeram; teriam de mostrar uma página em branco para o Presidente, porque nada fizeram ao longo deste ano inicial do Governo Lula.

O Governo pecou, Senador Demóstenes, na equação administrativa que não resolveu. O Governo peca na estudantada da política externa. O Governo peca na cegueira e na falta de lucidez da política microeconômica, por exemplo, em relação às agências reguladoras. E o Governo peca até onde acerta – concordo com o diagnóstico, concordo com a terapia –, mas peca por ter começado tarde o descer dos juros e por ter começado o descer dos juros em intensidade menor do que aquela que era permitida.

Antes de ceder o aparte a quem me solicita, Senadores Eduardo Azeredo, Eduardo Siqueira Campos, Antero Paes de Barros e Demóstenes Torres, quero dizer que o Governo hoje tem uma outra oportunidade. Dizem que o Governo, conservadoramente, baixaria 1% da Selic, no Copom de hoje. Continuará com juros reais quatro vezes acima da média dos emergentes, nada para ninguém se gabar. É bom que alguém fique explicando essas coisas para o Presidente, de maneira bem didática – alguém tem de ter essa lealdade com ele.

Dizem que poderia baixar 1,5; terminaria o ano com 16%. A minha sugestão é que baixe 2,5, que termine o ano com 15%, com juros reais de um dígito ainda muito alto, ainda impróprios para o crescimento econômico, mas era hora de alguma ousadia. Eu preferia que baixasse 2,5 agora e que até, em princípio, não baixasse nada em janeiro, para ver qual a reação do mercado a esses 2.5, esses,

sim, mais ousados, que estimulariam a idéia de um crescimento econômico mais consistente em 2004.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, nosso líder, quero cumprimentá-lo, mais uma vez, por suas palavras. Há pouco, estava fazendo um aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos, que falava da necessidade de um orçamento que faça investimentos na infra-estrutura. Quero repetir o que disse: não é possível que o Governo continue não investindo e não deixando que ninguém invista; ou seja, ele não faz a sua parte e também não solta os editais para que possamos ter uma participação privada na busca da recomposição da nossa malha rodoviária, nas hidrovias, nas ferrovias. Estamos terminando 12 meses de acertos na área econômica, e poderia ser mais arrojado, mas foi conservador em excesso e com isso o País não cresceu. Mas o Governo conseguiu sucesso segurando a inflação que ameaçava voltar. Mas os resultados administrativos são muito poucos. A área de infra-estrutura mostra um resultado quase próximo do zero, para não dizer zero, e temos um outro assunto, que é a questão da medida provisória do setor elétrico. Já estou preparando – eu que sou modesto para fazer emendas –, vou ter de entrar com mais de 10 emendas, tamanha a necessidade de consertos na medida provisória.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Cada emenda de V. Ex^a vale por 100.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Muito obrigado. Vou ter de sair do meu comedimento de fazer duas ou três emendas no máximo para poder corrigir uma medida provisória que vem cheia de falhas. Meu caro líder, meus cumprimentos, e vamos entrar no próximo ano cobrando com a moral de quem colaborou com o Governo neste ano. Somos oposição responsável que ajudou a aprovar a reforma previdenciária, tributária e o Orçamento. No segundo ano de Governo nós já teremos as condições. Está na hora de o Governo mostrar serviço.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado. Concederei os apartes todos e responderei todos ao final do tempo.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Serei rápido, Senador Arthur Virgílio. Embora saiba bem o eleitor amazonense que o trouxe para cá e os seus pares, mas talvez muitos não saibam que falar de diplomacia com a autoridade que tem V. Ex^a são poucos, até porque V. Ex^a é de carreira diplomática, pertence aos quadros da diplomacia brasileira, tem formação na área, conhece o assunto, fala com autoridade. Eu quero destacar, nobre Líder Arthur Virgílio, dois pontos que me preocuparam profundamente: em primeiro lugar, quando o Presidente Lula esteve em Cuba já houve um desconforto internacional com relação aos direitos humanos, porque o encontro foi fechado e, na hora de dizer ao Presidente Fidel Castro o que ele precisava ouvir, não houve uma repercussão, uma vez que aquilo ficou velado no encontro e apenas se transmitiu à opinião pública que o Presidente tocou nesse assunto. É um assunto de economia interna. Daí para um Muammar Kadafi*, a coisa para mim se agrava muito. Visitar o Oriente Médio e não visitar Israel e Arábia Saudita é vir à América do Sul, ao Mercosul, e não vir ao Brasil e à Argentina. E aí fica a conotação apenas daquela foto, que considero um dos momentos mais infelizes das visitas internacionais do nosso Presidente, por quem tenho um profundo respeito, pela sua luta e pela sua história, a foto com Muammar Kadafi, que nada menos está pagando por atentados assumidos contra vidas inocentes mundo afora. Portanto, me preocupa profundamente. Não é preciso excluir Israel, dizer que é a favor de um estado palestino, como todos nós somos, mas cutucar, como bem disse V. Ex^a, a onça com vara curta numa visita provocativa neste confronto diplomático dispensável, nesta parte, no meu entendimento, que é discordar dos americanos, dos Estados Unidos da América, é importante para o País na sua afirmação em diversos pontos, mas não precisamos nessa visita, com esses atos e com esses gestos, colocar em risco todo o interesse nacional, que está muito acima dessas atitudes, a meu ver, no mínimo, mal pensadas. Parabéns a V. Ex^a, que dá uma grande contribuição ao debate com esse nível elevado de sempre.

O Sr. Antero Paes de Barros (PFL – BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, não vou tomar muito tempo de V. Ex^a Quero apenas reafirmar o seguinte: nós já impedimos um retrocesso maior. Este Governo era para ter feito um retrocesso maior. Nós impedimos, com a mobilização do Parlamento, com a Frente Parlamentar da Saúde, que tivéssemos o pior dos retrocessos na área da saúde. O mentor religioso do Palácio do Planalto, Frei Beto, chegou a sugerir que fossem retirados recursos da Aids para, depois, na viagem do Presidente Lula à África, ficar constatado que o Brasil era um exemplo mundial no programa da Aids, e aí era uma coisa pequena, porque ninguém desconhecia os elogios à política do Brasil sobre o programa da Aids, mas era uma coisa pequena porque era uma política do Governo do PSDB e porque falar talvez em programa de Aids lembrasse do atual Presidente do PSDB. Na área da educação, quero aqui fazer uma justiça: talvez o País tenha alguém para empatar – Paulo Renato empata com Cristovam Buarque –, talvez o Brasil não tenha ninguém mais credenciado para estar no Ministério da Educação, mas a educação não é prioridade desse Governo. Não é à toa que o Ministro Cristovam Buarque tem pedido para que os estudantes pintem a cara e defendam a educação brasileira. E eu quero dizer que também reconheço que o PT conseguiu vencer o dilema. Qual era a grande necessidade do PT? O PT, que sempre foi irresponsável na oposição, tinha de provar que era responsável no Governo, e aí conseguiu vencer esse dilema, mas para isso ele teve de ser e exercitar uma política econômica que levou o País à recessão e que está levando o País ao desemprego. A medida foi incorreta, a dose foi incorreta. A responsabilidade, reconheço, existiu, não há como não reconhecer a importância do Ministro Palocci, da equipe econômica. Mas não há também como deixar de reconhecer que 4,25% é muito mais do que o FMI pediu, ou seja, o Governo Lula, ele resolveu se transformar no porta-voz do Fundo Monetário Internacional. Parabéns a V. Ex^a.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Arthur Virgílio,

V. Ex^a faz um pronunciamento absolutamente correto. Hoje, pela manhã, eu falava a respeito, é muito preocupante essa tendência à ditadura que tem o Governo do PT. E fazia uma correlação entre as visitas a Cuba, a Damasco e à Líbia. Dizia eu que entendia agora porque há, efetivamente, uma propulsão do PT, a expulsar aqueles que discordam de todas as suas opiniões; fazia a correlação com a situação da Senadora Heloísa Helena. De sorte que acho que mais do que um caixeiro viajante, como tem se intitulado o Presidente Lula, apesar de ter estampa, na realidade ele é um mercador de ilusões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem! Sr. Presidente, concluo com uma frase de agradecimentos e resposta a cada parteante.

Senador Demóstenes, brilhante representante de Goiás, eu concordo completamente em relação a sua posição a respeito desta viagem, em relação à política externa do Presidente. A viagem não tinha nenhum sentido. Aliás, o Presidente tem tomado atitudes sem nenhum sentido.

Fico impressionado como até aquela coisa aparentemente compacta, que é a diplomacia do Itamaraty, tem sucumbido diante da visão canhestra, terceiro-mundista, que este Governo demonstra, ao tratar de uma questão tão delicada.

Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a tem toda a razão quanto ao medíocre 17% de taxa de investimentos, 18%. O Brasil não pode crescer mesmo mais do que dois e pouco ou três por cento ao ano, sem despertar a ira da inflação outra vez. Temos, na verdade, de resolver a equação administrativa, a equação microeconômica e a equação da política externa, para que o Brasil possa efetivamente pensar em alavancar seus investimentos.

Senador Eduardo Siqueira Campos, meu Presidente, agradeço suas palavras sempre fraternas. O Presidente Lula, se ele perdeu a chance de ter dito a Fidel Castro, aproveitando até a amizade pessoal, da sua discordância com a política de direitos humanos de Cuba, ele agora perdeu de vez. Fidel Castro vai responder para ele: Vocês fuzilaram a Heloísa. Você não reclame do meu fuzilamento, eu não reclamo do teu, e fica um acordo em que cada um fuzila quem pode.

Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a fala do Ministro Cristovam, e outro dia ele esteve aqui; no exercício desta liderança,

intercedi daqui da tribuna. O Ministro Cristovam dizia: O Ministro Palocci não me recebe. Eu disse: Será possível que agora tem ministro de primeira e ministro de segunda classe? E que o da Educação é de segunda classe? Eu disse: Olha, Ministro, receba o Ministro Cristovam, vamos ver se o senhor percebe que a educação é outro item de política econômica fundamental, além de ser um item de política social. E quando o Ministro – quem sabe é uma premonição –, Senador Antero Paes de Barros, quando vejo o Frei Beto dizendo que dava para tirar dinheiro da Aids porque, enfim, era privilegiar os menos privilegiados e, em outras palavras, deixar que houvesse uma certa democracia na morte pela Aids, os que fossem portadores desse mal, só posso dizer que o Frei Beto neste momento pecou. Pecou por falta de solidariedade – já que falta de lucidez não é pecado –, pecou por falta de sentimento cristão, ele não é dono do sentimento cristão, imaginando que, do alto da sua autoritária presença, pode dizer quem deve ou não morrer – Fulano de Tal vai morrer de Aids, Fulano de Tal vai morrer de fome. De quem depende isso tudo? Do Frei Beto. A gente percebe o viés autoritário que perpassa este Governo.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância. Essa foi uma forma legítima sempre, mas bem intencionada de se fazer uma avaliação pelo ângulo da Oposição, por intermédio da liderança do PSDB, do primeiro ano do Governo Lula. Registrei acertos e registrei, sobretudo, o acerto por não ter o Presidente permitido que o País explodisse, ao assumir e aprofundar políticas macroeconômicas que vigiam no País. Mostrei os erros microeconômicos, mostrei os erros administrativos. Nem falei ainda dos desvios éticos, que precisam ser olhados no novo ano com toda a atenção pelo Presidente, para que ele não deixe maus exemplos germinarem no seu Governo.

Encerro desejando duas coisas ao Presidente Lula: que ele tenha, ao mesmo tempo, um Natal feliz, de paz, com sua família, com seus amigos verdadeiros. Que tenha um ano-novo de muita disposição de luta. Que, no ano-novo, depois de ter recebido do Congresso os instrumentos que tem recebido, que ele faça o que acaba de recomendar o Senador Eduardo Azeredo: que simplesmente, moderando o seu falar e amadurecendo a sua postura na cadeira presidencial, pura e simplesmente, falando menos, de preferência, e falando com mais juízo, de preferência também,

passa a cumprir imediatamente as promessas de campanha, a começar pelo resgate de dez milhões de empregos – há agora mais um milhão de novos desempregados –, que demandaria – quem sabe – um crescimento nos próximos três anos de 7,7%, talvez, ao ano em cada um desses três anos, para que essa palavra não virasse letra morta e para que o Presidente não tivesse vitimada a sua credibilidade.

Portanto, Sr. Presidente, pelo ângulo da Oposição, é com boa-fé que o áulico faça aulicismo, que o defensor leal do Presidente o defenda com lealdade e que a Oposição, leal e construtiva, como tem sido a nossa, aponte equívocos de maneira franca e sincera. Haveria uma inversão de papéis se o meu não fosse esse e esse é o meu; essa é a minha forma de colaborar com o Governo. Cada um colabora como quer. Se o áulico atrapalha e se o defensor leal defende, o opositor sincero e honesto faz da sua palavra algo a serviço do Governo.

Se o Presidente estiver disposto a ouvir também a voz plural, que é a soma da voz singular do Governo com a voz singular das oposições, que o Presidente seja muito feliz no âmbito pessoal e que o Presidente seja capaz – se Deus quiser – de ter efetivo êxito no seu Governo, cumprindo as promessas e realizando o sonho de felicidade social do povo que com tão boa-fé votou nele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é bom que fechemos o ano como começamos: com um debate altaneiro e franco entre Governo e Oposição nesta Casa.

O Líder Aloizio Mercadante vai à tribuna, no legítimo direito de defender o Governo de críticas feitas pelo Líder de um dos partidos de oposição. Mas comete S. Ex^a equívocos conceituais, quando fala da soberania da política externa de hoje, que reputo ineficaz e contraproducente do ponto de vista econômico. Ele se esquece de Roberto de Pompeu de Toledo*, brilhante jornalista brasileiro, para quem é tão submissa a atitude de quem não faz uma viagem com medo dos Estados Unidos, quanto a atitude, também colonizada, daquele que faz uma viagem ineficaz só para mostrar que, supostamente, não teria medo dos Estados Unidos.

E aí eu concordo com o Líder, não na dosagem, talvez não na exegese. Diz o Líder que é preciso que o Brasil trabalhe de acordo

com o seu tamanho. E é precisamente essa uma das críticas que faço à política externa do Presidente Lula: ela superestima o Brasil, ela imagina um peso político não correspondente ao peso político verdadeiro deste País. Ela pensa que o Brasil é Rússia, é Índia ou China, e o Brasil não é Rússia, não é Índia, não é China. Não é Equador, não é Bahain, mas não é Índia, não é China, não é Rússia. É bom que o Presidente comece a pisar o chão duro da realidade e abandone a leveza etérea da fantasia.

Trocar princípios por produtos. Eu não peço que o Presidente troque princípios, seu Governo já tem trocado princípios demasiadamente. Agora, que produtos? Não foi visitar precisamente os dois estados mais ricos e mais prósperos do Oriente Médio: Arábia Saudita e Israel. E existe uma frase antológica do Presidente. Ele diz assim: "Israel deve abandonar Golan imediatamente". Consta, Senadora Heloísa Helena, Senador Jefferson Péres, que, até hoje, o Primeiro-Ministro israelense não dorme, com medo da ameaça feita pelo Presidente Lula.

Diz o Senador Mercadante: "Recorde em exportações". Convido S. Ex^a a anualizar qualquer mês, do meio do ano passado para este, para vermos qual é o resultado, envolvendo, portanto, a participação nisso do Governo passado. E mais ainda: esse recorde, é bom que se diga, foi batido também porque há uma brutal compressão sobre a capacidade de consumo do brasileiro.

Diz o Senador Aloizio Mercadante: "Risco abaixo de 500". Risco abaixo de 500 foi rotina no Governo do Presidente Fernando Henrique, que chegou a ter 329, em determinado ano, de um dos seus oito anos de Governo.

Isso é muito pouco. O Brasil tem quase 50% a mais da média do risco dos países emergentes, ou seja, não dá para fazer mais esse joguinho estatístico, nem para taparmos o sol com a peneira.

Mercado árabe: o Presidente passa nove dias, numa hora crucial para o País, não visita os mercados mais afluentes do mundo árabe e faz uma espécie de turnê em que, entre outras coisas, constava o agradecimento – não sei a que título – ao ditador sanguinário Muammar Khadafi*, da Líbia.

Fala o Governo em altivez, e já ouvi mais de mil vezes que o Presidente Bush telefonou para o Presidente Lula, o que é uma rotina de chefe de Estado. Quando se olha este fato com olhar provinciano, parece assim: "Puxa, estão vendo a importância do homem? Bush telefonou para ele".

E aí o Senador Aloizio Mercadante – esse, talvez, é o reparo que faço com mais ênfase a sua fala – comparou o segundo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu final, no final do primeiro ano do segundo Governo, com o primeiro ano deste Governo do Presidente Lula. S. Ex^a diz: “Quinze por cento de ‘bom’ e ‘ótimo’, vamos lembrar, ao fim daquela brutal crise cambial de 1999 – foi até uma marca muito boa. Mas a verdade é que, ao fim do primeiro ano do primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Sua Excelência tinha uma aceitação bem superior – 44% – a essa que qualquer instituto registra para o Presidente Lula.

E mais ainda: desejo, de novo, Boas-Festas ao Líder Aloizio Mercadante, Boas-Festas ao Partido dos Trabalhadores, Boas-Festas ao Presidente Lula e muita energia no Ano-Novo, para que possam começar a realizar os sonhos e as promessas que fizeram para o povo brasileiro. E digo: do jeito que as coisas estão indo, não sei se vamos poder comparar o final do primeiro ano do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique com algo parecido do Presidente Lula, porque ou ele resolve a equação administrativa, ou ficará nos seus quatro anos e dificilmente obterá a reeleição, com tantas promessas quebradas e com tanta ineficiência à vista de todos nós.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

OS ACORDOS PARA A DESOBSTRUÇÃO DA PAUTA DO SENADO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pauta estava trancada e, tecnicamente, continua, por falta de acordo de liderança.

Consultei o Líder Renan Calheiros, que me disse que não participou de nenhum acordo que levasse à desobstrução da pauta. Consultei o Líder José Agripino Maia, e ele me disse que tampouco tal procedimento ocorreu. Como líder do PSDB, não participei, nem qualquer vice-líder da minha bancada, de nenhum acordo para desobstruir a pauta.

Apesar da falta de entendimento e, com toda certeza, da falta de atenção – no sentido de prestar atenção, não de falta de cordialidade ou de respeito, por parte do Presidente José Sarney –, aqui se votaram duas matérias.

Quero ser justo, Sr. Presidente, e isento o Líder Aloizio Mercadante, porque S. Ex^a esteve esse tempo todo na Comissão de Ética conosco. Imagino que também S. Ex^a se sentiu surpreendido com essa obstrução, até porque me dera a informação de que a pauta estava trancada e de que tínhamos todo o tempo para discutir a questão em voga no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa.

Reafirmo minha confiança no discernimento, na seriedade e, sobretudo, no respeito do Presidente da Casa, Senador José Sarney, para com seus colegas. Tive a honra de servi-lo como vice-líder do seu Governo, quando, presidente da República, fazia aquele belo trabalho de reconstitucionalização do País.

O fato – e esta é a reclamação que faço – é que o PSDB e, pelo que soube, os demais partidos não participaram de nenhum acordo para desobstruir a pauta. Considero isso um desrespeito que, com toda certeza, não haverá de se repetir.

O PSDB nada tem contra facilitar as votações nesta Casa. O partido quer votar, porém não admite que alguém o desrespeite. O PSDB exige respeito.

Não houve acordo. A bancada do PSDB não foi consultada e seu Líder não foi ouvido. Quero creditar isso à conta de um brutal mal-entendido, em que, com boa-fé de todos os lados, aconteceu algo que não poderá se repetir, Sr. Presidente, sob pena de as relações nesta Casa se atritarem, sob pena de descaminhos tomarem lugar de caminhos e sob pena de imaginarmos que seria preciso usar de mais energia para se fazer valer um ponto de vista, que deve ser, sobretudo, respeitado pelo consenso democrático.

Essa é a reclamação que faço à Mesa.

Sr. Presidente, agradeço a deferência que teve para com este Senador.

Finalizando, volto a dizer que, com certeza, foi um brutal mal-entendido: o Senador José Sarney não pode ter feito isso, a não ser por um brutal mal-entendido. Isento o Líder do Governo, Senado Aloizio Mercadante, que esteve comigo esse tempo todo. Ainda assim, aconteceu o fato com a inocência de um e a boa-fé de outro.

Sr. Presidente, volto a repetir: espero que esse incidente não se repita, tenho certeza absoluta de que ele não se repetirá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

4-5-2003

A BUSCA DO ENTENDIMENTO PELA AÇÃO DA HUMILDADE E DA RENÚNCIA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo haverá de ser testemunha do esforço que, em geral, as lideranças de vários quadrantes ideológicos têm feito para desobstruir a pauta. Até o momento, isso não foi possível, por razões bem práticas, bem objetivas – nenhuma razão subjetiva –, todas, bem objetivas e bem práticas.

No momento em que as matérias forem à votação, sem terem a nossa anuência, vamos usar dos instrumentos democráticos e regimentais, todos, que passam pela perspectiva ou possibilidade da obstrução. O Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, fala em “bateção de cabeça”. Então, vou usar o neologismo: passa pela “bateção de voto”, tudo isso. Mas louvo a iniciativa de V. Ex^a, porque visa a tornar mais prático o trabalho. Na forma, está completamente perfeito.

Quero me reportar a uma questão de fundo. E é bom, porque a cada dia haverá de ser uma lição de amadurecimento para pessoas que, no exercício do poder, haverão de entender a necessidade absoluta de serem amadurecidas.

Como então líder do Governo Fernando Henrique, e faltava um ano e meio para completar aquele mandato, eu dizia: “Daqui a pouco vem um governo por quatro ou por oito anos; pode ser alguém do meu partido, pode ser alguém do Partido dos Trabalhadores ou de um outro partido qualquer. Este alguém será muito mais prejudicado nos seus quatro anos do que o Presidente Fernando Henrique neste um ano e meio que lhe falta”.

Considero extremamente difícil de se trabalhar a atividade legislativa, para valer, com esse regime de medidas provisórias que

aí está. Muito difícil. Na época, parecia que o democrático, que o legítimo, que o ético, que o justo, que o bonito, que o mais do que o bonito, que o maravilhoso era se tirar, supostamente, poderes do Executivo, transferindo-os para o Congresso. Nada mais democrático do que passar para os representantes do povo poderes que estariam enfiados em uma mão supostamente ditatorial, como se não tivesse essa mão sido eleita pelo voto popular também. Estamos vendo, na prática, como é complicado.

Não me lembro dos meus discursos. Eu os considero, com certeza – e aqui não vai falsa modéstia – insignificantes mesmos. Lembro-me deste. Este discurso, sim! E até vou mandá-lo para várias pessoas que, hoje, têm responsabilidade de mando nesta Casa. Eu pensava mais no futuro e menos naquele Governo.

De qualquer maneira, nós estamos lutando – acredite V. Ex^a e acredite a Casa – de maneira incessante para chegarmos a um acordo e facilitar o processo de votação. Este acontecerá como no destino: no momento em que for possível, em que for razoável, em que houver acordo, vamos, com certeza, ajudar a V. Ex^a a cumprir com o nosso dever de votar, desobstruindo a pauta. Mas – repito –, na hora do destino, na hora possível, na hora em que os acordos aconteçam, na hora em que, pela ação da humildade, da competência, pela ação da renúncia, do entendimento, possamos chegar à verdade chinesa, que não é a minha e nem a dele, mas é a verdade média, que puxa um pouco da melhor verdade de cada um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

9-4-2003

VIOLÊNCIA NO PAÍS:
DEBATE
COM O MINISTRO DA JUSTIÇA
NO PLENÁRIO DO SENADO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Ministro, este Senador pelo Amazonas se inclui entre os milhares de admiradores que V. Ex^a tem pelo Brasil afora. Concordo com o diagnóstico de que, de fato, o Governo passado não pagava salários mínimos mais justos, porque um grupo empedernido de cristãos novos, que hoje vêm todas as virtudes no que seria uma panacéia, a reforma da Previdência, militava de maneira brutal contra ela, causando um prejuízo daquela época para cá por baixo nunca inferior a R\$130 bilhões.

Sr. Ministro, o Dr. Marcelo Itagiba está sendo substituído da superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro por deficiência profissional, técnica ou por critérios políticos? Por que não se federalizar crimes como tráfico de drogas, tráfico de armas e outros do gênero? Como anda o programa de presídios federais? Sobre a Lei de Execuções Penais, por que não alterá-la no tocante ao cumprimento da pena fora do estado de domicílio dos criminosos? Por que não alterá-la no tocante às visitas familiares e/ou conjugais? Referindo-me a policiais que moram em favelas, por exemplo, uma sugestão: cooperativa de crédito para financiamento de casa própria, de modo a tirá-los do local sempre que constataadamente controlado pelo tráfico, por criminosos.

A aposentadoria, para evitar desvios e dar segurança no futuro, a idéia de um fundo de pensão para se prevenir a velhice dos policiais.

Considero os presídios federais razoavelmente bons, os estaduais nem tanto. Existe alguma articulação para se cobrar uma melhoria

por parte dos governadores?

Por que da força-tarefa do Rio de Janeiro ficou excluído o Ministério Público Federal?

Depois de cem dias de governo, quais são as medidas concretas de curto prazo na área de inteligência?

Que medidas foram tomadas para integrar de imediato o fluxo de informações entre estados, sobretudo em regiões mais delicadas e densas como Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais?

Que tipo de entrosamento há hoje, Sr. Ministro, entre as Forças Armadas?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Senador Arthur Virgílio, o Ministro, atenciosa e atentamente está anotando os questionamentos de V. Ex^a

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu gosto do Sr. Ministro assim como gosto do Ministro Palocci. Se S. Ex^a não quiser responder, não me ofenderei.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Ministro não tem vocação para taquígrafo.

Peço apenas a V. Ex^a que leia de forma um pouco mais lenta, para que S. Ex^a possa anotar e responder com a atenção que V. Ex^a merece.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu faria uma proposta: falaria dispensando a réplica e concluiria as minhas perguntas.

Estou sem nenhum discurso, só com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Mas S. Ex^a quer responder a seus questionamentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Retomo ou devo prosseguir de então?

O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Até “inteligência” deu para acompanhar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso é prova da sua inteligência, pois falei tão rápido e V. Ex^a, ainda assim, acom-

panhou muito bem.

Os nomes dos principais traficantes, líderes e financiadores do tráfico são de conhecimento da imprensa e certamente da Polícia Federal e da Inteligência das Forças Armadas. Há alguma ação contra eles, que seja efetivamente eficaz, a ser tomada nos próximos tempos?

Sobre o traficante Fernandinho Beira-Mar, já se sabia que ele ficaria trinta dias em São Paulo. Por que deixaram para a véspera a definição do seu destino?

Se for para manter sigilo, então por que ficar anunciando para onde vai esse ou aquele preso?

Sobre o Rio de Janeiro: o Governo de Benedita da Silva falava bastante em ocupação social da favela junto com as ações policiais. O que está sendo feito, com a parceria do Governo Federal, para se avançar nesse campo?

Por que não se faz um pente-fino sistematizado em bairros e favelas com presença de criminosos? Por que não se estabelecem, de forma sistematizada, pontos de controle pela polícia em áreas de acesso a bairros e linhas de maior fluxo de forma sistematizada?

A integração e a articulação de organismos federais e estaduais, como a Receita Federal, as Polícias Federal e Rodoviária, as Forças Armadas, as Polícias Civil e Militar e até mesmo guardas municipais são fundamentais para o combate ao crime organizado. Quais medidas de curtíssimo prazo estão sendo adotadas para se fazer essa integração de maneira eficaz?

Por que o Governo não adota medidas como em São Paulo, que buscou policiais que estavam cedidos para funções não policiais, de modo a se abrirem as vagas de onde eles estavam a pessoas que pudessem fazer carreira, reforçando, assim, a perspectiva do policiamento?

No programa do Presidente Lula estava prevista a criação da Secretaria de Segurança Pública. Ele criou muitas, 35 ministérios, hoje, se não me engano. É uma superpopulação na Esplanada. Por que não a Secretaria de Segurança Pública, que era um compromisso tão simpático e que lhe rendeu tantos votos de tantos brasileiros de boa-fé?

Se a segurança é prioridade para o Governo Lula, por que as verbas dessa área estão contingenciadas pelo Ministério da Fazenda?

Peço-lhe também uma opinião sobre o trabalho do Governo de São Paulo, no tocante ao sistema penitenciário, qualificação de

pessoal, punição de funcionários corruptos, afastamento de pessoas inaptas e ineptas, ampliação do trabalho social com a família dos presidiários, fazendo com que os presos trabalhem nas penitenciárias. Gostaria que V. Ex^a fizesse uma avaliação a respeito desse programa que está sendo executado pelo Governador Geraldo Alckmin*.

Sobre o MST: por que o Governo não está aplicando com o rigor devido – e, se não o está, descumpre a lei, a Medida Provisória nº2.183, que proíbe a vistoria pelo Incra de terras invadidas?

Ainda com relação ao MST: por que o Governo não tomou providências para determinar que os imóveis rurais invadidos não sejam vistoriados, identificando os invasores para providenciar sua exclusão do Programa de Reforma Agrária?

Gostaria de saber, Sr. Ministro, se V. Ex^a considera o MST um movimento social meramente ou um movimento de corte político-revolucionário, supostamente revolucionário. E se considera as Farcs entidades terroristas ou não.

Muito obrigado, Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos.

24-4-2003

UMA ANÁLISE DOS MINISTROS DO GOVERNO PETISTA DE LULA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, divido os ministros do Governo do Presidente Lula da Silva em dois tipos: os atenciosos, que respondem sem dizer nada sobre os requerimentos de informação que nós, da bancada do PSDB, temos levado à consciência de S. Ex^{as}, e os que não se dignam a dar qualquer resposta, apesar do prazo constitucional de 30 dias.

Em relação aos primeiros, os educados, os polidos, eu e minha bancada estamos refazendo os requerimentos, em que peço que sejam objetivos – se perguntamos quanto são dois mais dois, que S. Ex^{as} respondam quatro, e não digam que, na história da França, apesar dos faraós, em virtude dos entretanto e dos principalmente... Nada disso. Queremos objetividade. Mas agradeço a polidez e a demonstração de educação que S. Ex^{as} sempre têm dado.

Em relação aos outros, aos que têm sido deseducados e desatenciosos para com este poder, quero ser bem claro: dou o prazo até a próxima semana e, na seguinte, entrarei com requerimento, pedindo à Mesa – a começar pelo nosso grande comandante, Presidente José Sarney – o enquadramento de cada um dos deseducados por crime de responsabilidade, por desrespeito à Constituição e ao Congresso, pois o dever de um ministro é responder a tudo que o Congresso dele demande.

Essa é minha declaração, Sr. Presidente. Tenho certeza de que os polidos se adequarão à exigência da objetividade. Que os não-polidos saibam que não se esconderão sobre a capa da impolidez para evitar prestar clara solicitação a um Congresso que tem de ser altivo e ter a cabeça erguida. Para isso, nós, um poder desarmado e tão fácil de ser atingido, temos de exigir esse patamar de respeito do poderoso Executivo, pois temos brio e orgulho para nos fazer respeitar.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

28-4-2003

A OPOSIÇÃO INICIA SUA CAMINHADA PARA BEM SERVIR AO BRASIL

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é profundamente honroso para o PSDB poder integrar o bloco de oposição, que até, teoricamente, inicia a sua caminhada como minoria, mas, pela própria conformação dos seus partidos, não é vocacionado para ser minoria ao longo do tempo. Portanto, a partir de agora, insistirei em chamá-lo de Bloco da Oposição. A oposição pode ser minoritária ou não; pode até ser majoritária e, sem dúvida, servir muito bem ao País.

É uma dupla honra termos, como primeiro líder na Liderança Parlamentar da Minoria, o primeiro Líder da Oposição, o Senador Efraim Moraes, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, congressista insigne, homem público correto, combativo, ponderado com todas as qualidades para fazer um grande contraponto à liderança efetiva, correta e sempre por nós prestigiada do Líder Aloizio Mercadante.

No momento em que anunciamos o nome do novo líder da minoria de senadores, Efraim Moraes, no momento em que aqui solidificamos o compromisso de oposição não ao País, mas oposição muitas vezes dura ao Governo e aos seus inúmeros equívocos – equívocos que se multiplicam no tempo e no espaço, apesar dos seus apenas 120 dias de existência –, deixamos também, no mesmo passo, o caminho aberto para que novas forças adiram a essa liderança parlamentar.

Temos afinidades com amplos segmentos do PMDB; temos feito alianças pontuais, valiosas, com parlamentares de enorme valor nesta Casa. Cito, como exemplo, os partidos que têm atuado

no âmbito da política externa: PSDB, PFL e o PDT do Senador Jefferson Péres.

Sem que o crescimento da nossa liderança, em número, signifique, em qualquer momento, ameaça para o Brasil, estamos abertos para nos transformamos em maioria parlamentar e, com a nossa forma de atuação, com a nossa perspectiva de fiscalização, colaborar com o Governo Lula. E não há forma melhor de colaborar com ele do que fazer aquilo que alguns não fazem: apontar o que está errado, apontar o que deve ser certo, apoiar o que porventura esteja perfeito, mostrar o que está imperfeito, condenar o que seja irregular e, sem dúvida alguma – nunca mais ele do que nós, e não tenho a pretensão de ser mais do que ele; mas nós, em conjunto, cada um na sua trincheira –, travar a grande luta, para que o Brasil encontre os melhores momentos que a sua história possa oferecer ao seu povo.

Era o que tinha a dizer.

29-4-2003

**EM TORNO DA LEI
DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, apelo a V. Ex^a – e, claro, ao nosso estimado Líder Aloizio Mercadante – no sentido de prorrogar o prazo para a apresentação de emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Digo isso a partir de Tolstoi*: “Universalizo quando canto a minha aldeia”.

As dúvidas no PSDB são enormes. Há discrepâncias técnicas que consideramos terríveis, entre a LDO do ano passado e a deste ano. Imaginamos que a pressa, neste episódio específico, será inimiga da perfeição. Mais alguns dias nos permitiriam apresentar emendas seguras e colaborar com a liderança do Governo, para que defeitos sejam escoimados da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que imaginamos deva ser a peça fundamental para a composição daquilo que mais desejamos, que é, seguindo a tradição parlamentar anglo-saxônica, um orçamento votado a tempo, a hora e o mais perto possível da perfeição.

Esse é o apelo que faço em nome da bancada do PSDB.

Imagino que há amplo respaldo da consciência de todos aqueles que se interessam pela matéria nesta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

29-4-2003

A INCOMPETÊNCIA DO GOVERNO
PETISTA DESPERDIÇA 645
MIL BOLSAS-ESCOLA

SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como líder, pelo prazo de cinco minutos, para comunicação de interesse partidário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, trago, aqui, a principal manchete de ontem, dia 25, do jornal *Folha de S.Paulo*, que diz "País desperdiça 645 mil bolsas-escola".

O Governo, que se diz voltado para o social, não está revelando competência nem sequer para cumprir com os compromissos inteiramente assegurados pelo Orçamento e numa engrenagem que já funcionava em plena normalidade. Com isso, 1,930 milhão de crianças de todo o País estão ociosas, voltam a ficar sem a educação formal.

E o MEC, num escapismo que começa a ser desgastante para o atual Governo, diz que as falhas se devem a erros no preenchimento dos cadastros. Ou seja, o cadastro agora é o culpado da incompetência de não saberem pagar um direito cujo recurso está previsto no Orçamento. Só que o cadastro não prejudicava antes. Antes, todos os meses, essa prestação se dava com correção. Agora, a culpa é do cadastro. A culpa jamais é do Governo, jamais a autocrítica se faz, jamais a humildade toma o lugar de uma arrogância que começa a mostrar o lado perigoso.

Ademais, quero falar aqui um pouco de política econômica. Se há algo por que deve o Brasil se bater, com muito denodo, nas negociações em torno da Alca, ou em qualquer conversa bilateral com os Estados Unidos, é precisamente a defesa dos nossos produtos agrícolas de exportação. Isso se impõe. À agricultura se deve a

parte positiva da virada da balança comercial brasileira.

E estamos vendo uma escalada, que o Governo tolera de maneira licenciosa, indecorosa, da agressividade do chamado Movimento dos Sem Terra, que não encaro como movimento social efetivo, mas como um partido político de caráter revolucionário zapatista, delirante e fadado ao fracasso, até porque repete o zapatismo em pleno século XXI.

Mas diz, na manchete de *O Globo*, o inefável José Rainha Júnior: "Reforma, doa a quem doer". Lembra-me aquela história do "na lei ou na marra" no tempo das reformas de base pretendidas por João Goulart; lembra-me o radicalismo que não tinha pé na realidade de Francisco Julião. Faço, pois, um alerta: se este Governo não coibir, não passar a tratar com absoluto critério e firmeza os passos ousados e irresponsáveis do Movimento dos Sem Terra, daqui a pouco, investidores do setor agrícola começarão a fazer minguar os investimentos; haverá a repercussão disso na nossa balança comercial, no nível de emprego, em muitos momentos de frustração em relação a uma economia que poderia crescer, que poderia florescer, mas que começa a ser ameaçada porque confundem com atividade democrática algo que é visivelmente um desrespeito à lei.

Viajava, ontem, com o ilustre Senador Jefferson Peres e S. Ex^a me chamava à atenção para algo preocupante. Logo depois, nós dois ouvíamos no avião que o Secretário Executivo do Ministério da Reforma Agrária havia desmentido uma notícia alarmante: que S. Ex^a não estava ali para cumprir a medida provisória que, por dois anos, proíbe a vistoria de terras invadidas. S. Ex^a desmente. Se disse, se não disse, eu não sei. Desmentiu, prefiro ficar com o desmentido de S. Ex^a Se não iria pedir o enquadramento de S. Ex^a por crime de responsabilidade, em face desse que seria o seu desígnio de não cumprir com uma lei – todas as leis são para serem obedecidas –, e uma lei tão essencial para o próprio equilíbrio econômico brasileiro.

Do jeito que vai o MST, estamos vendo fazendeiros se armarem, indo para a ilegalidade porque o MST está na ilegalidade e, depois, o MST mergulha ainda mais na ilegalidade porque fazendeiros também estão mergulhando na ilegalidade. Assim, haverá, em vez de paz no campo, um clima de atrito, que não será bom do ponto de vista da estabilidade política e que, com toda a certeza, haverá de trazer repercussões econômicas negativas para o Governo do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem se pode dar todos os direitos, menos o de ser ingênuo diante do que seriam os objetivos verdadeiros do Movimento dos Sem Terra.

Assim, Sr. Presidente, procurando me ater ao tempo que regimentalmente cabe às lideranças para suas comunicações de caráter inadiável, deixo aqui dois apelos ao Governo Federal. O primeiro: que defina quem cuida de política social para valer neste País, porque são cinco ou seis ministérios dados a candidatos derrotados nas últimas eleições e a confusão começa a prejudicar as crianças brasileiras. São R\$29 milhões mensais que não estão indo para 1,930 milhão de crianças, conforme denúncia do jornal *Folha de S.Paulo*. Porque o Governo é mau? Não. Porque o Governo é insensível? Não. Porque o Governo é assembleísta? Sim. Porque o Governo está sendo incompetente? Sim. Porque o Governo não está sabendo, na verdade, nem sequer, tocar os projetos que já existiam.

E lá vem o MEC, dirigido pelo meu prezado e querido amigo Cristovam Buarque, com algo que me parece estar virando também uma marca registrada, além do *marketing*, de um Governo que se mostra escapista, ao dizer que a culpa é do cadastro anterior. Cadastro que antes jamais impediu que as crianças recebessem o que lhes era de direito e, agora, vira motivo de desculpa para um governo que, sinceramente, não está conseguindo prosseguir. Não é inventar uma coisa nova, daí o marasmo do Fome Zero; não é criar a roda outra vez; não é inventar o fogo uma outra vez; mas pura e simplesmente tocar adiante um projeto azeitado, perfeito, funcionando, que recebeu. Isso me assusta, porque uma coisa é o êxito macroeconômico, que tenho aqui, várias vezes, ressaltado, pela competência que tem demonstrado o Ministro Palocci, como das profundas políticas sensatas que herdou do Ministro Pedro Malan.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Outro ponto é o fracasso microeconômico que se desenha, quando o Governo não é capaz de dar respostas, por exemplo, ao verdadeiro papel das agências que regularão os mercados.

A terceira coisa é a paralisia administrativa que, agora, vem pela manchete da *Folha de S.Paulo*, com o desperdício de 645 mil

bolsas-escola, prejudicando 1,930 milhão de crianças e, simplesmente, interrompendo um programa – isso é até uma proeza – que estava funcionando muito bem e espero seja recobrado este tempo que está sendo perdido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

30-4-2003

MÉTODOS INADEQUADOS EM VIGOR NA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, estou oficiando ao Presidente José Sarney, invocando o espírito construtivo das reuniões de quinta-feira, quando sempre têm vindo – o que é um tanto a favor do Governo – um ministro para debater com os membros da Casa.

Anuncio que estou convidando o Ministro Luiz Gushiken para que explique a política do Governo Federal em relação à cultura – que me parece autoritária e até fascista –, a financiamentos para filmes e peças teatrais, por exemplo. A primeira parte nada tem a ver, é uma atitude do Senador Arthur Virgílio com sua comissão. Na outra parte, peço ao Senador José Sarney que sugira aos líderes que acatem que o próximo convite seja ao Ministro José Dirceu. S. Ex^a tem funcionado como um verdadeiro primeiro-ministro deste Governo. Estamos, talvez, sendo periféricos ao ouvir um ministro aqui, outro acolá. É hora de termos o Ministro José Dirceu, frente a frente, para discutirmos alguns equívocos do Governo, para louvarmos os acertos. Sobretudo, trata-se de um desejo que minha bancada expressa: o de estar frente a frente com José Dirceu. Quem sabe, na próxima quinta-feira, poderemos tê-lo aqui. S. Ex^a virá, pois é um homem da Casa, do Congresso. Temos muito a questionar, a respeito de algumas atitudes que, a meu ver, ferem a democracia.

Por exemplo, ouço falar de coação a senadores. Vejo a coação de alguns intelectuais que passam, tal como na Itália de Mussolini, a funcionar como o Estado quer ou a não funcionar.

O cinema brasileiro está renascendo, mas ainda não é sustentável. E por aí afora há a nomeação de pessoas equivocadas ou meramente de cor partidária, colaborando um absurdo para a construção de um forte fundo partidário. Tenho muito o que perguntar ao Ministro José Dirceu. Será um prazer rever S. Ex^a A bancada do PSDB externa que já estava mais do que na hora. Já ouvimos ministros da área técnica e social. A saudade de conversar com o Ministro José Dirceu já me deixa quase que em posição de agonia. Quero ver S. Ex^a aqui. Portanto, espero que os demais líderes se pronunciem sobre isso e o Presidente José Sarney, certamente, formule o convite a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Líder Arthur Virgílio, tendo sido informado por V. Ex^a que tal solicitação foi enviada ao Presidente José Sarney, certamente, o Presidente a encaminhará aos líderes, e a Mesa, oportunamente, comunicará a decisão a V. Ex^a.

30-4-2003

**A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,
INJUNÇÕES DO PT E O
SENADOR PAULO PAIM**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Arthur Virgílio, antes que V. Ex^a inicie seu aparte, lembro que o Senador Paulo Paim já ultrapassou em 10 minutos o tempo regimental de 20 minutos. Portanto, peço a contribuição de V. Ex^a para que o Senador Paulo Paim possa encerrar o pronunciamento, uma vez que ainda há senadores inscritos para a homenagem ao Dia do Trabalhador, a requerimento do nobre Senador Paulo Paim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Paulo Paim, parabéns pelo discurso vibrante e corajoso, como sempre. Devo transmitir-lhe a sensação contraditória que tenho nutrido a respeito de sua atuação parlamentar. Tenho por V. Ex^a uma estima muito grande. Fomos colegas de Câmara. Afortunadamente – para mim – chegamos juntos ao Senado. Já lhe digo qual é a contradição. Dizia: será que o Paim vai mudar? Se o Paim mudar, até se aproximará de certas teses minhas. Do ponto de vista político, é até mais prático, porque me sinto mais acompanhado, mas perderia um certo apreço de minha parte, porque seria uma mudança não pensada, em função de injunções, e não em função de uma efetiva reflexão. Outros mudaram. V. Ex^a mantém seu ponto de vista e vejo o esforço que faz para manter a lealdade ao seu amigo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, aliás, é uma figura que eu próprio admiro e respeito muito. Portanto, louvo seu esforço de caminhar em direção da reforma e coerência de manter a mesma

personalidade. Mas me espanta muito, Senador Paulo Paim, ver que, de meses para cá, algumas pessoas do seu partido, da alta hierarquia, mudaram de opinião. Eu poderia dizer, dentro do que podemos chamar, num bom sentido, de cinismo maquiavélico: Que bom, mudaram ou estão pensando quase como pensávamos, nós do Governo Fernando Henrique! Mas os métodos começam a me assustar. Por exemplo, esse "prende e arrebenta", do Governo do PT... Quem não concorda com ele ou cala ... Pode até discordar – isso foi dito por alguém –, falar asneiras. Não creio que sejam asneiras. Uma pessoa tem o direito legítimo de se manifestar. Os chamados dissidentes e os que não são dissidentes, como V. Ex^a, podem manifestar-se contra, de acordo com a coerência passada e não com a nova, com a nova coerência. Mas é terrível ter de concordar com o Estado ou calar, senão é expulso, sai. Essa atitude é própria da KGB ou de regimes da autoridade de direita, não de uma democracia. Lembro-me de uma atitude do meu partido, quando do encaminhamento da votação da proposta de quebra do monopólio estatal do petróleo. Na ocasião, eu falei após o Ministro Almino Afonso, vice-líder do Governo Fernando Henrique, que queria falar, mas não poderia se pronunciar contra a reforma proposta pelo Governo do qual fazia parte, até porque seria demais concedermos tempo para que se manifestasse contra a nossa idéia. Foi o ilustre Deputado, ex-líder do PT, meu prezado amigo Marcelo Deda* que concedeu o horário do PT, seu horário, a Almino Afonso*. Almino disse cobras e lagartos a respeito do Governo Fernando Henrique e o que quis a respeito da reforma proposta. Falei após Almino Afonso, a respeito da profunda divergência que me separava do padrinho de meu primeiro casamento, o melhor amigo que meu pai já teve. Nós, do PSDB, do Governo Fernando Henrique, em nenhum momento tomamos qualquer atitude drástica em relação ao Ministro Almino Afonso. S. Ex^a ficou com sua posição. Procuramos, claro, isolá-lo, constituir nossa maioria. Não houve, no entanto, reunião para impor o silêncio a S. Ex^a, nem ameaça de expulsão. Não houve qualquer desrespeito a uma figura que possuía um passado histórico ligado à tese que julgava equivocada. O certo, está provado – e estamos perto da auto-suficiência na produção de petróleo –, era ter quebrado o monopólio. O que, para mim, aconteceu. Tudo isso mostra o caráter democrático do meu partido, que tem paciência, que é tolerante, e, também, como as coisas têm sido duras no partido de

V. Ex^a Vejo que a solução talvez seja deixar o PT para a Senadora Heloísa Helena e para outros e fundar um novo partido. S. Ex^a nada está fazendo a não ser defender seu ideário de vida. Entendo que, quando a reforma chegar para ser discutida para valer, depois que o PT acertar com a Oposição, estaremos abertos para aperfeiçoá-la, para votá-la e aprová-la, até porque entendemos que ela, em seu conjunto, é boa para o País. Aqui, temos dois direitos: o de cobrar que o Governo organize sua base e, depois, venha conversar conosco. Caso contrário, não podemos levar a sério seu verdadeiro ou falso desejo de fazer reformas. Quero dizer que louvo a coragem de pessoas como V. Ex^a que, com muita habilidade, conseguem dizer tudo o que querem. Outros, que não estão tão preocupados com a questão da habilidade, têm dito o que querem, mas são ameaçados de terem suas carreiras políticas ceifadas. Estranho, porque este País exige que se respeite o direito dos outros, a opinião. São pessoas que não estão inventando a roda, mas dizendo o que sempre disseram a vida toda. Aqueles que mudaram é que preconizam, a partir do momento em que mudaram e dizem: eu, Fulano de Tal, ungido, deus, semideus, poderoso, ditatorial, autoritário, que sei mais do que todo mundo, que sou melhor do que todos, pensava como eles. Era louvável o pensamento deles. Agora, que penso diferente, digo-lhes que prendo, que arrebento, que casso, que puno, que persigo, que coajo. Em outras palavras, em plena democracia, infelizmente, sou obrigado a exaltar a coragem. Falo da coragem da Senadora, da coragem de V. Ex^a e de pessoas que insistem em se manter fiéis, apesar das ameaças que, para alguns, são veladas. Ministros, se não fizerem exatamente como queremos, perderão o cargo. Assim, líderes e tantos outros serão destituídos; parlamentares serão expulsos. Lamento que tenha, de repente, de voltar a fazer algo que não gostaria de fazer mais: lutar. Em plena democracia – como lutamos, V. Ex^a, eu e tantos outros, para que tivéssemos democracia neste País –, nunca mais pensei que fosse lutar para que se tivesse coragem, ou ver pessoas lutando. A democracia não pressupõe coragem, mas apenas que cada um siga a sua coerência. Infelizmente, essa nuvem autoritária acaba sendo desafiada por pessoas como V. Ex^a, que, de novo, poderá discordar de mim. Pode ser que, de repente, nos encontremos – V. Ex^a em um canto e eu no outro – e paradoxalmente eu fique até ao lado do Governo de V. Ex^a Pode ser que aconteça. No entanto, algo temos em comum

e o Presidente Lula também, mais do que o Governo de V. Ex^a tem demonstrado ter. Temos tolerância pela posição do outro, espírito democrático, e não aceitamos tutela, autoritarismo, pessoas que imaginam que sua opinião, da época, é a que vale. Além de ser incoerente, parece-me leviano, pouco honesto intelectualmente e agressivo à democracia brasileira, que estamos construindo. Portanto, parabéns — lamento dizer — pela coragem de V. Ex^a de expor idéias, mesmo que, de muito delas, eu discorde. Infelizmente, na democracia brasileira, voltou-se a precisar de coragem para dizer as coisas, porque há pessoas que não aceitam a independência das outras e estão enquistadas no chamado “núcleo duro” do Governo do Partido dos Trabalhadores.

5-5-2003

**OS PROJETOS DE REFORMA DO
GOVERNO SÃO PÍFIOS.
A OPOSIÇÃO QUER MELHORÁ-LOS**

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador César Borges, suas observações enriquecem muito o nosso pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sem querer interromper V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, apenas para transmitir uma recomendação de uma decisão tomada pela Mesa esta semana, no sentido de que os apartes devem se ater, dentro do tempo do orador, em dois minutos.

Foi concedido o aparte e a Mesa agradece a colaboração de V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É uma bela providência, Sr. Presidente. Senador, V. Ex^a faz o discurso do técnico que tem se saído muito bem na atividade política em si mesma. Em resumo, também acho que a reforma apenas visa a fazer caixa para o Governo, é pífia, prejudica estados, não dá garantia de compensação aos estados exportadores, é uma ameaça para o meu estado, a prevalecer a taxaço no destino, pois acarretará 80% a menos na arrecadação do ICMS no Amazonas e aí terá de passar por cima de mim mais uma vez, para que eu permita que algo assim se perpetre contra o povo que me elegeu. Ela é, sem dúvida alguma, modelada a deixar

para depois os problemas mais graves. Estão vendo, na pele, que não é fácil aprovar nem algo pífio como essa reforma pífia e muito menos um projeto mais ambicioso, como o que se pretendeu no Governo passado. De todo modo, pretendemos participar, aperfeiçoar, emendar, pois temos compromisso com a reforma, mas não com uma reforma ruim e sim com a verdadeira reforma. E, pelo que vejo da sua atuação e do seu belíssimo discurso, sei que estaremos em mais essa jornada juntos, procurando criar algo que remeta à verdadeira discussão, que deve ser a repactuação do pacto federativo. Parabenizo V. Ex^a. Tem sido um deleite ouvi-lo falar sobre uma matéria que V. Ex^a domina tão bem, como tantas outras do ramo econômico aqui nesta Casa.

27-5-2003
(*aparte*)

BANCO DO BRASIL, SERVIDORES COMPETENTES E DIRIGENTES À ALTURA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, os funcionários do Banco do Brasil são altamente qualificados, ingressaram no estabelecimento mediante concurso público e, ao longo do tempo, demonstram dedicação e zelo a suas atividades em todas as suas agências, espalhadas pelo território nacional.

O Banco, nosso principal estabelecimento de crédito, modernizou-se, granjeou a confiança dos brasileiros, avançou pelo exterior, a numerosos países de todos os continentes, firmando-se em igualdade de condições com as mais destacadas instituições congêneres.

Em decorrência desses avanços, o lucro do Banco do Brasil também se mantém em ascensão, o que assegura a continuidade de sua hoje indispensável presença na economia do País. É graças a suas linhas de crédito, por exemplo, que o agronegócio assumiu posição destacada no Brasil, figurando como um dos mais importantes segmentos exportadores.

Mas não é só. O Banco do Brasil financia também a indústria e o comércio brasileiros, incluindo o apoio às micros e médias empresas, responsáveis por boa parte do desenvolvimento econômico do País.

Os micros e pequenos empresários já não enfrentam as dificuldades de então para obter o aporte financeiro de que necessitam para o giro de suas atividades. Desde a implantação do programa Brasil Empreendedor, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o BB se faz presente com suas linhas de crédito, a começar pela denominada Giro Fácil.

Sobre esse notável estabelecimento creditício, poderia ir mais além, destacando seu moderno papel na economia brasileira. Hoje,

no entanto, falo da retaguarda que faz do Banco do Brasil uma grande empresa. Os seus servidores.

Na semana passada, esses colaboradores anônimos do Banco mantiveram-se em greve de 48 horas, ordenada e sem causar prejuízos aos clientes nem à economia do País. Suas reivindicações salariais são justas e, em nenhuma hipótese, abusivas ou inviáveis.

Conduzidos com prudência, os reclamos dos servidores do BB foram considerados justos pela administração do estabelecimento. O índice de reajuste pleiteado é idêntico ao oferecido pela Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), ou seja, de 12,6% para os 20 mil servidores em início de carreira. Os demais 60 mil terão reajuste um pouco menor.

Cumprimento os servidores e administradores do Banco do Brasil pelo bom encaminhamento da pendência salarial.

Era o que tinha a dizer.

19-6-2003

OS JUROS PODEM E PRECISAM BAIXAR AINDA MAIS

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela liderança.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, está na Ordem do Dia a discussão dos juros. É democrático que, numa sociedade democrática, todos opinem sobre quaisquer assuntos, inclusive sobre taxa de juros, sobre acertos ou erros do Banco Central. Agora, é evidente que a decisão do Banco Central deve ser, a meu ver, autônoma, deve ser independente e deve estar, ela própria, livre de injunções políticas.

Mas quero colocar com muita clareza a minha posição. Há pessoas que sempre pediram redução de taxa de juros, até quando não cabia essa redução. Há pessoas que, em épocas graves de fuga de capitais, de deterioração dos fundamentos da economia, achavam, ainda assim, legítimo – e não me parecia responsável que agissem assim – pedir a redução da taxa de juros.

De minha parte, quando recomendo ao Governo que baixe as taxas de juros, eu o faço sem me misturar com ninguém voluntarista, eu o faço estribado em dados técnicos, e isto é até uma homenagem ao bom trabalho macroeconômico que vem sendo executado pelo Ministro Antônio Palocci.

No mês passado, eu gostaria que os juros tivessem sido reduzidos para 25% – com o corte de 1,5% na taxa Selic. Quem sabe, agora, pudéssemos cuidar de mais 0,5%. Seriam, Sr. Presidente, 24,5%, e isto ainda é muito.

Tentarei ser bastante claro, bastante tópico para expor o meu ponto de vista.

A economia real está parada. Por outro lado, os fundamentos da economia estão bons. Os níveis de 31 de dezembro de 1992 representavam os piores momentos da economia brasileira, com o risco país lá para cima. Tínhamos a necessidade técnica – que, posteriormente, ficou provada – de aumento da taxa Selic de juros, para se evitar que prosseguisse a explosão inflacionária que vinha dos meses turbulentos anteriores. Ainda assim, quando vemos o tempo passando – e quero aqui render homenagem mais uma vez ao bom trabalho macroeconômico do Ministro Palocci –, vamos notar que o risco país voltou para patamares de alguns momentos do Governo Fernando Henrique, cerca de 800 pontos, vamos ver que a inflação está sob controle, qualquer que seja o prisma de análise, e qualquer indicador que se pegue para analisar a inflação, Sr. Presidente.

Se pegarmos o último quadrimestre e o analisarmos, a inflação dá um determinado número, mas em queda; se pegarmos o mês de janeiro e fizermos uma projeção para dezembro deste ano, a inflação está em queda; se pegarmos de abril para abril do próximo ano e fizermos outra projeção, o número é diferente, mas a inflação está em queda. Logo, a meu ver, o Governo está sendo São Tomé demais, está pagando demais aquela história do ver para crer. Dá para se baixar, sim. Há um cálculo mostrando que é bastante tranqüilo, a qualquer pessoa perceber, mesmo sem ser iniciada em economia. Os juros americanos representam hoje 1,25% ao ano apenas. Somem-se a isso oito pontos do risco país; temos aí 9,25%, e some-se a isso, digamos, uma projeção de inflação de 12% ao ano, temos 21,25%. Não estou pregando que o Governo desça abruptamente de 26,5% para 21,5%. Prego que o Governo, numa ousadia de quem tem confiança no bom trabalho macroeconômico que vem realizando, tivesse reduzido para 25% e agora, nesse outro Copom – quem sabe – colocasse a taxa básica de juros em 24,5%. Ou seja, se é verdade que não fora a atitude correta no macroeconômico do Ministro Palocci e de sua equipe, se é verdade isso e se é verdade que o Brasil teria explodido e até se “argentinizado”, é verdade também que se S. Ex^a não ousar agora, se S. Ex^a não tiver um mínimo de ousadia, a economia terminará revivendo a fábula da “galinha dos ovos de ouro”, porque a economia real está parando; o Brasil está vendo empresas falirem e a inadimplência aumentar; o Brasil está vivendo um quadro de absoluta obscuridade em relação ao crédito caro, responsável, por

sua vez, até por taxas exorbitantes cobradas pelos bancos a todos nós que somos clientes.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, entendo que, se o Banco Central e o Ministério da Fazenda persistirem no excessivo conservadorismo, poderão perder a chance de dar um grande salto que reanimaria a economia. Por outro lado, se persistirem nesse excessivo conservadorismo, estarão passando do pico, agindo como o atleta que fica em forma muito tempo antes da Copa do Mundo e chega exaurido na hora da competição. Poderão ser responsáveis por uma recessão que, a se entrar nela, não se sabe qual será o preço social, político e econômico para dela o Brasil se livrar.

O quadro à volta não é bom. A economia americana começa a dar sinais de reanimação: há dois indicadores importantes para a análise da economia americana, e ambos são positivos. Quando se examina a evolução dos índices manufatureiros, vemos uma pequena reação da economia dos Estados Unidos. Quando se avaliam os índices das compras e vendas imobiliárias, percebe-se um pequeno avanço da economia americana. No entanto, é muito cedo ainda imaginar que ela esteja longe e superando, por si própria, o fantasma da recessão. A União Européia cresce mediocrementemente, e o Japão está estagnado. Não temos quadro brilhante à nossa volta, e atitudes internas têm de ser tomadas.

Por isso, falo com a autoridade de quem, em algum momento, imaginou ser preciso no Brasil ter juros de 44,95%, e fui para a tribuna defender isso, e não porque isso me colocaria simpático diante da mídia, mas porque entendi necessário para o País naquele momento. Da mesma maneira, cobrei que o Governo passado baixasse a taxa de juros, e ele assim procedeu, até 16 pontos quando foi possível. Da mesma maneira, quando o Governo Lula aumentou de 25% para 25,5%, e posteriormente para 26%, justifiquei, por entender não ser possível outra atitude que não a conservadora e cautelosa, para que pudesse dar um choque de credibilidade e, de uma vez por todas, espantar o fantasma de que o seu Governo não seria confiável aos olhos dos investidores, tão essenciais para o equilíbrio da economia.

Mas, a se insistir no remédio, verá o feitiço virar contra o feiticeiro, e a inflação que está evitando poderá ser alimentada pela excessiva permanência de juros altos na economia.

Portanto, Sr. Presidente, não estou neste momento falando meramente como líder de um partido de oposição, mas como patriota.

Não estou falando como alguém que tem a obrigação da convicção de combater equívocos do Governo Lula, mas como alguém que tem interesse em que o Brasil dê certo.

Devo registrar – e para mim foi uma grata surpresa – que tem sido tão correta a gestão macroeconômica do Ministro Antônio Palocci, como tem sido infeliz a abordagem microeconômica do Governo Lula, e quanto tem sido nula sua abordagem administrativa.

Por isso, quando digo que o Ministro Palocci está indo bem, pergunto: por que não ousar um pouco? Por que não testar a credibilidade que S. Ex^a granjeou perante os mercados? Por que não fazer algo que, se não for feito agora, poderá custar uma profunda e crônica recessão nos tempos que seguirão?

E recessão significa termos hoje dois fenômenos: desemprego recorde em São Paulo e outro fenômeno triste que vem acontecendo também em São Paulo – a substituição de alguém que pratica uma atividade, em determinada profissão, por outra que passa a receber salário menor. Assim, as empresas podem, supostamente, rebaixar seus custos, mas à custa de um preço social muito grande.

Portanto, ficam aqui o meu apelo ao Governo e a convicção que tenho de que o Banco Central deve ser autônomo, sem querer dizer, por isso, que seja surdo. Autônomo sim, surdo não! Ouvir os clamores da sociedade não significa uma interferência indébita. E quem fala aqui é alguém que não fica o tempo inteiro pedindo baixa de juros porque isso repercute bem na mídia. É alguém que, se precisasse, em nome do Brasil, recomendar a elevação das taxas básicas de juros, teria a coragem, o moral e a seriedade intelectual suficientes para fazê-lo.

Digo ao Ministro Palocci, até como homenagem ao bom trabalho que S. Ex^a fez até o momento, e ao Presidente Henrique Meirelles, até pela seriedade com que tem sido vista por todos nós a sua atuação: por favor, não sejam flácidos. Tenham coragem e não digam que não cedem à pressão e porque não cedem à pressão não baixam os juros, até por que estariam cedendo meramente à pressão dos mercados.

É hora de baixar os juros, sim, de maneira conseqüente, na medida do possível, mas não voltando aos patamares anteriores a essa crise. Jamais! Aquele patamar de 18%, que já era demais, não é o que almejo para o momento. No entanto, retroceder dos 26,5%

que estão asfixiando a economia para algo em torno de 24,5%, tenho a impressão de que é o mínimo que o Governo pode fazer.

Se o fizer, demonstrará confiança no trabalho concreto e correto que vem fazendo. Se não o fizer, demonstrará que está tão apegado a passar pelo bom menino dos mercados, que começará a ver o feitiço virar contra o feiticeiro e passará, Sr. Presidente, a causar, mais do que qualquer outro governo, incontáveis prejuízos sociais, ao emprego e à própria reputação de um homem que tem toda a sua trajetória ligada à luta por justiça social e que, de repente, poderá ser vítima de uma armadilha posta por um excessivo conservadorismo da política que está sendo praticada por suas autoridades responsáveis e respeitáveis da área monetária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

30-6-2003

O BRASIL VIVE NA ERA LULA DIAS DE INQUIETAÇÃO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o cotidiano do Brasil está repleto de fatos preocupantes, bastando a leitura dos jornais diários para uma constatação da nossa realidade. São fatos da ordem política, da ordem econômica e da ordem moral.

Ainda ontem, e diante da inquietação e das incertezas que fazem parte desse cotidiano, formalizei requerimento pedindo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a tensão no meio rural, decorrente das invasões de fazendas produtivas e saques de cargas de caminhões, pelos membros do chamado Movimento dos Sem Terra.

Em menos de uma hora, o requerimento recebeu assinaturas dos ilustres senadores, numa demonstração de que esta Casa está em perfeita sintonia com as preocupações da sociedade civil brasileira.

Ao fazer este breve registro, estou anexando o noticiário do *Correio Braziliense* a respeito desses fatos. A seguir, também para que passe a integrar os Anais do Senado Federal, junto outra notícia do mesmo jornal, relativa a pleito que o Ministro Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, encaminhou ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo.

Pela credibilidade do importante jornal brasiliense, as notícias merecem a reflexão dos brasileiros, bem como para servir de subsídios ao historiador do futuro, já que os Anais do Senado sempre representaram uma rica fonte de dados sobre o Brasil como um todo. Incluo, ainda, artigo sobre o Movimento dos Sem Terra

escrito pelo Senador Jorge Bornhausen, publicado hoje no jornal *Folha de S.Paulo*.

Os documentos são os seguintes:

Tema do Dia – Reforma Agrária

A bola está com Lula

Líderes do MST só ouviram promessas no encontro com o Presidente, mas deram voto de confiança ao Governo

Adriano Ceolin e Rodrigo Rangel

Da equipe do *Correio*

Lula recebeu uma bola e um boné do MST e foi escalado como "centroavante dos sem-terra". Ruralistas e oposição não gostaram.

O centroavante do time da reforma agrária já está escalado. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) escolheu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a posição, reforçando a confiança do antigo companheiro que tomou posse há seis meses. Cerca de 30 líderes nacionais do movimento estiveram no Palácio do Planalto ontem para uma conversa com o Presidente e uma dezena de ministros. Ouviram mais promessas que realizações. Mesmo assim, decidiram dar um voto de confiança ao Presidente. "Este Governo e o Presidente Lula ainda são nossos aliados", resumiu Gilmar Mauro, um dos coordenadores do MST em São Paulo.

Não houve promessa de trégua. Segundo os sem-terra e o Governo, o assunto não foi sequer discutido na reunião. Para ambos, os últimos conflitos foram casos isolados. "Foram problemas localizados. Este Governo não tutela movimentos sociais", disse o Ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário. Porém, ele condenou os saques realizados anteontem em Pernambuco. "Não há justificativa para saques", disparou.

Gilmar Mauro esclareceu que a liderança do movimento não deu "orientação política" para realização de saques. "E nem dará. No entanto, quando há problema generalizado de fome, os trabalhadores têm direito fazer isso (saquear)", justificou. Segundo Mauro, os incidentes de Pernambuco aconteceram porque havia apenas 2 mil cestas básicas para 16 mil famílias.

Ontem foi a primeira vez que Governo e o MST sentaram à mesa. A conversa começou com descontração. Os sem-terra presentearam Lula com uma bola, um boné e uma cesta com produtos agrícolas dos assentamentos. Ao entregar o presente diante das câmeras, o líder sem-terra Ênio Bohemberger brincou. "Temos de aproveitar esse momento para escalar o time da reforma agrária. Pela esquerda, o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Mas não sei se pelo aspecto político, pela direita, o Ministro Antônio Palocci, da Fazenda", disse.

Todos riram. Em seguida, o Presidente perguntou onde ficaria o Ministro José Dirceu, da Casa Civil. Bohemberger disse que ele seria escalado na meia-esquerda. A brincadeira serviu de introdução para Governo e o MST afinarem o discurso. As lideranças dos sem-terra trouxeram uma pauta de reivindicações formada basicamente por quatro exigências. Entre elas, o compromisso de elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária que tenha como meta assentar um milhão de famílias até o fim de 2006.

Aí reside a primeira dissonância com o Governo. O Ministro Rosseto pretende fazer um plano de reforma agrária para os próximos três anos e meio. Porém, prefere não discutir metas por enquanto. "Vamos debater um plano com toda sociedade, por isso ainda é imprudente estabelecer metas", disse. Apesar disso, o Ministro prometeu que a reforma agrária será prioridade do Governo neste segundo semestre. "Os assentamentos serão ampliados em quantidade e qualidade", afirmou.

Rosseto contou que, em 30 dias, o Governo deverá finalizar um levantamento das terras que podem ser utilizadas para reforma agrária. Na mira, estão áreas griladas e que pertencem a proprietários devedores do Instituto Nacional do Seguro Social e aos bancos estatais. Essa medida atende a uma das reivindicações da pauta do MST. O movimento deseja também medidas que reduzam a buro-

cracia para se fazer desapropriações. O Governo concorda. Por isso, Rosseto comprometeu-se a diminuir os prazos de nove para seis meses. Segundo ele, o Governo dispõe este ano de R\$162 milhões para a reforma agrária. Já foram gastos 50%.

O que foi conversado	
Principais reivindicações do MST	Principais promessas do Governo
Imediato assentamento das 120 mil famílias acampadas	Elaborar Plano de Reforma Agrária sem fixar meta até 2006
Fortalecimento do Incra com recursos financeiros e humanos	Reduzir de nove para seis meses o processo de desapropriação de terras
Desapropriação de terras de proprietários que devem ao INSS	Verificar em 30 dias terras griladas e de proprietários devedores da União
Evitar conflitos e provocações em áreas com maior tensão	Combater a formação de milícias por parte de fazendeiros

“Se o Governo perder o pulso no campo vai perder também aqui dentro do Congresso”

Deputado Nelson Marquezelli (PTB – SP), um dos líderes da bancada ruralista

“Lula dá sinais de fraqueza ao receber os representantes do movimento que anuncia que vai fazer reforma na marra”

Antonio Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR)

Oposição quer CPI contra invasões de terra

As invasões de terra praticadas pelo MST viraram motivo de CPI no Senado. O Líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as “ações ilícitas, com sucessivas e violentas

invasões de terras". Como já tem 34 assinaturas, sete a mais que o mínimo exigido, o requerimento de criação da CPI será lido hoje no plenário da Casa.

A instalação, porém, não está garantida. Os líderes governistas podem evitar o funcionamento da comissão ao deixar de indicar os integrantes. "Se este Governo não coibir, não passar a encarar com absoluto critério e firmeza os passos ousados e irresponsáveis do MST, daqui a pouco investidores do setor agrícola começarão a fazer minguar os investimentos", argumentou Virgílio.

O Deputado Nelson Marquezelli (PTB – SP), um dos líderes da bancada ruralista na Câmara, afirmou que Lula errou ao não pedir uma trégua nas invasões de terra. "Eu vejo com muita apreensão. Se o Governo perder o pulso no campo vai perder também aqui dentro do Congresso", afirmou o Deputado.

"No momento em que o MST declara ter um aliado no Planalto e que o Presidente coloca na cabeça o boné de um movimento que descumpra a lei, se acha no direito de invadir e saquear sem ser punido, isso leva a população a um estado de perplexidade", afirmou o Deputado Ronaldo Caiado (PFL–GO), um dos líderes da bancada ruralista. O Líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), disse que Lula se portou como "um presidente do MST" ao colocar o boné do movimento. Em Curitiba, o Sindicato Nacional dos Produtores prepara ações cíveis e criminais contra Lula e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

Tendências/Debates

O boné da insensatez

Jorge Bornhausen

Antes que se completassem 24 horas, o mesmo boné que aparecia na cabeça de um homem preso na zona da mata de Pernambuco por saquear um caminhão de cargas apareceu na cabeça do Presidente da República.

Se essa coincidência não representar identidade entre os que usam o mesmo boné, a lógica dos símbolos, que tanto facilita a compreensão do mundo, precisa ser imediatamente revista.

Mas, se valem as fotos nas primeiras páginas dos jornais de ontem e anteontem, o Presidente da República e o MST assumem a causa comum, ou seja, estão embarcados na mesma nau insensata que inquieta a Nação. O Presidente da República, no mínimo, contemporizou com os saques e desordens assumidamente realizados pelo MST, por pessoas usando o boné comum. Ou há outra forma de interpretar a foto do Presidente Lula com o boné do MST?

De todas as temeridades – e bote temeridade nisso – que o Presidente Lula está cometendo, dia após dia, com seus discursos estapafúrdios, que já ultrapassaram o anedotário, nenhuma pode ser considerada mais grave que essa foto com o boné do MST.

Principalmente quando é público que o Presidente foi forçado a antecipar em cinco dias a audiência, já agendada e anunciada para 7 de julho, devido à explosão de invasões, saques e desordens que o MST fazia pipocar no País inteiro. Ou seja, submetendo-se à chantagem da ameaça representada pela escalada de ações do MST, o Presidente alterou sua agenda e recebeu apressadamente os dirigentes da organização, submetendo-se à cena de confraternização. Ou, em vez de confraternização, foi uma cena de constrangimento, típica da síndrome de Estocolmo, o fenômeno psicológico de dependência eufórica que submete os reféns aos seus seqüestradores?

Ora, todo mundo está cansado de saber que o MST não tem nada a ver com os sem-terra e a reforma agrária.

Todos sabemos que o MST é um movimento político revolucionário que apenas usa a grave questão campesina para efeito de propaganda e, principalmente, de financiamento, pois recolhe uma porcentagem considerável de todo o dinheiro que o Governo repassa aos assentados; que o MST tornou-se até massa de manobra de aluguel, usada por grupos que precisam de equipes táticas treinadas em sabotagens, como se viu na semana passada, no Paraná; que o MST ameaça provocar uma nova guerra de Canudos (a loucura crudelíssima que há um século explodiu no sertão da Bahia) no Pontal do Paranapanema, em São Paulo; que o MST tende a se ampliar, agregando o que, na linguagem da própria esquerda radical, chamam de lumpen urbano, com toda a carga de risco que tal mobilização representa para um país sem meios, como está sentindo o próprio Governo do PT, para implementar programas sociais compensatórios pela desigualdade de renda.

Como se explica, então, que o Presidente da República apareça em público com o boné do MST?

Minha responsabilidade de liderar um partido de oposição – oposição responsável e democrática, como a que fazemos no PFL, que não grita “Fora Lula!”, mas que aposta na resposta eleitoral sensata à absoluta incompetência do Governo petista – obriga-me a um protesto sério contra esse ato simbólico e temerário do Presidente da República.

É verdade que essa cumplicidade do Governo com o MST não se revelou apenas na foto do boné. Apesar do axioma que diz que “uma imagem vale mil palavras”, é bom não esquecer que o MST tem a boa vontade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, além do Incra (cujos dirigentes foram indicados ou apoiados diretamente pelo sr. Stedile), tem as verbas da agricultura familiar, um dos maiores investimentos públicos atuais da República. Moral da história (ou imoralidade da situação?): estamos diante de um daqueles episódios fortuitos em que estadistas, por inexperiência ou pura inadvertência, subvertem a própria ordem legal que os elegeu e sustenta, condenando-se a ocasos melancólicos, porque o mesmo voto popular que o elegeu em 2002 pode condená-lo em 2006. Quem sabe, já nas eleições municipais de 2004, como começam a indicar as pesquisas, não teremos uma resposta a desatinos como esse uso do boné da insensatez? Quem lembrará ao Presidente da República que ele não chegou ao poder levado por barricadas, invasões ou desordens, mas pelo voto legítimo da sociedade, que ele amealhou numa consagrada campanha eleitoral, prometendo manter as instituições democráticas, que o MST chama de “democracia burguesa”?

O Presidente da República, no mínimo, contemporizou com os saques e desordens realizados pelo MST

Jorge Bornhausen, 65, senador pelo PFL – SC, é o presidente nacional do partido.

Emprego para sobrinho

Além de contratar Fernando Furlan como seu chefe de gabinete, o Ministro do Desenvolvimento queria colocá-lo em cargo na Câmara

Lucio Vaz, do Estado de Minas

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, encaminhou ofício ao Presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT – SP), pedindo a criação de vagas na Casa que viabilizariam a contratação do seu sobrinho e chefe de gabinete no Ministério, Fernando de Magalhães Furlan. Ele não obteve classificação no último concurso para o cargo de consultor legislativo da Câmara. O pedido foi negado e os cargos, com salário de R\$10,5 mil, não foram criados. O concurso previa apenas duas vagas na área de relações internacionais, mas o sobrinho do Ministro ficou em 20º lugar, apesar de ser aprovado. Furlan recomendou, então, que o Presidente da Câmara aproveitasse os 22 aprovados em outros departamentos técnicos da Casa, como a Comissão de Relações Exteriores. O *Estado de Minas* teve acesso ao pedido de Furlan.

A assessoria técnica da Câmara opinou que a efetivação dos 22 candidatos não classificados seria irregular, porque eles seriam contratados em cargos inexistentes. Para o Presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara e do Tribunal de Contas da União (SINDILEGIS), Ezequiel Nascimento, "o Ministro pediu para o Presidente da Câmara cometer um crime".

O Ministro afirmou, por meio da sua assessoria de imprensa, que sugeriu o aproveitamento dos 22 aprovados no concurso "com o interesse em melhorar a assessoria técnica" da Câmara na área internacional. Fernando, por sua vez, informou que fez o concurso antes de ser convidado para o cargo de chefe de gabinete do ministro.

3-7-2003

EMPREGO EM QUEDA NO GOVERNO PETISTA DO PRESIDENTE LULA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada comunico à Mesa, à Casa e à Nação que, ao homenagear, hoje, o grande brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Senador do PMDB Mão Santa estará falando também pelo meu partido, o PSDB.

Por todos os títulos, quem homenageia, vale a pena, e quem é homenageado, vale a pena também; é o grande brasileiro que abriu a perspectiva do desenvolvimento para o interior do País.

Trago a este plenário duas matérias publicadas, hoje, no jornal *Folha de S.Paulo*. Ao invés do espetáculo do crescimento, estamos tendo o quadro deprimente de o emprego industrial ter tido a segunda maior queda do ano em São Paulo, com saldo de contratações e demissões, em agosto, de menos 26% sobre julho. Ou seja, isso significa que 6.576 postos de trabalho, representando 0,43% em relação ao mesmo período de 2002, foram fechados. E hoje a Fiesp já admite, em vez de otimismo moderado diante da situação medíocre que aí está, que não haverá empate entre os dados de 2002 e 2003, ainda que pudesse haver uma reação econômica até o final do ano, já que mais de seis mil postos de trabalho deverão ser fechados até o final do ano, segundo a Diretora da Fiesp, a economista Clarice Messer(*).

A outra notícia também é de advertência e, da mesma forma, não é boa. Em vez, repito, de acenar com o espetáculo do crescimento, que tanto tem motivado o *marketing* político do Presidente Lula, acena com o espetáculo trágico da recessão, do desemprego e da fome. Diz a matéria: "Fundo do poço. Receitas ficam 2,4 bilhões abaixo do previsto até agosto".

Significa isso que a economia está parada.

Diz o jornal *Folha de S.Paulo*: "Despesas podem diminuir, para atingir meta fiscal". E diz o mesmo jornal na manchete de primeira página: "Governo arrecada menos e pode elevar cortes".

Ou seja, os ministérios, que já têm orçamento tão magro para investimento, podem ter menos ainda para investir, significando menos movimentação da economia, menos compra no comércio, o comércio comprando menos da indústria, comércio e indústria empregando menos e até desempregando, menos arrecadação. Trata-se de um círculo vicioso, em vez do círculo virtuoso.

Temos promessas radiosas, pois o Governo diz que vamos crescer ano que vem. Até não tenho dúvida, pois seria o pior caos se não crescêssemos ano que vem. Diante deste quadro que aqui está, temos de, pelo menos, crescer algo acima de 4% ano que vem. O que nada representa se compararmos com a Argentina, cujo PIB cai 10%, em um ano, e, no ano seguinte, sobe 5%, em relação a menos 10%. Então, teríamos de ver o que a Argentina faria de seu processo – e tomara que faça o melhor – para continuar crescendo sobre as melhoras obtidas ano a ano.

Não dá para fazermos, agora, enganação estatística com o povo que está vendo o desemprego grassar. Não dá para enganação estatística, imaginando que as pessoas são tolas e não estão vendo o aperto em suas vidas pessoais. A notícia que, muitas vezes, se divulga, sob o efeito da enganação estatística, chega à pessoa que está em casa, vendo televisão, e ela fala: "puxa, tanto otimismo, e o meu vizinho acabou de perder o emprego; eu não consegui o meu ainda; e só quem trabalha, na minha família, é a Fulana de Tal!".

Então, às vésperas da nova reunião do Conselho de Política Monetária, a recomendação que o PSDB faz ao Governo Lula, ao Copom, à equipe econômica, é que ousem – repito o que já disse em outras ocasiões –, até porque, se há algo que tem funcionado com razoável eficiência, no Governo Lula, é a parte de política macroeconômica, gerenciada pelo Ministro Palocci. O resto, não. Tenho autoridade para dizer, portanto, que, no resto, a marca é a da incompetência.

Na política macroeconômica, o trabalho do Governo tem sido bom. Se tem sido bom, ousem agora, para não complicar o crescimento em 2004. É possível baixar mais do que os 2% que estou

vendo projetados, como previsão do mercado, a título do que seria a decisão do Governo. É possível baixar, pelo menos, três pontos percentuais. Teríamos, ainda assim, juros altos. Se fossem para 19% os juros reais, projetando, atingimos algo como 14%, no fim do ano. A depender de continuar a inflação nessa trajetória de queda – tem sido esse o resultado admirável do Governo –, teríamos, com 3% a menos, 19% de taxa básica. A inflação ficará abaixo de 5% – ela já está um pouco acima, ou seja, ela está em 6%. Temos, ainda, juros reais altíssimos. Seriam juros reais em torno de 13%. São juros reais insuportáveis, se comparados com outras economias, para tocarmos o desenvolvimento de maneira sustentável.

Portanto, que o Governo ouse desta vez e que baixe, exatamente, tudo o que pode. E vou dizer algo que também tenho repetido aqui e que tem sido quase como um disco que ameaça furar. Tenho dito que é insanidade alguém querer baixar juros só porque quer. É insanidade e já encerro, Sr. Presidente. Por outro lado, é insanidade alguém não baixar tudo aquilo que pode. É insano quem baixa só porque quer e arreventa a economia, e é insano aquele que não baixa tudo o que pode. Agora, pode baixar, com segurança, três pontos, para, projetando-os, chegarmos a 14% de taxa básica de juros, ao fim do ano, e, quem sabe, com perspectiva de taxa real de um dígito – o que seria psicologicamente bom e seria praticamente bom para nós também.

Fica a advertência. Torço para que o Governo acerte. E fica, aqui, Sr. Presidente, a tristeza de vermos que, em vez do espetáculo do crescimento, as notícias verdadeiras, aquelas que não vêm do *marketing*, apontam recessão, desemprego, estagnação econômica e muita incompetência administrativa.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

12-2003

A ESCALADA DE FACTÓIDES COMEÇA A CAUSAR CANSAÇO À NAÇÃO

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como líder, por cinco minutos para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, tenho visto com preocupação a escalada de factóides, de gestos que o Presidente vem fazendo, com certeza muito bem orientado por marqueteiros, mas que começam a causar certo cansaço à Nação. A mim, pessoalmente, tem causado cansaço, sim, e eu costumo tratar o Presidente com muita simpatia pessoal. Sua Excelência tem encedado vários tipos: às vezes, é o indignado – anda de um lado para o outro, como se fosse um pastor em pregação num púlpito; outras vezes, é o bem-humorado – sempre uma piada para o interlocutor, sempre um gesto simpático, na linha do “Lulinha, paz e amor”, de tanto êxito na campanha eleitoral; em outros momentos, é o símbolo – se gaúchos vão lá, veste-se de gaúcho; se vai o MST, para mostrar que consegue levar todas as pessoas na sua boa conversa, faz aquele símbolo de submissão ao MST colocando o tal boné. Não adianta disfarçar, pois eles saíram da reunião dizendo que vão continuar as invasões. A propósito, Senhor Presidente, leio trecho de artigo do jornalista Otavio Frias Filho, que peço seja transcrito nos Anais da Casa:

“(...)Lula foi, sem dúvida, vítima de preconceito. A noção de que alguém sem diploma universitário não poderia ocupar a Presidência revela uma percepção estreita,

beletrista e obsoleta sobre o exercício do poder. Demorou para que a maioria do eleitorado se convencesse disso. E, quando essa mudança ocorreu, demos mais um passo para ampliar a democracia.

Então o preconceito passou a operar com sinal invertido.

Diante da iminência de sua vitória, Lula encarnou o malandro da literatura popular, mais esperto que os expertos, capaz de dar nó nos figurões da alta roda. O mesmo sentimento que repudiava por ser "povo" passou a enaltecê-lo por ser vitorioso, numa versão sutil, inconsciente, da "Lei de Gérson".

A lacuna escolar é uma adversidade que Lula venceu por seus méritos, que são muitos. Mas é evidente que não pode ser convertida em virtude, sob pena de dizermos às crianças: estudar é ruim, conhecer é um defeito, saber mais nos torna impuros ou corrompidos. Lula poderia ter se preparado nos últimos 20 anos, quando teve tempo e condições para tanto, mas não o fez.

Do primeiro líder popular a atingir o Planalto, esperava-se que reconhecesse tais limitações, não que as transformasse em apanágio. Esperava-se também que não se deixasse deslumbrar por jóias ou manicuras, e que o êxito – fugaz como todo sucesso – não lhe subisse à cabeça. Algum outro poderia ser uma espécie de Figueiredo, mas que Lula esteja a caminho disso é mais uma ironia e mais uma decepção."

Faço hoje uma proposta ao Presidente. Sua Excelência já tem encenado tantos tipos; vou-lhe pedir que encene mais um. Já fez o mal-humorado; o "Lulinha paz e amor"; o militante do MST; o amigo da Febraban – todos os tipos. Peço-lhe que encene um novo tipo: desta vez, o Presidente sóbrio, o Presidente que senta para assinar, para despachar; o Presidente que senta para ouvir os seu ministros; o Presidente que procura evitar tudo que é demasiado, nos gestos – até porque os gestos do Presidente de uma grande nação, como a brasileira, devem ser naturalmente comedidos, naturalmente conscientes e prudentes, capazes de revelar que o homem que os adota é experimentado a ponto de ter sido votado para Presidente de uma das repúblicas mais importante do mundo. Que Sua

Excelência faça isso, seja pela beleza do espetáculo eleitoral que protagonizamos aqui, pela consolidação da nossa democracia, seja porque somos uma grande democracia, de 170 milhões brasileiros, seja porque somos uma grande democracia, aquela pela qual tanto lutamos, pela qual o Presidente Lula tanto lutou, e que não deve ser empanada pelo gesto teatral, que não é sequer de grande alcance, pelo brilhareco, pela pantomima, pela encenação. Mas, a encenar algum tipo a mais, que não seja nada mais parecido com as aparições performáticas de até aqui. Daqui para frente, se Deus quiser, até o final do seu mandato, que encene o Presidente sóbrio, que encene o presidente comedido, que encene o presidente prudente e que encene o presidente capaz de ouvir mais do que falar e decidir por aquilo que é realmente melhor para o Brasil e não pensando em publicações nas páginas do dia seguinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

3-7-2003

O BRASILEIRO NÃO PAGA IMPOSTO PARA O PRESIDENTE FICAR BRINCANDO NO EXTERIOR

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como líder do seu partido, o PSDB. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, o bonito do jogo parlamentar é o exercício permanente da dialética que aqui se tenta fazer. É alguém criticar; alguém defender. Por outro lado, o tom com que se faz uma coisa ou outra depende do temperamento, da conjuntura política e da vontade de cada freguês.

Falarei rapidamente, Sr. Presidente, sobre a viagem do Presidente Lula ao exterior.

Eu estou aqui com o jornal *The Times* e com a *Folha de S.Paulo* de hoje. O jornal *The Times* diz: "Improviso de Lula provoca deboche". O enviado especial da *Folha de S.Paulo*, o respeitável jornalista Clóvis Rossi*, sob o título "Discursos e Insensibilidades", faz um artigo questionando a validade e o alcance da palavra do Presidente Lula no exterior, do qual leio um pequeno trecho: "Muito bem, a questão seguinte é: alguém ouve de fato o que Lula diz? Suas falas têm conseqüência, ou serão apenas mais uma coleção de palavras para os caudalosos arquivos da retórica político-social?"

Sr. Presidente, eu percebi muita incongruência. Percebi que Sua Excelência o Senhor Presidente da República fez até um certo jogo perigoso, Líder José Agripino, ao longo dos últimos colóquios da sua recente viagem ao exterior, por exemplo, quando diz, em pleno processo eleitoral da Inglaterra, algo do tipo: "Mais dia, menos dia, eu volto aqui; aí já não é o Blair", ou seja, um ato falho

quase preconizando a derrota do partido do Primeiro-Ministro Tony Blair nas urnas, o seu anfitrião. Quando disse coisas como "Jacques Chirac(*) falou aquilo de Bush", ou "Shroeder* falou aquilo de Bush", eu não vi alcance e não vi a figura do homem de Estado ali. E depois de ter tido duas conversas privilegiadas com o Presidente Bush, refere-se a ele de maneira desairosa – diz o jornal –, "meio sério, meio brincando".

Como contribuinte, eu não pago impostos para o Senhor Presidente da República falar meio brincando no exterior. Ele tem de falar inteiramente sério, o tempo inteiro, porque lá não é lugar para meia brincadeira, para meia seriedade; é lugar para completa seriedade, até porque a completa brincadeira significaria o caos para este País e para o nome que se pretende ver respeitado no exterior.

Digo mais: a continuar assim, Sua Excelência quebrará, em breve, o encanto que ainda existe na Europa, essa Europa maternal, paternal, que adora trabalhar uma solidariedade teórica em relação aos povos da nossa banda do mundo. Em breve, o encanto se quebrará e, se a figura do Presidente se vulgarizar, passará a ser visto como alguém menor, como algo desimportante e rarearão os convites para que Sua Excelência profira as suas teorias e elucubrações.

O Presidente Lula precisa falar menos, efetivamente – e aqui se fala pela voz construtiva da Oposição brasileira; não é a oposição do apito; não é a oposição da baderna; não é a oposição da gritaria; não é a oposição do berreiro; não é a oposição das gravatas berrantes. É a oposição construtiva e queremos fazê-la a favor do País.

Fala demais mesmo; é preciso falar menos. É pouco austero; precisa ser mais austero. Brinca demais; precisa brincar menos. É fundamental, para valer, que o Presidente meça cada consequência de cada palavra que esboce, para que amanhã uma consequência inesperada pelo desaviso dele não vire prejuízo para o emprego, a economia e o investimento no Brasil, para a credibilidade do País no exterior.

Sr. Presidente, o assunto fundamental que me trouxe aqui, hoje, foi precisamente algo que reputo escandaloso. Não entendo que escândalo seja meramente a fraude. Escândalo não é apenas o roubo de dinheiro público, essa coisa obviamente escandalosa. Escândalo é algo que sai dos padrões da normalidade, que ameaça, por exemplo, emperrar os caminhos da administração neste País; é algo que demonstra a vontade de aparelhar partidariamente o Estado brasileiro

– e dizem que isso acontece na Petrobras e em tantos lugares. Mas vou aqui exhibir algo contundente que estaria já acontecendo no INSS. Escândalo para mim, portanto, não é apenas e simplesmente dizer que se roubou tanto, em tal lugar ou de quem se roubou. Escândalo é, por exemplo, o espetáculo da fisiologia; escândalo é o espetáculo do aparelhamento do Estado; escândalo é o desestímulo a que se faça carreira e a que se invista na melhoria da mão-de-obra intelectual com que possa contar o serviço público. Exibo a minha preocupação e, portanto, o que, para mim, é a raiz de um escândalo verdadeiro que tem de ser profundamente discutido por esta Casa.

Sr. Presidente, o *Correio Braziliense* de hoje publicou uma matéria de página inteira, de autoria da jornalista Ana D'Ângelo, cuja manchete é: INSS procura sindicalistas.

Eu vou identificar nesta matéria a figura do escândalo em alguns trechos. A matéria é da jornalista Ana D'Ângelo, mas eu penso tanto isso que posso assumir por ela se ela não disser que isso é plágio meu.

Por enquanto aspas para a jornalista Ana D'Ângelo: "No Governo PT, o servidor do instituto que foi diretor de sindicato, de associação de classe ou de alguma Organização Não-Governamental (ONG) leva vantagem no processo de seleção dos 102 gerentes executivos para comandar as agências da Previdência Social espalhadas pelos estados e Distrito Federal".

Continuo dando voz à jornalista Ana D'Ângelo: "Para gerenciar o INSS, o exercício de tal atividade – ou seja, diretor de sindicato ou dirigente de uma ONG – vale o mesmo – e depois ela prova até que vale mais – que um curso superior".

Perdoe, ela tem razão. "Para gerenciar o INSS, o exercício..." – eu quero que o exercício seja bem anarquizado, eu não quero exagerar, eu quero simplesmente me ater ao que para mim é um escândalo de verdade – ...de tal atividade – ou seja, diretor de ONG, diretor de sindicato – vale o mesmo que um curso superior, cinco vezes mais que uma especialização em pós-graduação ou três vezes mais que um mestrado ou doutorado. É o que prevê o edital nº 1, de 11 de junho deste ano. Aliás, só podia ser deste ano, o Governo não tem um ano ainda, e não poderia ser de outro ano, pois seria de outro governo. Não preciso mais citar que é deste ano, pois estamos há apenas seis meses do que me parece um caminho batido para um certo desgoverno.

A jornalista Ana D'Angelo joga até mais duro do que eu gostaria e diz: "Para os servidores da Casa, é jogo de cartas marcadas, para acomodar nos cargos os apaniguados do PT". Quem disse isso é a jornalista.

Continua a jornalista Ana D'Angelo: "A Diretora de Recursos Humanos do INSS, a ex-Deputada Distrital Lúcia Carvalho, do PT do Distrito Federal, defende seus critérios inovadores no mercado de seleção de executivos". Diz a Dr^a Lúcia Carvalho, recentemente injustiçada pelo eleitor do Distrito Federal: "às vezes, a pessoa tem um caminhão de diploma e não corresponde à necessidade gerencial da administração". A Dr^a Lúcia Carvalho é contra diploma e tem mais rancor se se tiver um caminhão de diplomas do que se for somente um. Se for somente um, talvez ela perdoe, mas se forem muitos diplomas, ela não perdoa. Ou seja, todos os nossos escóis estariam em situação de desemprego, a começar por Celso Furtado, a depender dos critérios explicitados pela Dr^a Lúcia Carvalho.

Há quem pense diferente. O Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social, ANASPS, Dr. Paulo César de Souza, acusa a direção do INSS de querer identificar o perfil ideológico de cada um. Pelas novas regras, cada gerente será escolhido por meio de uma lista quádrupla encaminhada ao Ministro da Previdência e não mais tríplex como era antes.

Se tem razão o Sr. Paulo César, está falando de atentado à democracia, estamos falando de alguma coisa para fascista, estamos falando de alguma coisa que significa o escuso e o escandaloso dentro desse critério que para mim é um critério escuso e escandaloso.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – Com muita honra, com muita alegria.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Estou pasmo. Essas exigências constam de um edital?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – De um edital.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a tem certeza?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – É o que diz a jornalista Ana D'Angelo, e o edital é o de número 1, do dia 11 de junho. Quer dizer, não houve outro edital. O único edital que veio

foi para cercear a oportunidade livre de trabalhar e para quem sabe continuar no trabalho que, a meu ver, é indigitado, porque infelicitará quem tente, infelicitará o Brasil e tem a lei do retorno para aparelhar o Estado brasileiro.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a já imaginou se essa moda pega? Minha Nossa Senhora!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – Se a moda pegar teremos uma república corporativa, que tem exemplos no passado de fracasso. Essas repúblicas corporativas nunca se casam com a idéia da democracia como valor absoluto, e, por outro lado, isso é algo que se aproxima da corrupção, a meu ver. Repito: a corrupção não é apenas roubar dinheiro. Roubar dinheiro é obviamente corrupção. Isso aqui me parece corrupção de costumes. Ou seja, quero empregar pessoas minhas, por isso vou preterir o doutor, o mestre, o pós-graduado, porque preciso abrir vagas para sindicalistas que talvez não saibam tratar – não sei se sabem – a questão dos principais interessados que são os beneficiários do sistema de saúde e seguridade social no País. Se assim ocorre, está-se usando dinheiro público, o que leva infelicidade social ao País.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo aparte ao Líder Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz, sem dúvida, uma oposição direta, mas competente. Não é exagero nenhum da minha parte reconhecer isso, embora eu esteja na base do Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, que é um querido companheiro.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a traz hoje um assunto verdadeiramente irrespondível, tanto mais se essa posição não for apenas da Diretora do INSS, mas do Governo, e se for verdade o que ela diz estar contido no edital publicado. Se algo diferencia o parlamentarismo do presidencialismo é exatamente a necessidade de profissionalizar o Estado. Quem de-

fende o parlamentarismo o faz, sobretudo, pela possibilidade efetiva da profissionalização, da transparência, da formação de quadros e da sua reutilização, sejam quais forem os governos. Indubitavelmente, essa é hoje a principal matéria publicada nos jornais nacionais. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a novamente aborda o assunto com grande precisão. Está com a palavra o Governo que deve responder sobre a matéria. Mais uma vez, V. Ex^a está de parabéns.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Renan Calheiros. Tenho por V. Ex^a um antigo apreço. Imagino que sempre haverá esses pontos de encontro, até porque sua preocupação com o País e sua lucidez não lhe permitiriam ficar omissos diante desse fato. Apenas registro que não me surpreendo com o seu aparte positivo e fraterno, solidário com a denúncia que, perplexo, profiro.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, tal qual V. Ex^a, também estou perplexo com essa matéria. Vim de Belo Horizonte hoje e fiquei espantado ao ler essa matéria no jornal. Não é possível que tenhamos esse tipo de desestímulo ao estudo. Realmente cabe ao Governo, como bem disse o Senador Renan Calheiros, explicar por que uma militante partidária que não venceu as eleições ocupará o posto de Diretora do INSS e, de alguma maneira, pretende aparelhar esse órgão apenas com sindicalistas. É muito bom ser sindicalista. Creio ser uma tarefa importante defender as pessoas da sua área. Mas é evidente que não posso concordar com que esse critério pese mais do que o estudo. Seria um grande desestímulo ao estudo no Brasil. Precisamos tanto de que os brasileiros tenham mais anos de estudo. Vimos recentemente que o Brasil melhorou no índice de desenvolvimento humano exatamente por causa da educação. Foi esse o fator que possibilitou ao Brasil melhorar sua posição no *ranking* das nações. Considero muito bom, caro Líder Arthur Virgílio, poder reverenciar o Presidente Lula e o Vice-Presidente José Alencar – ambos vieram de berço humilde, são trabalhadores, e chegaram aos mais altos cargos

do País. Consideramos um belo exemplo de vida alguém como o Presidente Lula sair, como saiu, do Nordeste, lutar em São Paulo e chegar à Presidência da República. Mas não é possível que agora venhamos a dizer que não se deve estudar. Sinto que a conclusão desse ditado é um pouco isto: "Não estudem muito, não, que não é tão importante assim". Eu queria, então, cumprimentá-lo por sua posição e manifestar minha perplexidade da mesma maneira: não é possível que esteja vigorando um edital como esse, que cerceia a prática de se atribuir maior pontuação para quem tem melhor qualificação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, cujo aparte lúcido só faz mesmo valorizar o meu modesto discurso.

Ouço a Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, eu queria entender: trata-se de um processo de seleção – lista quántupla para a indicação de cargos de chefia dentro do INSS. É isso?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me pergunta?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sim, estou fazendo uma pergunta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sou muito pouco entendido nos meandros deste Governo. Apenas leio aqui, com certa...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Isso porque V. Ex^a foi Governo ao longo de oito anos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PT – SC) – Fui, mas vou lhe dar os critérios de meu Governo daqui a pouco, comparativamente, e V. Ex^a vai já entender.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria muito de conhecer os critérios do Governo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou ler, V. Ex^a vai já saber.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Então, a primeira pergunta seria esta: como funcionava no Governo anterior? Estabelecer critérios para a lista quántupla para escolher de forma transparente não me parece algo tão absurdo assim. Parece-me, até, que seja um processo visando a que fique claro para todo mundo o que está sendo estabelecido e levado em consideração. A outra questão é que me causa muito espanto, que a declaração...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Longe de mim querer espantar V. Ex^a, sou um cavalheiro.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a me deixasse concluir rapidamente o meu raciocínio, eu não lhe tomaria tanto tempo com meu aparte. Causa-me estranheza uma declaração que desconsidera diplomas ou desvaloriza o estudo, vinda de uma pessoa como a Lúcia, que eu conheço: é professora e militante ativa na defesa da escola pública neste País ao longo da sua atividade sindical e da sua atividade como deputada. Quero dizer ainda que determinadas matérias e determinados questionamentos, com o passar dos dias e os esclarecimentos, acabam por se desmancharem. Relembro que, quando houve a polêmica a respeito dos critérios ideológicos para os projetos de apoio cultural e tivemos aqui no Senado audiências públicas para tratar do assunto, algumas foram desconvidadas, como foi o caso do Sr. Luiz Gushiken, Secretário de Comunicação, porque ficou claro que, no fundo, não havia nenhuma tendência ideológica, nenhuma ação de censura às obras culturais. O que estava por trás, efetivamente, era um desmonte, que incomodou determinados segmentos da área cultural que ao longo de muitos anos haviam sido beneficiados no eixo Rio/São Paulo, segmentos que se sentiram ameaçados por uma distribuição mais justa, mais equitativa e racional para todas as diversidades culturais e para todos os estados. Eles, ameaçados de perder, estavam fazendo barulho. Acho correto que V. Ex^a traga o assunto, mas talvez fosse bom não dar tanta ênfase, porque, como no caso da cultura, pode depois ficar demonstrado que não é bem isso. Como confio na Lúcia por conhecê-la há muito tempo, acho que podemos nos comprometer em trazer informações para prolongarmos o debate sob a ótica do que realmente é e não pelo que aparenta ser.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa informa a V. Ex^a que o seu tempo está findo, mas houve um problema técnico durante a sua fala e, assim, terá mais dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora Ideli Salvatti, lhe respondo com brevidade.

Tenho a impressão que cabe a uma pessoa leal a seu partido e a seu Governo como V. Ex^a dois papéis: o primeiro, em uma hipótese, interpelar o Governo, e o outro, apesar da amizade, pedir a demissão da Dr^a Lúcia.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – De jeito nenhum.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não? Então, não faça isso. E seria uma omissão diante de algo de interesse público.

No outro episódio, todavia, eu era o autor do requerimento. Os líderes do Governo me pediram para retirar o requerimento e o fiz em função de um recuo. Disseram uma coisa um dia, disseram outra no outro; retirei. Se tivessem mantido a mesma opinião, teria vindo aqui o Sr. Luiz Gushiken*. Se falar algum despautério como aquele, virá aqui a convite meu e terei o prazer de ouvi-lo.

Não tenho mais como lhe conceder o aparte. Lamento muito, mas passarei a minha preocupação, mesmo.

“No sistema de avaliação do Governo do PT, o exercício de atividades comunitárias e sindicais passa a ser contado tanto na primeira fase, por meio de pontuação, como na segunda, em que o candidato é entrevistado por uma equipe de consultoria externa...”

Aí diz: “Essa balança está com um lado muito pesado”, segundo o Presidente da Perfil Executivos, Antônio Carlos Martins. “É uma seleção tendenciosa”.

Diz ele também:

“Esse sistema está pecando pela base e o serviço público pode perder recursos humanos de alta qualidade”.

Diz o Sr. Martins ainda:

“Em qualquer processo dessa natureza tem que haver dois fatores: conhecimento e experiência. Dar uma pontuação maior para quem foi de sindicatos e de ONG em detrimento de quem tem mestrado, doutorado ou MBA é uma avaliação deficitária.”

Diz ainda a Diretora da Manager – Assessoria em Recursos Humanos, em Belo Horizonte, Heloísa Gontijo: “Diante da nossa

realidade de mercado, uma pós-graduação ou mestrado contaria mais do que o exercício de direção de sindicato ou de associação. A pessoa tem de conhecer um pouco de tudo, estar estudando e investindo na carreira".

Agora digo a V. Ex^a, Senadora Ideli, quais eram os critérios:

No Governo Lula, quem tem o segundo grau leva 0,5 ponto; no Governo Fernando Henrique, levava 1 ponto.

No Governo Lula, quem tem ensino superior leva 1 ponto; no Governo Fernando Henrique, levava 2 pontos.

A pós-graduação, no Governo Lula, vale 0,2; no Governo Fernando Henrique, 0,5; mestrado ou doutorado, 0,3 no Governo Lula; 0,5 no Governo Fernando Henrique.

Quanto à participação em seminários, congressos, fóruns, painéis e encontros nos últimos cinco anos, empatam em 0,3.

E participação em entidades associativas e comunitárias – aí é que está o fato interessante –, no Governo Fernando Henrique, não tinha valor, não representava nada; no Governo Lula, 0,5 se essa participação for até um ano; se for maior, 1 ponto.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que temos, de maneira bem clara, de estabelecer que isso, sim, significa desmonte do serviço público! Isso significa desestimular o estudo! Já concluo, Sr. Presidente. Isso significa dizer que alguém, pela via fácil de contar tempo de uma suposta militância sindical, chega ao topo da sua carreira! Esse alguém encontraria poucas razões para buscar um MBA, para buscar um mestrado, para buscar um doutoramento.

Faço aqui a denúncia, Sr. Presidente. E digo mais ao encerrar: Oposição, quando começa a criticar a partir do segundo ou do terceiro ano, está criticando, talvez, em cima de erros irremediáveis. E aqui está o dado construtivo, não importa o tom que eu adote: a Oposição, quando critica os seis meses, Senador Tasso Jereissati, está sendo construtiva duplamente, seja pelo tom, que é fraterno, seja porque isto aqui é quase uma consultoria – dá tempo de consertarem, se assim o desejarem. Se não o desejarem, é porque querem laborar em erro acima de erro. E erro acima de erro leva ao desastre político, já diziam todos aqueles que estudaram e fizeram Ciência Política antes de nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

15-7-2003

**CARGA QUE TE QUERO
CARGA, PREGA O PT,
CONTRA O POVO, CLARO!**

Que a carga tributária do brasileiro vai além do suportável, todos sabemos e essa verdade acaba de ser referendada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, na palavra dos seus economistas Alberto Barreix e Luiz Vilela, portanto fora de qualquer suspeição.

Já aqui, no Governo petista, vem o secretário adjunto da Receita Federal, Ricardo Pinheiro, com essa pérola leonina: "Terceiro Mundo tem de ter carga maior". Ele quis dizer mais alta do que a que pesa sobre os cidadãos dos países desenvolvidos, evitando comentar o estudo do BID.

Ao mesmo tempo, na Câmara, o seu Presidente, Deputado João Paulo, anuncia que o Governo vai retirar a urgência constitucional do projeto que prorroga indefinidamente a alíquota máxima do imposto de renda de 27,5%.

De iniciativa do Executivo, o projeto está trancando a pauta da Câmara porque tramita em regime de urgência. O Relator, Deputado Antônio Cambraia (PSDB – CE), alterou a proposta, corrigindo a tabela de incidência das alíquotas, indo ao encontro do que é mais racional e humano para a população, mas contrariando o Governo, que quer manter inalterada a atual tabela.

A conversa é a mesma de sempre. O linguajar petista não sabe variar e continua pensando que o povo é tolo e aceita tudo. Assim falou João Paulo:

"Vamos retirar a urgência para discutir melhor a proposta."

Discutir o quê? A alíquota é provisória. O Governo petista finge que não sabe disso e quer atochar o povo, entalando o brasileiro de mais e mais impostos.

Se é para discutir, por que não discutir a correção das tabelas da pessoa física.

Tudo isso é muito parecido com a pretensa estratégia do nobre Líder do PT, Senador Tião Viana, que fez cair de pára-quadras a tal Emenda Previdenciária Paralela. É a forma petista de jogar o assunto para as calendas gregas.

Como os gregos não tinham calendas, que eram o primeiro dia do calendário romano na antiguidade, logo se vê que a idéia do PT é jogar as únicas teses que favorecem o povo para o Dia de São Nunca.

Santo bom esse *Nunca!* O povo anda doido para conhecê-lo, mas por mais que o procure, neça de encontrar o santo. É exclusivo dos petistas. *São Nunca* bem que merecia ser o padroeiro do PT.

A coisa funciona assim. Vem o cara do PT, olha para o céu, chama o velho *Nunca* e ele despenca nuvens abaixo. E aí sopra ao ouvido do secretário-adjunto da Receita uma porção de *santas malvadezas* diretas no bolso do povo:

"Países de Terceiro Mundo têm que ter carga maior. Uma coisa é construir uma casa, outra é dar manutenção. Dar manutenção é mais barato. O Brasil está construindo e o Primeiro Mundo está mantendo."

Se é mais barato manter, por que o Governo petista não aproveita para consertar aquilo que eram nossas estradas? Mas já, agora. Que não se deixe, porém, para começar no dia do padroeiro petista.

Era o que tinha a dizer.

21-10-2003

CENAS DE VIOLÊNCIA NA CÂMARA. E CONTRA O POVO

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a, que dispõe de cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chamo a atenção da Casa e, muito enfaticamente, dos Líderes do Governo, para o que se passa nas dependências da Câmara dos Deputados.

Parecia uma cena insólita. Estavam lá alguns Parlamentares que não consegui identificar, além do Senador Jefferson Péres, da Deputada Juíza Denise Frossard*, do Deputado Gonzaga Mota*, do Deputado Walter Pinheiro*, do Senador José Agripino*, do Senador Efraim Morais*, do Senador Leonel Pavan e do Deputado Babá. Seria uma cena insólita: uma foto amanhã, envolvendo a nós e ao Deputado Babá na mesma causa.

Fui muito claro, como o foram os meus colegas: não temos compromisso com as idéias do Deputado Babá. Eu disse pessoalmente aos manifestantes que lá estão sendo espancados e seviciados, sob a complacência do Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, que precisa ser mais Ulisses e menos João, na hora de defender a instituição. Não é insólito, porque disse eu aos grevistas que provavelmente votarei contra a maioria dos pontos que defendem, para manter a minha coerência com que o entendo ser melhor para este País. Mas defenderei, da maneira que me for exigido fazê-lo, o direito de se manifestarem numa democracia que ajudei a construir, junto com algumas pessoas que hoje se omitem na hora de defender o que há de sagrado: o direito do cidadão à manifestação. Policiais tiravam a identificação, para depois não serem acusados, e espancavam. Parlamentares que, cerceados no seu direito de ir e vir, tiveram que abrir

caminho à força. Dissemos-lhes que éramos Senadores da República e que ninguém nos cercearia ou impediria de andar por este País que ajudamos a construir livre.

O Presidente da Câmara, que abordamos, atarantado. Vários interlocutores, S. Ex^a não olhava fixamente nos olhos de nenhum. Volto a repetir: mais Ulisses e menos João na hora de defender a instituição que preside.

Volto a repetir, mais Ulysses e menos João, na hora de defender a instituição que S. Ex^a preside. Ser Presidente da Câmara não significa apenas assumir quando o Presidente viaja e dizer na sua província ser ex-Presidente da República, enfim. Ser Presidente da Câmara significa proteger a destinação fundamental da Casa que é salvaguardar as liberdades democráticas, públicas, individuais nesta terra.

Sou contra manifestantes ocuparem as galerias do Senado e as galerias da Câmara para achincalhar e enxovalhar Deputados e Senadores. Sou contra. Era contra antes, serei contra amanhã.

No Parlamento americano não se pode nem ler gibi enquanto o orador parla. Lá o que resta a quem está na galeria é ouvir e depois fazer o comentário que quiser, inclusive recomendar o voto contra o Deputado ou Senador que porventura não esteja se comportando de acordo com o que entenda a opinião pública.

Mas foi também o Partido dos Trabalhadores que liderou essa moda da pressão, achincalhando e enxovalhando Deputados, entupindo as galerias com manifestantes que entendiam que era do direito deles, eu repito, enxovalhar e atacar Deputados. Continuo contra a manifestação agressiva, mas sou contra que impeçam que essas galerias estejam cheias de gente, sou contra que impeçam que as galerias da Câmara dos Deputados estejam tomadas por manifestantes pacíficos ou estaremos abrindo mão do principal papel que cabe ao eleitor, que é fiscalizar, pela televisão, pelas rádios, fiscalizar pessoalmente o seu Deputado, o seu Senador.

Lamento que estejamos, volta e meia, discutindo a questão democrática outra vez. Pensei que estava livre desse fardo. Pensei que não teria mais que discutir liberdade neste País. Tantos de nós fomos presos, tantos de nós passamos dificuldades terríveis no enfrentamento à ditadura. Tantos não estão aqui porque morreram ao longo da caminhada e de repente estamos aqui, discutindo se o manifestante pode ou não exercer o seu direito sagrado.

Mas o que me constrangeu foi a omissão de alguns. Encontrei algumas pessoas, Senador Tasso Jereissati, que eram as mais exacerbadas, as mais histéricas até – se me permitem usar uma expressão que tem uma conotação de médico na história – fingindo que não havia nada. Portal do Partido tal sendo lançado às pressas, com aquele documento, fingindo que ia para uma Comissão – estamos, praticamente, no recesso branco – e, lá fora, o povo apanhando. O povo que foi manipulado para que alguns chegassem ao poder, a massa que foi manipulada e que teve a idéia de que a ela caberiam direitos que, talvez, não caibam, levando-se em conta os direitos gerais do grosso da população brasileira, mas enraizaram, nelas próprias, o sentimento e a sensação de que elas poderiam pedir tudo aquilo que estão pedindo porque respaldadas pelo partido do povo, respaldada pelo partido das massas, respaldada pelo partido que entendia a liberdade com as galerias se enchendo de pessoas que jogavam objetos nos Srs. Senadores ou jogavam insultos aos Srs. Deputados. Hoje, no poder, não querem, sequer, que a manifestação aconteça lá fora.

Denuncio, Sr. Presidente, – já concluindo – a fraqueza com que está se portando no episódio o Presidente da Câmara dos Deputados. Denuncio a violência que está sendo perpetrada contra brasileiros que têm o direito ao respeito humano. Policiais – e este é o repique da denúncia final – arrancam as suas identificações, Senador Jefferson Peres, e policiais, a partir daí, agridem, imaginando que neste País, ainda nele, se pode encerrar a idéia da impunidade aos violentos, este País que um dia não haverá de permitir impunidade a nenhum corrupto, a nenhum violento, a nenhum agressor da dignidade humana.

Sr. Presidente, esta Casa não pode calar, esta Casa não pode se omitir. Espero uma manifestação vigorosa a favor do direito de manifestação do Líder do PT, Senador Tião Viana, do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Espero manifestação vigorosa de todos os Srs. Senadores, porque mais importante do que votarmos qualquer coisa, inclusive o que diga respeito à violência, que nos enlouquece neste País, é mostrarmos o nosso compromisso agora com a idéia de uma democracia que não comporta ela própria Parlamentares que fingem que não estão vendo o povo sendo espancado lá fora, como se vivêssemos ainda um período autoritário, obscuro, um período deturpado da ditadura militar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

23-7-2003

APROVEITANDO ESPAÇOS E TEMPOS OCIOSOS DAS ESCOLAS

PALAVRAS DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NETO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

A educação é mais do que nunca, no País, uma necessidade e todos os esforços são válidos para ampliar a formação da população, tida como um dos caminhos mais curtos para afastar o subdesenvolvimento.

No governo passado, como é notoriamente reconhecido, os padrões do ensino superior, como nos demais níveis, deram significativo passo, com reflexos positivos para o País.

Lamentavelmente, o governo petista não deu seqüência às inovações introduzidas pelo Ministro da Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso, prof. Paulo Renato de Souza.

Seria de se esperar, como manda o bom senso, que as boas iniciativas tivessem novos avanços, como, por exemplo, a ampliação dos cursos noturnos nas Universidades Federais. Hoje, apenas 24,6% dessas universidades oferecem aulas à noite, contra 66,6% no caso das universidades particulares, conforme mostra o censo do ensino superior realizado pelo MEC.

Faço essa colocação ao tomar conhecimento de recente pesquisa levada a efeito pela Universidade Federal de Minas Gerais, apresentada pelo professor Mauro Mendes Braga no seminário *Políticas Afirmativas em Educação*, durante a 55^a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O professor da UFMG e três outros colegas que com ele conduziram a pesquisa informam que há forte resistência para o oferecimento de cursos noturnos nas Universidades Federais, principalmente porque os professores acham que teriam de trabalhar à noite.

Num governo que, como o de Lula, tem feito mil e uma promessas, a inovação seria aconselhável e viria ao encontro de uma forte aspiração de pessoas pobres que não podem estudar no período diurno, porque trabalham. E acabam ficando sem acesso ao ensino superior pela reduzida oferta de cursos noturnos pelas Universidades Federais

Além desse aspecto, vale ressaltar, com base na pesquisa dos professores mineiros, que a inexistência de cursos noturnos nas Universidades públicas tolhe o acesso aos diferentes campos do saber de numerosos talentos, ou seja, de alunos com grande potencialidade intelectual.

Pelos dados da pesquisa, as notas dos estudantes do período noturno são equivalentes às dos alunos dos cursos oferecidos durante o dia, nos mesmos cursos. Para se ter um exemplo, numa escala de 0 a 5, a média das notas dos alunos do curso noturno foi de 3,5, contra 3,6 de notas dos estudantes dos cursos diurnos.

Fica aqui esse registro, para exame do Ministro da Educação, Prof. Cristóvão Buarque.

Era o que tinha a dizer.

28-7-2003

A POSIÇÃO DO PSDB A RESPEITO DAS REFORMAS

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a é o 5º inscrito.
Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho dois comunicados a fazer.

O primeiro é que, aprendendo em cima das experiências que vão sendo vividas no tocante às reformas estruturais na Câmara dos Deputados, procurando aperfeiçoar os métodos, nós, da Bancada do PSDB, tomamos a decisão, dos 11 Senadores do PSDB: aqui, seja qual for o interesse em jogo, de governador tucano, prefeito tucano, procuraremos preservar esse interesse dentro da reforma tributária, mas não abriremos mão de termos em nossos acordos plena ciência e plena anuência dos que têm sido nossos aliados na luta nesta Casa, a começar pelo PFL, liderado pelo Senador José Agripino e a concluir pelo PDT, liderado pelo Senador Jefferson Péres.

Portanto, faremos tudo em conjunto, do começo ao fim das tratativas.

A segunda comunicação refere-se ao resultado que, para a periferia brasileira, é desastroso e foi sobejamente demonstrado no discurso competente que aqui fez o Senador Antonio Carlos Magalhães. A decisão da Bancada do PSDB é muito simples: perde a periferia, perdem o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte.

Para o meu Estado, cuja economia está fincada e alavancada no que lhe propicia o parque industrial de Manaus, dá-se, com uma mão, a prorrogação e, com a outra, marca-se a data da morte do modelo com a cobrança do tributo no destino.

Portanto, digo isto sem alegria: enquanto não houver garantia plena de que o privilégio ao centro do País será devolvido, em termos de justiça para com a periferia brasileira – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, a partir de hoje, cessarão inteiramente todos os nossos compromissos de votar e de deixar tramitar a reforma previdenciária. Cessará o compromisso de permitirmos a tramitação e de votarmos, em algum momento, a reforma da Previdência, a menos que o Governo reveja o prejuízo que a votação de ontem causou, com esse seu projeto amonstrangado de reforma tributária, e restabeleça a justiça aos Estados mais pobres da Federação.

Sei que isso encontra ressonância no PFL do Senador José Agripino, a quem consultei antes de vir à tribuna; sei que isso encontra ressonância no PDT do Senador Jefferson Péres, a quem consultei antes de vir à tribuna; sei que esta é uma decisão unânime do meu partido, mas duvido que algum Senador da base ou não do Governo deixe de analisar, atenta e respeitosamente, os interesses do povo que o elegeu.

De minha parte, mantenho uma hierarquia de compromissos muito clara. Não venci, em nenhuma das eleições a que me submeti, com votos de Marte, nem de Júpiter, nem de Saturno, nem de Urano. Eu me elejo com os votos do povo do Amazonas, a quem serei fiel até o fim. E o povo do Amazonas está sendo atraído, de forma vil, na reforma tributária votada na Câmara.

Logo, o meu compromisso, como representante do Amazonas, manda que aqui me insurja e me levante, para dizer que ou contemplem o interesse da periferia brasileira, aí incluído o Estado do Amazonas, ou será hercúleo o trabalho do Governo para fazer tramitar – nem me refiro a votar – a reforma da Previdência.

Do mesmo modo, se falei como Parlamentar do Amazonas, falo agora como Líder do PSDB e repito o mesmo compromisso: ou se devolve a justiça, em relação ao prejuízo que essa tal reforma tributária ameaça os Estados periféricos brasileiros, ou o PSDB fará o que estiver ao seu alcance. Mais ainda: o que não estiver ao seu alcance, o PSDB fará também, para impedir que tramite a reforma da Previdência.

Não temos mais compromisso com nenhum item, não temos compromisso com a tramitação; temos compromisso em cobrar que o Governo respeite as populações mais pobres do País, os Estados de economia mais modesta e mais limitada.

O Governo deve escolher se, nas suas alianças, prefere arros-
tar o confronto conosco. Isso envolve, inicialmente, duas matérias.
A tributária já íamos obstaculizar à exaustão, por entendê-la ruim
para o País, e íamos tentar consertá-la sem prejuízo da Previdenci-
ária, que, a partir do que foi aprovado ontem, passa a ser também,
claramente, um alvo nosso de barganha legítima.

Se querem aprovar a reforma da Previdência, primeiro acenem
concretamente com a reposição da justiça. Fora isso, esqueçam,
porque não votaremos a reforma da Previdência neste ano, nem
em qualquer outro. O PSDB não o permitirá, tenho certeza de que
o PFL não o permitirá, tenho certeza de que o PDT não o permitirá
e tenho certeza de que os Senadores, que representam com dig-
nidade o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, não o permitirão da
mesma maneira.

Esse é o comunicado que faço à Casa e à Nação, cumprindo
com o meu dever de Líder de um partido que tem amor efetivo por
este País e, sobretudo, faço-o na condição de Parlamentar do Ama-
zonas, que, repito, não foi eleito por Mercúrio. Foi eleito pelo povo
do Amazonas e vai representar, até o fim, os seus mais legítimos
interesses, custe o custar, dê no que der, doa a quem doer. Em ou-
tras palavras: cumprirá com seu mandato, o mandato para o qual o
destinou a votação majoritária do povo do Amazonas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

11-9-2003

O PRESENTE DO GOVERNO PETISTA DE LULA: UM NATAL TRISTE PARA OS BRASILEIROS

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tenho uma notícia triste para os brasileiros. Mas não é minha. Vem do Governo Petista do Presidente Lula e está publicada na edição de hoje da *Folha de S.Paulo*. Com base em pesquisa do Programa de Varejo, da USP, revela o jornal que o Natal do povo será o pior dos últimos tempos. Mais da metade da população não pretende comprar nada neste fim de ano, porque não pode.

A pesquisa é preocupante. No ano passado, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, o percentual de brasileiros nessa situação era de 27%. Agora, no Governo Petista do Presidente Lula, dobrou, passando para 55,4%.

A consulta da USP foi feita entre pessoas da classe média, duramente atingida pela inação do Governo Petista. A maioria respondeu que não pretende comprar nada este fim de ano. E a pesquisa informa que esse "nada" significa calçados, eletroeletrônicos, roupas, automóveis e outros bens duráveis.

Por outro lado, há cinco trimestres consecutivos cresce o número de pessoas que dizem evitar ir às compras em São Paulo, Estado responsável por 40% do volume de negócios. Esses dados são de levantamento da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo.

Requeiro, Senhor Presidente, que a matéria da *Folha*, a que me refiro, seja parte integrante deste pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado da República. É a seguinte:

Maioria não gastará nada neste Natal, diz pesquisa

Adriana Mattos da Folha de S.Paulo

Nem a queda na taxa de juros ajudou, nem o pacote do governo para a desova de eletrônicos. Pesquisa obtida pela *Folha* - e que deve ser divulgada hoje pelo Provar (Programa de Administração de Varejo) da FIA/USP (Fundação Instituto de Administração) - revela que a intenção de compra do paulistano nunca esteve em patamar tão baixo. Atingiu agora o pior resultado desde que o levantamento começou a ser feito pela entidade, há quatro anos.

O estudo, com mais de 400 pessoas, mostra que 55,4% dos paulistanos afirmam que não pretendem compra nada de outubro a dezembro - incluindo, portanto, o Natal. Em igual período do ano passado, 27,5% dos consumidores diziam o mesmo. O "nada" refere-se a bens duráveis e semiduráveis (calçados, eletroeletrônicos, roupas, automóveis, por exemplo), mas não a alimentos, itens de higiene e remédios (bens essenciais). Até então, o pior índice havia sido registrado em 2000, quando um entre cada quatro pessoas não mostrava disposição para gastar. Realizado na capital paulista, o levantamento englobou consumidores que recebem salários de R\$ 390 a R\$ 1.950 por mês. Ou seja, inclui a chamada classe média que, segundo critérios do Ibope, é aquela que ganha acima de quatro salários mínimos ao mês. Economistas da entidade informam, no estudo, que eram esperados resultados melhores. Para Marcos Gouvêa de Souza, sócio-diretor da Gouvêa de Souza MD, uma mudança nesse cenário pode ser esperada num curto prazo. "O consumidor tem agido de forma extremamente racional, mas com esse movimento de 'limpeza' de seu nome na praça, com pagamento de dívidas, ele deve voltar à loja em dezembro", afirma. Há cinco trimestres consecutivos há um crescimento no número de pessoas que dizem evitar ir às compras em São Paulo, Estado responsável por 40% do volume de negócios nas áreas de comércio e serviços no país, informa a Fecomercio SP.

Isso porque, desde outubro de 2002, o percentual de consumidores que não pretende abrir a carteira apenas cresce. Ao mesmo tempo, quem tem gastos planejados reduziu as estimativas do total a ser dispensado na futura compra. No caso de material de construção, no final de 2002 o consumidor pretendia gastar, em média, R\$4,8 mil. Para este ano, a média caiu: R\$670.

O mesmo ocorreu com outros segmentos, como o automobilístico – num momento de colher resultados com a queda na alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Nesse setor, a intenção de gastos caiu de R\$16.438 para R\$10.346. No caso dos eletrônicos, também houve redução. Há cerca de duas semanas, o governo anunciou um pacote de R\$ 400 milhões para estimular vendas no setor.

Mesmo que as previsões de gastos se mostrem discretas, as grandes lojas fazem estimativas de expansão nas vendas. Casas Bahia, por exemplo, espera aumento de 20% nas vendas no Natal. "É preciso ter cautela. Falar em crescimento real na venda ainda é complicado", diz o consultor Antonio Ascar."

Era o que tinha a dizer.

2-10-2003

**AGORA, LULA ADMITE
QUE O GOVERNO
QUASE NADA FEZ**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva foi de encontro ao pregão monocórdio de seus Ministros e da sua base de apoio no Congresso, elevou-se pela linguagem da verdade e admitiu, em Mato Grosso do Sul, o malogro desse quase primeiro ano do Governo petista.

Com a humildade própria de quem prefere a sinceridade, Lula disse que não conseguiu fazer nem um por cento do que pretendia. Portanto, o resumo dessa franqueza é que os nove primeiros meses do Governo petista mostram o frustrante zero/vírgula, portanto nem um dígito positivo para o crescimento do País.

Na semana passada, como é do dever de uma oposição responsável, sugeri exatamente essa postura ao Presidente. É isso que os brasileiros querem. Nada de ficar apenas olhando para o futuro, à espera de que as coisas aconteçam. Em vez de propaganda falsa, que se diga a verdade ao povo.

O primeiro tempo está findo e correto, com o contrito *mea culpa* de Lula. O segundo tempo começa agora, e o grande juiz é a população brasileira. Se consultados, os brasileiros diriam que só falta começar a governar. Sobretudo porque o Presidente se declarou otimista no mesmo pronunciamento em Corumbá.

Há muito de positivo na fala presidencial naqueles bons meridianos de Mato Grosso do Sul. Primeiro porque, a depender dessa disposição de Lula, parece que vai ser desativado o trator que os petistas usaram para tentar arrancar do Congresso as reformas de texto tão arrebitado e que só vão contribuir para elevar a carga tributária sobre o povo.

Na forma como estão redigidas as duas emendas, o povo não quer e o bom senso rejeita.

Faço essa ponderação porque ouvi Lula dizer em Corumbá que "as reformas estarão aprovadas até 15 de dezembro se Deus quiser".

Em lugar do rolo compressor, o Presidente muda o tom do verbo, num fervor religioso de última hora, talvez por arrependimento ou porque o tempo vai se escoando e tudo ainda está em brancas nuvens.

Mas tem um problema, que Lula precisa saber: Deus não quer essas reformas do jeito que o PT entende.

Não se esqueça o Presidente de que o povo não quer essas reformas no jeito tão maltratado pelos petistas. E também que se lembre o Presidente do velho refrão segundo o qual a voz do povo é a voz de Deus.

Pode o PT ficar contra o povo. Mas Deus, não. E dizem até que Deus é brasileiro...

Faço votos para que a primavera social acenada no sábado pelo Presidente possa ocorrer. Primeiro, no entanto, o Governo petista do Presidente Lula precisa voltar a ficar a favor do povo. Por enquanto, o que estamos vendo são duas posições bem diferentes num mesmo Governo.

Um dos lados vive prometendo, garantindo espetáculos de crescimento, 10 milhões de empregos, hospitais e escolas que funcionem e violência-zero nas ruas das nossas cidades.

O outro lado, crava mais e mais atochos na classe média. Como agora, com a declaração do Ministro-Chefe da Casa Civil de que não será corrigida pela inflação a tabela do imposto de renda da pessoa física.

O Presidente do PT, ex-deputado José Genoíno, correu logo e juntou sua voz à do Ministro José Dirceu. E saiu-se com esta preciosidade: "a correção da tabela do imposto de renda Pessoa Física não faz parte do programa do PT."

Aí está, a gente fica sabendo que qualquer ato em favor do povo só se estiver no programa do Partido dos Trabalhadores. PT, saudações!

E aí é que o povo e principalmente o assalariado brasileiro ficam na mais completa dúvida: "Será que a taxação de inativos é do programa do PT?" "Será que tirar 30% dos proventos de viúvas está lá no programa do PT?"

Se não estiverem, estão na intenção do PT. Por isso, para que o historiador do futuro saiba o jeito de atuar do Governo Petista do Presidente Lula, requeiro que as matérias a seguir, da *Folha de S.Paulo* e de *O Estado de S.Paulo*, sejam anexadas a este pronunciamento e, assim, passem a constar dos Anais do Senado da República:

Lula: não fizemos 1% do que propusemos

"Mas sempre me levanto mais otimista do que fui me deitar", disse o presidente, fazendo balanço de seus nove meses no governo

Corumbá - Em viagem ao Mato Grosso do Sul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez hoje um balanço dos nove meses do seu governo, admitindo que não conseguiu fazer nem 1% do que pretendia. Ainda assim, disse estar bastante otimista e ressaltou as conquistas obtidas até agora. "Temos clareza da situação do País", disse o presidente em solenidade de lançamento de edital para reforma de rodovias na região do Pantanal. A platéia esperada de políticos e lideranças da região não compareceu e foi substituída por populares convidados de última hora para preencher o espaço vazio no Clube Corumbaense de futebol.

Ressaltando que lê diariamente pesquisas que medem indicadores econômicos, especialmente os relacionados ao mercado de trabalho, o presidente afirmou: "Sei que não fizemos 1% do que propusemos, afinal de contas estamos há 9 meses no governo, mas sempre me levanto mais otimista do que fui me deitar". Em seguida, disse que "não há espaço para ser pessimista porque quando estamos pessimistas, passamos para os outros" e pediu que fossem observados também os pontos positivos nesses nove meses de governo. Ele lembrou que, em dezembro do ano passado, o risco País estava em 2400 pontos, a previsão de inflação, 40% e não havia linhas de financiamento para exportação.

O presidente destacou também que pretende concluir até 15 de dezembro as reformas previdenciária e tributária. Segundo Lula, a reforma tributária é necessária porque a maioria dos estados está quebrado. Sem mencionar a reforma no Judiciário que causou um atrito entre os poderes recentemente, o presidente Lula disse que o governo dará andamento também às reformas política, sindical, trabalhista e agrária. No discurso improvisado, disse que será ga-

roto-propaganda do Pantanal no exterior e, ao ressaltar o potencial turístico da região, afirmou que "por isso, é importante não ficarmos muito contra aqueles que defendem o meio ambiente", numa referência indireta ao deputado Fernando Gabeira que se desligou esta semana do PT.

Leonêncio Nossa "

"Reformas serão aprovadas até 15 dezembro "se Deus quiser", diz Lula

da Folha Online

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou hoje que, "se Deus quiser", as reformas tributária e da Previdência Social estarão aprovadas pelo Congresso Nacional até o dia 15 de dezembro deste ano.

Ele discursou em cerimônia de comemoração aos 26 anos de criação do Estado de Mato Grosso do Sul, no município de Corumbá.

No discurso, Lula disse também que, se o Congresso Nacional decidir modificar o texto da reforma tributária, ou mesmo apresentar uma nova proposta, terá o seu apoio.

"Se não é essa que está lá, é outra, que façam. Mas precisa ser feita. Não pode ficar esse país cobrando o tributo que cobra hoje daqueles que querem investir", defendeu.

Desde que enviou a reforma tributária ao Congresso, o presidente vem enfrentando uma série de críticas sobre as propostas. Muitos governadores que, inicialmente, apoiaram a reforma, alegam agora que ela sofreu mudanças que vão resultar em perdas aos Estados.

O presidente aproveitou o evento em comemoração ao aniversário de 26 anos de criação do Mato Grosso do Sul para rebater as críticas de que a reforma tributária é de interesse pessoal seu ou do governo federal.

"Uma reforma tributária nesse país não é para beneficiar o presidente ou o Executivo. Ela se faz necessária para que a gente possa desonerar a produção e as exortações e transformar um país num mercado globalizado. Não é uma coisa de interesse do presidente, mas de interesse do país", enfatizou.

Sem qualidade

Na avaliação de Lula, muitos governantes não conseguiram aprovar as reformas por não manterem uma boa relação com o Congresso Nacional, com os governadores e com os prefeitos das grandes capitais. "Muitos tentaram durante muitos anos e não conseguiram. Não porque não tinha qualidade, não porque não quissem", ressaltou.

Sobre a reforma da Previdência, Lula disse que, se ela não for feita de fato, muitos estados que já estão "quebrados" não terão em curto prazo condições de pagar benefícios aos servidores estaduais.

"Fizemos a reforma da Previ não porque o presidente queria. Fizemos-reforma porque os Estados brasileiros, com raríssimas exceções, estão quebrados. A maioria não tem dinheiro para pagar 13º. Se continuasse como era, possivelmente em dez anos nenhum Estado teria dinheiro para pagar os benefícios aos trabalhadores brasileiros", disse.

Além das reformas tributária e previdenciária, Lula voltou a defender a realização de uma ampla reforma política e, também, a tão "sonhada" reforma agrária.

Segundo Lula, a reforma agrária vai ser realizada em seu governo, mas não somente como transferência dos "miseráveis urbanos" para o campo "para continuarem miseráveis rurais". O presidente garantiu que a reforma agrária vai assentar os trabalhadores sem-terra e oferecer condições para que possam produzir e gerar renda.

Com Agência Brasil"

Lula anuncia chegada da 'primavera social'

Presidente diz ainda que reformas da Previdência e tributária são 'ferramentas de solidariedade'

Tânia Monteiro

Brasília – Mais otimista que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que previu um cenário ruim para o País por mais nove meses, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez um discurso quase poético, ontem, em defesa das ações de solidariedade. "São um

broto verde de esperança que vamos continuar regando e cuidando com carinho, para que se multiplique e anuncie aquilo que o Brasil tanto espera: a chegada da primavera social na vida da nossa gente." Lula, ao discursar na solenidade de prestação de contas dos nove meses de parceria da Confederação Nacional do Comércio com o Programa Fome Zero, apontou as reformas da Previdência e tributária como ferramentas de solidariedade.

"A legislação tributária é outra ferramenta de solidariedade porque permite redistribuir a riqueza e evitar a guerra fiscal que desarmoniza a federação e aprofunda os desequilíbrios regionais", disse. "A Previdência é um bom exemplo dessa convergência solidária."

O presidente defendeu as ações de solidariedade. "É preciso criar condições para que o individualismo ceda lugar à lógica do consenso, como temos feito nas negociações das reformas e na criação de novas instâncias democráticas de discussão do País". Ele ressaltou que não se trata de passar por cima do conflito de interesses. "A política existe justamente para legitimar o diálogo entre as diferenças, mas se trata, sim, de reforçar convergências, que nos permitam reconhecer no interesse do outro, uma parte do nosso próprio interesse, sem o quê fica muito difícil construir um projeto democrático de desenvolvimento social."

Desperdício – Depois de fazer um balanço dos avanços nos gestos de solidariedade e condenar o desperdício, Lula disse que o que se fez "é pouco ainda". "Não é possível construir uma sociedade justa, solidária e republicana como o Brasil quer ser, se a gente não abdicar pelo menos do desperdício, que é o escárnio da desigualdade: é o privilégio que vai para o lixo", afirmou. Combater o desperdício, disse, é "um compromisso ético e prático com a mudança".

Lula citou números da Organização das Nações Unidas para demonstrar o grau de desperdício que há no País. A ONU calcula que um quarto do alimento produzido no Brasil é desperdiçado, o que significa que 13 milhões de toneladas/ano de alimentos não são aproveitados e que 20 milhões de toneladas por safra ficam perdidas entre o campo e a cidade. Além disso, diz a ONU, 60% do lixo recolhido em área urbana é de alimentos não aproveitados.

"O resultado dessa absurda matemática da subtração é que o fosso do desperdício guarda comida suficiente para alimentar mais

de 30 milhões de brasileiros famintos", disse Lula. "Não existe nada mais estrutural na construção de um país do que a argamassa da solidariedade."

O presidente, que preferiu desta vez se concentrar no discurso previamente preparado para ele, ressaltou que "cuidar deste país não é se preocupar com as estatísticas, é se preocupar com o ser humano". Ao fazer um balanço dos avanços no engajamento da sociedade e agradecer o apoio do Sesc na primeira fase do programa Fome Zero, declarou que os empresários podem fazer muito mais. Lula recebeu do presidente da CNC, Antônio de Oliveira Santos, dados de 31 programas de recolhimento de alimentos excedentes que são repassados a instituições sociais, além de cartilhas sobre manuseio e transporte de alimentos.

Sem a presença das autoridades federais, após a cerimônia foi servido para os convidados um farto e luxuoso coquetel com direito a salmão defumado, patinhas de siri, castanhas e champanhe.

"Tabela do IR não vai mudar, avisa Dirceu

Por causa da necessidade de superávit, alíquotas não serão corrigidas

Denise Madueño e Sérgio Gobetti

Brasília – O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou ontem que o governo não pretende corrigir pela inflação a atual tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física para o ano que vem. O ajuste das faixas de alíquota do imposto, uma das muitas medidas ligadas ao IRPF que o PT defendeu no passado, permitiria que mais pessoas ficassem isentas - mas produziria perdas de arrecadação para a União.

"A situação do País exige, em 2004, que o governo mantenha o superávit fiscal", argumentou Dirceu. Ele se manifestou contra a proposta do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) de incluir na reforma tributária um dispositivo tornando obrigatória a correção anual da tabela.

Se as faixas atuais fossem corrigidas pela inflação de 2003, por exemplo, o limite de isenção poderia passar dos atuais R\$ 1.058 para cerca de R\$ 1.153.

Como o nível de renda no País é extremamente baixo, essa diferença de R\$ 100 poderia significar um acréscimo de centenas de milhares de pessoas isentas.

Na última mexida na tabela do IRPF, o número de contribuintes do IRPF caiu de 7,2% para 6,6% da população economicamente ativa do Brasil, de acordo com dados da Receita Federal. Uma nova correção das faixas poderia reduzir ainda mais esse percentual e também faria cair a parcela de contribuição de quem continuasse pagando imposto.

Com uma correção de 9% na tabela, por exemplo, uma pessoa que ganha R\$ 3.000 por mês teria seu desconto em folha reduzido de R\$ 401,80 para R\$ 363,80 - um ganho individual de R\$ 38 por mês. Ao todo, o governo arrecada cerca de R\$ 80 bilhões por ano com o Imposto de Renda e, para manter essa receita, já enviou ao Congresso um projeto de lei prorrogando indefinidamente a alíquota de 27,5% para quem ganha mais de R\$2.115.

Ao justificar as medidas fiscais, Dirceu ressaltou ontem que a inflação será reduzida, que os indicadores econômicos melhoraram e que será retomado o desenvolvimento econômico. Ressaltou, porém, que a situação orçamentária do País é difícil por causa da necessidade de obtenção de superávit primário e porque houve uma queda na previsão de receita para este ano.

"Se queremos ter crescimento sustentado nos próximos dez anos, temos de ter consciência das dificuldades que vamos passar em 2003 e 2004, ainda que tenhamos aumento de emprego e crescimento da renda no ano que vem", explicou.

O ministro da Casa Civil foi evasivo quando questionado se a tabela do IRPF poderia ser corrigida daqui a dois anos. "2005 está muito longe", desconversou.

Sinal – Anteontem, durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para discutir a reforma tributária, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, já sinalizou que não faz parte dos planos do governo qualquer correção na tabela do Imposto de Renda.

Além disso, disse que as mudanças no IRPF não resolvem o problema da justiça tributária porque envolvem apenas uma pequena parcela da população.

"Não tem como alterar a regressividade do sistema tributário mexendo no imposto de renda", disse Palocci, ao falar sobre a pro-

porção de impostos pagos pelas classes mais baixas em comparação às mais ricas. Segundo ele, a maneira mais eficaz de beneficiar os mais pobres é a desoneração da cesta básica, prevista na proposta de reforma tributária já aprovada na Câmara."

"PT não prometeu rever tabela do IR, diz Genoio

Jander-Presidente do partido argumenta que correção não consta do programa do governo

Ramon

São Bernardo do Campo – O presidente nacional do PT, José Genoio, afirmou ontem, em São Bernardo do Campo, que a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), não faz parte do programa do PT e nem constava do programa de Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva na campanha presidencial do ano passado. Na sexta-feira, como antecipou o Estado, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, declarou que, para manter o superávit fiscal, o governo não vai corrigir a atual tabela para 2004"

Era o que tinha a dizer.

13-10-2003

CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DA ESQUISITA EMENDA PARALELA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi muito feliz o Senador Jefferson Péres quando argüiu o aspecto constitucional e quando, por outro lado, trouxe o debate para a questão eminentemente técnica.

De fato, tenho ouvido por aí fumaças sobre acreditar-se ou não no que empenha o Governo por intermédio do Líder do PT, Relator Tião Viana. De minha parte, não há a menor sombra de dúvida quanto a S. Ex^a não cumprir sua palavra. Ao contrário, tenho certeza absoluta de que a intenção de S. Ex^a é essa, e o Governo não haverá de desprestigiar-lo.

Temos de discutir, neste momento, se cabe ou não o apensamento; se é ou não obrigatório o apensamento; se é ou não legítimo o apensamento. Poderemos argumentar com base no passado.

Volto à Câmara dos Deputados, e o exemplo ilustre que me ocorre é a Emenda Dante de Oliveira. Em determinado dia de 1984, o Deputado Dante de Oliveira apresentou a Emenda das Diretas. Cinco minutos depois, após a protocolização de sua emenda, aparece na Secretaria-Geral da Mesa o Deputado Theodoro Mendes*, de São Paulo. A matéria de S. Ex^a só foi votada após a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, e tempos depois, em 1987. É um exemplo ilustre, que lembra nossa luta por consolidar a democracia e, ao mesmo tempo, mostra a tradição de se fazer o apensamento.

Na Câmara dos Deputados, o Regimento diz que automaticamente deve haver o apensamento. No Senado Federal, há quem imagine que sim, há quem imagine que não, mas aqui já se viu o

aspecto constitucional. Ou seja, as emendas conflitantes não poderiam ser apreciadas no mesmo ano; do contrário, teríamos um nunca acabar em potencial da tese contra a antítese. Seria esse o problema.

Por outro lado, temos o exemplo da Câmara e a praxe do Senado e, sobretudo, a inovação: jamais houve no Senado nada parecido com a PEC paralela. E, se não houve, não sei se é hora de se começar a inovar.

Dizia-me ainda há pouco o Líder Tião Viana que essa PEC seria aprovada em tempo recorde, e acredito nisso. Se é assim – perguntei ao Líder com a lealdade com que me relaciono com S. Ex^a –, por que não se fazer a votação conjunta, evitando-se a inovação que vem por meio de uma PEC que nunca havia sido intentada nesta Casa? Se é assim, por que não se fazer a votação aqui e a votação na Câmara, até porque essa matéria, de urgência para o Governo, que vem sendo debatida há muitos anos no País, não obedece ao princípio da anualidade.

O Governo dispõe de ampla maioria e tem conseguido impor o seu ponto de vista, a sua opinião e a sua vontade. Nós, da Oposição, estamos dispostos a discutir o mérito sem obstrução, indo ao cerne da questão, procurando os aperfeiçoamentos.

Neste momento, estamos apenas colocando que, para o PSDB, não caberia a PEC paralela, embora eu saiba que as intenções são de cumprir com a determinação, sim. Não duvido disso.

Sr. Presidente, o Senador Demóstenes Torres é um jurista, uma figura ilustre com assento nesta Casa, que a todos nos orienta quando se trata de matéria de Direito. Diz S. Ex^a, em texto muito bem consubstanciado, que o art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os princípios básicos que regem o processo legislativo, “estabelece, em seus incisos III e IV, a impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de Lideranças ou decisão de Plenário, ainda que unânimes, tomados ou não mediante voto, e a nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental”. E aí arrazoa o Senador Demóstenes Torres no sentido de que o Senado espanque a possibilidade de prosseguimento desta PEC sem que a mesma esteja apensada à matéria principal.

Parece-me – e novamente recorro ao Senador Jefferson Péres – que, ao recusar as emendas, o Senador Tião Viana já estabelecerá a possibilidade de estarmos aqui infringindo a Constituição, porque

estariamos votando o contraditório, a antítese, opondo a antítese à tese e, quem sabe, buscando uma síntese que talvez não coubesse realizar neste momento.

De maneira bastante serena e procurando reservar toda nossa melhor energia para o debate da matéria em si, a posição do PSDB é a de que, neste momento, aqui, reflitamos além do curto tempo, além das colinas do curto prazo, além do imediatismo, e que preservemos, sobretudo, o Senado. Tenho dito sempre que, se começarmos a criar regras ao sabor das nossas necessidades, um dia, veremos o papel inverter-se: quem é maioria vira minoria. E a minoria, que hoje se sentiria eventualmente oprimida em seu direito de manifestação, amanhã se sentirá, como maioria, no direito de oprimir.

O Congresso é uma entidade vetusta. As entidades têm que ser vetustas e austeras, devem viver sob regras fixas, imutáveis. O que serve para mim, serve para fulano, serve para beltrano, serve para sicrano. Ou seja, olhemos com nossos olhos, os melhores em relação ao Brasil, para as colinas do longo prazo e pensemos acima da conjuntura. Não vejo, sinceramente, que a matéria não possa voltar à Câmara dos Deputados, se for desejo do Senado modificá-la, até porque há a garantia do Ministro José Dirceu, há a garantia do Presidente da República, há o empenho das Lideranças do Governo, dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, todo o empenho de todos os que asseguram que esta PEC terá uma tramitação até mais célere do que a atual.

Por que então, Senador Jefferson Péres, não aproveitaríamos a possibilidade da celeridade desta para dar celeridade à matéria principal? Ou pareceria que estariamos nos descuidando da matéria principal. Pareceria até que o Governo estaria mais preocupado em conceder nesta PEC os benefícios que procura retirar com a emenda da Previdência, a Emenda nº 067, do que propriamente aprová-la. É uma contradição formal que não quero que fique no campo do formal, Sr. Presidente. Gostaria que saísse para o campo político. Ou seja, se pensarmos em 15, 20 dias, um ou dois meses a mais. E a matéria não possui princípio de anualidade, repito, não sei se vale a pena criarmos uma praxe que talvez não se sustente pela lógica; uma praxe que talvez colida com a sabedoria do legislador; uma praxe que talvez colida com a tradição secular de um Parlamento que foi montando suas regras a peso de muita

vivência civilizatória, a peso de muitos passos históricos, a peso de muita vida vivida.

Portanto, chamo a Casa à reflexão e, também, o Senador Tião Viana, de cuja boa-fé eu jamais duvidaria. Ao contrário, registro a boa-fé do Senador Tião Viana, para neste momento, pensarmos se a melhor saída não é abdicarmos da PEC paralela e cuidarmos de fazer a tramitação normal, natural, conforme a praxe, que tem sido a de se promulgar. Aquilo que foi aprovado se manda para a Câmara de volta; para o exame do que ainda está faltando; um tempo a mais, um tempo a menos, que seja aberto o espaço para o veredicto aberto, o veredicto claro do Congresso; que o Congresso fale, por intermédio do Senado e da Câmara, e que depois se estabeleça a vontade da Nação por meio desses que hoje estão aqui a debater.

Neste momento, então, o que fazemos é corroborar a tese que procurei abordar pelo lado político, com as limitações que possam em mim caber, mas, sem dúvida alguma, aqui endossando com entusiasmo a opinião absolutamente embasada juridicamente, preparada, absolutamente douda deste grande advogado, deste grande jurista que tem se demonstrado para nós como um homem sobretudo de muito espírito público, o Senador Demóstenes Torres, cuja opinião marcha nesta sessão e tem marchado em tantas outras do PSDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

28-10-2003

**DETONANDO A LAVANDERIA.
O ÊXITO DA CPI
DO BANESTADO**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Banestado, como diz o seu Presidente, Senador Antero Paes de Barros, "já acumula vitórias", a exemplo, por exemplo, da que derrubou o mito de que o Congresso Nacional é incapaz de investigar corrupção e legislar ao mesmo tempo.

Essas colocações estão em oportuno artigo do ilustre Senador, publicado hoje no *Jornal do Brasil*, que passo a ler, para que passe a constar dos Anais do Senado da República. É a seguinte a sua íntegra:

"Detonando a lavanderia

Antero Paes de Barros Senador (PSDB – MT)

A CPMI que investiga a evasão de divisas, popularizada como CPI do Banestado, realiza diligências esta semana no Rio de Janeiro. Vai interrogar dezenas de pessoas envolvidas com a quadrilha do chamado propinoduto e com a remessa ilegal de dinheiro para o exterior, e se inteirar dos processos em andamento na Justiça Federal do Rio sobre o escândalo dos silveirinhas.

Interessa à CPI do Banestado principalmente aprofundar o conhecimento sobre o "esquema" utilizado pela quadrilha para a remessa de dinheiro a contas bancárias no exterior. Não apenas na esperança de contribuir para o repatriamento desses recursos, objetivo do Ministério Público e da Justiça, mas também para mapear passo a passo a rota seguida pelo dinheiro, buscando identificar os

seus operadores e detonar esse esquema, que serve igualmente a todos os interessados na evasão de divisas.

Há quase cinco meses estamos revirando as entranhas da grande lavanderia de dinheiro que funcionou e ainda funciona no Brasil. Em 44 reuniões, a CPI aprovou mais de 400 requerimentos de informações e de quebra de sigilos bancário e fiscal. Foram ouvidas mais de 60 pessoas, entre investigadores, investigados e informantes. Analisamos milhares de documentos e CD roms, checamos milhões de operações bancárias de pessoas e empresas envolvidas com a remessa ilegal de dinheiro para o exterior.

Já realizamos diligências em São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e São José do Rio Preto (SP), no Brasil. De Washington e Nova York, nos Estados Unidos, trouxemos imenso volume de documentos sobre empresas *off shore*, entre elas a Beacon Hill, considerada a *holding* dos doleiros sul-americanos, em cujas contas circularam cerca de 10 bilhões de dólares retirados ilegalmente do Brasil.

Na documentação da Beacon Hill descobrimos a *off shore* Pai Capital Corp., de cujo suntuoso escritório em São Paulo foram remetidos para as Ilhas Virgens britânicas mais de 200 milhões de dólares. Na última sexta-feira, cumprindo determinação da CPI, a Polícia Federal apreendeu documentos e computadores na sede da Pai Capital. Outras contas estão sendo esmiuçadas, em estreita colaboração com o Ministério Público, a Justiça, a Receita e a Polícia Federal.

A CPI não revelou, de antemão, nomes de suspeitos sob investigação nem apontou culpados. Não destruiu reputações e não prendeu ninguém diante das câmeras de TV. Por trabalhar de forma discreta, sem alarde, não tem merecido grande atenção da imprensa nem recebeu apoio de entidades representativas da sociedade civil. *Meno male*. O sigilo é importante para o sucesso do trabalho.

Embora discreta, a CPI do Banestado já acumula vitórias. A primeira é a de derrubar o mito de que o Congresso Nacional é incapaz de investigar corrupção e legislar ao mesmo tempo. A votação das reformas tributária e da Previdência Social avança, simultânea e paralelamente às apurações. O Congresso não parou, não houve ameaças à estabilidade econômica nem à ordem democrática.

Novas conquistas virão no tempo adequado, em decorrência das investigações e constatações. Para conhecimento da sociedade, quero acentuar algumas delas.

Já temos elementos que confirmam as estimativas informais de que, no período entre 1996 e 2002, cerca de 30 bilhões de dólares saíram ilegalmente do país, especialmente para paraísos fiscais. Constatamos que a partir do final da década de 80, a convicção acadêmica prevaleceu sobre a ética política na elaboração das leis para o setor financeiro. Houve excessiva liberdade para a entrada e saída de capitais e promoveu-se o desmonte das estruturas de Estado dedicadas ao combate aos crimes financeiros.

Criaram-se facilidades para a lavagem de dinheiro em Foz do Iguaçu, ensejando a montagem de esquemas fraudulentos, que envolveram bancos, casas de câmbio, "laranjas" e empresas *off shore* e drenaram ilegalmente para o exterior recursos que deviam financiar o progresso econômico e a melhoria das condições de vida de nossa gente.

Com os dados e informações reunidas, estamos obtendo provas que faltavam contra suspeitos identificados em outras CPIs, como a do narcotráfico, a do futebol, a dos precatórios e a dos bancos. Aquelas CPIs nadaram, nadaram e morreram na praia da evasão de divisas porque o dinheiro do crime e da corrupção "desapareceu" em Foz do Iguaçu. Partimos do ponto onde pararam aquelas CPIs e esperamos promover um acerto de contas com aqueles corruptos, muitos ainda hoje impunes.

Se a CPI acabasse hoje, já teria cumprido o seu papel. Ela deu respaldo político e contribuiu para tornar eficazes as investigações do Ministério Público, da Polícia Federal e outros órgãos sobre o "ralo" Foz do Iguaçu. Depois da CPI, mais de 200 pessoas já foram denunciadas à Justiça por evasão de divisas. Milhares foram notificados pela Receita por elisão fiscal. Demos à Receita acesso a sigilos bancários e, ao Ministério Público, informações sob sigilo fiscal, rompendo barreiras burocráticas e evitando a prescrição dos crimes contra a ordem fiscal.

O relatório final vai propor mudanças na legislação. Não se admite mais depósito bancário sem identificação do depositante nem a existência de algumas categorias de empresas, como as *factorings*, cujas operações, típicas de instituições financeiras, estão a salvo da fiscalização e da supervisão governamental. Queremos

demolir o muro que separa Banco Central e Receita Federal e tornar compulsória a troca de informações entre os dois. E regulamentar o funcionamento de forças-tarefa, com servidores da Receita, da Polícia Federal, do Banco Central e do Ministério Público para integrar esforços desses órgãos no combate à sonegação e à lavagem de dinheiro.

Não tenho dúvida de que esta é a CPI das CPIs. Muito temos ainda por fazer, no prosseguimento das investigações por mais 180 dias. Os culpados de crime de lesa-pátria serão denunciados no relatório final. Políticos, empresários, servidores públicos, artistas ou figuras de destaque na sociedade, ninguém será poupado ou protegido.

Quem tem com o que se preocupar, que faça logo um estoque de analgésicos, pois vamos dar muito trabalho aos sonegadores e a quem participou de remessa ilegal ou de lavagem de dinheiro. Fiquem certos: a CPI do Banestado não vai acabar em pizza.

O senador Antero Paes de Barros é presidente da CPI do Banestado

Comunicação de Liderança

12-11-2003

**É BOM O PT COMEÇAR
A GOVERNAR, ANTES
QUE SEJA TARDE**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, por diversas vezes, o PSDB denunciou desta tribuna a leniência do Governo petista do Presidente Lula em relação à escalada da violência no meio rural. Como de hábito, todas as autoridades responsáveis fizeram ouvidos moucos às advertências. O Governo petista finge que não vê; finge que não ouve as advertências.

Propusemos, inclusive, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o exame do gravíssimo problema da ação dos Sem-Terras, acobertada pelo Governo petista do Presidente Lula. Depois, numa evidência clara de que o assunto é delicado, a CPI foi transformada em Comissão Mista do Congresso Nacional. O PT resiste. Finge que não sabe da gravidade do problema. Finge que não ouve nossas advertências.

Hoje, meu partido incorpora-se à denúncia de um dos principais jornais do País, *O Estado de S.Paulo*. Será que mesmo assim a postura petista vai seguir na base do finge que não vê?

A denúncia veio em editorial do *Estadão* e a sua síntese foi feita pelo próprio editorialista: "*A omissão do Governo ante as desordens do MST é receita para o desastre.*"

De duas, uma: o Governo petista está mesmo mudo ou anseia pela *desastre*. Pela *receita do desastre*, como bem nomeia o *Estadão*.

Dou um exemplo: na semana passada, depois de receber um telefonema de nosso ex-colega Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte, denunciei aqui a invasão, por um grupo de 300 desordeiros do MST, à Prefeitura de Ceará-Mirim.

O Líder do Governo limitou-se a uma rápida resposta, prometendo que, em seguida, traria a este Plenário a palavra do Governo. Não trouxe.

Para conhecimento, não apenas da Liderança Governista, mas de todo o Senado, aqui vai a descrição daquele ato de puro vandalismo. Abro aspas para um trecho do editorial de *O Estado de S.Paulo*:

"Um grupo de 300 militantes do MST invadiu a Prefeitura de Ceará-Mirim, na área metropolitana de Natal, expulsou os funcionários, hasteou a bandeira encarnada à frente e acima do pavilhão nacional e ateou fogo à porta do prédio – uma construção histórica, de 1889 – tendo a fachada, reformada em abril, ficado chamuscada e as paredes internas escurecidas pela fumaça. Motivo? Os sem-terra reivindicam a construção de postos de saúde e de escolas nos assentamentos existentes na região – o que a prefeita não tem condições de atender, por falta de recursos. Mas o desrespeito não deixou de ser premiado: a superintendência do Incra prometeu mandar consertar dois ônibus, fornecer lonas e combustível e promover a análise de terras para desapropriação em várias cidades do Estado."

Como diz a denúncia, provavelmente só depois de uma grande tragédia o Governo petista tomará consciência da gravidade da omissão governamental, "*que fecha os olhos para o desenfreado dos desrespeitadores da lei, da ordem pública e dos direitos alheios, travestidos de militantes de movimentos sociais*".

Antes que seja demasiado tarde, é preciso que o Governo comece a governar. Já reclamei isso diversas vezes. Afinal, o Governo não pode seguir nessa sua simplória atitude, fechando os olhos à realidade brasileira.

Não pode também esse mesmo Governo surdo, mudo e cego, seguir entendendo que *Le Roi cest moi*. Assim tem sido, como nesse final de semana, em que Lula, e agora, por incrível que pareça, o presidente do PT, ex-Deputado José Genoíno, reiteraram que o episódio Benedita da Silva "está encerrado e ponto final!"

Primeiro de tudo, o Presidente não é juiz para sentenciar a absolvição de ninguém. Segundo, onde o presidente de um partido, o PT, foi buscar autoridade para decidir as coisas pelo Governo?

Seria bom que o ex-Deputado entendesse que muito mais valia tem o coro que ecoou da platéia de domingo, no show de Paulinho da Viola, em Brasília. É a voz do povo, Presidente. Ouvi-la faz bem. Desentope ouvidos e aguça a vista.

Requeiro, Senhor Presidente, que a íntegra do editorial de *O Estado de S.Paulo* passe a integrar este pronunciamento e os Anais do Senado da República.

Iminência de uma tragédia

A "cultura" da violência não se instala de chofre em uma sociedade.

Ela se infiltra aos poucos em todos os espaços abertos pela leniência dos agentes que deveriam zelar pelo primado da lei, até que a aplicação arbitrária da força substitua as formas racionais e civilizadas de dirimir conflitos e evitar tragédias. Esse processo é gradativo: o homem que mata a companheira geralmente a espancou antes, sem ser punido; os grupos que provocam grandes destruições de bens públicos e privados geralmente chegaram lá pelo pequeno vandalismo que não foi contido e punido pela lei.

Estas considerações vêm a propósito da ampla escalada da violência, organizada e simultânea, em vários pontos do território nacional, comandada pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) e entidades que lhes são assemelhadas. Os noticiários dos jornais são um verdadeiro "diário da guerra no campo".

Tomem-se os exemplos das ocorrências de um só dia, terça-feira. Um grupo de 300 militantes do MST invadiu a prefeitura de Ceará-Mirim, na área metropolitana de Natal, expulsou os funcionários, hasteou sua bandeira encarnada à frente e acima do pavilhão nacional e ateou fogo à porta do prédio - uma construção histórica, de 1889 - tendo a fachada, reformada em abril, ficado chamuscada e as paredes internas escurecidas pela fumaça.

Motivo? Os sem-terra reivindicavam a construção de postos de saúde e de escolas nos quatro assentamentos existentes na região - o que a prefeita não tem condições de atender, por falta de recursos. Mas o desrespeito não deixou de ser premiado: a superintendência do Incra prometeu mandar consertar dois ônibus, fornecer lonas e combustível e promover a análise de terras para desapropriação em várias cidades do Estado.

Grupos compostos de 100 a 250 manifestantes, do MST e do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), ocuparam agências do Banco do Brasil nas cidades gaúchas de Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo, Bagé e Livramento, impedindo funcionários e clientes de entrar. Em Porto Alegre, o prédio do Ministério da Fazenda, onde também funciona a Receita Federal, foi tomado às 7 horas da manhã por 800 manifestantes, que só deixavam circular os agentes de segurança. Quem ia trabalhar ou encaminhar documentos era

mandado de volta para casa. Motivo? Tratava-se de um "protesto" contra a falta de recursos para plantio e infra-estrutura, contra a lentidão nas vistorias e desapropriações. Com lonas, cobertores e fogões, os manifestantes na sede da Fazenda federal avisaram que vão ficar no prédio "por tempo indeterminado", até o governo federal liberar recursos para o custeio da lavoura e apresentar um programa de assentamento.

No Paraná, membros do MST também acamparam diante de agências do Banco do Brasil, de vários municípios. Motivo? Especialmente para pressionar a Assembléia Legislativa a aprovar projeto de lei que proíbe, do cultivo à comercialização, os produtos transgênicos no Estado, mas também para efetuar um protesto de natureza mais genérica, como o contido na nota divulgada pelo movimento, nestes termos: "Já se passaram dez meses do início do novo governo e até agora não temos nenhuma resposta às nossas reivindicações."

Esses atos somam-se às múltiplas invasões e ocupações que se acumulam em diversas regiões do País, gerando uma permanente tensão no campo e provocando - como não poderia deixar de ser - reações igualmente violentas.

Por exemplo, na região central do Paraná, entre Palmital e Laranjal, a Polícia Federal prendeu oito pessoas, acusadas de porte ilegal de armas e formação de quadrilha, numa operação - a "Paz no Campo" - que apreendeu 50 armas. Só que, segundo depoimento do presidente da Associação de Produtores Rurais de Laranjal, os 100 policiais iniciaram essa operação às 6 horas, prendendo muitos fazendeiros e seus funcionários por porte ilegal de armas, mas chegaram aos acampamentos dos sem-terra somente às 15 horas, dando-lhes, assim, um bom tempo pra escapar... Donde se conclui que o MST e assemelhados têm muito mais noção do alcance da simultaneidade, nas suas operações, do que o pessoal da Polícia Federal...

Será que só depois de uma grande tragédia se tomará consciência da gravidade da omissão do governo, que fecha os olhos para o desenfreio dos desrespeitadores da Lei, da ordem pública e dos direitos alheios, travestidos de militantes de "movimentos sociais"?

Era o que tinha a dizer.

20-10-2003

DENÚNCIAS DE ESPIONAGEM ENVOLVEM PETISTAS

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a para um comunicação de interesse partidário nos termos do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar minha comunicação de Liderança desta tarde, quero dizer ao Senado Federal que, diante da grave denúncia divulgada esta semana pela revista *Veja* sobre espionagem envolvendo nomes ligados ao Partido dos Trabalhadores, alguns deles hoje no Governo, estou encaminhando à Mesa os seguinte itens:

1º – Requerimento de Informações ao Ministro da Justiça. Esse requerimento nós pretendemos que ele não seja aprovado na base do senta e levanta, na base do consenso, da compreensão sempre generosa da Casa. Queremos vê-lo debatido e desde já me inscrevo para o debate do requerimento;

2º – transcrição nos Anais da reportagem da revista *Veja* contendo pormenorizada descrição do aparelho de espionagem posto em prática pelo PT, segundo a revista, durante a campanha eleitoral.

Na sexta-feira passada, neste plenário, antecipei em pronunciamento da tribuna que tinha a visualização para além da campanha, para dentro do Governo. Já era detentor de indícios de um esquema de espionagem e que, a se confirmar, traria pormenores ao Plenário. Antes até do que supunha, confirmou-se a bisbilhotagem. O ilustre Líder do Governo, Senador Aloizio

Mercadante, naquela manhã, prontificou-se a se aliar à investigação que então anunciei. S. Ex^a pode sem dúvida agora cumprir a promessa.

(*)Sr. Presidente, repito o que disse ao iniciar este pronunciamento: a revista *Veja*, uma das mais importantes publicações brasileiras, publica esta semana grave denúncia de espionagem praticada durante a campanha eleitoral de 2002, envolvendo nomes do Partido dos Trabalhadores hoje membros do atual Governo. A imediata apuração dos fatos contidos na denúncia não pode sofrer protelações pela extrema importância de que se reveste a descrição levada ao conhecimento do Brasil pela revista.

Desde logo, e como medida complementar, requieiro, Sr. Presidente, que o trecho da entrevista seja considerado parte integrante deste pronunciamento e assim passe a constar dos Anais do Senado da República. Em seguida, Sr. Presidente, o texto.

Sr. Presidente, de maneira bastante leal para com a Casa, para com a Nação e para com o Governo, em reunião hoje com as Lideranças do Bloco de Oposição, ficou acertado que o Líder José Agripino e eu assinaríamos um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Justiça, perguntando que providências S. Ex^a estaria tomando para, fartamente, explicar à Nação sobre esse que me parece um escândalo – e se não é desmentido é um escândalo com formas escabrosas.

Segundo: tomamos a decisão de aguardar o que mais possa vir à luz, envolvendo esse tema.

Terceiro: tomamos a decisão de não precipitar o pedido de nova comissão parlamentar de inquérito, até porque não queremos vulgarizar esse instituto, deixando bem nítido que o que determinará o nosso pedido ou não de uma comissão parlamentar de inquérito serão o conteúdo, o vigor e a capacidade de convencimento dos argumentos que venham a ser postos pelo Governo à nossa análise e sobretudo à análise da Nação. Se o Governo for convincente, a Oposição reconhecerá e tomará as medidas cabíveis. Se o Governo não for convincente, a Oposição fará o pedido da comissão parlamentar de inquérito, por entender que, não havendo o necessário esclarecimento, somente uma investigação mais ampla e com todos os poderes atinentes a uma CPI é que se poderia chegar então à verdade que, neste último caso, no que não quero crer, teria sido sonegada pelo Governo à Nação.

Fiquei triste com a matéria, Sr. Presidente. A reportagem é responsável, o jornalista Policarpo Júnior é sério, a revista *Veja* é acreditada, mas percebo que o Ministro Ciro Gomes, tão zangado com o ex-Ministro José Serra, precisaria agora, quem sabe, interpelar o Governo sobre ser verdade ou não que ele próprio, Ciro, fora vítima de chantagem orquestrada pela campanha de Lula, e o Governador Garotinho também. Que não se acomodem os dois – concluo, Sr. Presidente – em preferir colocar a culpa em quem não tem caneta e procurar inventar inocência para quem tem a caneta na mão.

Estamos diante de um dilema, que determinará se a CPI será pedida ou não pela Oposição. Estamos diante de um dilema: ou o Governo desmente, e aqui reconheceremos a força dos seus argumentos, ou serei obrigado a vir a esta tribuna para dizer que tudo aquilo que se dizia de Serra teria se dado de verdade na campanha de Lula. Ou seja, que o verdadeiro Serra seria o próprio Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

28-10-03

**GOVERNO LULA NÃO ACEITA
ISENTAR APOSENTADOS
COM MAIS DE 70 ANOS**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma semana depois da viagem particular da Ministra Benedita da Silva, às custas do Erário, depois da confusão do episódio dos transgênicos, o Planalto segue errando, agora com mais um capítulo de trapalhadas, em meio a entrechoques entre o Presidente e o Ministro da Saúde, na sanção do Estatuto do Idoso.

Primeiro de tudo, o Governo estava acatando uma boa iniciativa do Congresso Nacional ao programar a sanção da lei, de iniciativa do nobre Senador Paulo Paim. Isso era bom, positivo para o Governo e para o País. De repente, a tempestade inunda toda a aparência de antes, com a intempestiva reação do Ministro Humberto Costa, praticamente condenando o gesto de cidadania aos idosos. Pelo menos em parte. A trapalhada é que o Ministro teve que voltar atrás. Mas quem garante, pergunto eu, que sua marcha-ré não foi apenas para consumo público?

A dose foi dupla. No mesmo dia, a base governista no Senado mais uma vez usou o rolo compressor por sobre as intenções das oposições, que tentaram ressaltar, na taxação dos inativos, os aposentados com mais de 70 anos, além dos aposentados por incapacidade física. Em vão. O Governo petista na prática anulava o gesto, que poderia ser altivo, ao programar a solenidade de sanção do Estatuto do Idoso, que deu no que deu. Deu com uma mão e tirou com a outra.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, ao se referir a mais essa trapalhada palaciana, observa que esse ritual virou rotina: "Desencontro vira rotina no primeiro escalão", diz o título da matéria.

Na manhã de ontem, o próprio Presidente Lula confirmou que o espetáculo das trapalhadas é uma realidade. Na entrevista coletiva aos repórteres de emissoras de rádio, o Presidente que, felizmente, confirmou a sanção do Estatuto, deu um recado a sua equipe, lembrando que os Ministros tiveram tempo suficiente para tomar conhecimento do projeto. Se não fizeram isso, que agüentem agora.

Bem, essa é a decisão do Presidente. Antes, ao responder a outra pergunta dos radialistas sobre a viagem religiosa de Benedita da Silva, Lula fez apenas passar a mão na cabeça da Ministra. Na versão do Presidente, tudo não passou de um erro burocrático do Ministério, ao solicitar a autorização para a viagem. Fica aí apenas a mão na cabeça. A justificativa não convence, a menos que o "equivoco" também seja uma das trapalhadas rotineiras do Governo.

Convenhamos, não existe isso de alisar a cabeça de alguém depois de uma traquinagem. No Governo, no Estado e na administração ou é ou não é, não há qualquer outra derivação. E, se existe, será uma derivação equivocada, portanto, inaceitável.

A postura do Presidente nesse sentido também está cheia de equívocos. Isso ficou bem evidente ao longo da entrevista que ele concedeu ontem aos radialistas no Palácio do Planalto. As perguntas foram as que a Nação inteira indaga o tempo todo, na expectativa de que o Governo venha a ter êxito e, em conseqüência, a vida do brasileiro melhore.

Já as respostas do Presidente, todas elas, passaram ao largo, como se pode concluir numa análise isenta do que Lula afirmou naquele encontro com os jornalistas, transmitido pelo rádio.

A Nação tem lembrança de tudo que ele já afirmou, desde a sua posse, no dia 1º de janeiro. Nada se confirmou - e como lamento isso. O Presidente, depois de tantos anúncios e depois de tantas bandeiras, não conseguiu impedir que todas fossem por água abaixo.

Agora, na entrevista aos radialistas, o Presidente manteve a conjugação do verbo no futuro, sem saber que o Brasil vive o presente. E presente difícil. Portanto, exigente. A situação está a pedir, já e agora, o verbo no presente.

É hora de deixar de lado o uso de parábolas. De que adianta dizer que "o tempo das vacas magras acabou"? Vou repetir a frase

do Presidente. Ele disse que "o tempo das vacas magras acabou". O verbo está no pretérito, pretérito perfeito, mas a intenção continua no futuro.

Pergunto: alguém crê que acabou o tempo das vacas magras? Quem quer que saia por aí, mesmo com lupa ou telescópio, não vai encontrar a vaca gorda de que falou o Presidente ao acenar novamente, no pretérito do futuro, que "a economia vai crescer no último trimestre e no ano que vem".

Gostaríamos de olhar com otimismo o comportamento da economia brasileira, mas não consigo divisar a luz no túnel, ainda sombrio e infelizmente nada prometedora.

Basta uma breve análise nas cifras oficiais para constatar que o País não vive num mar de rosas. Até mesmo o controle da inflação, de que tanto se vangloria o Governo de Lula, voltou a engrenar marchas ascendentes.

Em agosto, houve crescimento de 0,5% e, no mês passado, o incremento foi ainda maior, registrando 0,8%, segundo dados da Fipe*. O mais dramático é que o custo da cesta básica disparou, crescendo 17% nos últimos doze meses. Só o arroz, um dos itens da mesa do pobre, teve o preço elevado em 72% e a carne subiu 16%.

O professor Jorge Arbache, da Universidade de Brasília, apontou o crescimento do desemprego, com três mil desempregados só na Capital Federal, uma cidade de porte médio. Segundo o professor, o preço da cesta básica equivale hoje a 70% do rendimento líquido da renda do trabalhador.

Um outro economista, entrevistado no noticioso matutino da Rede Globo, disse não ver outro caminho para enfrentar as dificuldades a não ser a redução das quantidades de alimentos na mesa do brasileiro.

O risco é o agravamento do problema de desnutrição no País, de que resultará certamente demanda maior aos hospitais e às farmácias.

Sr. Presidente, o amparo ao idoso é muito mais do que uma obrigação do Governo e de todos nós. O Governo do Presidente Lula, no entanto, fecha os olhos para essa realidade ao se negar a acolher proposta do PSDB para isentar as pessoas de mais 70 anos da taxaço que agora vai incidir sobre os inativos.

Em matéria muito bem elaborada, com base em consultas a numerosas pessoas, o jornal *O Estado de S. Paulo** assinala: "Chegar

à terceira idade com saúde perfeita e sem precisar tomar remédios é privilégio de poucos. É nessa fase que as doenças crônico-degenerativas costumam levar idosos regularmente a farmácias. Medicamentos de uso continuado para controle de pressão, diabetes, osteoporose, entre outros, são fundamentais para garantir qualidade de vida. O Estatuto do Idoso promete fornecer esses remédios gratuitamente, mas o próprio Ministério da Saúde reconhece não ter recursos para atender à crescente população de idosos.

Aqui deste plenário, o nobre Senador Mão Santa, que é médico, já demonstrou o que hoje o jornal publica. Só para controlar a pressão, as pessoas idosas costumam gastar perto de R\$40,00 mensais. Se a pressão alta for acompanhada por doenças que provocam dor nas articulações, a conta fica maior. Dependendo do antiinflamatório, o gasto fica entre R\$40,00 e R\$80,00 por mês. Nessa faixa de idade, são comuns também, como mostra a mesma reportagem de *O Estadão*, a depressão e a osteoporose.

Só para o principal medicamento que trata a osteoporose, os custos mensais variam de R\$80,00 a R\$120,00, conforme a marca. Aliviar os sintomas depressivos não fica por menos de R\$60,00 por mês e pode chegar facilmente a R\$100,00. Aos 67 anos, a aposentada Maria José de Lima deixou de comprar os remédios para a osteoporose por conta do preço. "Não dá para pagar R\$120,00", diz. Para complicar, não toma mais a medicação à base de cálcio para os ossos, que custa, em média, R\$90,00 por mês, e parou de fazer o tratamento da bursite. "Ainda tenho de tomar antiinflamatório", diz a Sr^a Maria José de Lima, brasileira, aposentada. Continua ela: "Se fosse comprar todos os remédios, ia morar debaixo da ponte", reclama.

A situação dessa brasileira não difere muito da de milhares de outros idosos, todos agora, infelizmente, desprezados pelo Governo que aí está.

Sr. Presidente, esta manhã, telefonou-me de Passos, no Sul de Minas, uma brasileira de 72 anos, a Sr^a Maria Gomes Vasconcelos. Ela contou que acompanha, há dias, pela TV Senado, todos os debates da votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. Sua expectativa era a de que o Governo se revelasse sensível e não taxasse os aposentados com mais de 70 anos de idade. "Fiquei numa tristeza muito grande, logo eu que votei no Lula", diz a aposentada Maria Gomes Vasconcelos.

Essa senhora, Sr^{as} e Srs. Senadores, prosseguiu conversando e disse que ouvira, também ontem, um discurso do Senador Mão Santa, do Piauí, no plenário do Senado. Disse-me ela: "Gosto muito de ouvir o Dr. Mão Santa, ele fala o que gostamos de ouvir".

Ela se disse horrorizada quando soube, pelo discurso do Senador Mão Santa, que "o Lula aumentou os Ministérios para 40". Indagou-me: "É isso mesmo, Dr. Virgílio? É por essas coisas que o Brasil não tem jeito." Disse estar triste também com uma senadora cujo nome não lembrava. Falou que até gostava muito dela, a quem chegou a escrever uma cartinha. Como ela não se lembrou, não sei a quem ela se refere. Outro dia, ela ouviu essa Senadora falando que o Governo tinha que proteger o PT na hora de nomear funcionários. Ela disse: "Não pode, não. O senhor diga isso a ela".

Sei que mensagens assim chegam diariamente a todos os senadores. No caso da senhora de Passos, deu azar, porque, logo após, em entrevista aos radialistas, o Presidente Lula, com postura que beirou a arrogância, contrariou D. Maria Gomes, dizendo que o aparelhamento que a Nação toda condenou e vai continuar condenando continuará. Disse o Presidente Lula: "Eu tenho que nomear pessoas competentes e da confiança do Presidente".

Sr. Presidente, requero que as notícias a seguir, publicadas na edição de hoje de o *Estadão*, passem a integrar este pronunciamento e a constar dos Anais do Senado da República. "Estatuto do Idoso: nova trapalhada do Governo", matéria de Tânia Monteiro de o *Estadão*. Diz ela:

O Estatuto do Idoso ficou sete anos em discussão no Congresso e continuou polêmico até na sanção do texto, ontem, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em cerimônia oficial, o Presidente assinou, simbolicamente, o Estatuto. Mas até o início da noite, permanecia o suspense sobre o veto ou não ao artigo que proíbe planos de saúde de reajustarem mensalidades de pessoas com mais de 60 anos. Com dúvidas jurídicas, o texto não seguiu para publicação no *Diário Oficial* da União.

Lula também tropeçou na linguagem. Começou o discurso de improviso, afirmando que os 119 artigos do Estatuto formam um "guarda-chuva de garantias legais que a sociedade devia aos seus idosos", dando-lhes "dignidade", "sem depender de favores, sem amargar humilhações". Mas cometeu um deslize ao citar um conselho que dá aos amigos: "Quando se aposentarem, por favor, não

fiquem em casa atrapalhando a família. Que desastre! Agora sou eu que digo isto: que desastre!] Tem que procurar alguma coisa para fazer. Vá a um clube, faça alguma coisa que torne o seu dia mais prazeroso, porque, se você ficar disputando espaço no sofá com o neto para ver um desenho animado ou ver o futebol, a sua vida vai ficar chata”.

Sr. Presidente, de fato, causa-me uma certa revolta o Presidente confundir incapacidade com idade, não percebendo que é uma aspiração dos seres humanos sábios chegar à velhice. É um privilégio, porque, quem não tem sorte e não tem juízo, termina não chegando à velhice, é preciso juntar as duas coisas. E o Presidente confunde e praticamente referenda um preconceito, ou seja, imagina que o papel do idoso é disputar o espaço diante da televisão com o seu neto. O Presidente precisaria moderar essa coisa do improviso. Isso é desastroso, porque Sua Excelência vai bem lendo; quando pára de ler, desanda a improvisar e começamos a ver esses verdadeiros impropérios hoje dirigidos ao idoso; amanhã, sei lá a quem, mas sempre aquela coisa do impulso, e da falta de disciplina para organizar o pensamento e ficar naquilo que foi organizado e estabelecido.

Volto à matéria de Tânia Monteiro

Para comprovar a tese de que idade não significa falta de disposição, Lula mencionou a sogra de 75 anos. “Se falar para ela que tem um passeio a pé daqui para a China, ela topa ir”. [Meu Deus do Céu!] O Presidente citou seu próprio caso com exemplo. Disse que está procurando viver de forma “mais gostosa, mais saborosa e mais motivadora” e, “se Deus for generoso”, quer chegar aos 100 anos.

Desejo sinceramente que o Presidente chegue aos 100 anos e desejo que o Presidente construa um governo que não negue aos idosos que estão aí lutando pela vida o direito de também eles chegarem aos 100 anos de idade.

De novo matéria de Tânia Monteiro:

Ao fim da cerimônia, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, estava constrangido com a falta de anúncio do veto. Ele contou ter recomendado, em parecer, a retirada do artigo sobre planos de saúde. Para ele, o dispositivo é “redundante”, já que a Lei de Planos de Saúde proíbe reajustes por mudança de faixa etária para quem tem mais de 60 anos e seja associado ao plano há pelo menos dez anos.

O ministro também criticou a proposta de distribuição gratuita de remédios de uso contínuo prevista no Estatuto, alegando que não há recursos para bancar o benefício aos 20 milhões de idosos do País.

Costa ignorava o fato de que, pouco antes da cerimônia, Lula aprovara integralmente o estatuto, em uma reunião realizada no Palácio do Planalto com a presença dos Ministros da Casa Civil, José Dirceu; da Previdência, Ricardo Berzoini; da Secretaria-Geral, Luiz Dulci, e do Senador Paulo Paim (PT – RS), autor do projeto. Só o ministro da Saúde não foi convidado.

Paim disse estranhar a reação de Costa, lembrando que o estatuto passou sete anos no Congresso e foi aprovado por unanimidade. [Aí, disse Paulo Paim] “Se ele não leu, problema dele”.

Continua Tânia Monteiro:

A Casa Civil recebeu 40 pedidos de veto. Segundo Paim, o Presidente manteve os três principais pontos: a proibição de aumento nos planos de saúde; a redução de 67 para 65 anos da idade dos idosos de famílias carentes que ganham 1 salário mínimo, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social; e a previsão de pena de 6 meses a 12 anos de cadeia por maus-tratos aos idosos.

Na cerimônia, foram exibidas cenas de maus-tratos ao casal de idosos da novela Mulheres Apaixonadas da Rede Globo. “Quando vejo aquela neta falar com eles daquele jeito, tenho vontade de dar umas palmadas nela”, comentou Lula.

Aí o Presidente sai da falta de ação prática pelos idosos para imaginar que o remédio para uma neta que não seja sensível é o espancamento. Ou seja, que o Presidente não enverede por esse caminho perigoso do improvisado se não tem a plena capacidade de domar os seus impulsos, porque, afinal de contas, não se trata mais do líder sindical, não se trata sequer do ilustre presidente de honra do Partido dos Trabalhadores; trata-se do dirigente principal de um País de economia e sociedade complexas como é o Brasil.

“Desencontro vira rotina no primeiro escalão”. É matéria também de O Estado de S. Paulo, de Lígia Formenti, que passo a ler:

O mal-estar de ontem, durante a sanção do Estatuto do Idoso, engrossa a lista de episódios que mostram a falta de sintonia entre decisões de Governo e a opinião de Ministros. Logo pela manhã,

o Ministro da Saúde, Humberto Costa, defendeu abertamente o veto ao artigo que proibia o reajuste de mensalidades de planos de saúde. Para ele, a lei que regula o setor já oferece proteção aos maiores de 60 anos. Essa opinião já constava de um parecer preparado pelo Ministério. No fim da tarde, pouco antes de embarcar para São Paulo, o Ministro deixou claro estar alheio às discussões para resolver o impasse.

“Não tive resposta, ainda, do que ficou definido lá. Em princípio, não teve veto.”

Nos dez meses de Ministério, esta é a terceira vez que Costa tem de lidar com decisões de governo que esbarram em assuntos ligados à sua Pasta.

Primeiro, foi a medida provisória que flexibilizou a restrição de propaganda de cigarro. Com a edição da MP, Costa foi alvo de duras críticas. Entre elas, a de que a medida tinha sido editada para beneficiar a Prefeitura de São Paulo, que podia ser excluída do circuito da Fórmula-1.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados – para discutir a MP da publicidade do cigarro –, Costa sugeriu que, no projeto, fossem incluídas também restrições para a propaganda do álcool. A sugestão foi incorporada ao texto. Mas a Casa Civil foi contra. O texto aprovado só faz menção ao cigarro.

Na semana passada, as divergências também foram explícitas, mas com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, contrária à edição da MP da soja transgênica.

Houve ainda o pito dado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Ministro da Educação, professor Cristovam Buarque, que pedia mais recursos.

E, em junho, houve mais fatos; em agosto, mais fatos; em setembro, outros fatos.

Imaginamos que, se o Presidente ouvir o nosso alerta, quem sabe as trapalhadas parem e o Governo entre no ritmo normal de acertar ou errar, mas dentro de uma lógica firme e consistente, dentro de uma racionalidade inquebrantável. O Governo não me passa a idéia da consistência nem da lógica inquebrantável.

Idosos param de usar remédios por causa do preço. Chegar à terceira idade com saúde perfeita e sem precisar tomar remédios é privilégio de poucos. É nessa fase que as doenças crônico-degenerativas costumam levar idosos regularmente à farmácia.

O texto repete, mais ou menos, o que eu já havia lido, o cálculo que já havia sido feito pelo Senador Mão Santa a respeito dos gastos que vão sobrecarregando a vida de um aposentado, sobretudo quando a vida mostra suas cores outonais. É a hora em que o organismo está mais fraco, em que mais vulneráveis às doenças crônico-degenerativas ficam os cidadãos do mundo inteiro. É nessa hora, precisamente, que é preciso um olhar sensível dos governos em qualquer instância, com políticas públicas muito claras, que protejam os que construíram a nossa civilização, deram-nos todas as lições de vida e que, sem dúvida alguma, passaram-no este grande País, que é o Brasil, com seus defeitos e suas insuficiências, mas, sem dúvida, com suas inúmeras qualidades e potencialidades.

Finalmente, mais um trecho de Lígia Formenti, jornalista de *O Estado de S. Paulo*:

"Fila – Não é diferente a situação do aposentado Júlio Brito de Jonas, de 56 anos. Afastado do trabalho há 11 anos por conta da pressão alta e diabetes, Jonas encontrou uma alternativa para não deixar de tomar remédio. 'Passo até quatro horas na fila da farmácia do Hospital das Clínicas (HC) para conseguir os remédios de graça', diz. O problema é quando o hospital não tem a medicação. 'Aí, quando falta remédio no HC, tenho de emprestar dinheiro de alguém, comprar fiado...' A hipertensão já fez o aposentado ser socorrido na fila. A pressão subiu demais, quase fiquei internado. Mas é o preço que a gente paga, né?' A cada consulta, Jonas retira a medicação necessária para três meses.

Mas nem todos encontram remédios nos postos de saúde ou hospitais. 'Então a alternativa é procurar os genéricos para fugir dos preços e controlar a pressão', diz a comerciante Jeni Scapin, de 51 anos.

O comerciante Álvaro Braconi dividiu com um irmão as despesas médicas da mãe, Isaltina, de 85 anos, para diminuir o impacto dos preços dos remédios que ela precisa tomar. 'Fico imaginando como está a situação de quem não tem alternativa, de quem não tem a quem recorrer".

Na citação acima, Sr. Presidente, houve a colaboração também de Bárbara Souza e Luciana Miranda nessa matéria.

Uso o pouco tempo que me resta, para encerrar este pronunciamento, pedindo, de maneira muito enfática, ao Presidente da República que ultrapasse essa fase da propaganda pela propaganda,

até por que não dá para ancorar um governo de quatro anos pura e simplesmente na imagem pessoal, sustentada por meios artificiais do Presidente da República. Não dá. Não há mágica que se possa fazer no jogo sofisticado do *marketing*. Não há dinheiro que possa ser gasto e que sustente a imagem de governo, que sustente um país inteiro emulado pelas declarações bombásticas do Presidente e pelo seu aspecto simpático, até mais que simpático, "simpaticão", essa coisa em que ele usa uma linguagem muito próxima do que as pessoas mais simples costumam fazê-lo. Então, o Presidente é uma figura, sem dúvida nenhuma, simpática. Se perguntarem: - Tem simpatia por ele? Tenho. Agora, a minha simpatia por ele não me diz para passar a mão na cabeça de um governo que tem sido flácido na questão ética, haja vista o episódio da Benedita, haja vista essa coisa Duda Mendonça, essa coisa promíscua dessa relação. Aliás, li, outro dia, que o Sr. Duda Mendonça estaria processando o Presidente do meu Partido, que comigo ele já decidiu o que fazer. Estou completamente às ordens. Se acha que deve me processar, por favor. Se acha que há motivos, que estou exorbitando - procuro não ser insultuoso com ninguém, mas se acha que estou exorbitando, por favor, estou completamente às ordens, para receber o processo do Sr. Duda Mendonça ou de quem quer que se sinta desconfortável com as colocações, com as posições que adoto aqui na tribuna da Casa. Mas volto ao Sr. Duda Mendonça: isso tudo reflete uma certa flacidez, um certo padrão flácido em relação à questão ética. E o Governo poderá, amanhã, amargar, com o exemplo que está dando e a partir de certas figuras que o estejam a compor, esse quadro.

Peço ao Presidente que supere a fase da propaganda, que procure mesmo criar uma âncora verdadeira, a única que pode sustentar um governo, que é a eficiência administrativa, é a eficácia no gerir as coisas públicas. É menos jogo de palavras, é menos parábolas, menos coisas leves. O Presidente não tem nada que se meter nessa história de Coríntias. O Dr. Citadini, que não sei quem é - não torço pelo Coríntians, que pode perder à vontade, sou até do Flamengo e com ele é a minha preocupação, mas não misturo futebol com a minha atuação - o Dr. Citadini, que é dirigente do Coríntians, tem o direito de falar, a meu ver, é oportuno que fale sobre o Governo Lula, como qualquer um de nós. Não sei se é a coisa mais oportuna, mais adequada, o Presidente da República se preocupar com o futebol. Parece que o Brasil é a Suécia, parece que

os problemas básicos estão todos resolvidos, parece que não tem a fila dos desempregados, parece que não tem as pessoas reclamando do preço dos remédios, parece que não tem, na verdade, as pesquisas da CNI mostrando a queda de confiança do consumidor nos próximos passos da vida brasileira, parece até que assim estamos fazendo o papel do Prefeito francês de cidade pequena.

Encerro, dizendo a V. Ex^a que o prefeito francês de cidade pequena geralmente é deputado, se não o for, não tem nenhuma importância. Só são importantes os prefeitos de Paris, de Nice e de uma meia dúzia de cidades grandes da França; as demais, as pequenas, têm todos os seus problemas básicos resolvidos. Então, o prefeito só tem que trabalhar às quintas-feiras. Ele chega lá, vai dar o tiro para início da competição de canoagem, vai dar o beijo paternal na Miss Uva, vai provar a uva do momento, vai, enfim, assinar os papéis, mas o sistema parlamentarista francês funciona tão bem e as cidades pequenas estão tão bem administradas que quase não se nota a necessidade da presença do prefeito. Quando ele acumula o cargo de prefeito com a deputação federal, o que lhe dá o direito de influir na escolha de ministro e até de ser ministro ou primeiro ministro, quem sabe, aí é um homem importante. Parece até que estamos aqui ouvindo o prefeito de uma cidade francesa, dessas pequenas, não o de Paris, o de Nice, que têm problemas graves, mas dessas pequenas em que o prefeito só trabalha às quintas-feiras e que a máquina anda sozinha. Por isso, o prefeito de lá pode se dar ao luxo de discutir se o Paris Saint-Germain está de fato na melhor fase ou se fez bem em soltar o passe do Ronaldinho Gaúcho. Lá cabe, porque, de fato, os problemas básicos estão resolvidos. Aqui, não. Chega a ser alienação discutirmos futebol se temos um povo passando fome, se temos um povo desempregado, se temos, enfim, uma situação que tem sido tormentosa para tantos brasileiros que querem, em sua maioria, renovar as esperanças neste Governo. Mas, aos poucos, eles vão perdendo a esperança, porque percebem que o que vale mesmo, o que tem funcionado mesmo é o esquema de propaganda, que chega a ser avassalador, a ponto de as pessoas – quem sabe – desavisadamente, num primeiro momento, até dizerem: puxa, estão trabalhando muito, para logo se beliscarem e verem que a realidade está apontando o descaminho da inação e não o caminho do trabalho conseqüente.

Peço desculpas a V. Ex^a por ter avançado na hora, mas foi um pouco a sensibilidade do momento e mais ainda o dever que procuro cumprir de exercer o meu papel de fiscal de um governo que não ajudei a eleger. Eu não ajudei a eleger, então meu papel é fiscalizar o Governo. Se eu não fiscalizo, se V. Ex^a não fiscaliza, se outros tantos não fiscalizam, o Governo começa a achar que seus erros são virtudes, começa a achar que não tem nenhuma conta a prestar a ninguém. Até porque áulicos não lhe faltarão. Os governos novos costumam ter muitos áulicos. No final do governo é que cresce certo capim na porta. Isso é da tradição republicana brasileira e é desse regime até cruel e avassalador que é o presidencialismo. Mas no começo não se vanglorie o Presidente das vitórias que vem obtendo no Congresso. Isso ocorre porque monta uma máquina de rolo compressor, mesmo, e atropela a vontade das Oposições.

Não se esqueça, Presidente Lula, de que o Presidente Collor fez mais até: confiscou a poupança sob os aplausos do Congresso. Nos primeiros doze meses de governo, o Presidente pode quase tudo. Seria tão bom se aproveitasse isso para coisas úteis. Depois, vem o fim da lua-de-mel. Depois passa a eleição municipal. Aí nós temos um figurino bem mais claro de que o Governo começa uma certa fase de descenso a partir do início do seu terceiro ano de governo e, no final, ele será forte se tiver chance de se reeleger; será razoavelmente forte se apontar alguém com chance de se eleger; e será muito fraco se as condições envolventes, porventura, não indicarem o caminho da vitória para o partido que esteja no poder. Aí, alianças começam a ser feitas alianças e começa a crescer aquela grama na porta.

Por isso, hoje, de certa forma calejado – com a experiência que acumulei como administrador público, como parlamentar, como ministro de estado –, vejo que não há espaço para o deslumbramento e para a vaidade. O deslumbramento e a vaidade são muito pouco e muito mesquinhos, enquanto sentimentos, diante das necessidades reais que o nosso povo tem a enfrentar. O vaidoso é aquele que, pelo sentimento mesquinho de o ser, depois, cai das nuvens, pois começa a achar que está havendo ingratidão para com ele; no segundo momento, ele não entende que a realidade possa ser – e será – mais dura para com ele.

É bom não se empolgar, não ficar muito ilusoriamente crente na hora das “vacas gordas”, para usar uma expressão do Presiden-

te, que é o início de governo; depois, inevitavelmente, há um certo choque com a realidade, e eu não quero choque para o Presidente Lula. Tenho muito respeito por Sua Excelência, mas, muito menos, desejo choque para o povo brasileiro, que, a meu ver, tem sofrido secularmente.

Não quero colocar nas costas do Presidente os males do País, mas apenas dizer que, nesses seus nove meses de Governo, não contribuiu para resolver nenhum dos problemas que encontrou; ao contrário, tem permitido, infelizmente, o agravamento de tantos outros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

30-8-2003

**A CADA R\$1 GASTO COM
O FOME ZERO, O GOVERNO PETISTA
GASTA MAIS R\$1,77**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, cheio de erros, omissões, improvisação e muita trapalhada, o chamado programa Fome Zero não está, por enquanto, levando benefícios à população pobre do País. Mas está levando dinheiro para o ralo às pamparras.

Quem diz isso é o SIAFI, o Sistema Integrado de Administração Financeira, do próprio Governo. E o que ele mostra é estardalhante: a cada R\$1 repassado para um beneficiário, o ralo leva R\$1,77. Quase o dobro do benefício. Perdido em custos administrativos.

Como revela o estudo do SIAFI, dos R\$198 milhões gastos até agora com o pretense programa, foram gastos R\$98 milhões com custos operacionais, como o pagamento de diárias e passagens, material para distribuição gratuita e contratação de pessoas físicas e jurídicas.

A esse propósito, o nobre Líder do PFL na Câmara, Deputado José Carlos Aleluia informa que, nos próximos dias, irá denunciar, da tribuna da Câmara, os erros de execução dos programas sociais do Governo petista.

O Deputado baiano considera que não há dolo ou indícios de corrupção nesses gastos exagerados. Mas há, isso sim, garante, muita ineficiência do Governo petista na condução dos seus programas sociais.

Apesar da evidência dos fatos, inclusive do estudo do SIAFI, um órgão governamental, o Secretário-Executivo do Ministério de Segurança Alimentar, Flávio Borges Botelho Filho, acha que está tudo muito certo e que os custos do Fome Zero baixos.

O que ele não explica são os elevados gastos, já denunciados pelas oposições, com o milionário convênio firmado com a Unesco para a implantação do programa. São R\$33,6 milhões para um programa a ser executado ao longo dos quatro anos do Governo petista.

5 -11- 2003

**ATORDOADO, O GOVERNO
AMALDIÇO A CALÇADA, POR
NÃO CONSEGUIR ANDAR EM LINHA RETA**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, com um *ups, errei*, no título, o articulista Antônio Machado, da coluna *Brazil S/A*, publica hoje, no *Correio Braziliense*, reúne considerações em torno das seguidas gafes cometidas pelo Governo petista do Presidente Lula.

Como nota o jornalista, "o Governo atual parece tão atordoado como um bêbado que amaldiçoa a calçada porque não consegue andar em linha reta.

30-9-2003.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Eduardo Suplicy é um homem coerente, que costuma manter-se firme em suas posições. E, quando enfrentávamos juntos a ditadura militar, eu me colocava sempre de acordo com S. Ex^a. Com a redemocratização, o espectro ideológico ficou muito mais fragmentado; S. Ex^a foi para o seu lado, eu vim para o meu, mas devo manter aqui por S. Ex^a o meu respeito e o meu carinho pessoal.

Quando denunciei da tribuna, fazendo coro com a imprensa e com a revolta da opinião pública, o loteamento de cargos, o aparelhamento pelo Partido majoritário da coligação governista da máquina do Estado, é claro que houve gente da Oposição que se manifestou ao meu lado. Houve gente de posição de independência nesta Casa, como o Senador Jefferson Péres e seus companheiros do

PDT, que se manifestaram na mesma direção. Mas houve também a voz corajosa e coerente do Senador Eduardo Suplicy. O Senador manifestou sua opinião e, no dia seguinte, desaba sobre S. Ex^a o mundo. Vem o todo-poderoso, Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu, na tentativa pública de repetir o que dizem que foi uma tentativa privada de intimidação sobre o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Eu brincava com alguns amigos, ainda há pouco, que, ontem, no Bom-Dia, Brasil, o Ministro José Dirceu parecia tão ameaçador, enraivecido, poderoso e inflado, que eu estava, Senador Álvaro Dias, com dois filhos, assistindo ao programa; para o mais velho, de 11 anos, eu disse: "Você já agüenta"; a minha filhinha, de 8 anos, eu tirei da sala, para que a garotinha não se traumatizasse.

Mas, muito bem! Prossigo. É o meu dever de pai, Senador Jefferson Péres, cuidar da sanidade psicológica dos meus filhos.

Tenho a certeza de que o Senador Eduardo Suplicy, em nenhum momento, se deixaria intimidar. Manifestou, ao contrário, a posição que sempre foi a do seu Partido, contra loteamento de cargos, contra a fisiologia. Portanto, quero, aqui, homenagear o Senador Eduardo Suplicy.

Noutro dia, Sr. Presidente, houve um episódio bastante crítico na relação entre Judiciário e Executivo, quando o Presidente Lula, num arroubo, talvez num acesso, se referia à tal caixa-preta do Judiciário. Evidentemente, o Judiciário reagiu. Tempos depois, o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal dava entrevista às Páginas Amarelas de *Veja*, fazendo declarações cujos termos não corroboro, por se tratar do Presidente do Supremo Tribunal Federal. O Presidente Maurício Corrêa meramente revida; percebe-se que, atacado, agredido, S. Ex^a revidou, reagiu. E mais ainda: percebe-se que o Ministro Maurício Corrêa e o Supremo Tribunal Federal não terão nenhum *parti pris* em relação ao Governo Lula; ou seja, ganharão ou perderão demandas no Supremo Tribunal Federal se seus advogados instruírem corretamente o processo e se houver legitimidade de Direito na demanda que porventura façam.

Agressão mesmo, de poder para poder, houve ontem. Com as novas regras sob as quais funcionam as medidas provisórias, aconteceu uma inominável violência contra o Parlamento, uma terrível violência contra o Poder Legislativo, e é isso que quero dissecar aqui neste momento.

Ontem, para destravar a pauta, o Presidente da República edita a Medida Provisória nº 128, revogando a Medida Provisória nº 124, que tratava da Agência de Águas e que criava 600 cargos de urgência para o INSS. Ao enviar a primeira matéria, o Presidente da República arrazoava que seria ela relevante e urgente, até para ser também constitucional. Depois, com a medida provisória, revoga a medida provisória anterior.

Já conheço um pouco essa cantiga: daqui a pouco vem um orador, vem outro, e diz que isso aconteceu no Governo Fernando Henrique. Gosto das coisas transparentes e limpas. Com a regra velha das MP, era possível fazer isso sem causar nenhuma moessa às instituições, porque não havia prazo – era um outro regulamento. A partir das regras novas, tão cobradas em praça pública e nas tribunas pelo Partido dos Trabalhadores, não aconteceu jamais, outra vez, algo parecido da lavra do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E, portanto, o que, com as regras velhas, não era uma violência, com as regras novas é uma inominável violência contra o Poder Legislativo!

Veja, Sr. Presidente, os desvãos deste País.

Pergunto: qual é o caráter de urgência e relevância da MP nº 128, que meramente existe para revogar uma outra MP?

Primeiro, ela nega que teria sido relevante e urgente a MP anterior – tento ser dialético. Segundo, ela não tem outra explicação para sua própria desculpa de relevância e urgência que não o desejo de desobstruir a pauta para realizar a vontade do Executivo, para realizar a vontade presidencial. Ou seja, Sua Excelência tem uma vontade imperial, e ninguém pode contrariar a vontade do Presidente da República. Sua Excelência, todo-poderoso, por intermédio do seu mais poderoso ainda Ministro da Casa Civil, resolveu pautar a Câmara dos Deputados; resolveu dizer o quê e quando se votaria na Câmara dos Deputados; resolveu dizer que a Câmara não passa de um departamento do Executivo. E não admitiríamos nunca que isso acontecesse com a Câmara e não toleraremos jamais que isso aconteça com o Senado!

Fomos – líderes do PSDB, presidente do PSDB, líderes do PFL, presidente do PFL, um grupo de Deputados – ao Supremo Tribunal Federal para levar um mandado de segurança e uma ação direta de inconstitucionalidade, por entendermos que isso é uma aberração, que isso desqualifica o Presidente, desqualifica o Governo, mas,

sobretudo, desqualifica e humilha o Poder Legislativo. O Poder Legislativo pode funcionar bem ou mal, a depender da competência de seus membros; o Poder Legislativo não pode é funcionar agachado. E este Poder Legislativo, enquanto aqui estivermos, não se agachará a poder algum! Não se agachará a poder qualquer! Não se vergará a quaisquer injunções que não sejam as da lei e as da própria expectativa que temos sobre o que seja a representação popular na acepção da verdade.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres e, em seguida, ao Senador Álvaro Dias.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a, depois, me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com enorme alegria, Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Jefferson Peres (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio Neto, ao mencionar a estranha revogação da medida provisória, V. Ex^a frisou bem: se foi revogada é porque não era nem relevante, nem urgente. Senador Arthur Virgílio, já cansei de clamar – sou uma voz clamando no deserto contra essa abdicação do Congresso Nacional de suas prerrogativas de examinar sempre, com seriedade e rigor, os pressupostos de relevância e urgência de cada medida provisória. Nunca, nenhuma foi rejeitada; nunca foi negada a admissibilidade de qualquer medida provisória, e a maioria delas não preenche qualquer desses requisitos. Faria um apelo a V. Ex^a, como Líder do seu Partido, que tem uma bancada expressiva, e V. Ex^a, pessoalmente, hoje, como um dos nomes mais relevantes desta Casa: vamos pressionar, e fortemente, a direção desta Casa, para que estabeleçamos regras rigorosíssimas, a fim de que não continue essa situação, que é vexatória para o Congresso Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, pela clarividência de sempre. Coloque-me à sua disposição nessa cruzada nova.

E digo que há uma situação, Senadora Heloísa Helena, que, a todos, nos cobre de ridículo, porque veio uma MP que revogou a MP anterior. Digamos que nós, aqui, quiséssemos exercitar, na plenitude, nosso dever, nosso direito de emendar a medida provisória: como se emenda uma medida provisória que veio para reti-

rar outra de circulação? Senti-me coberto de ridículo e creio que a Casa toda também. Imagino que foi uma demasia, um abuso, que correspondem a uma certa sensação do posso tudo, do expulso, do prendo, do arrebento, do vai ser de qualquer maneira.

Para mim, é uma insanidade, é caso de junta médica, é caso de se mandar saber por que contra governadores, contra expressivos segmentos parlamentares, contra a sociedade, contra empresários, contra trabalhadores se força a votação de um projeto de reforma tributária. Querem acenar para um mercado que, em tempo recorde, foi aprovado algo que é ruim para o País, pois aumenta a carga tributária e empobrece a Nação.

Esse projeto não sustentará, ao longo do tempo, nenhum espetáculo do crescimento. Há, agora, o espetáculo do loteamento, o espetáculo da demissão do Incra, o espetáculo da inapetência, o espetáculo da desorganização do Instituto do Câncer, o espetáculo do desmantelamento da Fundação Nacional de Saúde. Há vários espetáculos. Agora, também tem o espetáculo do desprestígio do Congresso Nacional, com a edição de uma medida provisória completamente fútil, que vem para nos humilhar, pois humilhando a Câmara, humilha também o Senado.

Eu me recuso, com o meu mandato, a me deixar humilhar por quem quer que seja, porque o povo do Amazonas não nasceu para ter a sua representação humilhada. A nossa história é altiva e tem que ser contada pela ala da bravura e não pela rua escura do agachamento diante de um poder qualquer. Não nos agachamos quando havia uma ditadura militar e não o faríamos agora, quando reina um governo - se eu uso a palavra "reina", daqui a pouco, eles se coroam -, quando dirige o País um governo eleito democraticamente pelo povo.

Ouçó o Senador Álvaro Dias.

O Sr. Álvaro Dias (PSDB --PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como Líder competente de um partido que faz oposição responsável, faz muito bem ao denunciar esse espetáculo do desmonte do Estado pela politicagem e pelo fisiologismo. É muito grave fazer nomeações contrariando os critérios da eficiência, da competência, da probidade administrativa em favor de interesses subjacentes que atendem à politicagem. É muito grave em qualquer setor da administração pública, mais grave ainda na saúde pública, por-

que a saúde do povo deveria ser a suprema lei. O que se lamenta, sobretudo, é a fantástica mudança de discurso daqueles que hoje exercem o poder no País. Eram os primeiros a condenar os atos de fisiologismo e de politicagem. E, hoje, negando o discurso, praticam aquilo que há de mais nocivo para que se alcance a eficiência administrativa na função pública. E na esteira desse exemplo federal, há os exemplos estaduais. Na esteira do fisiologismo, da politicagem de nomeações com interesse eleitoreiro, há o nepotismo, lamentável, que ocorre, por exemplo, no meu Estado, o Paraná. Enquanto, em Londrina, 17 mil trabalhadores fizeram fila na busca de três vagas de cozeiros no Cemitério Municipal, o Governador emprega toda a sua família: irmãos, parentes, sobrinhos. S. Ex^a estabelece a política do pleno emprego em sua própria família. O grande programa de geração de empregos no Paraná hoje se denomina "o emprego da família". Na esteira do exemplo federal, portanto, viceja o exemplo estadual. É muito mau para o País. Estamos iniciando um tempo de licenciosidade na Administração Pública, no que diz respeito à ocupação dos cargos públicos. É preciso colocar o pé no freio. É preciso estabelecer um paradeiro, já que a descrença generalizada que sacode o País em relação às instituições públicas pode crescer exatamente na esteira desta postura de irresponsabilidade de alguns governantes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Álvaro Dias, pela contribuição inestimável que dá ao meu discurso.

Há, aqui, uma notícia da *Folha de S. Paulo* que diz que os dissidentes do PT e petistas na sua maior parte fundadores do Partido criticam o loteamento de cargos. E no subtítulo afirma: "Dirceu se diz estarrecido com crítica de Suplicy".

Quem tem o direito de estar estarrecido com o Dirceu, a meu ver, é o Senador Eduardo Suplicy, que, de maneira elogiável, manteve a sua postura de condenar o que lhe parecem excessos, demasias, fatos nocivos para o exercício da coisa pública.

Ouçó, com muito prazer, a Senadora Ana Júlia, representante do Estado do Pará.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Arthur Virgílio, talvez as pessoas estejam inconformadas com o resultado das urnas, mas a democracia é isto: saber respeitar. Como falei há

pouco, é exatamente a possibilidade na legalidade, na legitimidade da existência dos cargos em comissão, que faz com que estes sejam preenchidos com o critério da competência, da idoneidade e, com certeza, com o afinamento de um programa sufragado nas urnas. Não podemos condenar - muito pelo contrário - questões pontuais e tentar generalizar. Creio que podemos ter um espetáculo, sim. O que estamos vendo é a necessidade de uma bússola, quem sabe, para a Oposição, para que ela tome rumo, porque a Oposição está sem rumo neste País e fica procurando impedir que o Governo governe. Senador, desculpe-me. Com todo o respeito que V. Ex^a sabe que sempre tive por sua pessoa, pois V. Ex^a sempre ocupou e continua ocupando a tribuna de forma muito firme, defendendo os interesses do seu estado e do País, quero dizer que, com as divergências que são absolutamente naturais no regime democrático, estamos governando o País, e os cargos de confiança existem para isso. Por uma situação pontual, querer dizer que tudo está sendo ocupado por critério político, com pessoas incompetentes, é não reconhecer que o povo decidiu nas urnas por mudanças. E essas mudanças não podem ser efetivadas, se, na prática, não se conseguir isso também das pessoas que coordenam essas mudanças. Por exemplo: só o investimento de R\$193 milhões para a criação de 800 equipes de resgate médico, em 2003, senador, dará a oportunidade de salvar milhares de vidas neste País. Isso é uma ação concreta do Ministério da Saúde, como já citei outras. Em relação aos hospitais universitários, por exemplo, houve investimento de R\$100 milhões, sendo R\$50 milhões do Ministério da Saúde, mais R\$50 milhões do Ministério da Educação, para modernizar a gestão e promover uma maior inserção dos nossos hospitais universitários no Sistema Único de Saúde. Houve credenciamento de 2.233 novos leitos para UTI (unidades de tratamento intensivo). Isso aconteceu agora e, até o momento, já beneficiou os Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e São Paulo. Até agora, foram credenciadas pelo SUS 371 novas UTI, permitindo àquele cidadão que não tem condições de pagar um hospital particular e ser atendido em uma UTI, e por isso, muitas vezes, morre na porta do pronto-socorro, ser atendido com eficiência e ter a sua vida salva. Talvez, sejam essas medidas de eficiência e de eficácia que estão incomodando muitos que não viram isso ser feito ao longo de alguns anos. Senador, com todo o respeito que sempre tive por V. Ex^a e continuo a ter, acredito que o que está faltando à

Oposição é um rumo. Talvez, uma bússola fosse importante, mas a falta de rumo está fazendo com que condenem administrações que estão trazendo benefícios, principalmente para aquela população excluída, para aquele que não tem atendimento na saúde ou cujo atendimento, muitas vezes, o faz morrer. São essas pessoas que estão sendo beneficiadas em tão pouco tempo de governo. Essa é uma realidade que ninguém pode deixar de ver. O pior cego – como se diz – é aquele que não quer ver. Muito obrigada a V. Ex^a, nobre Senador, pela oportunidade de aparteá-lo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia.

Não sei se poderei, ainda, conceder um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E, também, a mim, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço apenas rapidez nos apartes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Antes de conceder o aparte, gostaria de dizer à Senadora Ana Júlia Carepa que o carinho é recíproco, tenho admiração por V. Ex^a. V. Ex^a seria uma Ministra da Saúde muito mais competente que o atual, cuja melhor ação foi receber os dois prêmios internacionais que caberiam ao ex-Ministro José Serra, se ainda estivesse aqui, porque foi da lavra do nosso Governo a feitura da ação que mereceu o prêmio. Mas, se o Ministro salva vidas com determinada ação, ele cumpre sua obrigação. Quando ele arrisca a vida com a incompetência do Instituto do Câncer, ele descumpre com o seu dever de ministro.

Concedo o aparte ao Senador José Agripino Maia, a seguir ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Após, encerro com muita honra este pronunciamento.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, serei

muito rápido. Só quero cumprimentá-lo pela propriedade de seu pronunciamento. Entendo que V. Ex^a está, como eu, assumindo uma posição responsável e com muito rumo, sim senhor, porque é graças às denúncias que V. Ex^a, que eu e que aqueles que fazem parte dos partidos de Oposição fazem no Congresso Nacional é que este Governo está tomando rumo. Vamos ao caso do Inca. Ele era exemplarmente dirigido por um cidadão chamado Jacob Kligerman (*), que o transformou em uma referência nacional. É a única entidade do Rio de Janeiro que é referência no Brasil inteiro. Ele não era do lado de ninguém, ele era do lado da saúde. O brasileiro que é portador de câncer é um pré-desesperado. O Poder Público poder fazer o que o Inca fazia é uma dádiva do céu. Isso foi feito por um governo que tinha rumo, do qual V. Ex^a foi Líder. Em que transformaram o Inca? Num feudo de um Partido político que se engalfinhou dentro de si próprio e levou-o à falência. A denúncia pública feita pela imprensa e pelos Partidos de Oposição está levando o Governo a mudar sua opinião. Em vez de indicar pelo critério de quem lado, estão levando o Governo a indicar quem tem competência. Se a Dr^a Vera for nomeada, ela voltará a dar rumo ao Inca.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sei se ela está à altura, mas que ela é competente, tudo indica que sim.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Com relação à colocação que V. Ex^a faz, os critérios de nomeação do INSS – se é militante, conta ponto; se não é, não conta ponto –, isso tudo tem que ser objeto em benefício de quem? Do Governo? Não, da sociedade que nós representamos, como representamos o Congresso Nacional, que acabou de ser ultrajado. Estivemos, às 13h, no Supremo Tribunal Federal, os que fazem o PSDB e o PFL, para salvar a dignidade do Congresso Nacional. O que está em voga agora é quem faz a pauta do Congresso. Pelo que aconteceu ontem, quando uma medida provisória revogou uma outra, se decretou a falência de todo o esforço de muito tempo em votar o encaminhamento correto das medidas provisórias, para que elas pudessem ter um processo legislativo conseqüente. Se ela não é apreciada, ela obstrui a pauta, e a obstrução leva a que se decida sobre determinadas matérias sobre as quais pode legislar a medida provisória. De repente, aparecem com uma novidade: o Poder Executivo revoga uma MP com uma outra MP. Então, não é mais preciso que o Presidente do Congresso organize a pauta da

Câmara ou Senado, basta que o Presidente, de tempos em tempos, revogue a MP que esteja obstruindo a pauta com uma nova MP. Contra isso vão encontrar sempre V. Ex^a e a mim pela frente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Agripino, agradeço a V. Ex^a pelo fraterno aparte. Digo de maneira bem curta, bem objetiva: esse discurso de dizerem que nós, porque perdemos a eleição, estaríamos impedidos de opinar já está cansativo. Ou seja, isso teria obrigado o PT a ficar calado nos últimos doze anos, porque perdeu três eleições de maneira bastante acintosa, do ponto de vista do repúdio eleitoral. Mas aqui tem petistas obrigados a passar 10% dos seus vencimentos – e não são parlamentares, pois, se o são, devem repassar 30% – para o caixa do partido. No nível atual de presença na máquina, e alguns extremamente incompetentes, conforme já vimos, a assessoria do meu partido me indica que esse partido terá, só por aí, R\$120 milhões para gastar nas eleições municipais, ou seja, é uma questão ética para se examinar.

Encerro concedendo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, vinha ouvindo no rádio o seu discurso e quero me congratular com V. Ex^a mais uma vez. Se V. Ex^a às vezes se excede – e isso às vezes acontece – é porque o Governo tem se excedido demais, daí as justas e acaloradas palavras de V. Ex^a. Hoje V. Ex^a está calmo diante dos fatos. Essa medida provisória não poderia ser retirada até porque – o que é grave – ela voltará. Com que cara fica o Governo ao enviar a mesma medida provisória para a Câmara dos Deputados? Onde estava, como salientou um dos aparteantes, a relevância e a urgência de tudo isso? Ademais, tenho o maior apreço pela Senadora Ana Júlia, embora não tenha intimidade com ela, mas S. Ex^a está informando mal sobre a Bahia. Nunca a Bahia foi tão maltratada pelo Ministério da Saúde como agora. Peço à Senadora Ana Júlia, se tem realmente a força que acredito ter e a qual merece, que peça ao Ministro da Saúde para tratar melhor a Bahia, pois ela está sendo maltratada, inclusive com um secretário, que é nosso adversário político, fazendo tudo contra o estado. De modo que, congratulo-me com V. Ex^a dizendo que, em matéria de saúde, o Governo é um desastre.

O SR. ARTUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado Senador Antonio Carlos Magalhães...

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, fui citada e gostaria de falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aliás, a fórmula para a saúde eu já havia dado dentro do próprio PT, sem ter o menor direito de fazê-lo, quando disse que o Ministro é incompetente e a Senadora Ana Júlia é competente. Logo, uma saída caseira: demitam o Ministro incompetente e nomeiem a Senadora competente, sensível, mulher e capaz de renovação. O fato é que o Brasil se estarrece e se espanta com o desmantelamento da máquina da saúde. Não é possível falar em governo voltado para o social se se leva à falência, logo de início, a máquina da Saúde, na qual os contribuintes depositam um pouco de esperança de, por meio dela, receber um pouco de justiça social e de acalento. Ela representa a esperança para tantos enfermos brasileiros.

Agradeço aos aparteantes.

Por outro lado, no momento em que estamos aqui no espetáculo do debate, lamento ter voltado a falar do espetáculo da fisiologia, do descaso, da incompetência, da inapetência e do atraso político e econômico deste País.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Comunicação de Liderança

14-11-2003

**OS ANISTIADOS ESTÃO
CANSADOS DE TANTO ESPERAR.
O GOVERNO FINGE NÃO OUVIR**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,
A Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, volta a se reunir hoje, segundo se espera para deferir e autorizar o pagamento de indenizações a mais alguns brasileiros, dentre os anistiados pela União.

Ontem, recebi do Presidente da Comissão, Marcelo Lavenère Machado, as informações que eu havia formalizado, em requerimento à Mesa, relativa ao processo da Sra. Maria das Graças de Sena. Ainda bem que houve desfecho favorável.

No entanto, Senhor Presidente, tenho em mãos cópia de ofício dirigido àquela Comissão por outra cidadã brasileira, cujo processo vem sofrendo protelação. É o processo da Sra. Ana Rita da Silva, de São Caetano do Sul.

Na postulação dirigida à Comissão, Ana Rita reclama da falta de isonomia e de paridade, explicando que já foram deferidos processos assemelhados ao dela.

Fica aqui este registro, na oportunidade em que a Comissão de Anistia realiza mais uma reunião. Esperamos que, dessa vez, a reclamante tenha os seus direitos reconhecidos.

16-10-2003

**APARELHAMENTO PETISTA
GASTA MAIS EM PROPAGANDA
DO QUE EM INVESTIMENTO**

Senhoras e Senhores Senadores,

Que se cuidem os senhores do aparelhamento planaltino. O povo, que não vê nem obras nem ação, muito menos qualquer *espetáculo de crescimento*, a não ser paródias já bem espetaculosas, esse mesmo povo, *está de olho!*

E de olho bem vivo, superdesconfiado. Nas Capitais, como no interior.

E também no bom litoral da Baixada Santista. É de lá que vem a denúncia dos supergastos do governo petista do Presidente Lula. Vem de Bertioga. E está publicado no *Jornal da Baixada*, que é o outro JB brasileiro, da região de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, além da histórica Bertioga, do bom aconchego do Padre Anchieta, pacificador das lutas entre os tupiniquins e os tupinambás.

Padre Anchieta saía de Bertioga e, nas areias de Ubatuba, escrevia seus poemas. Hoje, quem escreve é o *Jornal de Bertioga*, denunciando os babilônicos gastos do governo petista com propaganda. É com propaganda que o Planalto acha que pode se manter na crista da onda.

A nota do JB de Bertioga tem este título:

Lula gasta mais em publicidade do que em investimento

E começa assim: "O Governo Federal gasta mais em publicidade do que em obras de saneamento, manutenção, construção de rodovias e infra-estrutura básica em assentamentos. Até o início do

mês em curso (setembro), foram consumidos 25% com publicidade institucional. Enquanto isso, em investimentos da União em obras foram aplicados menos de 8%."

Vou pedir a inserção da nota do *Jornal de Bertioga* nos Anais do Senado da República. Para que todos saibam que o pequeno interior, o pequeno litoral, os distritos, todos esses lugares do nosso território, estão bem a par dos desacertos do governo petista.

Para não sair da área da comunicação, volto hoje à supermáquina tipo DIP do Século 21, que o governo Lula segue instrumentando (ou aparelhando) na Radiobrás.

Na edição de ontem de *O Estado de S.Paulo*, o secretário de imprensa da Presidência, Ricardo Kotscho, diz que a estrutura montada no Palácio do Planalto para a produção de notícias destina-se a alimentar apenas um site na Internet. Site caro, esse!

Desmentido que nada desmente é desmentido desconjuntado, cheio de voltas que leva nada a lugar nenhum.

Com todo o respeito ao Secretário, o agigantamento da Radiobrás está em plena marcha-caminheira, com zabumba e outros rapapés. Desde que ali chegou, vindo de São Paulo, indicado pelo PT, o novo Presidente da Radiobrás demitiu 135 jornalistas. Medida de economia? Nada disso. No lugar deles, foram contratados 175.

O que se questiona são os critérios que ali passaram a vigorar. Bem ao estilo bruxa-solta.

Para quem não é do PT, mesmo que seja competente, bye-bye, Brasil!

Trago aqui cópias de documentos que mostram com clareza o processo de demissão implantado na Radiobrás.

Ponto 1 – Um jornalista foi nomeado, ainda no governo passado, para o cargo de Analista de Comunicação em Jornalismo, por ter sido Habilitado em Concurso Público;

Ponto 2 – O mesmo jornalista foi demitido, em agosto último, com os seguintes *consideranda*:

a) Solicitação da Diretoria da Radiobrás;

b) Motivo da dispensa: sem justa causa.

O quê está havendo? Demite-se sem justa causa, a pedido da diretoria. E a seguir é nomeado outro em seu lugar. Que tipo de

credencial terá esse substituto? O aparelhamento é que sabe...

Recebi, da Radiobrás, cópia de carta enviada ao jornal *O Estado de S.Paulo*, a respeito do gigantismo da empresa estatal, objeto de ampla reportagem do jornal paulista.

Além de agradecimentos, não me compete qualquer resposta, até porque a carta é enviada a *O Estado de S.Paulo*.

Na carta, a Radiobrás nega qualquer gigantismo e que vá concorrer com agências noticiosas privadas. Seria estranhável se o objetivo fosse trabalhar de graça para veículos de comunicação, com tudo pago com o dinheiro do povo.

A esse respeito, porém, recebo diariamente denúncias de demissões na Radiobrás, sem justa causa. O que dizem, a começar pelos sindicatos da categoria, é que as demissões se processaram para que as vagas fossem preenchidas com profissionais que simpatizam com o governo petista.

Como denúncias desse tipo pululam pelo País todo, desde logo fica a crença de que também a Radiobrás foi posta no index do aparelhamento da máquina estatal.

Senhor Presidente,

Ainda a propósito de aparelhamento da máquina governista e no estrito cumprimento das prerrogativas constitucionais do Senado da República, formulei, em agosto último, Requerimento de Informações, indagando ao Secretário Especial de Comunicação de Governo e Gestão Estratégia, se os símbolos e frases que o governo passou a usar, numa parafernália de dar inveja a Getúlio Vargas, seriam sucedâneos dos símbolos da Pátria.

Hoje, recebo as informações do Ministro Gushiken.

Ele disse que não. Que os símbolos oficiais do País não serão substituídos por esses desenhos e logotipos de mau gosto. Um deles, traz o nome Brasil, com letras multicoloridas, contemplando o L final, o mesmo que aparece na palavra Brasil com a cor vermelha, da preferência do Presidente Lula, que também começa com L.

Ainda bem que do Ministro garante que os símbolos máximos do País não serão objeto de escamoteação.

Mas que foram postos de escanteio, não parece haver dúvida. No mínimo, estamos diante de um atropelo, e de muito mau gosto, nos nossos símbolos.

Segundo a informação que chega do Planalto, esses desenhos e frases fazem parte "das ações publicitárias" de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal. Portanto, propaganda às pamparras.

Por último, Senhor Presidente, requeiro que seja considerado como parte integrante deste pronunciamento o texto a seguir, extraído do Jornal da Baixada, de Bertioga.

Era o que tinha a dizer.

18-9-2003

APARELHAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO JÁ PRODUZ EFEITOS DESASTROSOS

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

A despeito das reações contrárias, segue firme o processo de nomeações apadrinhadas, ou seja, o *aparelhamento do serviço público*, em que o único critério observado pelo governo petista do Presidente Lula é o político, indiferente a quaisquer outros, a começar pelos de natureza técnica e de competência profissional.

O editorial de hoje de *O Estado de S. Paulo* assinala, a propósito, que "esse processo já produz resultados desastrosos na administração pública, com impactos diretos sobre a vida de milhares de brasileiros. E a cada dia surgem novas notícias sobre o desmonte de serviços que vinham funcionando a contento, para acomodar apadrinhados políticos."

Pela oportunidade do tema, requeiro que a íntegra do editorial passe a constar deste pronunciamento e, por consequência, dos Anais do Senado da República. É o seguinte o teor do editorial:

"As nomeações apadrinhadas

O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genoino, pretendendo tranquilizar os brasileiros, preocupados com o emperramento da máquina administrativa como consequência do que vem sendo chamado de "aparelhamento" da administração pública, declarou que, dos 22 mil cargos de confiança que o presidente pode preencher, 15,4 mil, ou 70% do total, foram ou serão destinados ao PT e aos partidos aliados e 6,6 mil - 30% - "não foram trocados", ou seja, estão preenchidos por nomeações técnicas. Se queria tranquilizar, não conseguiu.

Em primeiro lugar, porque o processo de nomeações apadrinhadas que está em franco desenvolvimento já está produzindo resultados desastrosos na administração pública, com impactos diretos sobre a vida de milhares de brasileiros. E a cada dia surgem novas notícias sobre o desmonte de serviços que vinham funcionando a contento, para acomodar apadrinhados políticos. Já comentamos, em outros editoriais, o que ocorreu no Instituto Nacional do Câncer, na Funasa e na Anvisa, no Ministério da Saúde, no Ministério da Ciência e Tecnologia, no Incra, no BNDES. E agora se sabe de nomeações nos Correios, feitas à revelia do que determinam o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e o Manual de Pessoal da empresa; e da indicação, para a ANP, do ex-deputado Aroldo Lima, cuja única credencial para o cargo é ser filiado ao PC do B.

José Genoino, presidente do PT, afirmou, em artigo publicado na edição de sábado do Estado, que julga legítimas as nomeações feitas pelo governo.

“Esse é um procedimento de praxe quando mudam governos com orientações políticas e partidárias diferentes. Ou será que o Governo Lula deveria governar com as direções e as pessoas comissionadas pelo Governo anterior?”

O presidente do PT coloca uma falsa questão. Ninguém está condenando o Governo por instalar nos postos-chave da administração pessoas de sua confiança. O que se condena é o exagero e a falta de critérios, que caracterizam a partidarização da máquina estatal. Cargos de livre provimento não foram sempre destinados a apaniguados políticos. Muitos deles, certamente mais do que os 30% citados por Genoino, estavam ocupados por técnicos qualificados, indispensáveis para o funcionamento da máquina estatal, quando o PT chegou ao Governo. Sua substituição em massa por militantes partidários, jejunos na rotina e nos procedimentos burocráticos da administração, só podia resultar na paralisia da máquina estatal, em enorme confusão nas repartições e na letargia do processo de tomada de decisões. Não se pensou, nesse processo, no usuário do serviço público.

José Genoino afirma que o Governo priorizou o preenchimento fisiológico de cargos porque esta é a incontornável realidade brasileira. “O PT tem consciência de que se faz necessária, no Brasil, uma profunda reforma administrativa e gerencial do Estado”, escreveu ele, no artigo citado. Em seguida, acrescentou: “Outro aspecto da

deformação do nosso aparato público administrativo, tanto na União como nos estados e municípios, reside no fato de que há um excesso de cargos de livre provimento. São dezenas de milhares de cargos que podem ser trocados nas mudanças de Governo. Essa situação conspira contra a eficiência, deforma as finalidades do Poder Público, introduz um grau de partidarização excessivo em funções técnicas e é causa de parte significativa da corrupção".

Essa é uma análise objetiva e pertinente de uma das piores deformações da estrutura político-administrativa brasileira. Mas, se a alta direção do PT conhece a essência e a natureza do problema, se não erra no diagnóstico, o que levou esse partido a sabotar, por todos os meios a seu alcance, a continuidade e a implantação da reforma administrativa iniciada no Governo Fernando Henrique?

A explicação para o mistério está nas linhas finais do artigo de José Genoíno. Reformar o Estado é tarefa imperativa, "mas não pode ser exclusiva nem do PT nem do Governo, mas de todos os partidos e da sociedade. Em outras palavras, é preciso mudar um sistema viciado e ineficiente, mas só depois que a máquina estatal for ideologicamente entranhada pelo PT e seus aliados. Quando a operação estiver concluída, quem sabe o Governo tome a iniciativa – que lhe cabe – de propor a reforma necessária".

Era o que tinha a dizer.

3-9-2003

**AQUI E MUNDO
AFORA, O GRITO DE
UM BRASIL ADENTRO**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,
Comunico a este Plenário que, na manhã de hoje, foi constituída a Subcomissão Permanente da Amazônia, com a eleição, também, de seu presidente e do vice-presidente.

Ao trazer esta informação aos meus pares, congratulo-me com o ilustre Senador Jefferson Peres, escolhido para dirigir a nova subcomissão, criada a meu requerimento e cuja instalação ocorre em momento dos mais oportunos para o futuro da Amazônia, o que significa dizer para o futuro do Brasil.

Da mesma forma, cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcante, eleito Vice-Presidente da Subcomissão da Amazônia.

Foi, assim, oficialmente constituída a Subcomissão da Amazônia, um novo, estratégico e oportuno apêndice da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

De caráter permanente, ela é criada a tempo e a hora, para que, sem dar tempo ao tempo, possa o Senado da República agir desde logo diante de um de seus maiores desafios. Sem perder o tempo e o latim.

Até aqui, seguimos perdendo tempo e gastando o latim. Falamos muito e deixamos a sinfonia amazônica caminhar muito mais em compasso andante e muito menos em compasso andantino. O primeiro, ensinam os maestros, lento, como não nos convém; o segundo, mais veloz, como seria desejável.

De Amazônia, pouco sabemos. Mas, todos sabemos o que dela queremos, que é ela própria. Como ela é. Do jeito que ela é e que a todos nos fascina com a sua grande mata, com o grande rio, com os

igarapés, com suas lendas, seu encantamento e sedução. E, acima de tudo, a grande potencialidade da região, que concentra, numa fantástica biodiversidade, a maior riqueza do mundo.

As vistas que, de fora do País, se voltam para a Amazônia mostram um outro andamento. Mais veloz que o nosso. Com mais garra que a nossa. Sem faltar o que – no latim que se gasta – se convencionou chamar de biopirataria.

Nós, brasileiros, sabemos o que queremos em relação à Amazônia. Agora, ensina a poesia musical, é preciso fazer a hora, sem esperar acontecer.

Alguma coisa precisa ser feita, no âmbito do Parlamento. A hora do fazimento é agora. A hora é já. A Amazônia é factível. E por ser uma realidade é que surgiu essa idéia da Subcomissão da Amazônia. Que nasce para um dos nossos maiores desafios.

O desafio não deve ser interpretado como mera busca de soluções para a Amazônia. Até porque a Amazônia não é um problema. Ela própria é a solução. Solução para o futuro do Brasil, como fronteira insuperável de riquezas. A Amazônia é a nossa maior região. E também o nosso maior e mais radiante futuro.

Esta subcomissão – estou plenamente convencido – será um poderoso instrumento auxiliar para estudos, debates, análises e medidas legislativas acerca da Amazônia.

Foi bom, acho eu, que o Senado da República, tivesse aberto este novo espaço para a Amazônia. Um espaço sobretudo estratégico. Para a grande arrancada amazônica.

Este é o espaço adequado para ecoar, mundo afora, o grito de um Brasil adentro. Este é o espaço para a consolidação do conceito que aqui, nesta mesma comissão, ganhou a dimensão merecida:

“A Amazônia é patrimônio a serviço da humanidade, mas, terra-Brasil”

Exaltada, cantada e amada sempre; jamais criticada ou esquecida, a Amazônia, terra-Brasil, por excelência, é, acima de tudo, região estratégica, que pede nossas atenções. Mais do que isso, é preciso que o País formule ações concretas e esforços decisivos para que a Amazônia possa cumprir sua verdadeira vocação e exercer sua força desenvolvimentista, em favor do Brasil e em benefício também de toda a humanidade.

Integrada por seis senadores, como membros titulares e igual número de suplentes, a subcomissão abre suas portas a instituições

de estudos científicos e técnicos da Região Amazônica, mas, em igual dimensão, às demais organizações, institutos, entidades governamentais, às Universidades Federais e a todos os brasileiros que possam colaborar em favor do desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer.

UM JEITO PETISTA DE NOMEAR MINISTROS NO GOVERNO LULA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Se a moda pega, daqui a pouco o Brasil vai ter o número de Ministérios multiplicado. O mais novo, pelo que informa o jornal *Folha de S.Paulo*, será ocupado pelo publicitário Duda Mendonça e seu cargo, o de "Ministro da Propaganda". Escrito, entre aspas, pelo jornal paulista, está bem adequado à atualidade do País, que segue com toda a corda a postura petista de apregoar sem nada realizar.

A informação da *Folha* está na edição de ontem, numa entrevista do Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, que o jornal também chama de ministro, o Ministro da Secom. O que ele diz, logo de início, é que pretende "nomear" Duda Mendonça como responsável pela coordenação e integração da publicidade de todos os órgãos federais, inclusive os Ministérios.

Seria estranhável se não estivesse o País vivendo a fase de aparelhamento imposto pelo Governo petista. Para o povo brasileiro, que assiste a esse desmonte desbragado da máquina pública, tudo continua estranho, muito estranho.

É estranhável, ademais, porque, para ser promovido a "ministro", como pretende Gushiken, o marqueteiro do Planalto, não poderia continuar mantendo qualquer contrato de propaganda com o Governo.

Duda Mendonça é um dos três vencedores da licitação sobre a propaganda governamental. Para um período de 12 meses, o contrato prevê o dispêndio de R\$150 milhões, entre três agências – as outras são a Lew Lara e a Matisse.

Enfim, o País vive lamentavelmente o estilo PT em muitas regiões do território. Em São Paulo, como diz matéria do *Estado*, há inclusive uma "espécie de José Dirceu municipal". O jornal se refere ao Secretário de Governo Rui Falcão, tido como "o estrategista no Governo, o articulador na Câmara e no partido. Falcão". Vejam, Senhores Senadores, o que diz o Dirceu de lá: "Não. Você não pode deixar o ritmo dos processos, a eficiência do sistema de formação, o modelo pedagógico ser comprometido por mediações políticas. Mas também é verdade que não existe uma administração pura. Até nas empresas existe política, disputa de poder, mediações".

Que ele, somente ele, fique com esse juízo, para nós sem nenhum sentido, a não ser o de qualificar o Governo petista, em seu estilo de governar.

Fica o registro. E para que conste dos Anais do Senado da República, solicito que a matéria da *Folha* passe a integrar este pronunciamento.

Duda será "Ministro da Propaganda" de Lula

Fernando Rodrigues da *Folha de S.Paulo*, em Brasília. O Ministro da SECOM (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica), Luiz Gushiken, 53, pretende nomear Duda Mendonça como responsável pela coordenação e integração da publicidade de todos os órgãos federais, inclusive os ministérios.

"Eu quero o Duda Mendonça como se fosse – na ausência de um termo mais adequado – meu consultor especial. Eu quero discutir com ele toda a estratégia de comunicação de Governo, vendo os diversos setores, principalmente nos ministérios e a Secom." Para formalizar a nova função do publicitário que fez a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, Gushiken enviará uma diretriz escrita a todos os órgãos federais com verba publicitária.

Nunca houve um marqueteiro com tanto poder no Governo. Duda passará a municiar Gushiken sobre como está o trabalho de todos os ministérios, para garantir que exista "sinergia" entre as campanhas. A decisão é legal, diz ele. Duda foi um dos três vencedores da licitação para cuidar da publicidade da Presidência. O valor do contrato de 12 meses é de R\$150 milhões, para ser dividido por três agências – as outras são a Lew Lara e a Matisse, sendo que a última abriga o Publicitário Paulo de Tarso, responsável por campanhas

derrotadas de Lula. Cada agência tem de receber, no mínimo, 15% do total. No limite, a divisão deve ser de 15%, 15% e 70%

Folha – Qual é o objetivo das mudanças na Radiobrás?

Luiz Gushiken – É melhorar a qualidade do trabalho.

Folha – Como se afere a melhora?

Gushiken – Pelo número de pessoas que têm acessado a Agência Brasil. É a qualidade do trabalho. Não se adicionou elemento novo. Houve um salto da qualidade.

Folha – É correto interpretar que a Agência Brasil vai concorrer com as agências de notícias privadas?

Gushiken – Se o setor privado tivesse acesso, estrutura de captar tudo aquilo que é ação de Governo – que é a base principal para justificar a existência da Radiobrás – talvez não precisasse da Radiobrás. Mas não tem. Então, o Governo tem a obrigação de transmitir à população as ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Governo. Tem obrigação.

Folha – O Poder Executivo cortou assinaturas de serviços noticiosos nos últimos meses?

Gushiken – Não sei dizer. Agora, tem uma coisa: no começo dos nossos trabalhos, tudo aquilo que era dispensável, não era um trabalho de muita necessidade, todo mundo cortou. Até porque a situação financeira obrigava a isso. Houve um corte muito grande.

Folha – O Sr. já decidiu como será o trabalho das três agências licitadas para atender a Presidência?

Gushiken – Estamos discutindo. Uma coisa eu já defini. Eu quero o Duda Mendonça como se fosse – na ausência de um termo mais adequado – meu consultor especial. Eu quero discutir com ele toda a estratégia de comunicação de Governo, vendo os diversos setores, principalmente nos ministérios e a Secom. Eu preciso de uma pessoa que dê para mim pareceres, estudos, articule, converse. Eu quero colocar o Duda Mendonça nessa área. O papel da agência de publicidade é mais de produção. Mas, eu quero o

Duda constantemente opinando sobre questões que envolvem a imagem do Governo, para não deixar que a publicidade seja pulverizada. Ele será alguém que analisará isso mais detidamente, alguém que possa conversar também, dialogar. Eu quero o Duda mais nesse papel.

Folha – E os publicitários das duas outras agências licitadas?

Gushiken – Não há tempo de ficar consultando três agências para esse tipo de trabalho. O que eu quero é ver se está tudo bem coordenado estrategicamente, quem está vendo isso, como é que estão olhando, como é que um criador vê as diversas publicidades que existem no âmbito dos ministérios. Tem de ser alguém de confiança mesmo. E o Duda é uma pessoa com quem eu me relacionei muito tempo e entendo a linguagem dele. Esse trabalho com certeza quero dar para o Duda.

Folha – E essa função dele se encaixa no contrato da licitação?

Gushiken – Lógico.

Folha – Seria um consultor?

Gushiken – Eu chamo ele de consultor para facilitar o entendimento. Não quero três agências para ficar dialogando comigo sobre a estratégia da comunicação no sentido amplo. Eu quero uma só, e quero aquela pessoa que tenho já mais proximidade e entenda a linguagem, o Duda Mendonça. O resto, como é que vai dividir o trabalho, ainda não sei.

Folha – Como é que ele teria informações dos ministérios?

Gushiken – Por meu intermédio. Eu vou oficializar isso. Eu vou dizer para os ministérios que a Secom, por intermédio da agência do Duda Mendonça, eventualmente pode se relacionar, se reunir para discutir e saber como é que cada área deve atuar. Para que tudo fique em consonância com a linha do Governo.

Folha – Sinergia?

Gushiken – Sinergia oficial.

Folha – Há muito ciúmes nessa área publicitária?

Gushiken – Muito. No campo da criação eles são muito ciumentos. Mas ninguém vai querer se intrometer na criação. Será uma troca de idéias, de como o Governo está pensando. O Governo pensa a partir da Presidência, e o Duda representa, digamos, esse canal que a Secom expressa da Presidência.

Folha – Isso será feito já?

Gushiken – Já. Quero evitar o que houve no passado, que foi a absoluta autonomia dos ministérios. Isso cria dificuldades. Também tem outra coisa, você pode economizar recursos nesse trabalho.

Folha – De que forma?

Gushiken – É possível casar e complementar atividades. A ação de um ministério, muitas vezes, tem relação com outro ministério. Elas são relações transversais. Se conseguirmos articular essas ações, juntar os ministérios e produzir material único, economiza-se brutalmente recursos.

Folha – O Sr. não acha que isso pode criar uma certa ciumeira entre os publicitários licitados?

Gushiken – Poderia se entrasse no campo da criação.

Folha – Mesmo não entrando, ele não vai interferir da mesma forma?

Gushiken – Não. Por isso que eu estou dizendo, vou formalizar essa relação. Vou mandar por ofício, com uma política sobre comunicação de Governo, que engloba articulações entre ministérios, Secom e ministérios na busca de unidade, de coordenação, de racionalidade administrativa. Há uma justificativa correta. Eles não podem achar que é uma intromissão indevida. Têm de saber que tem um fundamento que legitima esse tipo de ação

Folha – Como está o programa de rádio do Lula?

Gushiken – Está pronto.

Folha – Será no café da manhã?

Gushiken – “Café com o presidente”, mas esse título ainda não foi aprovado.

Folha – Qual a duração?

Gushiken – De cinco a oito minutos. E a veiculação será facultativa”.

Era o que tinha a dizer.

Comunicação de Liderança

12-8-2003

**A BASE GOVERNISTA
NÃO ACEITA CRÍTICAS
SEM PERCEBER QUE DÁ MOTIVOS**

O Governo Petista do Presidente Lula não está gostando do bate-estaca da oposição. Eles é que inventaram mais essa frase, bem ao gosto de uma equipe que cria desanimadores espetáculos virtuais do PT sem perceber que a realidade do País é outra.

Ao contrário desse imaginário petista, o bate-estaca oposicionista é real e vai continuar. É a nossa contribuição para o Presidente Lula. Desagrado à parte, esse zunzunar pode trazer o PT ao terreno do real, para a alegria geral da Nação.

O fato real é que o bate-estaca anda solto por aí, no noticiário dos jornais, na televisão, no rádio, na boca e na inquietação do povo. Os brasileiros estão angustiados e, a cada dia, amplia-se a perplexidade nacional, dos pampas ao cerrado, do litoral à grande floresta, do Nordeste à região de fronteira.

O sentimento é um só, e beira a desesperança. Que não chegue à apatia, ruim para Lula, ruim para o povo, ruim para o Brasil.

Vamos ao bate-estaca. Limito-me a um único jornal, o *Correio Braziliense*. Começa com uma chamada de primeira página, para contar mais um fiasco, que vem logo a seguir ao vexame do caixa-vazio da Polícia Federal. Agora, diz o jornal que o Presidente Lula, em seus périplos internacionais, deixou pendurada uma conta de mais de US\$5 mil em Assunção, Paraguai.

O Embaixador Castro Neves está preocupado e enviou mensagem ao Itamaraty, contando que as empresas credoras não o deixam em paz. Ficam em cima, cobrando a toda hora e já ameaçam ir à Justiça.

A preocupação não é apenas do embaixador. Todos nós estamos temerosos da imagem de mau pagador que o Governo

brasileiro vai deixando por aí afora. Não creio que tenha havido nada igual. No Itamaraty, essa pindaíba está sendo chamada de penúria. Seria conveniente cuidar logo da quitação dessas dívidas, antes que alguém, principalmente lá fora, dê a isso o nome de calote.

O *Correio* observa que, em menos de um ano, os volteios de Lula pelo mundo superaram de longe as viagens de Fernando Henrique Cardoso. Com uma diferença. Antes, ninguém mandava pendurar a conta.

As dívidas deixadas pelo Presidente Lula no Paraguai, segundo o embaixador, referem-se a serviços de aluguel de aparelhos de fax, telefones celulares, computadores e automóveis. Além disso, há atraso no pagamento também das contas normais de telefone na Embaixada de Assunção.

Quando tudo isso acontece, vem logo a dúvida sobre a eficiência dessas viagens, que o Governo Petista chegou a chamar de diplomacia de mascate.

A mesma reportagem do *Correio Braziliense* informa que, além das dívidas no Paraguai, uma funcionária do consulado em Hong Kong está prestes a ser despejada de seu apartamento, por falta de pagamento de alugueres.

O Itamaraty deve também R\$400 mil a agências de turismo que fornecem passagens aéreas para o Ministério.

O bate-estaca não para aí. Em matéria sobre planos de saúde, informa o *Correio Braziliense* que o Governo acabou jogando para as mãos das operadoras a decisão de definir índices máximos de reajuste. Em outras palavras, sobrou para o usuário. É ele quem vai pagar a conta final.

Mais bate-estaca. Os reajustes frustrantes dos vencimentos dos servidores públicos. A expectativa dos funcionários – nota o jornal – “era de que o Governo, comandado por um ex-sindicalista, mantivesse poder de compra com seus proventos. Mas não conseguiram nem sequer repor a inflação do período.

Aliás, não há, hoje no País, um único servidor público que não esteja convencido de que o objetivo maior do Governo petista é o de penalizar, penalizar, penalizar quem trabalha na administração pública. E ainda falam em espetáculo de modernização do Estado.

Continua o rosário de bate-estaca. O mesmo *Correio Braziliense* noticia que o ministro da Justiça fez ontem apelo ao Governo pela

liberação de R\$100 milhões para a Polícia Federal pagar suas dívidas. A Polícia Federal está parada. E ainda falam em espetáculo da segurança.

Concluo, Senhor Presidente, mudando o bate-estaca do *Correio Braziliense* para o jornal *O Estado de S.Paulo*. Quem agora bate-estaca é o Governo, sobre o contribuinte brasileiro, ao aumentar a carga tributária.

O assunto mereceu, esta manhã, uma pergunta direta do ilustre Senador Jorge Bornhausen: "A reforma tributária vai ou não vai aumentar a carga tributária?" O Ministro Palocci apenas desconversou par afirmar que "vamos fazer uma reforma tributária procurando não aumentar a carga tributária". Além disso, defendeu o aumento da carga tributária prevista no chamado imposto sobre heranças.

Espero que essa não seja uma procura em palheiro.

Vamos ao bate-estaca do *Estadão*. Coloco entre aspas: "A carga tributária brasileira bateu novo recorde no primeiro semestre. A soma dos tributos arrecadados, nos primeiros seis meses, atingiu 37,57% do Produto Interno Bruto – um aumento de 0,9%".

E ainda, há quem fale em espetáculo do desenvolvimento. Por enquanto, o governo, se não bate-estaca, segue firme no seu espetáculo de bate-cabeça.

Era o que tinha a dizer.

Lula exige união de ministros nas negociações comerciais

Brasília – O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou nesta quarta-feira mais comunicação entre os ministros que participam das negociações comerciais do Brasil no exterior, disse o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O pedido ocorre após as críticas dos Ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, ao Itamaraty pelos resultados das negociações da Alca, em Trinidad e Tobago, na semana passada. Rodrigues classificou de "intransigente" a postura da chancelaria e Furlan disse que só soube das propostas brasileiras pela imprensa.

Além de Furlan e Amorim, estiveram presentes, no encontro de hoje com o presidente, os Ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Trabalho, Jaques Wagner. Rodrigues não participou porque não estava em Brasília. "A reunião tinha por objetivo familiarizar a todos sobre

o que tem ocorrido nas discussões sobre a Alca e melhorar a comunicação interna", disse Amorim. "Ficou combinado nessa conversa que procuraríamos manter, inclusive, sempre que possível, o presidente estará presente, uma frequência adequada de encontros".

O ministro das Relações Exteriores garantiu que a participação da equipe econômica do Governo na condução das negociações comerciais do Brasil tem sido "intensa". Amorim garantiu que o texto apresentado pelo Mercosul na reunião da Alca "não tinha nada de essencialmente novo". Segundo ele, "não houve instrução do presidente" para alterar as negociações multilaterais de comércio. O ministro descartou que o Brasil tenha sido intransigente nas posições nos últimos encontros do comércio internacional. "Não acho que seja intransigência expressarmos nossa visão do que seja a Alca pragmática e possível, levando em conta, inclusive, os prazos acordados", afirmou.

O ministro das Relações Exteriores disse considerar uma excelente idéia a reunião do G-22, convocada pela Argentina para esta sexta-feira em Buenos Aires. "É fundamental termos clareza de que os principais objetivos que buscamos nas negociações comerciais agora serão alcançáveis na OMC e no sistema multilateral", disse. Amorim confirmou que o Presidente Lula tem conversado com outros líderes na tentativa de fortalecer o G-22, grupo que defende as negociações agrícolas na OMC, mas tentou desvincular a atitude de Lula do anúncio da saída da Colômbia e do Peru do grupo. "O G-22 não é um grupo onde se tem de assinar carteirinha para entrar e sair", afirmou.

Carga tributária sobe para 37,5%, diz instituto

São Paulo – A carga tributária cobrada por Municípios, Estados e União cresceu 2,45%, ou 0,90 ponto porcentual, no primeiro semestre desse ano em comparação ao mesmo período do ano passado. Com isso, os tributos passaram a representar 37,57% do PIB do País no semestre, segundo divulgou hoje o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

O estudo demonstra que, em valores nominais, a carga tributária subiu R\$39,77 bilhões na mesma comparação, atingindo R\$267,09 bilhões arrecadados aos cofres públicos. Conforme dados divulga-

dos na semana passada pelo IBGE, o PIB no período cresceu 0,3%, atingindo R\$711 bilhões.

"Apesar do pequeno crescimento do PIB previsto para esse ano, de menos de 1%, a carga tributária cobrada por União, Estados e Municípios aumentará, no mínimo, 0,70 ponto porcentual e, no máximo, 1,5 ponto porcentual. É muita coisa para um País que precisa de crescimento econômico e geração de empregos", disse o Diretor do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral. Para ele, se for mantida a proposta de reforma tributária aprovada na Câmara, a carga tributária poderá passar de 40% do PIB.

Jander Ramon

18-9-2003

FHC: O INTERESSE NACIONAL E A REALIDADE DA GLOBALIZAÇÃO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Em artigo publicado na edição de ontem de *O Estado de S. Paulo* e de *O Globo*, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso analisa o interesse nacional diante da globalização, assinando ser necessário mais do que protecionismo e mera substituição de importação. Ele, que agora também assina um artigo semanal no jornal *El Clarin*, de Buenos Aires, sustenta que o interesse nacional deixou de confundir-se com o protecionismo comercial ou a simples substituição de importações: é necessária, isso sim, a busca de uma inserção adequada na economia globalizada.

Pela oportunidade do tema,

Interesse nacional e globalização

Fernando Henrique Cardoso

O último dia 31 de agosto marcou o terceiro aniversário do Primeiro Encontro dos Chefes de Estado dos países da América do Sul, realizado em Brasília. Àquele encontro se seguiu outro, no ano passado, em *Guayaquil*, no Equador.

Era de estranhar que, quase 200 anos depois da formação de Estados nacionais na região, nunca os presidentes se tivessem encontrado para discutir os problemas comuns e para procurar a melhor forma de coordenarem políticas econômicas favoráveis a seus povos.

No século 19 se dizia que os países vizinhos talvez tivessem medo, mais do que do porte do Brasil, de sua forma de governo. Cercado por Repúblicas – embora algumas delas "*caudilhescas*" –, o

Império brasileiro poderia despertar o temor do absolutismo e do expansionismo. Embora nossos imperadores, Pedro I e Pedro II, sobretudo o último, não tivessem inclinações antiliberais, eram cabeças coroadas e descendiam de grandes famílias monárquicas européias, não apenas dos *Braganças*, mas dos *Bourbons* e dos temidos *Habsburgos*.

Apesar das guerras travadas pelo Brasil no século 19 contra alguns países sul-americanos, nos últimos 25 anos daquele século e notadamente com a República, nada mais havia para temer. O grande patrono de nossa diplomacia, o barão do Rio Branco, no início do século 20, já recomendava: atenção à Bacia do Prata e boas relações com os Estados Unidos. Foi o que fizemos.

Fomos à guerra duas vezes, em 1914 e em 1944, ao lado dos Aliados, americanos à frente, e procuramos administrar nossas relações com a América Latina. Mas continuamos, em larga medida, de costas uns para os outros.

A mudança veio com a formação do Mercosul. Deve-se ao governo Sarney o ter retomado as preocupações de Rio Branco e Vargas sobre a aliança do A-B-C (Argentina, Brasil, Chile) e de Juscelino Kubitschek com a Operação Pan-Americana e, com essa inspiração histórica, ter-se voltado para a América hispânica e lançado as bases do Mercosul.

Daí por diante, os governos do Brasil se empenharam na construção do Mercosul, com mais ou menos êxito, dependendo das flutuações econômicas. Mas o propósito político se manteve inalterável.

O passo na direção da América do Sul foi a consequência natural desta busca de inserção em terra firme. Seu propósito não isolacionista ficou claro com o convite ao ministro do Exterior do México para que participasse da reunião de Brasília de 2001. Dela derivou todo um plano de integração física (estradas, fontes energéticas, comunicações, etc.) feito pelo BID em colaboração com a Corporação Andina de Fomento e com o Fonplata.

Progressivamente, como ainda agora no Peru, mais e mais países se associam ao Mercosul e os acordos de comércio se ampliam.

Esta é a questão central na consolidação de uma política de paz e integração: para responder à globalização é preciso que os países em desenvolvimento, ao invés de enfiarem a cabeça na areia como avestruzes, criando barreiras alfandegárias e aumentando tarifas, se preparem para defender os interesses nacionais num mundo assimetricamente globalizado.

É natural que se encontre mais correspondência, e talvez mesmo solidariedade, entre países da mesma região que estejam em fase de desenvolvimento similar do que com os países ricos do G-8. O acordo que o Brasil fez com o México há quase dois anos, mesmo limitado, permitiu que este país substituísse, de alguma forma, o fluxo de recursos provindos anteriormente do comércio com a Argentina, que, momentaneamente, se estancara. Foi um bom exemplo.

Mas esses esforços são insuficientes. No mundo globalizado os interesses nacionais se desdobram em vários tabuleiros. Em acordos hemisféricos, como o da Alca. Em acordos entre a União Européia e o Mercosul, em acordos bilaterais com a China ou a Índia – e isso sem esquecer as esferas multilaterais.

As negociações que o Brasil levou adiante em *Doha*, em novembro de 2001, sempre cooperando com os países amigos, foram importantes para a defesa de nossos interesses. Elas foram precedidas pela vigorosa batalha para garantir, no âmbito dos tratados sobre propriedade intelectual (TRIPs), a fabricação de medicamentos contra a aids. Nestes últimos dias, de novo, na preparação da reunião de *Cancún*, nossa diplomacia luta para que o ponto de vista míope, expresso na proposta norte-americana-européia, não prevaleça, evitando-se assim o possível fracasso da conferência.

O espírito desse acordo só pode ser na linha do que defendi em *Quebec*, em 2001, sobre a Alca: ela será bem-vinda se permitir acesso aos mercados mais dinâmicos, regras compartilhadas sobre *antidumping*, redução das barreiras não-tarifárias, eliminação do protecionismo das regras sanitárias e correção das assimetrias existentes no comércio agrícola. Essa orientação foi sustentada por mim diante de todos os chefes de governo do Hemisfério. Outra não pode ser nossa atitude nas tratativas da OMC.

O interesse nacional deixou de se confundir com o protecionismo comercial e com a mera substituição de importação. Ele reapareceu, mais forte, na busca de uma inserção adequada na economia globalizada. A tática pode levar-nos à defesa de trilhas diferenciadas, mas a estratégia é a mesma e tem como foco aumentar nossa participação na produção e na exportação dos bens necessários a uma economia em expansão, numa sociedade que deseja reduzir a pobreza e lutar por uma globalização menos assimétrica.

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, foi presidente da República

8-9-2003

UM EXEMPLO A SER SEGUIDO PARA O BEM DO BRASIL

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,
Quero aplaudir hoje um gesto de configuração maiúscula e que é bem um exemplo de maturidade política, que deveria sempre prevalecer neste País. Falo de uma idéia que nasceu no Governo Fernando Henrique Cardoso e que acaba de ser encampada pelo atual Governo da República, para o asfaltamento da BR-163, no trecho Cuiabá-Santarém.

O projeto, em fase final, prevê a concessão daquele trecho rodoviário a um consórcio privado formado por empresas exportadoras da Zona Franca de Manaus. A homologação vai ocorrer no dia 18 de agosto, em Brasília, na presença de governadores de cinco Estados.

Por essa estrada, entre outros produtos, será escoada a soja de Mato Grosso, rumo aos portos de exportação. E haverá igual impacto favorável para o mercado interno, que será altamente beneficiado por essa importante obra.

O consórcio vai usar recursos dos Fundos constitucionais do Centro-Oeste, da Amazônia e do Norte, a juros subsidiados, três anos de carência e 12 anos de prazo para a amortização.

A concessão prevê a exploração da rodovia pelo consórcio, mediante cobrança de pedágio por 15 anos, mas apenas dos veículos de carga, com liberação para carros de passeio e caminhões vazios.

Quando o asfaltamento estiver concluído, o preço do frete, para a soja, cairá dos atuais US\$ 13 por tonelada para US\$ 8 , tornando o produto brasileiro ainda mais competitivo.

Esta é uma experiência pioneira de conjugação de esforços do governo com o setor privado, a qual, se der certo, como tudo

indica, será estendida a outras áreas, conforme vem divulgando o Governo.

Ao fazer esse registro, cumprimento o Governo do Presidente Lula por essa real demonstração de boa política, que poderia, para o bem do País, ser repetida em outras áreas, em lugar da postura que a atual equipe do Planalto equivocadamente tem adotado como diretriz. As coisas começam a mudar e para melhor.

Era o que tinha a dizer.

15-6-2003

**AS PREFEITURAS ESTÃO
SEM DINHEIRO PARA O 13º.
A CULPA É DO GOVERNO DO PT**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,
Metade das Prefeituras brasileiras estão sem dinheiro para pagar o 13º salário de seus servidores. São exatamente 2.314, ou 40% dos 5.500 municípios do País.

Este é um dado novo e constrangedor no Brasil. Do Brasil atual. Eis aí um quadro que não existia no Governo Fernando Henrique Cardoso. E que passou a existir a partir deste ano, quando se iniciou o Governo petista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A culpa por esse atraso já foi detectada, como mostra a *Folha de S. Paulo*, jornal que acaba de realizar minucioso levantamento, com base em informações de associações de municípios de 18 Estados.

Quem lê a matéria, tira logo a conclusão: a culpa é do governo petista de Lula, que não repassa corretamente o Fundo de Participação aos Municípios.

A reportagem está na edição de hoje do jornal, que leio para que, como parte deste pronunciamento, passe a integrar os Anais do Senado Federal. É a seguinte:

"Associações de municípios de 18 Estados avaliam que 2.314 prefeituras não têm dinheiro para cobrir benefício. Prefeitos não têm recursos para pagar 13º

Sílvia Freire
Da Agência Folha

Mais de 40% dos 5.565 municípios do Brasil terão dificuldades para pagar o 13º salário de seus servidores. Um levantamento feito pela *Agência*

Folha com associações de municípios de 18 Estados indica que 2.314 prefeituras estão sem dinheiro em caixa para bancar o benefício na íntegra. Grande parte desses municípios tem menos de 10 mil habitantes e depende quase exclusivamente de repasses feitos pelo governo federal. Nessas cidades, a prefeitura é um importante gerador de empregos e renda. O atraso no pagamento do 13º do funcionalismo desaquece toda a economia local. A principal justificativa dada pelos prefeitos para o não-pagamento do 13º é a queda acumulada no FPM (Fundo de Participação dos Municípios) neste ano. O FPM transfere 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os municípios. Segundo cálculo da Secretaria do Tesouro Nacional, o FPM teve queda real estimada em 7% nos nove primeiros meses de 2003 em relação ao mesmo período do ano passado. Historicamente, o último trimestre do ano tem um aumento do FPM. Neste ano, no entanto, a previsão do Tesouro Nacional é que o mês de novembro tenha um aumento no FPM de 1% em relação a outubro e que o repasse de dezembro seja 2% inferior ao repasse do mês anterior. "O custo dos insumos para as atividades básicas das prefeituras, como remédios, energia elétrica e alimentos, aumentaram acima da inflação. O déficit dos municípios está no custo", disse o prefeito de Cambé (PR), José do Carmo (PTB), Presidente da ABM (Associação Brasileira de Municípios). A queixa dos prefeitos é que, além da redução do FPM, houve um aumento dos gastos das prefeituras. O salário mínimo, valor pago a boa parte do funcionalismo das pequenas prefeituras, teve aumento de 20% neste ano. Levantamento feito na última semana de outubro pela Associação dos Municípios do Paraná mostrou que 90% dos 399 municípios paranaenses não têm recursos para pagar o 13º. "O Paraná tem imagem de Estado rico, mas temos uma região muito pobre. Apenas 16% dos municípios não dependem prioritariamente do FPM. Todos os outros têm mais de 50% das receitas proveniente do repasse", disse Joarez Henrichs (PFL), prefeito de Barracão (PR) e presidente da AMP. Em julho, a Associação Mato-grossense de Municípios informou ao Tribunal de Contas do Estado que as prefeituras teriam dificuldades para pagar o 13º deste ano. "Estamos preocupados com o pagamento do 13º desde o início do ano, quando começou a queda no FPM. Quando falta dinheiro, os prefeitos não podem ser penalizados", disse Ezequiel Fonseca (PP), prefeito de Reserva do Cabaçal (MT) e presidente da

AMM. Ele avalia que 30% dos municípios não devem pagar o benefício. Para o especialista em tributação municipal Amir Khair, a saída para os municípios é criar um sistema arrecadação própria com recolhimento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e do ISS (Imposto sobre Serviços). "O município tem obrigação de desenvolver sua receita própria. Essa questão de dizer que não consegue, eu ponho um pouco em dúvida. Tem muito município pequeno que desenvolve suas receitas próprias mais rapidamente que os grandes", disse Khair: "Cobrar IPTU é desgastante politicamente para o prefeito". Para o prefeito José do Carmo (PTB), a cobrança do IPTU só seria possível se o país estivesse crescendo. "Os economistas estão corretos em apontar a cobrança do IPTU e do ISS como alternativa, mas como fazer isso em um cenário de retração da economia e com desemprego em 14%?"

Era o que tinha a dizer.

10-11-2003

**AS NOTÍCIAS NEGATIVAS,
O FORTE DO GOVERNO
PETISTA DO PRESIDENTE LULA**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores

O governo petista do Presidente Lula continua ocupando a primeira página dos jornais brasileiros. Infelizmente, no sentido negativo, tamanhas são as ações equivocadas do atual governo, sempre, também infelizmente, em prejuízo da população.

Não é preciso muito esforço para um rápido levantamento do espaço ocupado por tais equívocos. Hoje, por exemplo – pegue-se um jornal, como *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, e ali está na manchete principal da primeira página:

Cai presidente do Incra, ligado ao MST.

Na outra manchete da primeira página, com igual destaque, lê-se:

Conselho de Lula critica política de Palocci

Nessa notícia, a informação de que, amanhã, a política econômica do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, será questionada. “Desta vez, por um braço do próprio governo: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.” A nota acrescenta:

“Em reunião com o Presidente Lula e o Ministro, os conselheiros vão sugerir 17 medidas imediatas,” como, segundo diz o jornal a redução drástica dos juros, bem como a manutenção do poder de compra dos salários, com base na inflação futura.

Estou anexando aqui a íntegra dessas duas notícias, para que, como parte integrante deste pronunciamento, passem a constar dos Anais do Senado da República.

Ao se falar em notícias negativas, é inevitável que o cidadão brasileiro de hoje se lembre do governo petista e de suas ações, todas contra o cidadão.

É isso, por exemplo, o que comenta o nobre Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, em artigo hoje publicado no *Correio Braziliense* e em que o ilustre parlamentar catarinense se refere ao *Dia da Força*, a bem humorada iniciativa realizada na tarde de ontem, diante do edifício do Congresso Nacional, como forma de protesto contra o extravagante aumento de 167% do imposto denominado Contribuição social sobre o lucro líquido. Requeiro igualmente a transcrição desse artigo nos Anais da Casa.

Tensão no campo derruba presidente do Incra

Demétrio Weber

Brasília – Disposto a reduzir a tensão no campo, o governo anunciou ontem a demissão do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marcelo Resende, e sua substituição pelo economista Rolf Hackbart, atual Assessor Técnico do Líder do Governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT – SP). A determinação partiu do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que preferiu deixar passar os momentos de maior turbulência dos últimos meses – quando invasões, saques e bloqueios de estradas ameaçaram virar rotina no País – para só agora mexer no órgão encarregado de desapropriar terras e assentar famílias no campo.

A substituição de Resende, antecipada pela colunista Dora Kramer na quinta-feira, foi anunciada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que convocou uma entrevista para apresentar Hackbart à imprensa. “O que estamos buscando é um padrão de ajuste na gestão que crie melhores condições, maior eficiência”, disse Rossetto. “Faz parte de um processo de gestão pública: ajustes, sintonias mais claras, padrão mais afinado.”

Tanto Rossetto quanto Hackbart afirmaram que, em princípio, os 29 superintendentes do Incra nos Estados não serão substituídos. Foi a indicação desses responsáveis pelo Incra nos Estados que irritou os produtores rurais, uma vez que 26 deles têm vinculação com o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ex-militante da Pastoral da Terra, Resende

havia sido indicado por integrantes da Igreja e sua vinculação com os movimentos sociais preocupava os proprietários rurais.

"O presidente reafirmou que o objetivo de seu governo é fazer uma reforma pacífica e de qualidade no Brasil", disse o porta-voz do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, André Singer. Rossetto apontou Hackbart como um homem de diálogo, que já ocupou a Diretoria de Acompanhamento e Recuperação de Crédito do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), função que o habituou ao contato com produtores rurais.

O ministro negou ter divergências profundas com Resende. "Não há uma divergência substancial. Há exatamente aquilo que informei: faz parte de um processo de gestão pública, ajustes, a partir de necessidades que os novos períodos vão colocar para todos nós", explicou. "Esta substituição em nenhum momento desabona ou desrespeita o trabalho dedicado do presidente Marcelo. Faz parte de um processo de ajuste na gestão pública."

Avisado – Em Belo Horizonte, Resende admitiu que soube de manhã, em um encontro com Rossetto, que sua saída era iminente – mas a confirmação só veio com o próprio anúncio público do ministro. Ele deve dar entrevista coletiva hoje.

Nos sete meses em que Resende esteve à frente do instituto, o número de invasões aumentou: foram 171 (contra 103 de janeiro a dezembro de 2002), com 18 mortos (foram 20 no ano passado inteiro). Com R\$162 milhões no Orçamento deste ano para a aquisição de terras, o governo Lula chegou ao nono mês tendo assentado apenas 5 mil famílias.

Sua meta inicial era assentar 60 mil famílias, mas só há dinheiro para dar terras e assistência técnica a mais 10 mil famílias, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2004, a pasta deve contar com R\$1 bilhão para atividades de custeio e investimento, do qual R\$400 milhões diretamente para a compra de terras – recursos insuficientes para chegar à meta de 60 mil famílias.

Conselho prepara 'fogo amigo' contra Palocci

Vera Rosa e Lu Aiko Otta

Brasília – A política econômica do ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, deverá ser posta novamente em xeque por um braço

do próprio governo. Desta vez, o "fogo amigo" virá do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que se reúne amanhã com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com Palocci, no Palácio do Planalto. Em cinco páginas, os conselheiros deixam clara sua impaciência com a demora na colheita dos frutos da austeridade palociana e sugerem uma direção alternativa "para reverter às baixas expectativas de crescimento e de investimento para os próximos 12 meses".

Na lista de 17 "medidas imediatas" para a retomada do crescimento, o grupo propõe "metas de redução drástica da taxa básica de juros em termos reais".

Quer, ainda, mais flexibilidade para que Estados, municípios e estatais aumentem seus investimentos e reivindica uma taxa de câmbio "com baixa volatilidade e maior previsibilidade".

Nos corredores do Ministério da Fazenda, o documento foi considerado "um libelo contra a política econômica do governo", em papel timbrado da Presidência da República. "Não se trata de conflito, mas de contribuição", afirmou o ministro Tarso Genro, que preside o Conselho. "Que Conselho seria esse onde toda a sociedade estivesse discutindo câmbio e juros e ninguém dissesse nada? Seria um Conselho de idiotas."

Em viagem à Europa, o presidente da Gradiente, Eugênio Staub, não estará na reunião, mas enviou sua colaboração por escrito, com reparo à segunda proposta. O texto diz que deve ser buscado "o estabelecimento de compromissos, entre os empresários e os trabalhadores, para a manutenção do poder de compra com base na inflação futura, garantindo a recomposição das perdas passadas em prazos negociados, com o objetivo de evitar efeitos inflacionários nos contratos".

Para Staub, é "muito perigoso" instituir o conceito de reajuste, seja de preços ou salários, baseado em inflação futura. Na sua opinião, trata-se de "sacrifício", principalmente para os assalariados. "Nesse momento, parece-me mais adequado preservar salários através do combate ao desemprego."

Tarso admite que o documento poderá causar desconforto no governo. "Só que as pessoas têm de entender que o Conselho reproduz as tensões da sociedade."

Ele negou, porém, que as propostas estejam em rota de colisão com a política econômica. "Estamos sugerindo rumos para o

crescimento e nunca pretendemos enquadrar qualquer ministro, muito menos o Palocci”.

Intitulado “Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento”, o texto do Conselho é alvo de críticas. “Do ponto de vista da política econômica, é uma proposta ridícula”, fustigou o ex-presidente do BC Gustavo Loyola, sócio da Tendências Consultoria Integrada, ao comentar a idéia de metas para reduzir a taxa de juros.

“A taxa de juros é um instrumento para baixar a inflação, e o governo já tem como meta a inflação baixa”, completou Roberto Iglesias, professor da Coppead e ex-secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda. “Não se pode ter as duas metas ao mesmo tempo. Isso é nonsense.”

“O que se pode ler nas entrelinhas é um pedido para afrouxar os gastos”, argumentou Loyola. “Isso vai contra o espírito de contenção do déficit público.”

A reação de Tarso não tardou. “Precisamos é acabar com essa visão de que o desenvolvimento só ocorre naturalmente por normativas técnicas, bastando conter os gastos e combater a inflação”, respondeu o ministro. “Isso, sim, é uma bobagem rematada.”

“O Dia da Força

Jorge Bonnhusen

Senador por Santa Catarina, é presidente nacional do PFL

Dia 1º de setembro, segunda feira, completando-se 90 dias da promulgação do extravagante aumento de 167% do imposto CSLL – eufemisticamente denominado contribuição social sobre o lucro líquido –, o tributo começou a ser cobrado. Para marcar a indignação com o insólito acontecimento, houve uma manifestação política, naturalmente oposicionista e, quanto possível, suprapartidária, o Dia da Força. (Uma associação à Derrama, de 1789 – o episódio histórico da cobrança de impostos pela Coroa portuguesa que provocou a Inconfidência Mineira e a condenação de Tiradentes.) A força – instrumento degradante do martírio de Tiradentes – é adotado como símbolo da indignação atual dos brasileiros contra o aumento de impostos, a um só tempo humilhante, para os cidadãos, e altamente negativo para o desenvolvimento nacional. O CSLL era de 1,08% e passou a 2,88%, subindo, portanto, 167%. Além

do aumento estúpido por si mesmo, trata-se de um imposto que atinge setores sensíveis da classe média – médicos, dentistas, advogados, jornalistas, artistas de TV, todos os trabalhadores que se tornam pessoas jurídicas, como se diz, constituindo empresas de prestação de serviços, seja premidos pela falta de emprego, seja para melhor explorar suas habilidades profissionais. Em consequência, os pacientes de médicos e dentistas, por exemplo, vão pagar mais caro por serviços médicos e odontológicos. Todos os cidadãos – independentemente se aumentarão suas rendas ou salários nessa proporção – serão atingidos.

Nesse mesmo dia 1º de setembro também começou a ser cobrado dos cidadãos que se valem de empréstimos bancários – o cheque especial, por exemplo – um aumento de 3% para 4% do Confins. Esse imposto é cobrado do tomador de empréstimos e não dos bancos.

São aumentos de tributos que terão impacto em cadeia na economia popular e que lembram – pelo abuso e insensibilidade dos que os promoveram – a humilhação por que passaram os brasileiros no século XVIII, quando ainda éramos colônia de Portugal. Não é justo que os brasileiros, no Brasil independente e democrático de 2003, sofram igual constrangimento da falta de critérios na cobrança de tributos, um descabimento que a Reforma Tributária em discussão, longe de resolver, acentua.

Na realidade, o governo Lula começou a aumentar impostos ainda antes de empossar-se e pode-se dizer que é a única área da administração federal que pode apresentar sinais de uma atuação efetiva. Atuação perversa, porém concreta. Até parece que é só o que o governo sabe fazer.

A Cide da gasolina, por exemplo, teve o limite de cobrança autorizado para até 0,86% e subiu de 50 centavos por litro para 54 centavos por litro, o que levou um consumidor desesperado a esse cálculo impressionante: a cada 100 quilômetros, pela média de consumo do seu automóvel, ele paga R\$5,00 de pedágio ao governo Lula. E sem direito a ter rodovias melhores, pois os investimentos federais em infra-estrutura são os menores da história.

Sem falar da frustração de reduções programadas, como no caso do Imposto de Renda da Pessoa Física para quem ganhar mais de R\$2.115 e que deveria cair de 27,5% para 25% em janeiro de 2003, e foi mantida no patamar anterior. Ora, a revogação de uma expectativa legal de queda de impostos significa aumento.

O incrível é a desfaçatez da maneira com que os aumentos de tributos é promovida. São anunciados como ajustes generosos, destinados à racionalização e redução – esses aumentos mesmos que entraram em vigor em 1º de setembro são originários na Medida Provisória 107/2003, cujo objetivo era desonerar e criar o Refis II.

Assim está acontecendo com a reforma tributária que se discute neste momento, que foi anunciada para modernizar a cobrança e destinação da arrecadação e que deve promover um grande aumento de carga tributária, pelo simples fato de que a moeda de troca do governo federal para negociar com governadores e prefeitos é aumentar impostos para dividir o crescimento da receita. Os técnicos já avaliaram, precisamente, 12 hipóteses concretas de aumentos de impostos que ocorrerão com a aprovação da Reforma nos termos do texto apresentado pelo deputado Virgílio Guimarães, que expressa o que lhe mandam dizer e escrever do Palácio do Planalto.

Por tudo isso, resta-nos protestar e usar como pressão iniciativas como o *Dia da Força*, manifestação nacional contra o Partido dos Tributos. E não é por mera coincidência que a sigla PT é mesma do partido atualmente no poder."

Era o que tinha a dizer.

9-9-2003

**SE NÃO BASTASSEM AS ATUAIS DIFICULDADES,
O GOVERNO PETISTA AGORA FALA
EM AUMENTAR IMPOSTOS**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,
Embora o governo petista do Presidente Lula insista em não aceitar a realidade da crise que se abate sobre a população brasileira, com queda do poder aquisitivo dos salários, desemprego em vento em popa, os fatos estão aí, pululando para quem quiser ver. Só quem não quer ver é o governo petista. Ou finge que está tudo bem. E tome falação, para tentar encobrir o sol, digo a crise, com peneira.

Em boa parte, a crise decorre da inação do governo petista. Que adota a tática de muito falar e nada fazer. Só faz mesmo o que não deve, como essa agora de aumentar a carga tributária.

Quem anuncia a disposição de aumentar a carga tributária sobre o povo é o Ministro Palocci, em quem tanto a gente acreditava. Está na *Folha de S.Paulo* de hoje. O governo petista quer, de uma paulada só, elevar a alíquota máxima do Imposto de Renda, de 27,5% para 35%.

A hora pede exatamente o contrário. O razoável seria restabelecer a alíquota máxima de 25%. Como se recordam os contribuintes, a elevação para 27,5% foi adotada num momento difícil, decorrente da crise russa. E como foi uma medida temporária, o bom senso manda que retornemos ao patamar máximo antigo.

Falar em aumento de imposto, num momento de grave apreensão do povo brasileiro, é fazer pouco da vida do cidadão. Antes de tudo, o governo petista deveria criar condições para a retomada do desenvolvimento.

Saiba, desde logo, o governo petista do Presidente Lula que nessa as oposições não vão embarcar. Fica a advertência. Não

só a nossa. A realidade brasileira é a melhor conselheira. Leio, a propósito, noticiário de *O Globo* de hoje, mostrando que a inflação já está voltando. As duas matérias a seguir passam a integrar este meu pronunciamento para que constem dos Anais do Senado da República.

20-8-2003 - 06h30m

IPC da Fipe registra inflação de 0,24% na 2ª quadrissemana de agosto em São Paulo

GloboNews.com

São Paulo - O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) voltou a registrar inflação na segunda quadrissemana de agosto, de 0,24%, depois de seis semanas consecutivas apresentando índices negativos. Na prévia anterior o IPC teve deflação de -0,01% e na segunda quadrissemana de julho registrou uma queda de -0,35%.

Três grupos do IPC tiveram alta de preços na segunda-quadrisemana de agosto: habitação (0,82%); despesas pessoais (0,52%) e saúde (0,02%), enquanto registraram queda os grupos educação (-0,02%); vestuário (-0,10%); transportes (-0,18) e alimentação (-0,27%).

A Fipe calcula a cada semana as variações quadrissemanais do IPC para a faixa de renda familiar entre 1 e 20 salários mínimos no município de São Paulo.

20-8-2003 - 05h07

Governo poderá acelerar mudanças no IR

Sílvia Mugnatto

da *Folha de S.Paulo*, em Brasília

O governo poderá acelerar o envio ao Congresso Nacional das mudanças no Imposto de Renda das pessoas físicas. O ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) anunciou ontem essa possibilidade, explicando que outras medidas tributárias que não tenham caráter constitucional - como a desoneração de bens de capital - também poderão ser votadas junto com a reforma.

Até agora, o discurso do governo era o de que essas medidas seriam enviadas após a votação da reforma para não "atropelar" a discussão. O ministro não disse por que mudou de idéia. Mas, para garantir que as mudanças no IR, que devem elevar a arrecadação desse tributo, entrem em vigor em 2004, é necessário que elas sejam aprovadas neste ano.

Palocci condicionou o envio de novos projetos ao desejo dos congressistas. "Se for o desejo do Congresso Nacional, algumas medidas que não dependam de votação constitucional estarão caminhando junto com a tramitação da reforma." Segundo ele, as mudanças no IR já estão prontas "na cabeça". "Basta escrever", disse, sem entrar em mais detalhes.

A idéia da Receita Federal, segundo a *Folha* apurou, é criar uma nova alíquota de 35% para rendimentos superiores a R\$10 mil mensais. Hoje existem duas alíquotas: 15% (entre R\$1.058 e R\$2.115 mensais) e 27,5% (acima de R\$2.115 mensais). A alíquota de 35% já vigorou entre 94 e 95.

Além disso, os técnicos querem reduzir as deduções de saúde (sem limite), educação (R\$1.998 anual) e dependentes (R\$1.272 anual) para os contribuintes que ganham mais. Segundo os técnicos, as regras atuais são regressivas porque permitem que uma pessoa que esteja em uma faixa de renda mais alta desconte mais do seu pagamento de IR do que outra que esteja em faixa inferior.

Para o governo, o IR é pouco progressivo porque existem poucas alíquotas na tabela atual. O ex-secretário da Receita Everardo Maciel afirmava que a progressividade está garantida em qualquer caso porque a alíquota é sempre um percentual da renda. Mas o governo anterior também tentou aprovar a alíquota de 35% no Congresso e não conseguiu.

Bens de capital

Ontem, Palocci acenou com a possibilidade de desonerar os bens de capital (máquinas e equipamentos necessários para a produção de outros bens) do Imposto sobre Produtos Industrializados, uma medida reivindicada pelos empresários. Para ele, a mudança pode ser feita por decreto. No caso dos bens de capital, o ministro ponderou que não é possível retirar "de uma vez" os impostos incidentes sobre esses pro-

dados. O relatório da reforma tributária em discussão no Congresso prevê a desoneração. "Não podemos fazer o IPI e o ICMS [Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços] em um único ano. Tem que ser feito dentro de uma programação", disse. O ministro afirmou ainda que o relatório do deputado Virgílio Guimarães (PT – MG) sobre a reforma tributária confirma o fim da incidência cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e a desoneração das exportações.

Era o que tinha a dizer.

21-8-2003

**SEM ESPEZINHAR OS
INATIVOS, O PEDIDO
INÚTIL AO GOVERNO LULA**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, está agora com a mania de espezinhar, diria mesmo de achincalhar os inativos deste País.

Não exagero, desde que temos ouvido seguidamente frases do tipo marqueteiras, que o Ministro passou a usar, a pretexto de defender as reformas. Talvez, ele esteja repetindo tanta coisa perversa por receita de alguém do escalão propagandístico do Palácio do Planalto.

Anteontem, por exemplo, diz a *Folha de S.Paulo*, Dirceu, que não é de Marília, mas de Passa Quatro, "voltou a atacar o funcionalismo e afirmou que o Brasil gasta com 2 milhões de servidores públicos aposentados seis vezes o que consome com programas da área social". A proporção seria de R\$7 bilhões com gastos sociais para R\$40 bilhões para pagamento a 20 milhões de pessoas.

O poderoso Ministro passa, então, a jogar o povo contra os funcionários inativos, ao usar frase bem dudiana: "Isso é justo?". Ele falou assim, no final de semana, durante um encontro com os militantes do Partido Verde.

O mais estranho é que o Dirceu de hoje em nada se parece com o Dirceu de ontem, quando o PT se insurgia contra a mesma reforma previdenciária proposta pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como ele tem se revelado um bom aluno de marqueteação, seria recomendável sua imersão em novas aulas, para não andar dizendo a cântaros que o Governo tem uma agenda mais ampla do

que a econômica para reduzir a inflação e o risco-Brasil, como se isso não pertencesse ao terreno da economia.

E nesse respigar de frases inconseqüentes, acrescenta Dirceu que "o Governo se dedica igualmente às áreas social e de infraestrutura." Seria bom consultar o departamento de imprensa e propaganda do Planalto para que ele possa traduzir isso em informações verdadeiras.

Afinal, além do Fome Zero, que ainda não deslanchou, porque Dirceu não menciona pelo menos uma obra de infra-estrutura. Qual, onde, como, para quê?

Mesmo que ele pegue uma luneta, creio que não vai encontrar.

Enquanto isso, Ministro Dirceu, seria recomendável não perder a ternura e não espezinhar os inativos desta República.

Era o que tinha a dizer.

21-8-2003

**QUANDO OS ANIMAIS
COMEÇAM A TER
FIM**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no começo da semana, tive a ventura, de ler, no *Correio Braziliense*, uma muito bem editada matéria, com forte atrativo para qualquer leitor, mas muito mais para quem tem a Amazônia como terra natal. O mesmo espaço pátrio que, com sua floresta e o grande rio, fascina os brasileiros de todos os quadrantes.

Desde logo, atraiu-me o título: Animais por um fio, um relato do jornalista Ullisses Campbell, quase um grito, não sei se de dor ou de alerta, para o risco a que se expõem 395 espécies de aves e outros bichos ameaçados de desaparecer das matas brasileiras, como mostra a nova lista do Ibama.

São mamíferos, répteis, aves, peixes, insetos e invertebrados terrestres, somando um número bem maior do que o da lista de 1989, quando a ameaça de extinção pesava sobre 218 espécies.

Só no grupo das aves, essa ameaça paira sobre 155 espécies. E, para maior tristeza, leio que a Ararinha azul já é considerada extinta, logo ela que, volta e meia, é atração do noticiário da televisão, com enfoque tão carinhoso, mas, ao mesmo tempo, envolto em aura de dolorida apreensão.

Como cidadão da Amazônia, minha tristeza se multiplica diante dessa realidade, que vejo como ameaça ainda mais ampla, talvez a todos nos atingindo.

Não resisti e chamei meus dois filhos menores, Juliano, de onze anos, e Carolina, de oito, para com eles discutir o assunto. Em conjunto, relemos a reportagem e ficamos a nos perguntar o quê poderia ser feito para reverter essa triste realidade.

Talvez o caminho seja o de disseminar estudos como esse, que o Ibama deve estar publicando nos próximos dias. Talvez, o meio mais eficiente para tanto seja o de levar o catálogo às escolas de todo o Brasil, para que as gerações em formação saibam o que está acontecendo com os nossos animais.

Fica a sugestão ao Ibama.

Também quero solicitar à Mesa que faça constar, como parte integrante desse pronunciamento a matéria que li com meus filhos.

Era o que tinha a dizer.

12-6-2003

**CRESCE O DESEMPREGO,
CAEM AS VENDAS E O
GOVERNO FINGE QUE NÃO VÊ**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o primeiro semestre do Governo Lula foi o pior para o faturamento do comércio, desde 2001. São dados que entristecem, mas de que não se pode duvidar, dada a fonte que os divulgou, o IBGE. De acordo com a pesquisa, hoje publicada pela *Folha de S.Paulo* e por toda a imprensa, o mês de junho último registrou a sétima queda consecutiva de vendas no varejo, com o percentual de 5,37%.

Segundo o noticiário, essa queda, que infelizmente segue firme, é devida à elevada taxa de desemprego, à queda da renda dos assalariados e às elevadas taxas de juros bancários.

O Governo petista do Presidente Lula não desconhece essas estatísticas, está a par das advertências que vêm sendo feitas no Senado, na Câmara, nos meios empresariais, entre as lideranças representativas do comércio e da indústria, mas não lhes dá ouvidos, fingindo que não ouve. Mas ouve. Inclusive as lamúrias da população brasileira, já aflita e sem saber a quem recorrer. E o Governo segue fingindo.

E enquanto finge que não vê, permanecendo na inação que já entra pelo oitavo mês, pululam os dados negativos sobre o comportamento da economia brasileira. Vejamos mais dados, também divulgados hoje pelos jornais, que incorporo a este meu pronunciamento, para que passem a constar dos anais do Senado Federal.

“Cheques sem fundos têm maior marca desde 1991

O índice de cheques sem fundos em julho de 2003 atingiu 16,8 cheques a cada mil devolvidos, segunda maior marca já regis-

trada desde 1991, ano em que foi criado o índice. Levantamento da Serasa revela que o volume de cheques devolvidos por falta de fundos (em relação ao total de compensados), de janeiro a julho de 2003, apresentou alta de 10,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo a pesquisa, nos sete primeiros meses de 2003 foram devolvidos em média 15,9 cheques por falta de fundos a cada mil compensados, a maior marca desde 1991, quando o índice foi criado. No acumulado do ano de 2002, o número de devoluções foi de 14,4 cheques a cada mil." Na comparação mensal, julho de 2003 em relação ao mês anterior, o volume de cheques sem fundos apresentou alta de 9,8%. No sétimo mês de 2003, foram devolvidos 16,8 cheques a cada mil compensados, enquanto junho registrou 15,3 cheques sem fundos a cada mil. (*O Estado de S. Paulo*).

Vendas despencam pelo 7º mês e comércio já tem o pior semestre desde 2001

De acordo com o IBGE, o primeiro semestre do Governo Lula foi o pior para o faturamento do comércio, desde que a pesquisa foi iniciada, em janeiro de 2001. O mês de junho registrou a sétima queda consecutiva de vendas no varejo, de 5,37%

Ana Paula Grabois

da *Folha Online*, no Rio

Resultado da taxa de desemprego elevada, renda em queda e juros altos, as vendas do comércio nacional despencaram em junho e fecharam o primeiro semestre com queda de 5,57%. O mês de junho registrou a sétima queda consecutiva de vendas no varejo, de 5,37%.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o primeiro semestre do Governo Lula foi o pior para o faturamento do comércio há cinco semestres, desde que a pesquisa foi iniciada, em janeiro de 2001.

O enfraquecimento da demanda de consumo interno atingiu principalmente o setor de hipermercados e supermercados no País, que sofre bastante com a retração da renda. Suas vendas caíram 8,27% em relação a junho do ano passado e acumularam 6,33% no ano.

A política de juros altos afetou o consumo de bens duráveis, mais dependentes das condições de crédito. O segmento de móveis

e eletrodomésticos vendeu 4,73% a menos em junho e fechou o semestre com redução de 10,40% em relação ao primeiro semestre do ano passado.

A perda no comércio foi generalizada no País. Dos 27 estados da Federação, apenas Rondônia registrou aumento de volume de vendas no primeiro semestre. São Paulo e Rio, que representam cerca de metade do receita do varejo nacional, faturaram menos 5,24% e 8,47%, respectivamente, no período.

Emprego

Ontem, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) divulgou a quarta queda consecutiva no emprego industrial em São Paulo. Apenas em julho, foram fechados 1.213 postos de trabalho. Nos últimos quatro meses, chegou a 11.574 o número de postos fechados. De janeiro a março, o setor havia gerado 8.938 vagas. “

Era o que tinha a dizer.

14-8-2003

UM ANIMADO RESMUNGO QUE CAUSA ESTRAGOS

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, fiz ontem, como líder do PSDB, algumas observações sobre o comportamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessa sua viagem a três países da Europa. Na vetusta Inglaterra, o Presidente recorreu mais uma vez à informalidade que, aqui, o tem caracterizado. Esqueceu-se de normas primárias e foi um desastre.

Primeiro, a admoestação do Presidente da Polônia. Agora, a repercussão negativa mundial e a condenação expressa em editoriais, como o de hoje do jornal *O Estado de S. Paulo*, que passa a fazer parte deste pronunciamento.

O jornal londrino *The Times* também faz o registro do incidente:

Europeus trocam encanto por sarcasmo

'The Times' critica 'abraço' de Lula e define sua fala como 'um animado resmungo'

LONDRES – O entusiasmo da imprensa européia com a ascensão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil começa a conviver, nas páginas dos principais jornais, com as primeiras pitadas de ironia. Um exemplo vem do jornal britânico *The Times* que, na edição de ontem, mostrou-se sarcástico com o discurso de Lula no encontro da Governança Progressista, no domingo. "(Lula) apresentou a sua solução para o problema de desigualdade no mundo: um abraço", escreveu o analista parlamentar do tradicional diário, descrevendo a forma de falar do Presidente como um "animado resmungo".

Segundo *O Times*, que grafa o nome Lula entre aspas e prefere chamar o Presidente brasileiro de "senhor Da Silva", o discurso fez uma "análise populista" da distância entre os ricos e os pobres.

Na sessão de ontem, tive ocasião de opor reparos à fala de Sua Excelência, alertando-o de que, "com esses improvisos", o Brasil pode ter problemas de relacionamento com os organismos internacionais, "que são dirigidos muito em função daquele país".

Hoje, quase todos os jornais trazem a reação do governo norte-americano à "brincadeira" de Lula. Eis o que publica o *Estadão*:

Ironias de Lula decepcionam governo dos EUA

Embaixadora Donna Hrinak diz que elas não traduzem a relação do presidente com Bush

Paulo Sotero e Roldão Arruda

Os comentários feitos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do governo dos Estados Unidos, durante o seminário sobre Governança Progressista, em Londres, decepcionaram as autoridades americanas. "A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não reflete o tipo de relação de colaboração que ele e o presidente Bush estabeleceram durante sua bem-sucedida visita a Washington, no mês passado", disse ao Estado a embaixadora daquele país no Brasil, Donna Hrinak. Apontada como responsável pela aproximação entre Lula e o presidente George W. Bush e uma defensora de primeira hora do presidente brasileiro, a embaixadora parecia surpresa. Há menos de um mês, Lula mostrou-se tão entusiasmado após seu encontro com o presidente George W. Bush e com as possibilidades de estreitar as relações entre os dois países que disse: "Sem nenhuma dúvida, eu acredito que nós podemos surpreender o mundo em termos do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos."

Em Londres, no domingo, Lula acabou mudando de tom. "Se tem uma coisa que admiro nos Estados Unidos é que primeiro eles pensam neles, em segundo neles e em terceiro neles também. Se sobrar tempo, pensam um pouco neles outra vez." – uma avaliação recebida com risos pela platéia. Depois, o presidente acrescentou: "Como têm hegemonia militar, tecnológica e econômica, se afastam mesmo, com medo de que todo mundo que se aproxime venha pedir dinheiro."

Sinceridade – Na reunião com Bush, a 20 de junho, em Washington, depois de duas horas de conversas e um almoço, os dois presidentes haviam divulgado um comunicado oficial afirmando ser “hora de definir um novo e decidido rumo em nosso relacionamento, guiado por uma visão comum de liberdade, democracia, paz, prosperidade e bem-estar para os nossos povos, com vistas à promoção da cooperação hemisférica e global”.

Aquele foi o terceiro encontro entre os dois presidentes – o primeiro ocorreu em dezembro, logo após a eleição, e o segundo em maio, durante uma reunião do G-8, na Europa. Na época, Donna Hrinak disse ter ficado impressionada com a compreensão dos dois presidentes sobre quanto poderiam fazer juntos. Lula também disse, naquele dia, que desejava aprimorar ainda mais “a antiga e forte relação” e que isso deve se basear “na sinceridade das pessoas e na confiabilidade que os líderes precisam ter e não em jogo de cena para a imprensa e para o mundo”. Afirmou que “o Brasil é e pode continuar a ser um grande parceiro dos Estados Unidos”.

Em editorial, *O Estado de S. Paulo* analisa o assunto da seguinte forma:

Melhorar a informação histórica

As nações que já exerceram papel hegemônico no mundo, desde a Antiguidade, não se caracterizaram pelo excesso de generosidade em relação aos povos estrangeiros. E, mesmo deixando de lado as dominações extremadas – do tipo Gêngis Khan, para não falar das tentativas igualmente sanguinárias de Adolph Hitler e Joseph Stalin –, o domínio de impérios como o romano ou o britânico, assentados em fundamentos não desprovidos de alguma racionalidade, foram marcados pela imposição bélica e não pela espontânea cooperação em torno apenas de afinidades ou objetivos pacíficos comuns.

Dentro dessa perspectiva histórica é preciso reconhecer – desde que não tenhamos parti pris ideológico que nos impeça de fazê-lo – a importância que a nação norte-americana tem tido na ajuda ao desenvolvimento das democracias no mundo, em que pesem os erros, por vezes graves, que tenham cometido ou cometam seus governantes. Não dá para desconsiderar, por exemplo, a participação decisiva dos Estados Unidos da América nas duas grandes guerras

do século 20, especialmente na 2.^a Guerra Mundial, quando, depois de comandar a invasão dos Aliados, nas praias da Normandia, para salvar a Europa dos nazistas, responsabilizaram-se pela formidável recuperação econômica, tanto europeia quanto japonesa – fazendo o Plano Marshall para a Europa e promovendo a reestruturação político-administrativa do Japão, inclusive por meio de uma nova Constituição.

Eis por que faltou cabimento às observações críticas, contra os norte-americanos, feitas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Seminário Progressista (nome do que se chamava Terceira Via) realizado em Londres. Ao responder – talvez de maneira mais descontraída do que o desejável – a perguntas da platéia assistente, o Presidente Lula sustentou que era preciso “exigir” que os EUA cumprissem um papel importante na democratização do mundo. O presidente da Polônia – certamente um dos países que mais puderam avaliar o exercício desse “papel”, por parte da nação norte-americana, em sua libertação tanto do jugo nazista quanto do soviético – incumbiu-se de dar pronta resposta ao presidente brasileiro e pediu respeito aos EUA, pelo que se criou um clima de constrangimento e mal-estar, no evento.

Em sua tentativa de descontrair o ambiente, o Presidente Lula exagerou quando disse: “Se tem uma coisa que admiro nos Estados Unidos é que primeiro eles pensam neles, em segundo neles e em terceiro neles também. Se sobrar tempo, pensam um pouco neles outra vez.” É claro que a ironia haveria de arrancar alguns risos do auditório – mas ao custo de um desnecessário constrangimento, provocado pela reação do governante polonês, que assim se manifestou: “É muito fácil fazer piadas sobre americanos, mas isso é uma política errada”, acrescentando: “Não é verdade que os Estados Unidos nunca pensaram nos outros países. Nosso caminho para a democracia só aconteceu porque os EUA trabalharam com nossas forças democráticas contra o comunismo.

Temos de ter inteligência para saber que nosso papel é trabalhar juntos para manter o diálogo e respeitar os EUA. Respeitar os Estados Unidos é bom conselho para todos nós.”

Ao replicar, Lula também não se saiu muito bem, quando disse: “O que eu falei claramente é que os EUA pensam como Estado e têm projeto de Estado.

Por isso, ajudaram na divisão do mundo entre comunistas e não comunistas, a derrubar o regime comunista, ajudaram a que houvesse golpe na América do Sul. Tudo isso porque pensam estrategicamente, enquanto nação." Ora, como um Estado soberano pode "pensar" a não ser como Estado? Que "projeto" haverá de ter – que não seja este, de Estado – e como deixar de pensar "estrategicamente", enquanto nação? Também os EUA não ajudaram a divisão do mundo entre comunistas e não comunistas – já que o próprio presidente Lula admite que o Muro de Berlim teria caído mesmo sem a influência da nação norte-americana, embora seja inegável a influência norte-americana, na História contemporânea, no capítulo da resistência dos povos aos totalitarismos.

Há que se concluir que o presidente da República tanto precisa evitar excessivas descontrações – especialmente em missões no Exterior – quanto melhorar seu cabedal de informações históricas.

Por último, reproduzo também, para constar dos Anais do Senado, trechos da coluna de hoje da conceituada jornalista Dora Kramer, que assim se referiu ao episódio de Londres:

Hora e lugar

Errada, a avaliação a respeito do modo de ser americano feita pelo presidente brasileiro, não estava. Muito provavelmente é por pensarem "primeiro neles, depois neles e, em terceiro lugar, neles mesmos" que os Estados Unidos são o que são, goste-se do que sejam ou não.

Inadequadas, porém, foram a oportunidade e o tom escolhidos por Luiz Inácio da Silva. O recurso a piadas e ironias em reuniões formais pode até render um certo sucesso de público.

Mas, de crítica, que é o que interessa nas relações internacionais, o resultado a médio e longo prazos certamente será prejudicial a Lula como interlocutor qualificado.

Ao Presidente, que tanto preza a contingência de não falar inglês, seria de sobremaneira útil também guardar um certo apreço ao que diz em português. "

Era o que tinha a dizer.

15-7-2003.

O GOVERNO LULA ADOTA CRITÉRIOS MUITO ESTRANHOS

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência destaca a presença do nobre Conselheiro José Wagner Praxedes(*), do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e o recebe com alegria.

Com a palavra, pela ordem, o nobre líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, pouco antes de assumir o Governo, Lula e sua equipe de transição, apregoaram aos quatro ventos candentes, palavras de protesto, diante da anunciada contratação, no exterior, de plataformas da Petrobrás, para a exploração de petróleo. Tudo bem, pode até ser correto se ficar provado que não haverá aumento de custos nem defasagem tecnológica.

Agora, na viagem do Presidente a Evian(*), para o encontro do G-8, ele e sua comitiva viajaram num luxuoso Boeing BBH, versão executiva do conhecido 737. Tudo mal, nem muito correto, estrategicamente falando.

Na verdade, como diz o jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição do dia 30 de maio, essa cortesia da Boeing tem um preço, 50 milhões de dólares, já que a empresa americana está tentando vender uma unidade para o Governo do Brasil. A matéria emite a opinião de um ex-diretor da Embraer cujo nome por razões éticas foi preservado. Diz ele a propósito da aceitação da cortesia da Boeing: "Faltou sensibilidade". O selo da Presidência estará a bordo de um produto concorrente, na fuselagem do avião e a bordo, o selo da República Federativa do Brasil, ou seja, o selo brasileiro num avião da Boeing que se prepara para lançar um outro avião, em consórcio com o setor

aeronáutico russo, o *Russian Regional Jet (RRJ)**, sem dúvida, para concorrer com o brasileiro EMB 170/190, que, se convertido para transporte presidencial, teria autonomia intercontinental.

A sensibilidade a que se refere o ex-dirigente da Embraer, pode ser traduzida com a simples informação de que o novo modelo russo da *Boeing* será apresentado, em duas semanas, em um salão aeroespacial em *Le Bourget**, na França.

Mais ainda. Lula vai experimentar, também, como cortesia do mesmo tipo, uma versão especial do *Airbus A3-19*. Será por ocasião de sua viagem à Europa, em julho.

Vamos aos preços:

O *Boeing* que vai levar o Presidente a *Evian**, custa \$50 milhões de dólares; o *Airbus*, \$32 milhões de dólares; o EMB 170/190, na versão especial, de autonomia intercontinental, custa \$30 milhões de dólares. Trata-se de avião de forte aceitação no mercado externo. Só com a companhia aérea USAirways, a Embraer fechou contrato para a venda de 85 aviões. Na versão comercial, o EMB 170/190 custa US\$24 milhões.

Fica aqui o registro para manifestar, no mínimo, estranheza, diante de critérios que parecem inadequados: "Antes era o mar, no caso das plataformas da Petrobrás; agora estamos no ar, em meio a preços estratosféricos, além de uma clara demonstração de despreço a uma empresa aeronáutica brasileira, que se está transformando, pelo valor de seus dirigentes, pesquisadores e técnicos, num grande *player* internacional. Que tal um pouco de prudência, não só para navegar, mas também para voar? "Cortesia com o chapéu alheio, é o que não convém".

Sr. Presidente, à altura de cinco meses do Governo do Presidente Lula, temos erros e acertos e, com toda clareza, temos o fim da chamada lua-de-mel.

Chamo a atenção para algumas manchetes de jornais, algumas notas dos últimos três ou quatro dias:

Dia 30 de maio, *Folha de S.Paulo*: "Exportações caem e já não carregam o País".

Dia 30 de maio, *Folha de S.Paulo*, também: "PIB tem o pior desempenho dos últimos três trimestres".

Mesmo jornal, no mesmo dia: "Banco Central culpa reajuste de salário para manter juros". E isso apesar de os trabalhadores não estarem obtendo exatamente a reposição passada. Não estão

obtendo. Todos têm negociado, praticamente sem exceção, reajustes salariais menores do que a inflação passada.

Ainda, *Folha de S.Paulo*, no mesmo dia: "Consumo das famílias tem sétima queda seguida".

Correio Braziliense, no dia 30 de maio: "Governo de surtos". Aí diz que o surto da semana é o das más notícias econômicas: "O desemprego na maior cidade do País bateu um recorde histórico, a renda encolhe 6.8%, no primeiro trimestre, e a atividade industrial diminuiu".

Dia 30 de maio, *Folha de S.Paulo*: "Agricultura pára...", o que significará liquidar com as perspectivas de curto prazo no Brasil. A agricultura tem sido o motor a sustentar a nossa economia. É a manchete: "A agricultura pára se a economia não crescer".

E aqui vemos, no dia 31 de maio, o Presidente do PT, ex-Deputado José Genoíno, comparando o manifesto da esquerda do PT à nota da Fiesp. Ele consegue atacar tanto os companheiros ditos à sua esquerda, quanto os empresários que tanto encantamento vêm demonstrando diante das primeiras políticas implantadas pelo Governo Lula.

Dia 31 de maio: "Bola de neve de críticas preocupa o Governo". Governo democrático tem que gostar das críticas, não se preocupar com elas. Em *O Estado de S. Paulo*, diz o Deputado Ivan Valente, do PT de São Paulo – vejam que não é nem um líder da Oposição –, em longa entrevista ao jornal, que "não haverá espetáculo de crescimento".

*Folha de S.Paulo**, dia 31: "Oferta de crédito não pára de cair no País".

Luís Nassif*, coluna do dia 31 de maio: "Ataque de nervos". Ele imagina que está bastante atacado de nervos o Banco Central brasileiro.

O Globo, de 31 de maio: "MST invade fazenda experimental do Governo". Isso não é novidade, é cotidiano.

E aqui, Sr. Presidente, entro com as quatro últimas notas. Uma, do dia 2 de junho, da *Gazeta Mercantil**: "A estagnação da economia". Um longo artigo, mostrando como o País, em sua economia real, parou.

Folha de S.Paulo, dia 1º de junho: "Júpiter seria culpado por juros, diz a Astrologia". Diz que o Governo adentra pelo perigoso terreno do sobrenatural, abandonando o contato com a realidade

cada vez mais. E no mesmo jornal, *Folha de S.Paulo*: "Deus vira obsessão nos discursos de Lula". Diz o artigo que sociólogos estão preocupados com traços de messianismo que começam a se manifestar na personalidade dessa nossa figura tão estimada, que é o Presidente Lula.

Atribuo ao cansaço, à exaustão, toda essa falta de governo, toda essa falta de presença cotidiana em dirigir os destinos do País, toda essa perplexidade com acertos macroeconômicos, mas muita timidez, e também com equívocos terríveis no microeconômico, com inércia, com inação administrativa comprovada, afirmações, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do tipo: "A dura realidade é que todos temos um pouco de louco dentro de nós", quando se referiu, como se fossem loucos, aos portadores de deficiências mentais. Depois, diz algo que eu não sabia e que aprendi com Sua Excelência: "No Brasil inteiro, todo mundo fala português, do Oiapoque ao Chuí". E mais, filosofando, em 1º de maio: "Na vida de um ser humano acontecem muitas coisas que normalmente ele não prevê que vão acontecer". Mais ainda: "Nenhum ser humano é cem por cento bom e nenhum ser humano é cem por cento mau". E diz algo fantástico sobre as reformas: "Todo mundo tem o direito de ser contra, a favor ou muito pelo contrário". Há uma fantástica: "Nem eu nem o Presidente Toledo teríamos o tamanho que temos hoje, se tivéssemos nascido pequenos". Sua Excelência constata que, assim como o Presidente Toledo, nasceu pequeno e depois cresceu, como costuma acontecer com as demais pessoas. Aí diz: "O importante foi à coragem de nascer". Então, o Presidente, como o Presidente Toledo, teve o seu nascimento como o primeiro gesto de coragem da sua vida corajosa – e eu testemunhei, ao seu lado, vários momentos de coragem. Nasceu não por um gesto da natureza, mas por um ato da sua coragem pessoal. Prossegue: "Como dizia Lampião, em 1927, neste País, quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia".

Sua Excelência diz: "Alguém vai perder com as reformas? Vai. Alguém vai pagar mais? Vai. Mas é assim a vida. Jesus Cristo foi crucificado para salvar a humanidade". E ainda: "À medida que a gente vai tendo acesso à saúde, a dentista, a gente vai percebendo que não há ninguém cem por cento feio nem ninguém cem por cento bonito, ou seja, todo mundo pode ser melhorado". Depois, num ato falho, referindo-se ao povo como

se fosse gado, Sua Excelência diz: "Abre a porteira, Gonçalves". Gonçalves é Gonçalves Dias, chefe da segurança do Palácio. Diz o jornal que "a comparação da cerca de proteção com o curral causou constrangimento".

E mais: na cerimônia com as pessoas que sofrem de deficiência mental, citou três vezes a palavra "loucos" e tratou essas pessoas como portadores de transtornos mentais. A seguir, referindo-se ao Vice-Presidente José Alencar, disse: "Nossa história se juntou como um caso de amor profundo, como Romeu e Julieta". E novamente ele fala do Presidente Toledo, uma coincidência. Diz o Presidente Lula: "O término dos nossos mandatos terminam juntos". Seria estranho, Sr. Presidente, se o término começasse. Os términos dos mandatos terminam juntos. De fato, estou aqui embaixado.

Em 21 de maio, em Balsas, ele disse – e isso é fantástico: "Graças a Deus, a humanidade é feita de homens e mulheres, covardes e corajosos". Faltou dizer: Graças a Deus, a humanidade é feita de homens e mulheres covardes, corajosos e mais ou menos. Teria sido, talvez, mais exato, porque as pessoas não são tão assim e nem tão assado.

Acho que tudo isso se deve a duas coisas: ao cansaço e à perplexidade diante de um poder que talvez lhe esteja sendo pesado a essa altura. E mais ainda, se posso lhe fazer alguma sugestão, recomendo que o Presidente sente para governar, que o Presidente sente serenamente e tome atitudes de homem de Estado. Viaje muito, sim, para divulgar o País, para defender nossos interesses. Viaje pelo Brasil, sim, para não perder contato com o seu povo, não ficar isolado no Palácio. Mas, procure sentar, ouvir, meditar muito, sobre o perigo que é o improvisado, para quem tem a responsabilidade de ser Presidente da República de um grande País como o Brasil, e de regime presidencialista.

Portanto, quanto menos gafes daqui para frente, quanto menos coisas bizarras forem pronunciadas pelo Senhor Presidente, melhor para todos nós, em função do próprio bom nome do País. Mas o quadro é em volta (?), Sr. Presidente. Talvez isso esteja transtornando o Presidente. Já não basta ficar falando em herança maldita, já não basta ficar falando do que recebeu. Os indicadores estão todos piores. Sem exceção, estão todos piores. Se verificarmos o social, o Governo simplesmente não consegue pagar 645 mil bolsas-escola. E diz o MEC que isso se deve ao cadastro, mas esse mesmo cadastro, tão defeituoso, não impediu que o Governo passado pagasse nor-

malmente as bolsas-escola, ou seja, é hora também-se eu pudesse fazer uma última sugestão-de evitar desculpas, escapismos, evitar de colocar sempre a culpa em quem está atrás.

Sempre digo que existiram dois Presidentes da República que não tiveram como colocar a culpa nos seus antecessores: o Marechal Deodoro da Fonseca, porque não teve antecessor, foi o primeiro Presidente do Brasil; e George Washington, que também não teve antecessor, pois foi o primeiro Presidente da República norte-americana. Os demais, sempre, em algum momento, usaram ou até abusaram do que imaginaram fosse o direito deles de colocar a culpa em antecessores.

Está na hora de assumir responsabilidades, sentar para governar, meditar sobre o que se fala, evitar gafes, evitar coisas bizarras, evitar o folclórico, falar com muita seriedade e, sobretudo, dar respostas em cima de um quadro. A política atual, a meu ver, é injustificada, pois, em função até do bom trabalho feito pelo Ministro Palocci, todas as condições estão postas para se começar uma redução de juros. Se não se começar para valer um gesto mais ousado, este País poderá mergulhar numa recessão sem precedentes, e com muito poucas possibilidades de se sair bem em curto prazo, até porque o mundo à volta não emite sinais de prosperidade. O mundo à volta emite sinais entre amarelos e vermelhos, entre alerta e perigo.

Portanto, é hora de o Presidente fazer um balanço e, quem sabe, começar pra valer a fase sensata e sóbria de um governo que todos nós queremos que dê certo, para o bem do nosso povo, a bem da nossa sociedade, do nosso futuro, da nossa história.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

2-6-2003

MEDITAÇÃO NA HORA DA REFORMA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o artigo com que nos brindou ontem o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em *O Globo* e em outros jornais brasileiros, é um testemunho vivo da lucidez, do espírito público e da atualidade de um homem público em permanente atualidade com a realidade nacional. São atributos que contrastam com os que, no Governo atual, dolosamente prejudicaram o Brasil, supondo prejudicar o Presidente antecedente.

Leio para que passe a constar dos anais do Senado, o inteiro teor desse artigo de Fernando Henrique.

“ Conforme a proporção de idosos na população passou a aumentar, em decorrência da queda da taxa de natalidade e do aumento da expectativa de vida, os sistemas previdenciários começaram a apontar para déficits crescentes. É, portanto, mais de natureza demográfica do que ideológica a motivação fundamental da onda recente de reformas previdenciárias.

Trata-se de processos longos porque afetam interesses sensíveis da sociedade. Dizem respeito não só à distribuição da renda entre diferentes gerações, mas também entre grupos de uma mesma geração. Além disso, acentuam o sentimento de insegurança quanto ao futuro.

O percurso das reformas tende a ser especialmente longo e tortuoso em sociedades que combinam duas características: sistemas políticos menos capazes de produzir maiorias estáveis e sistemas previdenciários mais heterogêneos, característica esta inseparável da existência de fortes lobbies contrários à reforma. É o caso da Itália, por

exemplo, onde as reformas previdenciárias se iniciaram na primeira metade dos anos 90 e ainda estão longe de se completarem.

O Brasil se encaixa nesse quadro geral dos regimes previdenciários constituídos sob o regime de repartição simples. Duas características, porém, nos distinguem. Em contraste com a maioria dos países mais desenvolvidos, a proporção da população brasileira coberta pelo sistema previdenciário é mais reduzida e os benefícios mais restritos. Além disso, existe a marcada desigualdade entre o regime geral da previdência, válido para todos os trabalhadores do setor privado, e os regimes especiais dos servidores públicos.

Assim, a reforma previdenciária no Brasil enfrenta um duplo desafio: ampliar a cobertura do regime geral da previdência e corrigir as distorções que levam à utilização desproporcional de recursos de toda a sociedade para o pagamento de aposentadorias cujo valor médio supera em muito o das aposentadorias do regime geral.

O atual governo fez da previdência do setor público o foco da reforma que encaminhou ao Congresso. Essa prioridade só se tornou possível porque no governo anterior enfrentou-se a questão dos desequilíbrios do regime geral da previdência.

A mudança nas regras de cálculo do benefício, principalmente com a introdução do fator previdenciário, permitiu estabelecer a seguinte relação entre os quatro termos da equação previdenciária: quanto maior o tempo de trabalho, maiores as contribuições e menor o tempo de usufruto esperado do benefício, e maior é o valor da aposentadoria. Para o cálculo do valor médio das contribuições, permitiu-se o descarte dos 20% menores salários de contribuição. Junto com a eliminação de privilégios descabidos, a nova regra possibilitou conter a trajetória de crescimento descontrolado dos déficits do INSS, sem que houvesse desrespeito ao direito adquirido.

Também em relação à previdência do setor público, o governo atual se beneficia de avanços obtidos no período anterior, como a introdução da idade mínima permanente para a aposentadoria integral e a previsão de uma regra de transição para a aposentadoria por tempo proporcional, o que possibilitou minorar o problema da aposentadoria precoce.

Se no conjunto é positiva, a reforma da Previdência proposta pelo atual governo apresenta aspectos sobre os quais é preciso meditar, e muito, sob pena de a "emenda sair pior do que o soneto".

No governo anterior, a reforma da previdência dos servidores públicos obedeceu a uma estratégia mais ampla de reforma do Estado. O gradualismo das mudanças propostas se fez acompanhar de uma política de reestruturação e fortalecimento de carreiras ligadas às finanças, à gestão e à defesa jurídica do Estado. A emenda da reforma administrativa consagrou a figura das carreiras típicas, matéria que aguarda regulamentação definitiva por parte do Congresso. Ao mesmo tempo, autorizou a contratação pelo regime da CLT dos novos servidores públicos que não fizessem parte das carreiras típicas. Dessa maneira, buscou-se equacionar os desequilíbrios da previdência do setor público, no longo prazo, sem comprometer o esforço de fortalecimento de um núcleo permanente de servidores de alta qualificação incumbidos das funções sem as quais nenhum Estado pode ser eficiente e eficaz.

A proposta do atual governo ameaça lançar por terra esse esforço. Ela prevê a aplicação de uma nova regra de cálculo para o valor da aposentadoria dos servidores. Muito bem, mas a regra não contempla mecanismo de transição e é flagrantemente desigual em relação à prevista para os trabalhadores do setor privado. Difícil compreender essa inversão da injustiça hoje vigente.

Em lugar da aposentadoria integral, os servidores passariam a ter suas aposentadorias calculadas pela média simples das contribuições feitas ao longo da vida laboral. A prevalecer a interpretação inicial, a nova regra valeria já para os atuais servidores, representando, em qualquer hipótese, um desestímulo enorme à manutenção e incorporação de novos talentos no serviço público brasileiro, com prejuízos para a sociedade e o país. Seria no mínimo paradoxal que aqueles que com tanta veemência e nenhum fundamento criticaram o suposto "neoliberalismo" do governo anterior acabassem por comprometer o aprimoramento do Estado e do serviço público no Brasil, no afã de gerar resultados fiscais de curto prazo.

2-6-2003

**A PRESSA PASSA
LONGE DO GOVERNO
PETISTA DE LULA**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Os primeiros seis meses do Governo Lula teriam tudo para uma comemoração positiva. Isso se os resultados desses 180 dias não fossem negativos. Lula, infelizmente, ainda não conseguiu alavancar nem mesmo a parte social, anunciada como carro-chefe, puxado pelo chamado programa Fome Zero.

O que a Nação assiste, por enquanto, é apenas inanição em entremeio com querelas entre Ministros e muita bateção de cabeça, cada um querendo comprar brigas e questões a qualquer preço, menos em nome da realização de alguma coisa positiva para a Nação.

Nesse mês de junho, houve muito anúncio de programas novos, como o do microcrédito e o do primeiro emprego. Como o Fome Zero, tudo ainda está no papel, com previsão de efetivo funcionamento só daqui a seis ou mais meses.

Enquanto isso, ampliam-se as queixas e as angústias das camadas mais pobres da Nação e, já agora, também da classe média, esta atingida duramente pelas incertezas, pelos volteios e pela falta de ação prática do Governo Lula. As taxas de desemprego crescem assustadoramente, enquanto no meio rural as invasões dos chamados sem-terra atingem níveis alarmantes.

A revista Veja, em sua última edição, faz um levantamento completo da situação no campo, com o título "Rosseto todo feliz nos palácios...e os sem-terra botam para quebrar." Aonde vamos chegar, ninguém sabe, muito menos o Governo. A única coisa que se sabe é que não se vai chegar a um desfecho feliz.

Também em junho, foi a vez de a Igreja ir a Palácio, para, em audiência com Lula, pedir ação urgente para a fome das parcelas cada vez mais numerosas de brasileiros excluídos.

Todos os esforços do atual Governo concentram-se nas duas propostas de reformas já em exame no Congresso Nacional. Só que, por conta disso, nada mais se faz e muita idéia boa é descartada, a pretexto de colidir com as duas decantadas reformas.

Não é preciso ir muito longe. Na última quinta-feira, neste mesmo plenário, o PT jogou ao léu uma muito boa idéia que o Senador Osmar Dias insistiu em ver aprovada, pelo que dela resultaria em favor da redução do custo de vida, principalmente para as categorias mais humildes, mas não só para elas.

Estava em jogo o preço do pão, o alimento nosso de cada dia, cada dia mais caro.

Estava na pauta de votação o projeto de lei, de autoria do senador paranaense, que propõe a redução, de 12º em alguns Estados, de 17% em outros, para 4º em todos os Estados.

Como alegação para que a matéria fosse adiada, apontou-se um vício de inconstitucionalidade, contra o que o Senador sulista ponderou: "Mas como inconstitucional, se o Senado aprovou, em oportunidade anterior, a redução para 4% da alíquota para o que-resone de aviação?"

A defesa feita por Osmar Dias é perfeita: Quando se fala em Programa Fome Zero, cobrar uma alíquota menor na transferência do trigo, de um Estado para outro, é proporcionar a redução do preço de um produto que está na mesa de todo cidadão em todas as refeições, no café da manhã, no almoço e no jantar.

Afinal, o Presidente Lula não tem insistido que sua meta é fazer com que todo brasileiro faça três refeições por dia ?

E mais: o que o projeto refugado pelo PT pretende não é reduzir alíquotas de bebidas nem de cigarro. É do pão. O pão nosso de cada dia.

Mais ainda, a aprovação do projeto do Senador Osmar significaria dar uma oportunidade para o trigo brasileiro, em vez de privilegiar o trigo argentino. A preferência pelo trigo importado significa gerar emprego no exterior, em detrimento das lavouras brasileiras.

Aí está, em palavras claras, uma das causas do marasmo que se observa ano Governo Lula.

O PT deveria ter mais sensibilidade para perceber que não é necessário esperar pela reforma tributária para só então acolher o projeto do trigo. A fome é assunto urgente. Mas a urgência, lamentavelmente, parece passar bem longe das linhas de ação do Governo petista.

Era o que tinha a dizer.

2-7-2003

UMA CPI PARA INVESTIGAR A TENSÃO NO CAMPO

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a pediu a palavra pela liderança. Concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estarei hoje dando entrada em um requerimento pedindo a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a tensão no campo brasileiro, ou seja, para investigar fazendeiro que se arma e, sem dúvida alguma, o MST, que agita desmesuradamente o quadro político deste País.

O requerimento está às ordens de parlamentares da base governista, da base oposicionista e à disposição de todos os Srs. Senadores, para que possamos, o quanto antes, começar um trabalho em defesa da economia brasileira, porque, do jeito que a coisa vai, o MST, em pouco tempo, estará desestimulando novos investimentos na agricultura e complicando a vida do setor mais produtivo da nossa economia: a agricultura, que poderá, neste ano, significar um saldo na balança comercial de US\$21 bilhões a US\$22 bilhões. É a agricultura que tem sustentado o equilíbrio da nossa balança comercial de há bom tempo para cá.

Enfim, que essa iniciativa seja vista como algo de interesse do País, portanto, um dever do Parlamento e, não, atitude da Oposição a ser boicotada pelo Governo, ou, se fosse o contrário, atitude do Governo a ser boicotada pela Oposição. É de interesse nacional e, portanto, seria muito bom se todos os Líderes, concordando com a iniciativa, assinassem de plano o pedido de constituição dessa co-

missão parlamentar de inquérito, que estudará a fundo a questão do campo brasileiro e a tensão que por aí está a se avolumar.

Vejo que o Governo do Presidente Lula da Silva tem sido muito flácido em relação ao MST; indulgente, concessivo, permissivo, flácido e tolerante ao extremo. A energia demonstrada por militantes do PT para vaiar a Vice-Governadora no Palácio do Planalto, numa desmesurada demonstração de falta de cortesia política, não é parecida com a flacidez em relação ao MST. A energia e o rigor demonstrados – e não quero me envolver em assuntos de economia interna de partido algum, apenas no que, eventualmente, puder atingir a questão democrática no País – em relação, por exemplo, à Senadora Heloísa Helena, que é tratada como se fosse um Trotsky (*), por uma visão stalinista – e aí eu diria que a Deputada Luciana Genro passa a ser um Kamenev (*) e o outro Deputado passa a ser Zinoviev (*) –, o que nós estamos vendo, sem dúvida alguma, é a perseguição de um certo aparelho de Estado, de um certo aparelho de partido a todo e qualquer segmento que pense de maneira divergente do chamado núcleo de poder. Isso se abateu recentemente sobre o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quase lhe foi negado o direito de opinar sobre o quadro econômico em que nós vivíamos. Foi necessária uma reação veemente e forte de amplo espectro de pessoas ligadas ou não à figura de S. Ex^a para que se estabelecesse algo tão simples quanto a água deve ser clara, quanto a água dever ser transparente: que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem o direito de falar, assim como a divergência não é um crime, assim como é doloso, sim, se vaiar, em uma cerimônia oficial, no Palácio do Planalto, a Vice-Governadora do Distrito Federal.

Eu vejo com muita energia e até como uma visão autoritária, em um governo que começa a respingar, a sua volta, algum questionamento ético – e é tão cedo para isso – e, ao mesmo tempo, eu vejo o Governo, assinando, quem sabe, a sua própria sentença de morte, ao permitir a atuação do Movimento dos Sem Terra, que, para mim, não é um movimento social e sim um movimento revolucionário de cortes zapatistas, atrasado, delirante, disposto a enfrentar a Constituição e a desrespeitá-la, não é que sem querer o faça, propositadamente o faz, até porque o seu objetivo maior e delirante é precisamente desmontar a ordem estabelecida e substituí-la por outra que lembra, de fato, os tempos heróicos e inconseqüentes de Emiliano Zapata. O Governo está perdendo muito espaço político

com isso. Eu sinto que a situação foge do controle. A atitude do Ministro Rossetto de entregar a máquina do Incra para o MST é deplorável. É uma atitude estulta, estúpida, sem lucidez, que corresponde a uma certa cor fisiológica. O Governo trata com fisiologia a quem quer, com violência a quem resiste aos seus tiquetaques e resolveu fazer fisiologia com o MST, ou seja, "se vierem para a máquina, quem sabe se acalmam os nossos companheiros do MST", disseram eles. Mas não se acalmaram; ao contrário, estão usando a máquina oficial, o Incra, para, a partir dela, aparelhar uma luta que é de desorganização e de desmonte da agricultura brasileira, que é o pilar da economia deste País.

Portanto, o alerta está feito. Peço do Governo, e até exijo e lhe cobro, mais espírito democrático em relação a quem dele divirja. Peço respeito a quem tenha opinião diferente e, por outro lado, mais energia, mais vigor, mais coragem – o que está faltando – ao lidar com esse problema gravíssimo da terra, que pode desestabilizar um governo, a agricultura e a economia do País, ao lidar equivocadamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O pedido de constituição da CPI já está correndo o plenário. Eu gostaria de vê-lo aprovado pela consciência dos meus pares, mas não com esse crivo de Oposição para um lado e Governo para outro, por entender que agricultura é problema do País inteiro; a estabilidade política é problema do País inteiro; a questão democrática é problema do País inteiro. Tenho certeza absoluta de que ninguém do PT ou de qualquer setor, de qualquer espectro, partidário ou ideológico, neste plenário se recusará a assinar a comissão parlamentar de inquérito que ora proponho, que será constituída para investigar essas atividades que, para mim, estão muito além do criminoso, essas atividades desestabilizadoras da economia e da política, hoje a pleno vapor exercidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

10-7-2003

O GOVERNO LULA MUDA MAIS QUE BIRUTA DE AEROPORTO

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, começamos a luta de oposição ao Governo Lula a partir da reabertura constitucional do Congresso, numa época em que não dava para não apontarmos a brusca mudança de discurso de S. Ex^a e de seus principais seguidores.

Chegou o momento em que, aqui na Casa, o Líder do Governo e tantas figuras prezadas por nós disseram: olha, vocês não vão poder passar o mandato do Presidente Lula inteiro dizendo que pensávamos assim tempos atrás e que agora estamos pensando diferente.

Vou me referir, então, Sr. Presidente, a mudanças muito recentes:

*Em 2 de março: "Aposentadoria de R\$20 mil não é direito, é privilégio. O País não pode pagar por isso". José Genoíno – Presidente do PT.

Em 10 de abril: "A gente não conseguirá fazer justiça, para os muitos que queremos, se continuarem os privilégios que poucos conseguiram neste País". Lula – Presidente da República.

Em 26 de abril: "A reforma da Previdência tem o objetivo de universalizar os direitos. E como fazer isso sem acabar com os privilégios?" A pergunta é do Presidente do PT, José Genoíno.

Em 5 de maio: "A reforma é necessária, porque o Governo Federal e os governos estaduais não terão condições de garantir o pagamento dessas aposentadorias no futuro". José Dirceu - Chefe da Casa Civil.

Em 5 de maio: "Quando digo que nenhum ponto é negociável é porque não colocamos nada na proposta para ser retirado". Repito: "Quando digo que nenhum ponto é negociável é porque não colocamos nada na proposta para ser retirado". Quem disse isso foi o Ministro Ricardo Berzoini, da Previdência.

Em 21 de maio: O mesmo Ministro Ricardo Berzoini diz: "Muitos consideram a reforma forte. Se dependesse só da minha opinião, seria um pouco mais forte. É uma reforma que tem um caráter bastante ameno em relação ao que revelam as contas públicas". Ricardo Berzoini.

Em 30 de maio: "O PT e o Governo não vão ficar reféns de meia dúzia de servidores que não querem mudar nada". José Genoíno, Presidente do PT.

Em 17 de junho: "Não posso aceitar que alguém neste País se aposente com R\$17 mil por mês e que 40 milhões de pessoas não tenham oportunidade de trabalhar". Lula, Presidente da República.

Estou me referindo a mudanças já neste exercício, já neste ano.

O *Globo* de hoje registra, além das primeiras frases aqui lidas, mais as seguintes pérolas:

Em 8 de julho: "O Governo está aberto à negociação, desde que seja extensiva a todos os servidores públicos". José Dirceu

Em 9 de julho: "O Governo tem um objetivo com essa reforma e esse objetivo é esse, sim – inegociável. Agora, a maneira de atingir esse objetivo pode ter variações e por isso nós sempre apostamos que a comissão especial na Câmara, e depois o Senado, são os espaços privilegiados para que qualquer idéia nova, mais criativa, mais, digamos, negociável dentro do Congresso Nacional, possa ser alcançada". Berzoini(*).

O mesmo Berzoini(*) que dizia, no dia 5 de maio, que nenhum ponto era negociável, porque não havia colocado nada na proposta para ser retirado. A proposta de S. Ex^a seria perfeita, acabada, completa e sem bode russo. Agora, já dá para retirar alguma coisa da proposta. Mudou S. Ex^a.

Agora digo mais alguma coisa, Sr. Presidente, ainda da edição de *O Globo* de hoje. O Presidente da Comissão Especial da Previdência,

Deputado Roberto Brant(*), ex-Ministro da Previdência, diz que a reforma da Previdência está esvaziada e que o mercado notará isso. O Ministro Antonio Palocci(*), da Fazenda, não teria gostado. Embora favorável à negociação, o Ministro seria contra mudanças que atingissem o núcleo da proposta. "Segundo integrantes do Governo próximos a Palocci, o Ministro não abre mão disso, mesmo porque o texto do Governo seria um compromisso não só com a sociedade, mas também com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Sr. Presidente, peço a inclusão, nos Anais da Casa, de artigo publicado hoje no jornal *Folha de S.Paulo*(*), assinado pelo jornalista Gustavo Patú, intitulado: "No meio do caminho havia dois Poderes"(*).

Leio alguns pequenos trechos:

(*)Caiu por terra uma tese muito propagandeada pelo Governo: a de que negociações prévias "com a sociedade" e com os governadores poderiam viabilizar a aprovação rápida e integral das reformas previdenciária e tributária.

No meio do caminho havia dois Poderes, o Legislativo e o Judiciário – os mesmos que, há alguns dias, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse serem incapazes de atrapalhar seus planos. O Congresso sinalizou que não está disposto a servir de instância homologatória de projetos do Executivo, e os magistrados demonstraram que uma oposição minoritária, mas com amparo institucional, pode enfrentar um apoio amplo, mas difuso, da opinião pública ou do mercado financeiro.

Ficou evidente a fragilidade dos acordos costurados pelo Planalto no CDES (Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e com os 27 governadores.

No caso da reforma previdenciária, o mais importante era conseguir um aval mínimo das centrais sindicais no conselho, especialmente na CUT. Conseguiu-se apenas uma oposição menos ostensiva da cúpula cutista, que não impediu que servidores promovessem uma greve e outros buscassem criar uma nova central.

Na reforma tributária, buscou-se aprovação do empresariado. Mas, logo que o projeto chegou à Câmara, as confederações patronais se organizaram para criticar o texto e propor modificações.(...)

O Governo sofre ainda as conseqüências de ter optado por projetos que contrariam posições históricas do PT. Contam-se nos dedos os petistas que defendem com algum entusiasmo as reformas,

que ganharam o carimbo de meros ajustes destinados a aliviar o caixa da União e dos Estados.

Nunca será possível saber se o Governo já contava com as dificuldades ou se foi surpreendido por elas. A questão é se o Planalto está patrocinando um recuo calculado ou dando uma demonstração de fraqueza que põe em risco o cronograma das reformas”.

Não vou ler o restante. Registro apenas que, sob o ponto de vista do PSDB, nossa posição é de perplexidade. Hoje, estou telefonando para cada Governador do Partido para saber o que pensam das novidades, até porque costuraram um acordo, supostamente imutável, com o Presidente Lula. As reformas seriam imutáveis, perfeitas, acabadas, completas, infalíveis, e vejo que não é bem essa a percepção do Governo.

Sob o ponto de vista da minha Bancada, da minha Liderança, consideramos o jogo zerado, ou seja, vamos começar a discutir tudo, a partir do zero. Daqui para frente, quem sabe, chegamos ou não chegamos a algum acordo futuro.

Vejo o Governo como instável; vejo um governo que consegue ser arrogante numa ponta e fraco na outra. Aprendi, ao longo da minha vida, que não raro a arrogância e a fraqueza são sinônimos. O fraco é o arrogante inacabado; o fraco é o arrogante que não consegue ser arrogante e, por isso, é incompleto. O arrogante é aquele que representa o fraco completo porque ele, arrogante, além de o ser, é fraco também, ele é mais completo. Eu me sinto diante do jogo completamente zerado, porque as manifestações de contradição já não são mais aquelas entre o discurso tradicional de Lula e de seus seguidores e a chamada Carta aos brasileiros. A contradição seria, Sr. Presidente, entre o que diziam eles tempos atrás, meses atrás, dias atrás e o que dizem hoje premidos pela circunstância.

Alguns dizem: fraqueza por causa de uma greve? Meu Deus, um governo que não sabe enfrentar uma greve?

Por outro lado: mera incoerência mesmo? Um governo que não teria convicção do que estava fazendo? Um governo que supostamente proporia coisas mais duras, para depois amolecer?

Se o Governo propunha coisas duras que não eram necessárias, por que então as estaria propondo? Por sadismo? Por necessidade? Por ser expletivo na sua forma de expressar sua visão da realidade?

O fato é que para nós do PSDB a conversa está completamente zerada. Vamos analisar, demonstrando claramente que é muito difícil pensar em qualquer parceria com um governo que muda feito uma biruta de aeroporto; que muda do candidato para o Presidente, que muda do Presidente para o Presidente, que muda do Ministro para o Ministro. E não estou falando de outro Ministro, o que assumiu no lugar de Berzoini. Estou falando de Berzoini, estou falando de quem dizia uma coisa um tempo atrás, afirmando que a proposta era infalível e agora que já não é mais.

O jogo está zerado. Nós aqui continuamos perplexos, querendo saber a que ponto irá essa demonstração que para mim é nociva, é maléfica, de unidade, de casamento entre uma postura arrogante: "não preciso do Congresso; faço; não há geada, não há nada a não ser Deus que me impeça de fazer as coisas". E em seguida muda de opinião e demonstra fraqueza ao tomar e reafirmar as suas decisões.

Encerro, Sr. Presidente. Do ponto de vista do PSDB, o partido se coloca neste momento como expectador apreensivo de uma cena que, no plano político, aos olhos do nosso partido, não vai bem, demonstra instabilidade e nos causa a todos preocupação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**OS BONS RESULTADOS
DA AGRICULTURA
DECORREM DOS ACERTOS DE FHC**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)– Sr. Presidente. Fala o Senador Aloizio Mercadante em convicção e é exatamente minha a convicção que, por último, S. Ex^a aqui demonstrou, ou seja, a de que, em seis ou oito meses, nenhum Governo é capaz de fazer um resultado tão brilhante na agricultura. É um reconhecimento que entendo como uma autocrítica e louvo o sentimento de autocrítica de S. Ex^a.

Fala S. Ex^a nos deveres da Oposição. Chego a pensar que, na última eleição, uma parte ponderável do eleitorado pode - quem sabe? - não ter votado, para mudar o Governo; pode ter votado, para mudar a Oposição, buscando criar para o País uma Oposição mais responsável e capaz de ser mais construtiva - não obstaculizando, por exemplo, votações essenciais para a coisa pública. A Oposição, que era feita pelo Partido de S. Ex^a, estava abaixo da crítica, do ponto de vista do radicalismo, do sectarismo, da falta de compostura e do descompromisso com as transformações deste País.

Diz S. Ex^a 'peço a ele isso, peço a ele aquilo'. E eu repito: peço a S. Ex^a duas coisas: a primeira, item **a**, que de uma vez por todas sepulte esta justificativa inculca, injusta e denunciada pelo próprio Presidente Lula, a tal "herança maldita", sob pena de cessar qualquer colaboração nossa em relação ao Governo, ainda que porventura haja a concordância ideológica. Estou sendo bem claro e não recuo das minhas posições.

O segundo ponto é deixar bem nítido que esse jogo de 'a ética nos pertence' não é verdade: vide Santo André. Ofereci o roteiro ao Ministro Valdir Pires e, do roteiro, consta esta podridão que é o escândalo de Santo André, que está em insepulto e não deve continuar insepulto.

Fala S. Ex^a na convivência. E sabe S. Ex^a como sou eu capaz da boa convivência. Volto a dizer: a convivência e o calor da luta não são determinados por mim nunca. Sempre é o adversário que dá o tom. Se quiser ar-condicionado, aceito de bom grado. Se quiser o caldeirão do inferno, também aceito. Aceito as duas ofertas, porque meu dever é defender as minhas convicções e não fazer a parceria e o diálogo de Situação contra Oposição, se eu não tiver confiança nos meus interlocutores. Não admito interlocutor que não é exato, que contraria o próprio Presidente da República e que reconhece que a inflação, por exemplo, explodiu não por nós, mas por eles, explodiu por ele. Essa matéria foi publicada na revista *Veja*. Interlocutor que desmente isso desconsidera intelectualmente o próprio Presidente da República e passa a não merecer o meu respeito. Nesse caso, muda a conversa, muda o tom, muda o calor. E é exatamente assim que estou tentando delimitar minha posição.

Não há razão para usar os cinco minutos de que disponho, até porque obtive agora do Líder o reconhecimento de que, de fato, este Governo não é responsável por safra nenhuma. O Governo está colhendo e tem sido boa a sua colheita, embora não tenha plantado nada. Se há um nicho de competência neste Governo é precisamente o Ministro Roberto Rodrigues, que está se vendendo muito mal com os radicalismos impostos por setores também ligados ao Governo no campo brasileiro, ameaçando a balança comercial e o resultado conjunto da nossa economia. Obtive do Líder essa informação.

De minha parte, não trabalho olhando para trás, mas olhando para frente. Não trabalho eu com a figura do "cabisbaixismo"; trabalho eu com a figura da altivez; trabalho eu com a figura da liberdade; e manifesto-me eu sempre de acordo com o ditame do meu coração, do meu cérebro e da minha vontade de servir a este País.

Portanto, Sr. Presidente, passemos à Ordem do Dia, para votarmos as matérias de interesse do País, e saudando, porque, de fato, as coisas começam, pelas palavras ponderadas dos dois Líderes, a ser repostas no seu lugar.

Poderiam não ser assim repostas, e teríamos dias acalorados. Mas estão sendo repostas, e, evidentemente, eu próprio me disponho a aceitar tal atitude como uma demonstração de boa vontade, esperando que seja duradoura e, sobretudo, sincera, porque entre os meus defeitos não está o da insinceridade. Não tolero dialogar com interlocutor que não se manifeste de maneira sincera.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

20-8-2003

**EM TEMPOS DE BALA
PERDIDA, UM TIRO NO PÉ
QUE RESVALA EM TODOS NÓS**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,
Já nem é preciso rigor na leitura dos jornais diários para uma visão ou o aprendizado de realidade brasileira. Algo parecido com as cartilhas, que, juntando letras e palavras, formam um texto. Com começo, meio e fim. Com enredo e tudo mais.

Pego os jornais desses dois últimos dias e os de hoje e as notícias do caos no campo pululam em grande quantidade. Multiplicam-se, fervem, ardem, formigam e fervilham. Das manchetes de primeira página ao noticiário das páginas internas.

O enredo também respiga fácil e a conclusão, para qualquer leitor mediano, é uma só: o circo está pegando fogo. No Sul, no Leste, no Nordeste, as invasões viraram rotina.

Do enredo, passo ao desfecho. Por enquanto, um desfecho provisório. A conclusão de agora não deixa dúvidas: o desrespeito prepondera porque a autoridade perdeu o respeito. Ou não impõe respeito.

Mais uma vez, chamo a atenção do governo petista do Presidente Lula: a tensão no campo já prejudica os investimentos e o agronegócio, como, aliás, reconhece o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Está na *Folha de S.Paulo* dessa última terça-feira. São palavras do Ministro, as que agora passo a ler:

"No longo prazo, a manutenção da tensão cria perda de expectativa e de interesse, não apenas interno, mas também externo. É evidente que a questão da tensão no campo e da preocupação em relação à segurança e à tranquilidade de alguma forma afeta o setor produtivo."

Na continuidade da leitura dessa supercartilha, vem a informação de que o governo petista do Presidente Lula reuniu ontem no Planalto nove de seus ministros. Tenta-se a busca de viabilidade para obras de infra-estrutura. Cogitou-se até de “*oferecer projetos atraentes para o capital privado*”, já que, como observou esta manhã o *Bom Dia, Brasil*, do Renato Machado da Globo, o *cobertor é curto e as obras muito caras*.

Tomara que os recursos venham logo. Mas como o governo pensa até em atrair capitais externos, seria mais do que oportuno que a paz voltasse a imperar, no campo, nas rodovias (a todo momento bloqueadas por sem-terra) e nas cidades.

O âncora do *Bom Dia* lembrou que os investidores certamente irão reivindicar uma outra cartilha. A cartilha de regras bem definidas, para que o retorno dos investimentos seja real. Ninguém vai jogar dinheiro pela janela...

Por enquanto, não há nenhum sinal de luz no fim do túnel.

Não é o PSDB quem diz isso. É o noticiário da imprensa, o mesmo noticiário a que me referi no começo de mais essa advertência ao governo.

O dia de hoje amanheceu pior. Beira o insuportável. No campo, do jeito que a coisa vai, vejo como insustentável; a médio prazo, a inação do governo. Invasões de propriedades rurais, ocupação de prédios públicos, saques de cargas nas estradas. Descontrole. Insegurança.

Isso e fósforo aceso no estopim são a mesma coisa.

Nas grandes cidades do País, proliferam as invasões de prédios públicos e agora a moda é ocupar hotéis. A lei é desafiada diariamente. O direito à propriedade é afrontado. A Constituição é rasgada.

Qual é a conseqüência desse estado de terra arrasada?

Desde logo, os investidores se retrancam. Os capitais rareiam. O desinvestimento é uma realidade.

Alerto novamente o governo petista: sem investimento, não há geração de empregos. Sem emprego, necas de tipibiriba para o espetáculo do crescimento! Nacas de nacas para a retomada do desenvolvimento!

O que resta? A tragédia do marasmo. Algo impensável, quando há bom senso. Principalmente num país como este.

A população fica a temer, com receio até mesmo de reversão nas frases de antanho, quando se procurava alevantar o progresso,

tal como dizia o poeta: "Criança, não verás país nenhum como este..
Olha que céu, olha que terra, olha que mares..."

De repente, um raio! E o que teremos para dizer?

"Criança, não verás país nenhum como este... Olha que bagunça,
que desordem,... olha que indecisão... olha que paradesar....

Se o governo não puser termo em tudo isso, a economia se vai
deteriorar e as políticas sociais não se completarão.

O Governo Lula, por enquanto, está dando um tiro no próprio
pé. E as balas perdidas resvalam em todos nós.

O Governo Lula é indeciso. É equivocado.

Era o que tinha a dizer.

14-8-2003

NA REALIDADE DO BRASIL, UM NOVO TIPO DE ESPECULAÇÃO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, já nem é preciso rigor na leitura dos jornais diários para uma visão ou o aprendizado de realidade brasileira. Algo parecido com as cartilhas, que, juntando letras e palavras, formam um texto. Com começo, meio e fim. Com enredo e tudo mais.

Pego os jornais desses dois últimos dias e os de hoje e as notícias do caos no campo pululam em grande quantidade. Multiplicam-se, fervem, ardem, formigam e fervilham. Das manchetes de primeira página ao noticiário das páginas internas.

O enredo também respiga fácil e a conclusão, para qualquer leitor mediano, é uma só: o circo está pegando fogo. No Sul, no Leste, no Nordeste, as invasões viraram rotina.

Do enredo, passo ao desfecho. Por enquanto, um desfecho provisório. A conclusão de agora não deixa dúvidas: o desrespeito prepondera porque a autoridade perdeu ou não se impõe respeito.

Mais uma vez, chamo a atenção do Governo petista do Presidente Lula: a tensão no campo já prejudica os investimentos e o agronegócio, como, aliás, reconhece o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Está na *Folha de S.Paulo* dessa última terça-feira. São palavras do Ministro, as que agora passou a ler:

"No longo prazo, a manutenção da tensão cria perda de expectativa e de interesse, não apenas interno, mas também externo. É evidente que a questão da tensão no campo e da preocupação em relação à segurança e à tranquilidade de alguma forma afeta o setor produtivo."

Na continuidade da leitura dessa supercartilha, vem a infor-

mação de que o Governo petista do Presidente Lula reuniu ontem no Planalto nove de seus ministros. Tenta-se a busca de viabilidade para obras de infra-estrutura. Cogitou-se até de "oferecer projetos atraentes para o capital privado", já que, como observou esta manhã o Bom Dia, Brasil, do Renato Machado da Globo, o cobertor é curto e as obras muito caras.

Tomara que os recursos venham logo. Mas como o Governo pensa até em atrair capitais externos, seria mais do que oportuno que a paz voltasse a imperar, no campo, nas rodovias (a todo momento bloqueadas por sem terra) e nas cidades.

O âncora do Bom Dia lembrou que os investidores certamente irão reivindicar uma outra cartilha. A cartilha de regras bem definidas, para que o retorno dos investimentos seja real. Ninguém vai jogar dinheiro pela janela...

Por enquanto, não há nenhum sinal de luz no fim do túnel. A tensão corre solta e agora até o Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, joga mais lenha na fogueira.

Não é o PSDB quem diz isso. É o noticiário da imprensa, o mesmo noticiário a que me referi no começo de mais essa advertência ao Governo. Eis o que diz a manchete principal da página 8 de *O Estado de S. Paulo* desta quinta-feira:

"Fonteles volta a apoiar invasão de terra improdutivo."

Isso e fósforo aceso no estopim são a mesma coisa.

O Procurador-Geral reiterou o que já dissera em julho, um mês depois de ter assumido a cargo, para o qual foi indicado pelo Presidente Lula.

O Dr. Fonteles justifica as palavras com que atíça as rixas no meio rural. Para ele, a ocupação pacífica das propriedades rurais é legítima, dada "a função social das terras, prevista na Constituição."

E mais: "O fazendeiro está morando na cidade, especulando com aquela terra, como se especula na bolsa. Nesse caso, os movimentos sociais, de forma ordeira, podem entrar na terra e plantar."

E já que o Procurador fala em especular, dá para se extrair dessas tão serenas palavras a conclusão de que agora já no País um novo tipo de especulação: a especulação das invasões.

Por tudo isso, requero que a notícia de *O Estado de S. Paulo*, com as tranqüilizadoras declarações do Procurador Fonteles, passem a integrar este pronunciamento e, por conseqüência, os Anais

do Senado Federal.

"Fonteles volta a apoiar invasão de terra improdutivo"

Procurador-geral defende a entrada pacífica de sem terra nas fazendas que muitas vezes só servem para "especulação"

Mariângela Gallucci

Brasília – O procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, voltou ontem a defender a ocupação de latifúndios improdutivos por trabalhadores sem terra. Segundo ele, a propriedade privada não é absoluta e a Constituição estabelece uma função social para ela. "A Constituição marca uma grande idéia de solidariedade, o que é difícil para nós brasileiros, que somos um povo muito egoísta, muito egocêntrico", afirmou.

Para Fonteles, grandes extensões de terra inexploradas por anos podem ter ocupação pacífica. "O fazendeiro nem sabe onde (as terras) estão nem sua extensão", disse. "O fazendeiro está morando na cidade, especulando com aquela terra, como se especula na bolsa de valores. Neste caso, os movimentos sociais, de forma ordeira e pacífica, podem entrar na terra, plantar, produzir e até desenvolver suas atividades de escola."

As primeiras menções de Fonteles ao tema foram feitas em julho, um mês depois que assumiu o comando do Ministério Público Federal. Ele disse que não considerava ilegal a invasão ordeira e pacífica de terras improdutivas, provocando dura reação de entidades ruralistas. O Governador Geraldo Alckmin também criticou as declarações. "Ninguém revogou a medida provisória antiinvasão. Temos de respeitar a lei.", afirmou Alckmin na época, referindo-se à medida provisória que tira do programa de reforma agrária, durante dois anos, as terras invadidas e os invasores.

Ontem, Fonteles também falou sobre o Rio Grande do Sul, onde um grupo de sem terra vinha fazendo uma marcha em direção à cidade de São Gabriel e proprietários rurais preparavam uma contramarcha. O procurador elogiou o juiz Loraci Flores de Lima, que proibiu a continuidade das marchas. "Foi uma decisão profundamente ponderada, porque trata igualmente a situação em relação às partes", explicou.

Investigações - Em seminário na Procuradoria-Geral da Repú-

blica, Fonteles defendeu a aprovação de uma lei para desburocratizar as investigações. Segundo ele, é necessário que exista uma integração e um diálogo maiores entre as polícias e o Ministério Público durante os inquéritos policiais.

Para ele, as autoridades perdem muito tempo enviando ofícios para fazer pedidos, e o contato poderia ser feito por telefone. "Vocês acham que o Fernandinho Beira-Mar (traficante preso em São Paulo) vai mandar ofício para o Uê (outro traficante)?" Fonteles também disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça logo a competência de integrantes do Ministério Público para participar de investigações.

Era o que tinha a dizer.

14-8-2003

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, respaldado no apoio de mais 33 colegas nossos, estou apresentando requerimento que cria comissão parlamentar de inquérito com o objetivo de investigar os procedimentos em prática em órgãos públicos, como os adotados no Instituto Nacional do Câncer, referência nacional do tratamento do câncer, na Fundação Nacional de Saúde e na Anvisa. Ou seja, é uma CPI para que seja investigada a fundo a danosa prática do aparelhamento político do estado por partidos políticos.

Tenho a impressão de que será uma grande contribuição que se dará para a Nação, para o processo democrático e para a lisura, na relação com a coisa pública, Sr. Presidente. São 34 assinaturas, obtidas em muito pouco tempo!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

2-9-2003

O GOVERNO PETISTA DO PRESIDENTE LULA TEM UMA SUPERMÁQUINA DE PROPAGANDA, O DIP DO SÉCULO 21

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o mesmo Governo petista que amonstregou os dois projetos de reforma (especialmente a Tributária), que entrou firme no aparelhamento do serviço público, que criou símbolos e frases como as que eram do agrado de um distante tempo ditatorial, relegando a bandeira a segundo plano, agora entra firme na nova era propagandística, que faz inveja ao velho DIP de Getúlio Vargas.

O que o Planalto estará pensando ao montar tão colossal máquina de propaganda? Jogar pela janela R\$90 milhões por ano? Dou a palavra a *O Estado de S. Paulo* de ontem, que explica para a geração mais jovem, de forma didática, o que era o DIP:

"A operação resulta num agigantamento do noticiário oficial, jamais atingido nem durante ditaduras como a de Getúlio Vargas, em que tudo era controlado pelo célebre Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP – montado com os melhores profissionais, que recebiam os maiores salários. "É o DIP do século 21", escandaliza-se o ex-Deputado Prisco Viana, político que testemunhou mais de meio século de história."

Não vivemos sob ditadura. Mas, agora, o Governo petista do Presidente Lula está como queria. E isso faz lembrar o refrão que diz: "quem não tem cão, caça com gato".

A adaptação para esta era de aparelhamento petista seria: "Governo que nada faz, com propaganda se satisfaz".

Quem tem supermáquina, liga o rolo compressor e o povo, se quiser, que saia debaixo!

Pior é que todos nós brasileiros estamos financiando os desacer-tos do Governo petista, agora dono da supermáquina. Mais ou menos

na linha do que escreve esta semana, na revista *Veja*, o jornalista Diogo Mainardi. Ele lembra que o Governo Lula está obrigando todos os brasileiros a serem petistas. Mas à força e explica: "os petistas empregaram milhares de outros petistas na administração pública. Cada um deles passou a descontar até 10% de seu salário para o partido. Como o salário deles é pago com o dinheiro dos impostos, somos nós que estamos financiando o PT".

Lamentavelmente, este é o quadro do Brasil atual, petista à força. Só que os aparelhadores do Planalto precisam saber que a população está de olho. Todos os dias, todos os jornais mostram os disparates do Governo. E a Nação fica informada de que ele está paralisado, no que toca a realizações, mas sabe gastar dinheiro como ninguém, como esses 90 milhões de reais para a supermáquina da propaganda "dipeana."

A Nação se vai informando também de que este Governo é superaparelhador e superfisiológico. Como diz o *Estadão*, "O PT experimentou governar com o fisiologismo... e gostou!"

A Nação, porém, começa a não gostar nada disso.

Afinal, o Governo petista ao qual tanto agrada o fisiologismo, ao qual tanto agrada o aparelhamento do Estado, é o mesmo que põe a perder a oportunidade de realizar reformas profundas e coerentes, preferindo amostrengá-las.

Afinal, o Governo petista que não consegue emplacar obra alguma, é o mesmo que joga pela janela essa dinheirama toda e deixa passar à deriva a chance de empregar melhor esses recursos, por exemplo, na ex-menina dos olhos de Lula, o chamado Fome Zero.

Afinal, o Governo do nada faz é o mesmo que agora dá uma de cúvido, ávido de dinheiro, cobiçoso em cima da classe média, com essa nova ameaça de aumentar a carga tributária do cidadão brasileiro. Com muita descerimônia, vem agora com essa idéia lesa-classe média, de aumentar a alíquota máxima do Imposto de Renda para 35%.

O povo não aguenta, ó meus distintos senhores do aparelhamento, do fisiologismo e da supermáquina!

Com tantas ameaças, com tantas injustiças, com tanta improvisação e com tamanho nada fazer, nesse quase um ano de Governo petista, já sabemos que vamos continuar como assistentes do mesmo Espetáculo da Imobilidade, pretensamente acobertado pela máquina "dudeana" que vem de inaugurar a supermáquina do DIP do

século 21. Só falta a placa de homenagem aos longínquos anos 30, que supúnhamos jamais nos lembrar.

Solicito, Senhor Presidente, que o noticiário de *O Estado de S. Paulo* aqui referido seja considerado como parte deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal. É o seguinte:

“Planalto cria supermáquina de informação oficial

Radiobrás é ampliada para levar noticiário do Governo, de graça, a 100 milhões de pessoas”

João Domingos

Brasília – Com 1.150 funcionários, ao custo de R\$90 milhões por ano na Radiobrás, mais 75 profissionais no Palácio do Planalto e um sistema de pronta resposta e de correção das notícias “equivocadas”, na Secretaria de Comunicação, o Governo está adotando uma nova estrutura de comunicação com pretensões que vão além do mero aperfeiçoamento da máquina de divulgação oficial. Trata-se de um projeto montado para alcançar – com noticiário oficial e gratuito - um público estimado em 100 milhões de pessoas em todo o País.

Em função do projeto de expansão do noticiário, a Radiobrás já iniciou uma ampla reestruturação de sua equipe, demitindo antigos funcionários de carreira e atraindo profissionais da iniciativa privada com salários competitivos. Hoje, a estatal mantém 220 jornalistas, com salários que variam entre R\$2,5 mil e R\$4 mil. Os que estão sendo contratados chegam para funções de confiança, com salários de R\$6 mil a R\$8 mil.

A operação resulta num agigantamento do noticiário oficial, jamais atingido nem durante ditaduras como a de Getúlio Vargas, em que tudo era controlado pelo célebre Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – montado com os melhores profissionais, que recebiam os maiores salários. “É o DIP do século 21”, escandaliza-se o ex-Deputado Prisco Viana, político que testemunhou meio século de ditaduras.

O Governo procurou inspiração no Primeiro Mundo. O jornalista Bernardo Kucinski, assessor especial do Ministro de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, fez um estágio na Inglaterra e agora está nos Estados Unidos, para ver como funciona o siste-

ma de comunicação da Casa Branca. É dele a idéia de criação do sistema de pronta resposta, em que as redações dos jornais são atulhadas de cartas de reclamação contra o noticiário considerado "incorreto".

Às vésperas das eleições municipais, o projeto desperta reações na oposição e no próprio PT, que enxergam detrás da iniciativa do Governo a tentativa de uniformizar o noticiário a seu favor. "Essa é mais uma etapa da estratégia petista de aparelhamento do Estado", acusa o presidente do PSDB, José Aníbal.

"Quem detém o poder e quer o monopólio da comunicação, vai ter o controle de tudo. Sempre combatemos isso", reclama o Deputado Walter Pinheiro (BA), ex-Líder do PT. "Fico muito preocupado quando governos entram na área de comunicação, embora alegando os melhores propósitos. Os riscos de distorção e manipulação do noticiário são muitos grandes", completa o Senador Jéfferson Peres (PDT – AM).

Cobertura – As afirmações se sustentam em outro fato que chama a atenção no projeto: o Governo passa a fazer a cobertura jornalística em todos os campos, não se restringindo mais à divulgação dos acontecimentos oficiais, e oferece esse noticiário gratuitamente, privilegiando seu enfoque dos acontecimentos.

Esse noticiário chega a uma rede que historicamente edita seus noticiários com base na cobertura das agências de notícias privadas, e é composta por mais de mil emissoras de rádio e retransmissoras de TV e mais de mil jornais. Nos 60 municípios com mais de 200 mil habitantes, esses distribuidores de informação já começaram a receber do Governo, gratuitamente, receptores de notícias via satélite.

No esquema de fortalecimento das notícias oficiais dentro da nova sistemática, o Banco do Nordeste financiou uma série de reportagens sobre a fome no Brasil, distribuídas e publicadas de graça, com texto e fotografia.

Os fotógrafos das agências e dos jornais dificilmente têm acesso a cerimônias fora do gabinete do Presidente, onde só trabalha o fotógrafo oficial. Dois exemplos: o da cadela Michelle no colo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sala de cinema do Palácio da Alvorada e a entrega da égua crioula ao Presidente na Granja do Torto, há duas semanas.

Outro exemplo é o de Lula tocando violino e a Prefeita Marta Suplicy, violoncelo. Acrescente-se o fato de que só o assessor de Imprensa da Presidência, Ricardo Kotscho, assistiu ao encontro do Presidente com o arquiteto Oscar Niemeyer, e produziu um texto que foi reproduzido por *O Globo*.

Além de qualificar seus conteúdos, o setor de comunicação já realiza uma cobertura que abrange desde partidas de futebol da segunda divisão até eventos culturais, passando pelo dia-a-dia do Congresso e do Judiciário, cenários internacionais, como a Guerra do Iraque, e indo até a simples informação sobre a participação de uma anônima cooperativa no festival de Inverno de Bonito (MS).

Exagero – O Governo oferecerá um noticiário social, político, econômico, cultural e esportivo com o enfoque de seu interesse. Apesar disso, a socióloga Aspásia Camargo acha exagerada a comparação com o DIP. Uma das maiores estudiosas da ditadura Vargas, ela acha que naquela época havia o monopólio total da comunicação.

"Hoje, mesmo que o Governo ofereça facilidade e gratuidade, as pessoas têm espírito crítico para escolher o que é ruim e o que não é. Existem também as agências de notícias que podem ser consultadas por todos, permitindo comparação na hora. Por fim, ao contrário da Era Vargas, os jornais escrevem o que querem contra o Governo, sem censura nenhuma."

O PSDB discorda. "Daqui a pouco só as notícias de interesse do Governo serão publicadas", alerta Aníbal. A iniciativa do Governo acende polêmicas e provoca reações indignadas. De um lado, questiona-se a legitimidade de ampliar a cobertura para além da fronteira dos assuntos da agenda oficial, deixando de oferecer noticiário de interesse do público para distribuir gratuitamente noticiário de interesse do Governo.

"Isso é *dumping* de Estado", diz o Senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado. "O sistema de comunicação do Governo, financiado pelo contribuinte, concorre com produto diferenciado no mercado de mídia." Para ele, revela-se aí uma estratégia de natureza ideológica. "O resultado será a previsível padronização da informação. Querem que todo o País passe a pensar como o PT, partido que não tem um projeto de governo, mas de poder."

"O Governo procura pôr em prática o seu *big brother*", continua Virgílio, numa referência ao controle total dos cidadãos pelo Estado,

previsto pelo escritor George Orwell no romance 1984. "O Ministro José Dirceu (Casa Civil) vigia os cidadãos 24 horas por dia. Outro dia, ameaçou punir Maurício Dias David, que é funcionário do BNDES, porque num programa de televisão exibido à 1h30min ele criticou o Orçamento. O Dirceu nem dorme mais", ataca Virgílio.

"A reforma 'amonstregada'

Quando a reforma tributária entrou em discussão na Câmara dos Deputados, as lideranças do Governo anunciaram que estavam em entendimentos para que o texto original do projeto fosse aprovado rapidamente, sem grandes alterações. O debate mais aprofundado se daria no Senado. Com essa divisão de tarefas, a Câmara poderia se concentrar na aprovação da reforma da Previdência, abreviando-se o tempo necessário para a tramitação das duas reformas.

Essa estratégia fracassou logo de início. O Governo, obviamente, não contou com o zelo dos parlamentares, que não deixam passar oportunidade de deixar suas marcas em qualquer projeto importante; e muito menos considerou que os governadores e prefeitos não deixariam passar a ocasião para dividir a seu favor o bolo tributário. Assim, a reforma que deveria estar centrada na simplificação da sistemática de cobrança do ICMS e na prorrogação da CPMF e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), ficou descaracterizada. Ou "amonstregada", como a definiu o Senador Arthur Virgílio líder do PSDB.

Na madrugada de quarta para quinta-feira, a aprovação de emendas e destaques de interesse de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro acendeu o estopim da revolta no Senado. São Paulo beneficiou-se com R\$1,2 bilhão como compensação pela isenção de ICMS na venda de bens de capital. E regiões pobres dos outros três estados foram incluídas na jurisdição do Fundo de Desenvolvimento Regional, criado para ajudar as regiões Norte e Nordeste. Na quinta-feira, o Senador Antonio Carlos Magalhães conclamou os senadores das regiões mais pobres a rejeitar o texto da Câmara e ironizou: "Agora, Ipanema e Copacabana também estão no Nordeste. O milagre foi conseguido por Rosinha e Garotinho, com a sinceridade de sempre." O Senador Tasso Jereissati observou que os estados mais pobres perderão renda para os estados mais ricos, graças a uma barganha entre a Governadora do Rio e o Governo Federal:

"Trata-se do fisiologismo mais cruel que tenho visto: trocar impostos por votos."

Mas a reação mais forte – e a única que pode ter conseqüências sérias a ponto de comprometer o cronograma do Governo de aprovação das reformas – veio do Senador Arthur Virgílio. "Enquanto não houver garantia plena de que o privilégio recebido pelo centro do País será devolvido, o partido (PSDB) não tem mais compromisso com a reforma da Previdência". Embora o Senador esteja falando do partido que tem suas bases principais em São Paulo e Minas, está armando o cenário que o Governo queria evitar desde o envio das reformas ao Congresso. Para os líderes do PSDB, PFL e PDT, a aprovação da reforma previdenciária fica condicionada à rejeição das emendas da Câmara que reduziram a parte do Norte e do Nordeste no bolo tributário – e esses partidos, ainda que divididos, têm condições de obstruir a tramitação dos dois projetos, no Senado.

O Governo parece ter perdido o pé e o rumo, nas negociações para obter *quórum* para a aprovação da reforma tributária. Abriu a porta para a voracidade fiscal dos governadores e prefeitos, a ponto de já contabilizar perdas de receitas da ordem de R\$10 bilhões para estados e municípios e já ninguém duvida que a reforma, que deveria ser neutra, aumentará a carga tributária sem criar as condições de estímulo para o necessário aumento da produção e do consumo. Além disso, como estão as coisas, o Orçamento da União, enviado ao Congresso, é um pedaço inútil de papel. As mudanças aprovadas até agora – e ainda falta votar 6 destaques e 12 emendas na Câmara – alteram substancialmente a receita e, ainda mais, as transferências obrigatórias para estados e municípios.

O projeto de reforma tributária, como bem observou o Senador Arthur Virgílio, se "amonstregou", porque já ninguém mais se lembra dos objetivos de seu envio ao Congresso. A única maneira de impedir que a reforma onere ainda mais o contribuinte e crie novas dificuldades para o setor produtivo já foi sugerida pelo Deputado Delfim Netto e ratificada, agora, pelo Governador Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco: desmembrar o projeto, aprovando de imediato as prorrogações da CPMF e da DRU - essenciais para o funcionamento do Governo – e deixar o restante para ser discutido sem pressa.

3-10-03.

DESENCONTROS NO GOVERNO VIRAM ROTINA NO PRIMEIRO ESCALÃO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma semana depois da viagem particular da Ministra Benedita da Silva, às custas do Erário, depois da confusão do episódio dos transgênicos, o Planalto segue errando, agora com mais um capítulo de trapalhadas, em meio a entrechoques entre o Presidente e o Ministro da Saúde, na sanção do Estatuto do Idoso.

Primeiro de tudo, o Governo estava acatando uma boa iniciativa do Congresso Nacional ao programar a sanção da lei, de iniciativa do nobre Senador Paulo Paim. Isso era bom, positivo para o Governo e para o País. De repente, a tempestade inunda toda a aparência de antes, com a intempestiva reação do Ministro Humberto Costa, praticamente condenando o gesto de cidadania aos idosos. Pelo menos em parte. A trapalhada é que o Ministro teve que voltar atrás. Mas quem garante, pergunto eu, que sua marcha-ré não foi apenas para consumo público?

A dose foi dupla. No mesmo dia, a base governista no Senado mais uma vez usou o rolo compressor por sobre as intenções das oposições, que tentaram ressaltar, na taxação dos inativos, os aposentados com mais de 70 anos, além dos aposentados por incapacidade física. Em vão. O Governo petista na prática anulava o gesto, que poderia ser altivo, ao programar a solenidade de sanção do Estatuto do Idoso, que deu no que deu. Deu com uma mão e tirou com a outra.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, ao se referir a mais essa trapalhada palaciana, observa que esse ritual virou rotina: “Desencontro vira rotina no primeiro escalão”, diz o título da matéria.

Na manhã de ontem, o próprio Presidente Lula confirmou que o espetáculo das trapalhadas é uma realidade. Na entrevista coletiva aos repórteres de emissoras de rádio, o Presidente que, felizmente, confirmou a sanção do Estatuto, deu um recado a sua equipe, lembrando que os ministros tiveram tempo suficiente para tomar conhecimento do projeto. Se não fizeram isso, que aguentem agora.

Bem, essa é a decisão do Presidente. Antes, ao responder a outra pergunta dos radialistas sobre a viagem religiosa de Benedita da Silva, Lula fez apenas passar a mão na cabeça da Ministra. Na versão do Presidente, tudo não passou de um erro burocrático do Ministério, ao solicitar a autorização para a viagem. Fica aí apenas a mão na cabeça. A justificativa não convence, a menos que o "equívoco" também seja uma das trapalhadas rotineiras do Governo.

Convenhamos, não existe isso de alisar a cabeça de alguém depois de uma traquinagem. No Governo, no Estado e na administração ou é ou não é, não há qualquer outra derivação. E, se existe, será uma derivação equivocada, portanto, inaceitável.

A postura do Presidente nesse sentido também está cheia de equívocos. Isso ficou bem evidente ao longo da entrevista que ele concedeu ontem aos radialistas no Palácio do Planalto. As perguntas foram as que a Nação inteira indaga o tempo todo, na expectativa de que o Governo venha a ter êxito e, em conseqüência, a vida do brasileiro melhore.

Já as respostas do Presidente, todas elas, passaram ao largo, como se pode concluir numa análise isenta do que Lula afirmou naquele encontro com os jornalistas, transmitido pelo rádio.

A Nação tem lembrança de tudo o que ele já afirmou, desde a sua posse, no dia 1º de janeiro. Nada se confirmou – e como lamento isso. O Presidente, depois de tantos anúncios e depois de tantas bandeiras, não conseguiu impedir que todas fossem por água abaixo.

Agora, na entrevista aos radialistas, o Presidente manteve a conjugação do verbo no futuro, sem saber que o Brasil vive o presente. E presente difícil. Portanto, exigente. A situação está a pedir, já e agora, o verbo no presente.

É hora de deixar de lado o uso de parábolas. De que adianta dizer que "o tempo das vacas magras acabou"? Vou repetir a frase do Presidente. Ele disse que "o tempo das vacas magras acabou". O verbo está no pretérito, pretérito perfeito, mas a intenção continua no futuro.

Pergunto: alguém crê que acabou o tempo das vacas magras? Quem quer que saia por aí, mesmo com lupa ou telescópio, não vai encontrar a vaca gorda de que falou o Presidente ao acenar novamente, no pretérito do futuro, que "a economia vai crescer no último trimestre e no ano que vem".

Gostaríamos de olhar com otimismo o comportamento da economia brasileira, mas não consigo divisar a luz no túnel, ainda sombrio e infelizmente nada prometedora.

Basta uma breve análise nas cifras oficiais para constatar que o País não vive num mar de rosas. Até mesmo o controle da inflação, de que tanto se vangloria o Governo de Lula, voltou a engrenar marchas ascendentes.

Em agosto, houve crescimento de 0,5% e, no mês passado, o incremento foi ainda maior, registrando 0,8%, segundo dados da Fipe*. O mais dramático é que o custo da cesta básica disparou, crescendo 17% nos últimos doze meses. Só o arroz, um dos itens da mesa do pobre, teve o preço elevado em 72% e a carne subiu 16%.

O Professor Jorge Arbache, da Universidade de Brasília, apontou o crescimento do desemprego, com três mil desempregados só na Capital Federal, uma cidade de porte médio. Segundo o Professor, o preço da cesta básica equivale hoje a 70% do rendimento líquido da renda do trabalhador.

Um outro economista, entrevistado no noticioso matutino da Rede Globo, disse não ver outro caminho para enfrentar as dificuldades a não ser a redução das quantidades de alimentos na mesa do brasileiro.

O risco é o agravamento do problema de desnutrição no País, de que resultará certamente demanda maior aos hospitais e às farmácias.

Sr. Presidente, o amparo ao idoso é muito mais do que uma obrigação do Governo e de todos nós. O Governo do Presidente Lula, no entanto, fecha os olhos para essa realidade ao se negar a acolher proposta do PSDB para isentar as pessoas de mais 70 anos da taxa que agora vai incidir sobre os inativos.

Em matéria muito bem elaborada, com base em consultas a numerosas pessoas, o jornal *O Estado de S. Paulo** assinala: "Chegar à terceira idade com saúde perfeita e sem precisar tomar remédios é privilégio de poucos.. É nessa fase que as doenças crônico-degenerativas costumam levar idosos regularmente a

farmácias. Medicamentos de uso continuado para controle de pressão, diabetes, osteoporose, entre outros, são fundamentais para garantir qualidade de vida. O Estatuto do Idoso promete fornecer esses remédios gratuitamente, mas o próprio Ministério da Saúde reconhece não ter recursos para atender à crescente população de idosos.

Aqui deste plenário, o nobre Senador Mão Santa, que é médico, já demonstrou o que hoje o jornal publica. Só para controlar a pressão, as pessoas idosas costumam gastar perto de R\$40,00 mensais. Se a pressão alta for acompanhada por doenças que provocam dor nas articulações, a conta fica maior. Dependendo do antiinflamatório, o gasto fica entre R\$40,00 e R\$80,00 por mês. Nessa faixa de idade, são comuns também, como mostra a mesma reportagem de *O Estadão*, a depressão e a osteoporose.

Só para o principal medicamento que trata a osteoporose, os custos mensais variam de R\$80,00 a R\$120,00, conforme a marca. Aliviar os sintomas depressivos não fica por menos de R\$60,00 por mês e pode chegar facilmente a R\$100,00. Aos 67 anos, a aposentada Maria José de Lima deixou de comprar os remédios para a osteoporose por conta do preço. "Não dá para pagar R\$120,00", diz. Para complicar, não toma mais a medicação à base de cálcio para os ossos, que custa, em média, R\$90,00 por mês, e parou de fazer o tratamento da bursite. "Ainda tenho de tomar antiinflamatório", diz a Sr^a Maria José de Lima, brasileira, aposentada. Continua ela: "Se fosse comprar todos os remédios, ia morar debaixo da ponte", reclama.

A situação dessa brasileira não difere muito da de milhares de outros idosos, todos agora, infelizmente, desprezados pelo Governo que aí está.

Sr. Presidente, esta manhã, telefonou-me de Passos, no Sul de Minas, uma brasileira de 72 anos, a Sr^a Maria Gomes Vasconcelos. Ela contou que acompanha, há dias, pela TV Senado, todos os debates da votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. Sua expectativa era a de que o Governo se revelasse sensível e não taxasse os aposentados com mais de 70 anos de idade. "Fiquei numa tristeza muito grande, logo eu que votei no Lula", diz a aposentada Maria Gomes Vasconcelos.

Essa senhora, Sr^{as} e Srs. Senadores, prosseguiu conversando e disse que ouvira, também ontem, um discurso do Senador Mão

Santa, do Piauí, no plenário do Senado. Disse-me ela: "Gosto muito de ouvir o Dr. Mão Santa, ele fala o que gostamos de ouvir".

Ela se disse horrorizada quando soube, pelo discurso do Senador Mão Santa, que "o Lula aumentou os Ministérios para 40". Indagou-me: "É isso mesmo, Dr. Virgílio? É por essas coisas que o Brasil não tem jeito." Disse estar triste também com uma senadora cujo nome não lembrava. Falou que até gostava muito dela, a quem chegou a escrever uma cartinha. Como ela não se lembrou, não sei a quem ela se refere. Outro dia, ela ouviu essa senadora falando que o Governo tinha que proteger o PT na hora de nomear funcionários. Ela disse: "Não pode, não. O senhor diga isso a ela".

Sei que mensagens assim chegam diariamente a todos os senadores. No caso da senhora de Passos, deu azar, porque, logo após, em entrevista aos radialistas, o Presidente Lula, com postura que beirou a arrogância, contrariou D. Maria Gomes, dizendo que o aparelhamento que a Nação toda condenou e vai continuar condenando continuará. Disse o Presidente Lula: "Eu tenho que nomear pessoas competentes e da confiança do Presidente".

Sr. Presidente, requeiro que as notícias a seguir, publicadas na edição de hoje de *O Estadão*, passem a integrar este pronunciamento e a constar dos Anais do Senado da República. "Estatuto do Idoso: nova trapalhada do Governo", matéria de Tânia Monteiro de *O Estadão*. Diz ela:

O Estatuto do Idoso ficou sete anos em discussão no Congresso e continuou polêmico até na sanção do texto, ontem, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em cerimônia oficial, o Presidente assinou, simbolicamente, o Estatuto. Mas até o início da noite, permanecia o suspense sobre o veto ou não ao artigo que proíbe planos de saúde de reajustarem mensalidades de pessoas com mais de 60 anos. Com dúvidas jurídicas, o texto não seguiu para publicação no *Diário Oficial da União*.

Lula também tropeçou na linguagem. Começou o discurso de improviso, afirmando que os 119 artigos do Estatuto formam um "guarda-chuva de garantias legais que a sociedade devia aos seus idosos", dando-lhes "dignidade", "sem depender de favores, sem amargar humilhações". Mas cometeu um deslize ao citar um conselho que dá aos amigos: "Quando se aposentarem, por favor, não fiquem em casa atrapalhando a família. [que desastre! Agora sou eu que digo isto: que desastre!] Tem que procurar alguma coisa para

fazer. Vá a um clube, faça alguma coisa que torne o seu dia mais prazeroso, porque, se você ficar disputando espaço no sofá com o neto para ver um desenho animado ou ver o futebol, a sua vida vai ficar chata".

Sr. Presidente, de fato, causa-me uma certa revolta o Presidente confundir incapacidade com idade, não percebendo que é uma aspiração dos seres humanos sábios procurarem chegar à velhice. É um privilégio, porque, quem não tem sorte e não tem juízo, termina não chegando à velhice, é preciso juntar as duas coisas. E o Presidente confunde e praticamente referenda um preconceito, ou seja, imagina que o papel do idoso é disputar o espaço diante da televisão com o seu neto. O Presidente precisaria moderar essa coisa do improviso. Isso é desastroso, porque Sua Excelência vai bem lendo; quando pára de ler, desanda a improvisar e começamos a ver esses verdadeiros impropérios hoje dirigidos ao idoso; amanhã, sei lá a quem, mas sempre aquela coisa do impulso, e da falta de disciplina para organizar o pensamento e ficar naquilo que foi organizado e estabelecido.

Volto à matéria de Tânia Monteiro:

Para comprovar a tese de que idade não significa falta de disposição, Lula mencionou a sogra de 75 anos. "Se falar para ela que tem um passeio a pé daqui para a China, ela topa ir". [Meu Deus do Céu!] O Presidente citou seu próprio caso com exemplo. Disse que está procurando viver de forma "mais gostosa, mais saborosa e mais motivadora" e, "se Deus for generoso", quer chegar aos 100 anos.

Desejo sinceramente que o Presidente chegue aos 100 anos e desejo que o Presidente construa um governo que não negue aos idosos que estão aí lutando pela vida o direito de também eles chegarem aos 100 anos de idade.

Retorno à matéria de Tânia Monteiro:

Ao fim da cerimônia, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, estava constrangido com a falta de anúncio do veto. Ele contou ter recomendado, em parecer, a retirada do artigo sobre planos de saúde. Para ele, o dispositivo é "redundante", já que a Lei de Planos de Saúde proíbe reajustes por mudança de faixa etária para quem tem mais de 60 anos e seja associado ao plano há pelo menos dez anos.

O Ministro também criticou a proposta de distribuição gratuita de remédios de uso contínuo prevista no Estatuto, alegando que não há recursos para bancar o benefício aos 20 milhões de idosos do País.

Costa ignorava o fato de que, pouco antes da cerimônia, Lula aprovara integralmente o estatuto, em uma reunião realizada no Palácio do Planalto com a presença dos Ministros da Casa Civil, José Dirceu; da Previdência, Ricardo Berzoini; da Secretaria-Geral, Luiz Dulci, e do Senador Paulo Paim (PT – RS), autor do projeto. Só o Ministro da Saúde não foi convidado.

Paim disse estranhar a reação de Costa, lembrando que o estatuto passou sete anos no Congresso e foi aprovado por unanimidade. [Aí, disse Paulo Paim] “Se ele não leu, problema dele”.

Continua Tânia Monteiro:

A Casa Civil recebeu 40 pedidos de veto. Segundo Paim, o Presidente manteve os três principais pontos: a proibição de aumento nos planos de saúde; a redução de 67 para 65 anos da idade dos idosos de famílias carentes que ganham 1 salário mínimo, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social; e a previsão de pena de 6 meses a 12 anos de cadeia por maus-tratos aos idosos.

Na cerimônia, foram exibidas cenas de maus-tratos ao casal de idosos da novela *Mulheres Apaixonadas* da Rede Globo. “Quando vejo aquela neta falar com eles daquele jeito, tenho vontade de dar umas palmadas nela”, comentou Lula.

Aí o Presidente sai da falta de ação prática pelos idosos para imaginar que o remédio para uma neta que não seja sensível é o espancamento. Ou seja, que o Presidente não enverede por esse caminho perigoso do improvisado se não tem a plena capacidade de domar os seus impulsos, porque, afinal de contas, não se trata mais do líder sindical, não se trata sequer do ilustre presidente de honra do Partido dos Trabalhadores; trata-se do dirigente principal de um País de economia e sociedade complexas como é o Brasil.

“Desencontro vira rotina no primeiro escalão”. É matéria também de *O Estado de S. Paulo*, de Lígia Formenti, que passo a ler:

O mal-estar de ontem, durante a sanção do Estatuto do Idoso, engrossa a lista de episódios que mostram a falta de sintonia entre decisões de Governo e a opinião de ministros. Logo pela manhã,

o Ministro da Saúde, Humberto Costa, defendeu abertamente o veto ao artigo que proibia o reajuste de mensalidades de planos de saúde. Para ele, a lei que regula o setor já oferece proteção aos maiores de 60 anos. Essa opinião já constava de um parecer preparado pelo Ministério. No fim da tarde, pouco antes de embarcar para São Paulo, o Ministro deixou claro estar alheio às discussões para resolver o impasse.

“Não tive resposta, ainda, do que ficou definido lá. Em princípio, não teve veto.”

Nos dez meses de Ministério, esta é a terceira vez que Costa tem de lidar com decisões de governo que esbarram em assuntos ligados à sua Pasta.

Primeiro, foi a medida provisória que flexibilizou a restrição de propaganda de cigarro. Com a edição da MP, Costa foi alvo de duras críticas. Entre elas, a de que a medida tinha sido editada para beneficiar a Prefeitura de São Paulo, que podia ser excluída do circuito da Fórmula-1.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados – para discutir a MP da publicidade do cigarro –, Costa sugeriu que, no projeto, fossem incluídas também restrições para a propaganda do álcool. A sugestão foi incorporada ao texto. Mas a Casa Civil foi contra. O texto aprovado só faz menção ao cigarro.

Na semana passada, as divergências também foram explícitas, mas com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, contrária à edição da MP da soja transgênica. Houve ainda o pito dado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Ministro da Educação, Professor Cristovam Buarque, que pedia mais recursos.

E, em junho, houve mais fatos; em agosto, mais fatos; em setembro, outros fatos.

Imaginamos que, se o Presidente ouvir o nosso alerta, quem sabe as trapalhadas parem e o Governo entre no ritmo normal de acertar ou errar, mas dentro de uma lógica firme e consistente, dentro de uma racionalidade inquebrantável. O Governo não me passa a idéia da consistência nem da lógica inquebrantável.

Idosos param de usar remédios por causa do preço. Chegar à terceira idade com saúde perfeita e sem precisar tomar remédios é privilégio de poucos. É nessa fase que as doenças crônico-degenerativas costumam levar idosos regularmente à farmácia.

O texto repete, mais ou menos, o que eu já havia lido, o cálculo que já havia sido feito pelo Senador Mão Santa a respeito dos gastos que vão sobrecarregando a vida de um aposentado, sobretudo quando a vida mostra suas cores outonais. É a hora em que o organismo está mais fraco, em que mais vulneráveis às doenças crônico-degenerativas ficam os cidadãos do mundo inteiro. É nessa hora, precisamente, que é preciso um olhar sensível dos governos em qualquer instância, com políticas públicas muito claras, que protejam os que construíram a nossa civilização, deram-nos todas as lições de vida e que, sem dúvida alguma, passaram-no este grande País, que é o Brasil, com seus defeitos e suas insuficiências, mas, sem dúvida, com suas inúmeras qualidades e potencialidades.

Finalmente, mais um trecho de Lígia Formenti, jornalista de *O Estado de S. Paulo*:

"Fila – Não é diferente a situação do aposentado Júlio Brito de Jonas, de 56 anos. Afastado do trabalho há 11 anos por conta da pressão alta e diabetes, Jonas encontrou uma alternativa para não deixar de tomar remédio. 'Passo até quatro horas na fila da farmácia do Hospital das Clínicas (HC) para conseguir os remédios de graça', diz. O problema é quando o hospital não tem a medicação. 'Aí, quando falta remédio no HC, tenho de emprestar dinheiro de alguém, comprar fiado...' A hipertensão já fez o aposentado ser socorrido na fila. A pressão subiu demais, quase fiquei internado. Mas é o preço que a gente paga, né?' A cada consulta, Jonas retira a medicação necessária para três meses.

Mas nem todos encontram remédios nos postos de saúde ou hospitais. 'Então a alternativa é procurar os genéricos para fugir dos preços e controlar a pressão', diz a comerciante Jeni Scapin, de 51 anos.

O comerciante Álvaro Braconi dividiu com um irmão as despesas médicas da mãe, Isaltina, de 85 anos, para diminuir o impacto dos preços dos remédios que ela precisa tomar. 'Fico imaginando como está a situação de quem não tem alternativa, de quem não tem a quem recorrer".

Na citação acima, Sr. Presidente, houve a colaboração também de Bárbara Souza e Luciana Miranda nessa matéria.

Uso o pouco tempo que me resta, para encerrar este pronunciamento, pedindo, de maneira muito enfática, ao Presidente da

República que ultrapasse essa fase da propaganda pela propaganda, até por que não dá para ancorar um governo de quatro anos pura e simplesmente na imagem pessoal, sustentada por meios artificiais do Presidente da República. Não dá. Não há mágica que se possa fazer no jogo sofisticado do *marketing*. Não há dinheiro que possa ser gasto e que sustente a imagem de governo, que sustente um país inteiro emulado pelas declarações bombásticas do Presidente e pelo seu aspecto simpático, até mais que simpático, "simpaticão", essa coisa em que ele usa uma linguagem muito próxima do que as pessoas mais simples costumam fazê-lo. Então, o Presidente é uma figura, sem dúvida nenhuma, simpática. Se perguntarem: - Tem simpatia por ele? Tenho. Agora, a minha simpatia por ele não me diz para passar a mão na cabeça de um governo que tem sido flácido na questão ética, haja vista o episódio da Benedita, haja vista essa coisa Duda Mendonça, essa coisa promíscua dessa relação. Aliás, li, outro dia, que o Sr. Duda Mendonça estaria processando o Presidente do meu partido, que comigo ele já decidiu o que fazer. Estou completamente às ordens. Se acha que deve me processar, por favor. Se acha que há motivos, que estou exorbitando – procuro não ser insultuoso com ninguém, mas se acha que estou exorbitando, por favor, estou completamente às ordens, para receber o processo do Sr. Duda Mendonça ou de quem quer que se sinta desconfortável com as colocações, com as posições que adoto aqui na tribuna da Casa. Mas volto ao Sr. Duda Mendonça: isso tudo reflete uma certa flacidez, um certo padrão flácido em relação à questão ética. E o Governo poderá, amanhã, amargar, com o exemplo que está dando e a partir de certas figuras que o estejam a compor, esse quadro.

Peço ao Presidente que supere a fase da propaganda, que procure mesmo criar uma âncora verdadeira, a única que pode sustentar um governo, que é a eficiência administrativa, é a eficácia no gerir as coisas públicas. É menos jogo de palavras, é menos parábolas, menos coisas leves. O Presidente não tem nada que se meter nessa história de Coríntia. O Dr. Citadini, que não sei quem é – não torço pelo Corinthians, que pode perder à vontade, sou até do Flamengo e com ele é a minha preocupação, mas não misturo futebol com a minha atuação - o Dr. Citadini, que é dirigente do Corinthians, tem o direito de falar, a meu ver, é oportuno que fale sobre o Governo Lula, como qualquer um de nós. Não sei se é a coisa mais oportuna, mais adequada, o Presidente da República se

preocupar com o futebol. Parece que o Brasil é a Suécia, parece que os problemas básicos estão todos resolvidos, parece que não tem a fila dos desempregados, parece que não tem as pessoas reclamando do preço dos remédios, parece que não tem, na verdade, as pesquisas da CNI mostrando a queda de confiança do consumidor nos próximos passos da vida brasileira, parece até que assim estamos fazendo o papel do Prefeito francês de cidade pequena.

Encerro, dizendo a S. Ex^a que o prefeito francês de cidade pequena geralmente é deputado, se não o for, não tem nenhuma importância. Só são importantes os prefeitos de Paris, de Nice e de uma meia dúzia de cidades grandes da França; as demais, as pequenas, têm todos os seus problemas básicos resolvidos. Então, o prefeito só tem de trabalhar às quintas-feiras. Ele chega lá, vai dar o tiro para início da competição de canoagem, vai dar o beijo paternal na Miss Uva, vai provar a uva do momento, vai, enfim, assinar os papéis, mas o sistema parlamentarista francês funciona tão bem e as cidades pequenas estão tão bem administradas que quase não se nota a necessidade da presença do prefeito. Quando ele acumula o cargo de prefeito com a deputação federal, o que lhe dá o direito de influir na escolha de Ministro e até de ser Ministro ou Primeiro Ministro, quem sabe, aí é um homem importante. Parece até que estamos aqui ouvindo o prefeito de uma cidade francesa, dessas pequenas, não o de Paris, o de Nice, que têm problemas graves, mas dessas pequenas em que o prefeito só trabalha às quintas-feiras e que a máquina anda sozinha. Por isso, o prefeito de lá pode se dar ao luxo de discutir se o Paris Saint-Germain está de fato na melhor fase ou se fez bem em soltar o passe do Ronaldinho Gaúcho. Lá cabe, porque, de fato, os problemas básicos estão resolvidos. Aqui, não. Chega a ser alienação discutirmos futebol se temos um povo passando fome, se temos um povo desempregado, se temos, enfim, uma situação que tem sido tormentosa para tantos brasileiros que querem, em sua maioria, renovar as esperanças neste Governo. Mas, aos poucos, eles vão perdendo a esperança, porque percebem que o que vale mesmo, o que tem funcionado mesmo é o esquema de propaganda, que chega a ser avassalador, a ponto de as pessoas – quem sabe – desavisadamente, num primeiro momento, até dizerem: puxa, estão trabalhando muito, para logo se beliscarem e verem que a realidade está apontando o descaminho da inação e não o caminho do trabalho conseqüente.

Peço desculpas a V. Ex^a por ter avançado na hora, mas foi um pouco a sensibilidade do momento e mais ainda o dever que procuro cumprir de exercer o meu papel de fiscal de um Governo que não ajudei a eleger. Eu não ajudei a eleger, então meu papel é fiscalizar o Governo. Se eu não fiscalizo, se V. Ex^a não fiscaliza, se outros tantos não fiscalizam, o Governo começa a achar que seus erros são virtudes, começa a achar que não tem nenhuma conta a prestar a ninguém. Até porque áulicos não lhe faltarão. Os governos novos costumam ter muitos áulicos. No final do governo é que cresce certo capim na porta. Isso é da tradição republicana brasileira e é desse regime até cruel e avassalador que é o presidencialismo. Mas no começo não se vanglorie o Presidente das vitórias que vem obtendo no Congresso. Isso ocorre porque monta uma máquina de rolo compressor, mesmo, e atropela a vontade das Oposições.

Não se esqueça, Presidente Lula, de que o Presidente Collor fez mais até: confiscou a poupança sob os aplausos do Congresso. Nos primeiros doze meses de Governo, o Presidente pode quase tudo. Seria tão bom se aproveitasse isso para coisas úteis. Depois, vem o fim da lua-de-mel. Depois passa a eleição municipal. Aí nós temos um figurino bem mais claro de que o Governo começa uma certa fase de descenso a partir do início do seu terceiro ano de governo e, no final, ele será forte se tiver chance de se reeleger; será razoavelmente forte se apontar alguém com chance de se eleger; e será muito fraco se as condições envolventes, porventura, não indicarem o caminho da vitória para o partido que esteja no poder. Aí, alianças começam a ser feitas e começa a crescer aquela grama na porta.

Por isso, hoje, de certa forma calejado – com a experiência que acumulei como administrador público, como Parlamentar, como Ministro de Estado –, vejo que não há espaço para o deslumbramento e para a vaidade. O deslumbramento e a vaidade são muito pouco e muito mesquinhos, enquanto sentimentos, diante das necessidades reais que o nosso povo tem a enfrentar. O vaidoso é aquele que, pelo sentimento mesquinho de o ser, depois, cai das nuvens, pois começa a achar que está havendo ingratidão para com ele; no segundo momento, ele não entende que a realidade possa ser – e será – mais dura para com ele.

É bom não se empolgar, não ficar muito ilusoriamente crente na hora das “vacas gordas”, para usar uma expressão do Presiden-

te, que é o início de governo; depois, inevitavelmente, há um certo choque com a realidade, e eu não quero choque para o Presidente Lula. Tenho muito respeito por Sua Excelência, mas, muito menos, desejo choque para o povo brasileiro, que, a meu ver, tem sofrido secularmente.

Não quero colocar nas costas do Presidente os males do País, mas apenas dizer que, nesses seus nove meses de Governo, não contribuiu para resolver nenhum dos problemas que encontrou; ao contrário, tem permitido, infelizmente, o agravamento de tantos outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

1^a-12-2003

O PT EM SILÊNCIO COMPROMETEDOR NO CASO FLAMARION

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprendi a ter muito cuidado com essa coisa de pontificar ou opinar sobre a honra alheia. Portanto, serei cuidadoso mais uma vez.

Vejo aqui essa história de Roraima, que assume conotação asquerosa, gafanhotos corroendo as finanças do Estado e usando inocentes para que espertalhões se locupletem. Isso tem levado à prisão de Deputados, ex-Deputados e um ex-Governador. E aqui não faço nenhuma acusação. As acusações passam muito perto do Governador Flamarion Portela, que entrou para o PT recentemente.

O Presidente do Partido, José Genuíno, saiu em defesa de Portela. "Genuíno diz que Partido confia em Flamarion. Diz que não há nada que desabone a conduta do Governador até o momento". E é bem verdade que, diz Genuíno, se aparecesse alguma coisa, ele cuidaria de mudar de opinião. (*O Estado de S. Paulo* de 29 de novembro).

Temos que três dos exonerados desviariam 294 mil (29 de novembro – *Folha de S. Paulo*).

Então, o Governador tem dificuldade de explicar. Ele diz não saber do esquema, mas que desconfiava. Por que teria nomeado pessoas das quais desconfiava para cargo de confiança? Isso, alertado pela revista *Veja*, e ainda assim não as demite, só as demite meses depois, já depois de a casa estar arrombada.

Temos, dia 29 de novembro, a *Folha de S. Paulo*, novamente, uma amiga do Governador, engenheira Sônia Pereira Nattrodt*, diz que a pedido dele recebeu temporariamente salário de R\$2.500,00

sem trabalhar e que ela era responsável por cuidar de um esquema que envolvia 5 milhões que seriam pagos a servidores fantasmas.

Temos aqui, novamente, no *Correio Braziliense*, matéria amplíssima, com o título Operação Praga do Egito. "Pelo menos dois depoimentos colhidos pela Polícia Federal sugerem o envolvimento do Governador de Roraima, Francisco Flamarion Portela, com o esquema que manipulava a folha de pagamento". Então, seriam 5 milhões que o Estado desembolsaria: 1 milhão e meio para funcionários, efetivamente, e 3 milhões e meio para "fantasmas". Aqui, o Presidente João Paulo, da Câmara dos Deputados, diz que "petista não é imune", que ninguém fica imune no PT, e ele está certo. Aí, Genuíno, novamente, faz a defesa. Aqui, temos: "Governador admite que ação era irregular" (30/11). Flamarion, porém, diz que herdou contrato de Neudo Campos - não deixa de fazer uma acusação ao governador Neudo Campos. O jornal *O Globo* diz: "O governador só tomou a iniciativa de demitir o Secretário de Fazenda, na sexta-feira, após ser informado pelo jornal *O Globo* do teor das denúncias".

Enfim, o Governador disse que demitiria os envolvidos; não conhecia, depois passa a conhecer um pouco do esquema.

Agora, aqui, temos o jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 1º de dezembro, hoje, que diz: "Petista disse que ouvia falar do esquema". Antes, o ex-Governador Neudo Campos ataca o Governador Flamarion dizendo que não é verdade que ele não tivesse participação ativa no governo; teria participação ativa no governo, sim, e que teria ocupado cargos. Há uma outra matéria, que vou entregar para os Anais da Casa, que diz, inclusive, que, ao longo dos seus exercícios interinos, teria crescido a folha de "fantasmas". O interessante é que ele acusa Neudo Campos, antes. Agora, Neudo vai para cima dele e diz que ele está demonstrando falta de firmeza, que não estaria falando a verdade. É bastante duro em seu desabafo. Volta dizendo que não responde a Neudo*. Havia dito que mantinha sua participação, ainda que discreta, e que não tinha conhecimento de nada, acreditando que o Governador Neudo, que o havia atacado, também não tinha conhecimento de nada.

Tenho, aqui, as revistas da semana onde leio: "Um esquema cara-de-pau e mais acusações ao Governador". Temos a revista *Veja* e o *Jornal do Brasil*, onde se lê: "Neudo Campos* continua preso." É estranho, mas o Governador Flamarion Portela disse:

"Sinto-me acuado, cansado e pressionado pela investigação que apura desvios de recursos públicos da ordem de R\$230 milhões." Diz que há, também, uma ação contra S. Ex^a na Justiça Eleitoral já com parecer do Ministério Público pela cassação do seu mandato por abuso de poder econômico. Diz, ainda, que tem a consciência limpa e afirma: "Se eu cair, caio de pé." No meu entendimento, uma pessoa honesta não cai.

Quero colocar os pingos nos is. Não faço a menor acusação, mas creio que o PT deve uma explicação ao País. Saiu em defesa de seu mais novo filiado, talvez. Os fatos estão se avolumando e, ao menos, o sinal amarelo deveria estar aberto. Talvez, tenha agido com correção o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, que não fez acusações, mas disse: "Se houver alguma coisa errada a porta da rua e serventia da casa".

O PT recebeu Flamarion Portela com festa, com a presença do Ministro José Dirceu, do Presidente José Genoíno. Todos foram lá e o prestigiaram. O PT precisa, agora, dar uma explicação à Nação. Por que não agiu quando acusaram injustamente o ex-Ministro Eduardo Jorge? O PT o saiu condenando com 859 pedras em cada dedo das mãos. Não foi assim em tantos episódios? Tentaram criar a falsa idéia de que haveria um mar de lama no Governo passado. Agora, as acusações se avolumam e o PT se cala. Quero ser a consciência crítica do PT: não permitirei que ele se cale. Quero que o PT se manifeste sobre a questão.

Volto a dizer que nada tenho, pessoalmente, com a questão. Não o conheço a fundo, mas insisto que as apurações sigam até o final. Os culpados serão apontados sem distinção de Partidos. Podem até não pertencer a qualquer partido. O fato é que não dá para acobertamos quem quer que seja sob o manto do poder. Lamento ver o PT tão tímido diante de uma acusação que envolve a questão moral, a questão ética. Quero que o PT venha à tribunal falar de sua posição atual.

Do dia 29, quando José Genoíno defendeu o Governador, para cá a situação mudou muito. As revistas de fim de semana – e daqui a pouco volto como o Líder da Minoria para comentar o assunto – estão cheias de fatos interessantes. Voltarei a comentar daqui a pouquinho.

Estou espantado com o silêncio do PT. Era um Partido que não se calava nunca e agora está calado demais para o meu gosto.

Deveria dizer qual é a sua posição atual. Quero saber se o PT mantém a confiança no Governador Flamarion Portela* ou este perdeu a confiança do Partido? Se o Governador perdeu a confiança do PT o que fará o Partido?

Se o PT mantém a confiança no Governador quero que seja dito às claras. Quando confio em alguém digo às claras. Eu era Líder do Governo e acusavam o Ministro Eduardo Jorge. Houve uma sessão no plenário do Senado, durante o recesso Parlamentar e, da tribuna em frente a que falo hoje, disse, às claras, que confiava na inocência do Ministro Eduardo Jorge. Ou seja, a clareza, a transparência e a abordagem direta da questão devem ser a resposta que se espera de todo aquele que tem responsabilidade com a coisa pública.

Portanto, quem se cala momentaneamente por alguns minutos sou eu, aguardando que o PT se pronuncie claramente: mantém ou não a confiança no Governador? Quero também a opinião crítica do Partido sobre esse escândalo de lá, porque a princípio o PT apenas disse que o Governador não tinha nada com a história, depois se calou. Então, quero saber se o PT acha normal o que aconteceu ou se vai manter o comportamento que adotaria se isso tivesse sido descoberto em ocasiões passadas no Governo anterior.

Peço coerência, e peço coerência política, quem quiser tê-la que a tenha, quem não quiser, lamento. Agora, peço e exijo coerência de todos em relação à questão ética.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

1º-12-2003

**EM TORNO DE
DENÚNCIAS DE *VEJA*
SOBRE O GOVERNO LULA**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ainda há pouco, como Líder do PSDB, cobrava do Partido dos Trabalhadores uma posição muito clara a respeito da crise de Roraima, esse escândalo de gafanhotos que está corroendo o dinheiro público. Agora, como Líder da Minoria, falo de espionagem e de perseguição a adversários e espírito totalitário.

Recentemente, a revista *Veja*, independente sob todos os títulos, publica matéria com o título “Paz, amor e Guerra”, dizendo:

“Há um ano, Lula venceu a eleição com o estilo ‘paz e amor’, mas, nos bastidores, uma equipe do PT trabalhou, noite e dia, desencavando denúncias e dossiês e promovendo blefes e negociações sigilosas para enfraquecer seus adversários”.

A matéria, primorosa, é do jornalista Policarpo Júnior(*), que aponta os generais da guerra de guerrilha, nem sempre ética, que o PT teria executado na sua campanha: Carlos Alberto Grana(*), o logístico; Oswaldo Bargas(*), o elo; João Piza*, o coordenador; Wagner Cinchetto*, o operador; Ricardo Berzoini, o político. Mostra que muitas das acusações imputadas, inclusive ao Senador José Serra, seriam mesmo da lavra do PT. O PT tentou afastar o candidato Ciro Gomes por vias ilegais; tentou, de qualquer maneira, garantir a vitória de Lula, usando instrumentos, argumentos e atitudes nem sempre corretos, nem sempre ortodoxos.

Nesta semana, a revista *Veja*, que tem mesmo que cumprir com o seu dever de publicar aquilo que vê, seja para aplaudir, seja para condenar, traz novamente o escândalo de Roraima. Menciona a reportagem: (*)“Uma casta inteira na cadeia. Como só ocorre

nas revoluções, metade da elite de Roraima foi para o xilindró", matéria da jornalista Malu Gaspar*. E há, de novo, referências ao ex-Governador Neudo Campos(*), ao atual Governador, Flamarion Portela(*), uma matéria que aqui está e que constará nos Anais, cujo título é aquele que assinaiei.

Independente, *Veja* aperta o garrote em torno do caso de Santo André: (*)"O Ministério Público informa que vai denunciar o amigo do prefeito Celso Daniel como responsável por sua morte". Trata-se daquele tal de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, hoje muito fortemente apontado como o brutal mandante do assassinato do ex-Prefeito. Menciona as fitas, daquela coisa toda. Não adianta: no Brasil, não se esconde mais nada; as coisas aparecem.

Citei essas três matérias, mas quero deter-me na primeira delas. A chácara do Presidente do Supremo Tribunal Federal foi visitada por fiscais da Delegacia Regional do Trabalho. Pergunto se há um projeto da Delegacia Regional do Trabalho de visitar todas as chácaras? Ao lado dessa, foram vistas e revistas mais chácaras, ou visitada foi apenas a do Dr. Maurício Corrêa(*), Presidente do Supremo Tribunal Federal? A matéria menciona que ali foram detectadas irregularidades, o que deploro. Espero que o Ministro Maurício Corrêa, figura que estimo, seja capaz de dar respostas claras a todas as perguntas que a revista *Veja* faz. Entretanto, aqui em mim, no meu fundo, no meu íntimo, fica a desconfiança sobre se esse não é mais um golpe do mesmo governo que antes se trabalhava uma verdadeira operação de guerra para intimidar adversários, para forjar dossiês e para chegar à vitória a qualquer preço na época das eleições; agora, quem sabe, para afastar adversários a qualquer preço, já que ganhou as eleições.

Longe de mim defender trabalho escravo. Se há trabalho escravo lá, merece ser execrado sim, e também o Ministro Maurício Corrêa, se for o responsável. Todavia, se não há trabalho escravo, vai ficar claro também, porque tenho o Ministro Maurício Corrêa como homem de bem, homem honrado.

Agora, a revista *Veja*, que apenas relata o que vê, e faz muito bem em relatar o que viu, meu querido Líder Renan Calheiros, foi atrás de uma denúncia, com certeza vazada pela Delegacia do Trabalho. A pergunta que faço, repito, Sr. Presidente, é se foi uma ação de rotina. E custo a crer na República, pelo que conheço dela, custo a crer que tenha sido apenas uma ação de rotina. E o Delegado do

Trabalho, nomeado não sei por que deputado do PT aqui do Distrito Federal, adversário político desde o passado do Dr. Maurício, justamente quando o Presidente da República vive uma hora atritada com o Ministro Maurício Corrêa? Esse delegado, sabendo que chácara era do Ministro, iria lá. Em caso positivo, mesmo sendo a chácara, pertencente ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, S. S^a é um homem exemplar, que deve ser trazido aqui para ser homenageado por nós. Espero, porém, que não se trate de mero fofoqueiro político a serviço de um grupo, a qualquer preço.

O grave é se esse homem, fiel a quem o nomeou e fiel a instintos políticos baixos; mais ainda, mais do que servindo a interesses mesquinhos da luta PMDB contra PT, aqui no Distrito Federal, mais ainda a coisa complica se ele estiver servindo a interesses do Governo, a interesses do Planalto, a interesses que podem se traduzir na montagem de uma desmoralização para cima do Presidente do Supremo Tribunal Federal, vamos desmoralizar o Ministro Maurício Corrêa*, vamos colocar de joelhos o outro Poder. Se é isso, quero alertar esta Casa para o fato de que é hora de este Congresso Nacional começar a mostrar independência, porque Governo que age assim, que tenta colocar de joelhos um Poder, é Governo que não respeita a democracia e, se não respeita a democracia, começa encontrando o Partido da Social Democracia Brasileira* – que aqui lidero e tenho muita honra em fazê-lo pela qualidade dos membros que são os meus liderados – alerta, de pé, jamais de joelhos, seguros de que não temos nós – e não temos mesmo – “rabo preso” ou o que mais seja, para que alguém possa tentar vir para cima de nós com a arma da intimidação. Ou seja, se é essa a forma de o Governo ver o processo democrático, se ele acha que a oposição de alguém deve significar a desmoralização desse alguém a qualquer preço, que se acautele o Congresso Nacional, porque é assim que nasce toda aventura autoritária.

Estou convocando o tal fiscal, o tal Delegado do Trabalho, juntamente com o Ministro do Trabalho, para que venha aqui explicar como foi isso. Ou é alguém exemplar, correto, alguém que merece elogios e medalhas porque vendo o irregular vai contra até o Presidente do poderoso Supremo Tribunal Federal, ou é alguém a serviço de instrumentos medíocres de política, alguém que quer servir ao PT do Distrito Federal e alguém que, quem sabe, pode estar servindo a algo maior. Meu medo é esse. Se ficar na

mediocridade do terra-a-terra aqui debaixo, não me importo tanto. Importa-me se houver uma determinação do tipo: estamos sendo incomodados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, logo nós, do Governo, nós, todo-poderosos, nós, que detemos todo o poder, nós, que vencemos as eleições, nós isso, nós, que somos próximos de Deus, nós, que somos talvez acima de Deus – eles às vezes se imaginam assim –, nós, então, começaremos uma campanha de desmoralização do Supremo Tribunal Federal.

E aí paro de falar pelo Governo. Tenho o maior medo de que as pessoas confundam, como se essa loucura toda fosse minha. Não é minha. Volto a parar de falar pelo Governo. Portanto, piso no chão, na terra, e falo por mim, pelos meus companheiros, pela Oposição, pela democracia que ajudei a construir, que Lula ajudou a construir. Não podemos tolerar esse tipo de coisa.

Para mim a matéria é perfeita. Parabenizo a revista *Veja* pela matéria de Santo André, pela matéria de Roraima e pela matéria sobre o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Omissão terrível seria se ela não tivesse cumprido com o seu papel jornalístico.

Como ela chegou a tomar conhecimento dessa notícia? Alguém vazou. Se alguém vazou, o fez por conta própria. Se o fez por conta própria, não obedecendo a instintos menores, quando convocarmos esse cidadão, vamos saber direitinho – ele é um benemérito, que merece ser apoiado por todos nós. Se ele não o fez por conta própria, obedeceu a quem? Obedeceu a algum candidatozinho do PT local que quer ter mais votos? Enfim, essas coisas que lamentamos – a política também é feita de gente medíocre e mesquinha também.

Contudo, terrível, lamentável, deplorável, condenável, a ponto de termos de nos reunir todos nós, aqueles que têm brios neste Congresso, para impedir que se monte neste País uma caminhada autoritária, que sabemos como começa, mas não como termina. Pior é se isso significa um plano para desmoralizar o Presidente do Supremo Tribunal Federal, desmoralizando, por essa via, o próprio poder maior do Judiciário.

Isso é inaceitável. Isso seria aberrante, e repito, condenável, deplorável. Isso significaria estarmos aqui fazendo concessões em relação a um valor que é absoluto para nós, o democrático.

Eu, portanto, que não posso me solidarizar com o Ministro Maurício Corrêa se porventura se confirmar o que está aqui – é lamentável; ele que se explique! – solidarizo-me com os democra-

tas brasileiros e com o Poder Judiciário, porque aqui o meu sexto sentido me diz que há uma agressão a um poder.

Amanhã, se o Presidente Sarney toma um gesto independente. Ninguém se iluda: se tiver que tomar, vai tomar. E eles, então, partem contra o Senador José Sarney. Tomo todos os dias atitudes independentes contra esse Governo e o desafio de manhã, de tarde e de noite. Eu cumpro o meu papel de Líder de um partido de Oposição de manhã, de tarde e de noite.

Imagino, colocando minha vida à disposição deles, que se um dia pegassem algo pessoal meu, bem pessoal e íntimo, teriam eles a ilusão de que me teriam na mão? Eu, numa hora dessas, sacrificaria tudo! Eu sacrificaria casamento, relação com filho, qualquer coisa; mas eu não me calaria. Isso é bom que se coloque com todas as letras, para todos os navegantes não terem nenhuma ilusão a respeito de com quem estão lidando. Quero que as pessoas que lidam comigo saibam com quem estão lidando.

Tenho muito desejo de dizer que respondo pela honra e pela independência dos meus companheiros. Mas pergunto: este é o País da democracia, do choque de idéias, dos Poderes independentes entre si? Ou este é o País da chantagem, dos comandos que visam a aniquilar com a honradez e com a reputação dos outros, para fazer valer um projeto de poder? Se é isso, anuncio que, daqui em diante, aumentarei ainda mais meu vigor, minha garra, minha disposição de luta, porque se tem algo com o que eu não posso nunca concordar é com a chantagem. Cresci com meu pai me dizendo "Meu filho, nunca tema o chantagista; enfrente sempre o chantagista. Prefira, se for o caso, um fim horroroso. Jamais tolere viver um horror sem fim." E todos que se vergam a um chantagista fica dependendo do original, do foto ou de somente ter aquelas cópias se o original chegou às suas mãos. Esse vive um horror sem fim; esse é um escravo da sua própria covardia; esse é o escravo da sua própria falta de coragem; esse é o escravo da sua própria falta de dependência; esse é o escravo da sua própria falta de confiança no seu destino de homem livre a compor uma nação de homens livres.

Portanto, volto a dizer, parabéns a *Veja* pela capacidade de auscultar sempre as verdades da maneira instigante como faz. As três matérias são muito boas: a de Santo André, a de Roraima e a da chácara do Ministro. Se eu fosse jornalista, não perderia isso por nada! Eu faria isso com a consciência tranqüila e, mais ainda, com

toda a sensação de que estaria cumprindo o dever.

Parabéns, portanto, à revista. Que o Ministro se explique. Aguardo – até por estimá-lo e por respeitá-lo – declarações, e firmes, do Ministro Maurício Corrêa. Mas, investigaremos isso a fundo, para saber, Sr. Presidente, se é um fiscalzinho que agiu por conta própria, ou se há um baixo instinto na luta do PT contra os seus adversários aqui. Isso é triste, mas não mata ninguém; isso sai pelo joelho.

A minha preocupação maior, Senador Álvaro Dias, quando encerro – e é a terceira vez que repito isso –, é se existe algo montado, a partir do centro do poder, como “estamos sendo incomodados por fulano; destrua-se fulano”; “estamos sendo incomodados por beltrano; aniquile-se beltrano”. Estamos sendo perturbados por sicrano, acabe-se com a vida política, com a vida pública, se necessário com a vida familiar de sicrano. No caso, estamos sendo incomodados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, então, liquide-se o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ainda que isso custe desgaste para o Poder que deve estar acima de todos nós na hora de nos julgar.

Quando vou ao Supremo Tribunal Federal e este julga contra mim, eu me conformo e passo a entender que eu não tinha razão. Quando julga a favor de mim, fico feliz, porque passo a ter certeza de que eu tinha razão. Em outras palavras, o desrespeito ao Supremo não é tolerável e não é tolerável que possamos estar suspeitando, a essa altura, de uma marcha na direção do autoritarismo por um Governo que se elegeu, numa beleza de espetáculo democrático, com 52 milhões de votos. Quem se elege com tantos votos, quem se elege com qualquer voto, quem perde eleição, quem ganha eleição, quem participa do processo democrático e nele acredita não pode tramar contra a liberdade, não pode fazer da chantagem uma arma, não pode, em algum momento, imaginar que se coloque uma Nação de joelhos para que alguns distintos políticos sobrevivam.

Eu não fico de joelhos, porque não fiquei na época da ditadura! Não ficarei agora! Sei que o Supremo também não ficará e confio que este Congresso também haverá de manter o seu orgulho, o seu amor-próprio e a sua confiança no destino livre do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A REFORMA TRIBUTÁRIA DO GOVERNO NÃO É UMA REFORMA ESTRUTURAL

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Papaléo Paes, do Amapá, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do Amazonas, Líder do PSDB nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por que somos contra o projeto de reforma tributária do PT?

Primeiro, porque esse projeto não é de um reforma estrutural. Na essência, o objetivo é prorrogar a CPMF e a DRU, a Desvinculação de Receitas da União. As demais normas do projeto não passam de muito enfeite para pouco recheio nesse bolo que é o projeto do PT. Mesmo no caso do ICMS, muito espaço se deu a esse imposto na emenda, porém, quando chegamos aos últimos dispositivos, descobrimos que não há data para entrar em vigor, pois depende, dentre outros atos e fatos, de unanimidade dos vinte e sete Governos estaduais.

Segundo, porque os meios não atendem ou são insuficientes para os fins propostos. Nunca se conseguiu tanto consenso na sociedade em torno dos objetivos a serem perseguidos pela reforma tributária: primeiro, para não aumentar ainda mais a carga tributária; segundo, para reduzir e eliminar tributos sobre exportações e investimentos; terceiro, para fomentar a geração de emprego; quarto, para não mexer no pacto federativo. A Oposição concorda com o Governo em torno de tais princípios, porém, denuncia que o detalhamento das medidas incluídas no projeto se revela insuficiente e até inexistente. Ainda acabarão dizendo uns que o já notório estelionato eleitoral agora ganha sua versão no formato de estelionato tributário.

Terceiro, porque está sendo rasgada a Carta de Brasília, que selava o acordo firmado entre o Presidente e os Governadores. Re-produzo um trecho na íntegra: "A reforma deverá ser neutra para os entes da Federação". Não é o que faz a emenda. Por exemplo, a proposta, corretamente, dá imunidade do ICMS para as exportações, porém, indevidamente, não assegura recursos para transferir aos Estados que mais perdem com tal norma.

Enfim, não queremos uma recarga tributária, nem uma recentralização fiscal, mas uma Reforma com R maiúsculo, que pode ter um texto enxuto e focado, mas que deve ser verdadeiramente eficaz para remover as barreiras que o atual sistema tributário impõe à retomada do crescimento econômico e social.

Não ao remendo, Sr. Presidente. Sim à verdadeira reforma.

Por que sou contra a CPMF, mesmo por quatro anos?

Não se pode chamar de reforma tributária um arremedo cuja preocupação é manter a CPMF, com uma alíquota altíssima e por um período razoavelmente longo de quatro anos.

Esse é o pior tributo a ser cobrado por uma economia que precisa crescer. É pentacampeão em cumulatividade. É uma contribuição pretensamente pró-social, mas com efeitos antieconômicos.

Nem preciso detalhar os motivos por que o próprio Governo Federal já os conhece, afinal, a extinção pura e simples da CPMF era das medidas mais importantes pregadas pelo Conselho de Desenvolvimento, que reúne representantes de toda a sociedade e foi criado com grande estardalhaço pelo Governo de Lula. Nessa e em muitas outras

Nesta e em muitas outras matérias da reforma tributária, o Governo e a bancada do PT não ouvem seus próprios conselheiros.

Só era e só pode continuar sendo aceita como o menor dos males.

Foi criada e prorrogada para atender emergências. De um lado, para financiar a saúde e também o combate à pobreza, mas isso não parece mais ser prioridade do atual Governo como revela o seu "primeiro" – aspeei a expressão "primeiro" porque o Presidente Fernando Henrique abriu completamente a transição do Governo para que o Presidente Lula mexesse à vontade no Orçamento anterior – orçamento, onde pode estar fazendo uma dupla contagem entre as vinculações para a saúde e para o combate à pobreza. De outro lado, foi inevitável recorrer à CPMF para enfrentar graves

crises externas, marcadas por ataques especulativos, que ora não ocorrem e felizmente não aparecem no horizonte, como declaram as próprias autoridades federais.

A CPMF sempre foi um instrumento provisório para enfrentar graves desequilíbrios econômicos e sociais, mas nenhum o Governo anterior propôs a sua eternização, até por reconhecer sua má qualidade.

Sempre foi defendido que a CPMF só fosse cobrada até a realização de uma reforma tributária estrutural, inclusive pelo PT. Por isso mesmo lograram que a CPMF fosse reduzida em 2004 e extinta em 2005 de modo a forçar o atual Governo Federal, porque o PT não supunha que viesse a ser seu, e o atual Congresso Nacional a promoverem uma reforma para valer. E esse era o pensamento petista.

Até poderia ser aceita a CPMF como um tributo permanente sem objetivo arrecadatória, mas sim apenas como instrumento auxiliar de combate à sonegação – como tal, caberia reduzi-la para uma alíquota mínima de 0,08%, ou, o ideal, 0,01%. Para se chegar a tal situação, também é aceito que fosse fixada uma trajetória, que reduzisse tal alíquota ano a ano, como autoridades econômicas do atual Governo chegaram a sugerir.

Nenhuma dessas condições e nenhum desses compromissos estão sendo atendidos pelo presente projeto de reforma.

Como se vê, não há motivo para prorrogar a CPMF por 48 meses e, ainda, convertendo sua alíquota máxima em alíquota normal. Isso não é uma reforma tributária, Sr. Presidente. Isso é empulhação e engodo, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Por que somos contra a DRU?

Primeiro, a desvinculação de receita não é matéria tributária e sim mudança na sistemática orçamentária.

Segundo, a desvinculação nunca foi proposta anteriormente como parte integrante de um projeto de reforma tributária. Sempre foi objetivo de emendas constitucionais específicas e examinadas sem contaminar outros temas.

Terceiro, a desvinculação sempre foi defendida pelos Governos passados, e também pela oposição da época, como uma medida paliativa até que se promovesse a reforma estrutural do sistema tributário, de forma a recompor, em caráter permanente, o raio de manobra da política orçamentária federal.

Quarto, há uma contradição intrínseca no parecer do Relator da reforma tributária que, ao mesmo tempo em que desvincula receitas federais, cria ou expande uma série de novas vinculações, algumas permanentes, outras provisórias: 1 – administrações tributárias; 2 – supostamente, a inclusão social; 3 – programas de renda mínima; 4 – combate à pobreza, supostamente também; 5 – cultura.

Por todos esses motivos, é impossível chamar, lúcida e sinceramente, de reforma tributária um projeto que incluía um dispositivo, a Desvinculação de Receitas da União, que só foi criada e postergada até a realização de uma reforma estrutural na acepção verdadeira do termo.

Por que somos contra contribuições sobre importações?

Antes de tudo, deixo claro: sou favorável a uma reforma tributária que dê o mesmo tratamento tributário ao mesmo produto, seja fabricado no País, seja importado. Sempre denuncio que o atual sistema discrimina o produto nacional, aplicando-lhe tributos numa carga elevada e de má qualidade, que não atingem os equivalentes bens importados.

Para corrigir a distorção, há dois caminhos. Um deles, o da correção. Seria dar ao produto nacional o mesmo tratamento de qualidade e moderado aplicado nos outros países. O outro, o do retrocesso. Seria estendermos o mau tratamento brasileiro ao produto importado. Adivinhem qual dos dois caminhos preferiu o Governo Lula?

Preferiu piorar ainda mais o sistema atual, estendendo a má tributação do produto nacional também ao importado. Criou um ou vários novos impostos de importação escamoteados, eufemisticamente chamados de "contribuições".

Na verdade, incluiu uma norma geral (art. 149) determinativa, e não apenas facultativa, a incidência de contribuições sociais e de intervenção econômica sobre todas importações. O que isto significa?

Depois, no capítulo da seguridade social, criou uma nova contribuição sobre importações. Ignorou todas propostas para simplesmente ampliar a Cofins para alcançar também importações. E por que fez isso?

Deliberadamente ou não, para contornar o tão desejado princípio da não-cumulatividade que se espera um dia vir a imperar

no Cofins, como já foi feito e com sucesso no caso do PIS. A atual emenda constitucional que em nada assegura, ainda atrapalha ao falar em aplicação por setor, e agora, o subterfúgio usado na taxa-ção da importação. Isso só atesta que o Governo Federal discursa a favor da tese, mas, na prática, na letra fria do texto legal, age em sentido exatamente ao inverso.

O princípio da não-cumulatividade só pode ser operacionalizado um por um dos tributos. Ou seja, só faz sentido ser aplicado a cada tributo, ele não deve incidir sobre ele próprio, não sobre outro tributo. Vejamos como funciona o ICMS: se cruza débito de ICMS com crédito de ICMS, e não de IPI. Num exemplo mais recente, se cruza PIS contra PIS, não contra Cofins ou outros impostos.

Logo, com a mudança proposta, a nova contribuição que vier a incidir sobre a importação de uma máquina ou de um insumo por uma empresa não poderá ser descontada da Cofins por ela devida sobre o seu faturamento. O resultado é muito diferente da promessa.

O resultado será um só: aumento, sim, aumento de carga tributária e não há como o Governo desmentir tal erro, pois a proposta orçamentária para 2004 do próprio Governo Federal conta com R\$4.4 bilhões como aumento global de arrecadação.

Se isto acontece, é porque há aumento de carga tributária e é hora de todos passarmos a falar apenas a verdade para a Nação, porque a inverdade, que é prima-irmã da mentira, ela termina fazendo com que Governos percam a credibilidade. Governos que podem até perder popularidade ou ganhar popularidade, mas não devem nunca perder algo que é essencial para a própria autoridade moral de um mandatário se manter, que é a credibilidade, porque esta não é ioiô. A popularidade é ioiô – ela vai e volta. A credibilidade não é. Ela, quando vai, não volta mais. Portanto, nós temos o aumento da carga tributária, sim, senhores. Se fosse mesmo não cumulativa essa contribuição, a receita da Cofins seria mantida, de modo que ao se tributar a importação apenas se estaria antecipando a arrecadação na fase seguinte de venda para o mercado interno. Ou seja, o ônus sobre a importação deveria ter como contrapartida a redução da carga sobre o produtor brasileiro.

Esse atalho para aumento de carga sobre importado acabará resultando inevitavelmente em grande contencioso internacional, pois outros países poderão nos acusar de ferir a Organização Mundial do Comércio uma vez que a mudança não deixa claro que se trata de

mera isonomia de tratamento. Para tanto, além de prever no Texto constitucional que seja a mesma contribuição a tributar tanto a venda interna quanto a importação do mesmo bem e que isso seja feito de modo não-cumulativo, é fundamental que a emenda também explicitamente que será, exatamente, a mesma alíquota aplicada a ambos os bens.

Por que somos contra reformar já o ICMS?

Primeiro, porque é o atalho mais curto para o aumento da carga tributária a ser produzido por esse projeto de reforma. Qualquer brasileiro já sabe no que resultará essa idéia de unificar nacionalmente as alíquotas do ICMS – na divergência entre duas alíquotas, se alguém acreditar que valerá a mais baixa, também deve acreditar em Papai Noel e Coelhinho da Páscoa. Aliás, o próprio Ministro da Fazenda já confessou, mais de uma vez, que a mudança elevará, por si só, a arrecadação do ICMS em mais de 10%. Ora, esse é o maior tributo do País, o que mais arrecada, hoje já deve superar a casa de R\$110 bilhões, logo, um modesto aumento de 10% já significaria retirar da economia mais R\$11 bilhões por ano.

Segundo, porque são muitos os conflitos de interesse que marcam a mudança ora proposta desse imposto, evidenciando que, em que pese corretas as teses pregadas, ainda não estão maduras o suficiente para as mudanças no ICMS. Basta citar um ponto que envolve o coração dessa reforma: o novo processo de fixação de suas alíquotas internas. Pela proposta, o tamanho da carga do ICMS acabaria sendo fruto de ato administrativo, uma decisão do Colegiado de Secretários Estaduais de Fazenda – o que amesquinhará o papel do Senado Federal e contra isso a minha bancada se insurgirá, contra isso eu pessoalmente me insurgirei e creio que a dignidade de qualquer Senador irá pelo mesmo caminho, independentemente da solidariedade ou não com o Governo Lula –, que sequer tem mandato, muito menos legislativo. Ora, um dos dois princípios clássicos da democracia é que os impostos só podem ser exigidos por lei (bem assim só por lei podem ser gastos os recursos públicos à luz do Orçamento). Muitos juristas alertam que a sistemática proposta será inevitavelmente alvo de muitos questionamentos judiciais, o que significa um alto risco para o imposto que arrecada mais de um quinto da receita tributária do País. Isso para não se falar que se coloca em risco a própria sobrevivência de toda a Federação, matiz da Nação brasileira.

Terceiro, apesar de serem tão extensas e profundas as mudanças propostas no ICMS, o projeto do Governo do PT simplesmente não marca data para entrar em vigor. É mais um jogo do tipo engana mercado do que efetivamente a tentativa de racionalizar o sistema tributário brasileiro. Dependirão de uma lei complementar. Depois, de uma decisão do Confaz para estabelecer seu regulamento. Depois, de uma resolução do Senado por *quorum* qualificado. Finalmente, de uma decisão unânime do Confaz para fixar as alíquotas e a carga reduzida. Alguém acredita que tudo isso será resolvido em quanto tempo? Um lustro? Uma década? Uma geração?

Quarto, as mudanças promovidas pelo Relator nas normas transitórias do ICMS representam evidente e frontal quebra do acordo selado entre o Presidente e os Governadores. Destaco dois atentados. O primeiro atentado foi à questão do fomento ao desenvolvimento regional: deturpam a idéia original de substituir a atual política dos governos estaduais de concederem incentivos do ICMS por um novo instrumento, o fundo nacional de desenvolvimento regional, quando a última emenda delegou a gerência de tal fundo aos bancos federais e sem qualquer ingerência das autoridades estaduais. O segundo atentado foi a divisão da arrecadação do ICMS sobre operações interestaduais, que não foi objeto de qualquer alteração no projeto original do Presidente da República, mas apenas do parecer do Relator do PT, apesar de ter declarado publicamente que não adotaria qualquer mudança que viesse a prejudicar qualquer unidade federada. Aliás, é absolutamente inaceitável a tese defendida pelo Relator, em seu parecer, de que a neutralidade tem dois conceitos, um no curto prazo, outro no médio e longo prazo. Isso não se sustenta do mesmo modo que não existe meia gravidez. As pessoas costumam ficar grávidas ou não. Meia gravidez não engana sequer o pai da moça por muito tempo. Ou o projeto é neutro em relação ao pacto federativo, como consta na Carta de Brasília, assinada pelo Presidente da República e pelos Governadores Estaduais, ou não é mais neutro e foi quebrado o pacto selado no Palácio. Não há meio termo.

A proposta é deixar o ICMS de fora desse projeto por hora. A proposta não é rejeitar mais sim continuar a debater a matéria, para aprofundar suas mudanças, fazê-la com menos riscos e com um consenso mais firme entre os diferentes governos.

Deixar o ICMS de fora da reforma tributária não irá prejudicar a agenda mais imediata para retomada do crescimento nacional, porque pesquisas divulgadas por entidades empresariais para identificar quais os tributos que mais prejudicam as exportações e os investimentos no País sempre apontam tributos federais (CPMF, Cofins e mesmo IPI) como mais danosos do que o imposto estadual (ICMS).

Assim, deixando para um segundo momento a reforma do ICMS, será possível concentrar todas as atenções nas mudanças que mais importam, dos tributos federais. É o caso da não-cumulatividade da Cofins, por exemplo, que deve ser o único dispositivo do projeto original do Governo que não sofreu qualquer mudança na Câmara, apesar de todas críticas que recebeu, do empresariado aos tributistas, pois não faz sentido sua adoção por setor, quando a própria reforma do PIS foi abrangente e realizada por medida provisória. Sem o ICMS na pauta, o debate atual poderá ser concentrado na reforma que importa mesmo, para encurtar a CPMF penta-cumulativa e para mudar toda a Cofins e não apenas setorial.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador José Agripino, nobre Líder do PFL.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, vigilante e brilhante, como sempre, na defesa dos interesses coletivos, faz, nesta sexta-feira, um pronunciamento abordando uma questão importantíssima que é a reforma tributária e seus fundamentos. Permita-me fazer uma análise do que acabou de acontecer na Câmara, porque essa análise corrobora a proposta que V. Ex^a faz. Assistimos a um espetáculo de negociação de toma-lá-dá-cá. O meu Partido retirou-se do plenário, e o Partido de V. Ex^a teve uma atitude digna também, por entender que a negociação que estava ocorrendo não era em torno da reforma tributária, não era em torno de uma reforma substantiva, como a Nação espera. Votava-se uma proposta que trazia dois interesses fundamentais: a DRU e a CPMF. A manutenção da CPMF e a manutenção da DRU (Desvinculação de Receita da União), que é o que interessa ao caixa do Governo do PT, o resto que se lixe. No resto, existem coisas perigosas. Façamos o contraponto entre o que V. Ex^a coloca e o que está colocado na

proposta. Na proposta da reforma tributária, apresentada pelo Governo e discutida com os Governadores, está sugerida a unificação do ICMS, que seria federalizado em cinco alíquotas que seriam definidas pelo Senado. Mas, o pendurar dos produtos das alíquotas seria feito por um "Confação" que, evidentemente, colocará os produtos na alíquota superior. É a tal história, você abriu a porta, ajoelhou tem de rezar. Estado quebrado não vai abrir mão do direito de arrecadar imposto. Mas, a proposta foi feita nesse sentido de unificar em cinco alíquotas e os Governadores debateram aqui e acolá e, em troca de 1% a mais no IPI e no Imposto de Renda, para compor o Fundo de Desenvolvimento Regional para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e de um pedaço de dinheiro para compor o Fundo de Compensação pelas Exportações, mandou-se que se votasse a reforma tributária. No entanto, veja V. Ex^a: reforma tributária de quê? Na hora de unificar as receitas dos Estados, na hora de engessar a capacidade dos Estados de legislar e de atrair investimentos pela prática sadia de incentivos fiscais, que é uma prática corrente no mundo inteiro, a proposta contempla. Mas e a unificação das contribuições? Por que não se unificou, em uma contribuição social única, PIS, Pasep, Cofins, CSLL, CPMF? Por que não se fez isso para facilitar a vida do contribuinte; para inserir o Brasil, de forma mais confortável, no contexto internacional das nações; para que o sistema tributário brasileiro fosse mais transparente, até para fazer com que a relação do Brasil no Mercosul ficasse mais confortável? Não, porque querem mexer pontualmente, como está previsto na proposta de reforma tributária. Querem mexer pontualmente nas contribuições, querem cobrar contribuição sobre serviços importados e exportados, querem cobrar contribuição sobre a energia elétrica. Na hora em que se unificarem as contribuições, perde-se a capacidade de tributar sobre este ou aquele produto, sobre esta ou aquela contribuição. Então, trata-se de uma proposta de reforma tributária, Senador Mão Santa, Senador Augusto Botelho, feita para atender ao interesse do caixa da União. Dizem que o Senado vai se comportar como uma Casa bem adestrada e que não vai cumprir o seu papel; vai, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se o Governo pensa assim, será engano da peste, como dizem os nordestinos.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Claro. Estou vendo, pela manifestação de V. Ex^a e pela manifestação do PFL, que esta Casa vai

mexer-se e buscar o interesse nacional. V. Ex^a e o Congresso brasileiro todo sabem que, além do que acabei de falar, há uma instituição dentro da Federação brasileira que foi desprezada na proposta de Reforma Tributária – essa instituição chama-se Município. Pela ação do PFL e, tenho certeza, pela ação do PSDB, mudanças estruturais serão tentadas e, se Deus quiser, serão aprovadas, e a instituição Município será, como merece, protegida nesta Casa. Ninguém espere que uma proposta de reforma, como a Tributária e a Previdenciária, que objetivaram única e exclusivamente o interesse de um Governo, que tem plano de poder, não tem plano de governo, e, para chegar a seu propósito, está usando do rolo compressor, que está sabendo – reconheça-se – usar com perfeição...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – À base da fisiologia.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...mas vai encontrar a resistência do PFL, do PSDB, creio que do PDT e de outros Partidos, que vão defender o interesse legítimo do cidadão. O contribuinte, Senador Arthur Virgílio, está de longe perpassado na proposta de Reforma Tributária, e a reação do contribuinte vai se fazer ouvir pela nossa voz. Estou indo daqui a pouco a São Paulo, onde teremos uma reunião do Partido com lideranças empresariais, e vamos ouvir a voz das ruas e dos gabinetes qualificados, para que, na proposta aprovada pelo Senado, a opinião deles seja considerada. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do discurso; o PFL se associa ao PSDB, em gênero, número e grau, nas intenções aqui mencionadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço ao querido Líder José Agripino a lucidez e brilhantismo do aparte, que acrescento ao discurso que profiro no dia de hoje.

O meu medo é o seu medo: o de que, de toda essa movimentação por uma falsa reforma, surja um grande otário, o contribuinte brasileiro. Temos que evitar isso em nome da perspectiva de crescimento sustentável, duradouro e em taxas altas da nossa economia.

Dou ao Governo um recado muito claro, não como Líder, mas como Parlamentar do Estado do Amazonas: não aceito a mera prorrogação dos incentivos fiscais do Pólo Industrial de Manaus*, como se fosse um bombom. Ou se mantém a vantagem comparativa estabelecida na legislação do ICMS, ou se protegem para valer os interesses de um Estado, que é fortemente produtor e, embora não seja fortemente

consumidor, muito tem feito pelo bem deste País, ou, Sr. Presidente, eu me colocarei contra no momento em que perceber risco e dano potenciais para a economia do meu Estado. Não permitirei que aqui tranqüilamente passem indicação de embaixador ou voto de louvor em homenagem à professora primária do Senador fulano de tal; vou discutir para saber se ela o merece mesmo. Em outras palavras, colocar-me-ei na posição – e o Senador Mão Santa, que fala do seu Piauí com tanto amor, entende-me muito bem, neste momento – de alguém que sabe muito bem a hierarquia das coisas. Sou Líder do PSDB, já fui Ministro, Líder de governo, fui eleito Deputado e, agora, sou Senador pelo Amazonas, ou seja, a hierarquia é essa. Eu não cheguei aqui biônico, mas porque o povo do Amazonas em mim tem confiado em sucessivas eleições. Logo, na hora de cotejar os interesses do povo do Amazonas com quaisquer outros, não hesitarei e agirei como alguém que tem compromisso efetivo com as votações que tem obtido.

Portanto, o Amazonas quer a prorrogação do Pólo Industrial, sim, mas não quer perder no ICMS, nesse aspecto da origem e do destino.

Se eu perceber riscos e danos potenciais ao meu Estado, eu me portarei aqui como um guerreiro efetivo, até que o Governo caia em si e perceba que, na relação custo–benefício, o pior que se pode fazer é mentir para o meu povo, para o meu Estado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

5-9-2003

LULA REVOGA DESAPROPRIAÇÃO E PREJUDICA MG

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, trago ao conhecimento da Casa e da Nação dois assuntos que julgo graves e relevantes.

O primeiro deles envolve o aspecto ético, do qual não nos podemos descuidar. Quem está no Governo deve tomar conta de si próprio e quem está na Oposição tem de tomar conta de quem está no Governo.

O jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje estampa uma notícia, que havia chegado ao meu conhecimento ontem, sob o título: "Lula revoga decreto de desapropriação e irrita juízes em Minas".

O Presidente Lula editou dois decretos, um deles desapropriando determinado terreno que serviria de sede para a Justiça Federal, que se ressentia de melhor equipamento para trabalhar. Depois, Sua Excelência, sem maiores explicações, revogou o decreto e o beneficiário disso é o Grupo Pão de Açúcar, que pretende construir um hipermercado no local. Ou seja, o hipermercado levou a melhor na disputa com a Justiça e foi forte o bastante para obter um decreto judicial.

Aqui, há algumas particularidades interessantes, Sr. Presidente:

Os juízes, que se dizem perplexos e inconformados, "denunciavam, ainda, suposta lesão ao patrimônio público, porque a Justiça teria prejuízos de difícil reparação, uma vez que já investiu R\$1,16 milhão na contratação dos projetos básico e executivos da obra".

Mais ainda: dizem os sessenta e quatro Magistrados em questão que a reversão é medida raríssima e se espantam mais – e eu

me espanto com eles – quando remetemos as nossas análises ao art. 1º e único do segundo decreto de Lula, o da revogação, que, supostamente, beneficiaria o poderoso Grupo Pão de Açúcar, porque comunica a revogação simplesmente, sem apresentar os motivos da reconsideração presidencial.

O Juiz José Henrique Guaracy Rebelo*, da 18ª Vara Federal de Belo Horizonte, que já formalizou Ação Popular contra o Presidente Lula e o Ministro Márcio Thomaz Bastos, declarou: "Nunca vi em toda a minha vida profissional (10 anos como magistrado e 13 como procurador do Estado) o Poder Público revogar um decreto para atender interesses do expropriado, ou seja, interesses particulares".

Mais ainda, S. Exª diz algo que não precisaria, por ser secreto o caráter do voto neste País, e abro aspas novamente porque faço questão de dizer que quem votou em Lula foi S. Exª, não eu: "Votei no Lula e fiz campanha para ele, mas estou convencido de que fomos vítimas de um estelionato eleitoral."

Concordo quanto ao estelionato eleitoral, mas, quanto a ter votado no Presidente Lula, eu o fiz em 1989, contra Fernando Collor, no segundo turno, depois da derrota de Covas. Quem votou em Lula agora e, portanto, colaborou para que o estelionato eleitoral se implantasse, ou, quem sabe, foi vítima dele diretamente – porque o povo brasileiro foi vítima também, direta ou indiretamente – foi o Juiz Guaracy.

Na matéria, o Ministro da Justiça diz que está tudo muito legal e correto, apresentando um relatório a respeito da improcedência da reclamação feita pelos Juízes, mas o fato é que a chamada Companhia Brasileira de Distribuição – leia-se Pão de Açúcar – adquiriu os imóveis com o objetivo específico de neles construir um hipermercado.

Informaram-me, também, que constava uma pessoa já criticada por mim aqui, ligada ao Governo, mas como não tenho certeza, não vou citar o nome desse advogado de posição dúbia, que jogaria em várias posições. Apenas cobro esclarecimentos do Governo e, na medida em que o faço, passo rapidamente ao segundo ponto para dizer que lamento muito que, após tanto desatino cometido na área do Incra, inclusive com a entrega da instituição e de praticamente todas as suas seccionadas ao MST, o novo Presidente do Incra tenha assumido e criticado a medida provisória que virou lei antiinvasão, aquela que não permite que se faça vistoria em terras invadidas no

prazo de dois anos, ou seja, provocou uma brutal reação das pessoas que estão potencialmente prejudicadas por isso. No fundo, no fundo, curva-se ao que deseja o MST, que estranhamente disse que não confiava nele, mas tem todas as razões para o fazer, porque parece que o Dr. Rolf Hackbart* não vai ser capaz de conter a *masóquia* e a anarquia no campo, ele que disse que não muda nada na relação entre Governo e MST.

Tenho visto gente que fracassa na administração depois de um mês, depois de três ou quatro anos, mas anunciar fracasso com 48 horas, assumir num dia, dizer tolice no mesmo dia e, no dia seguinte, incitar a persistência do clima de instabilidade no campo parece-me ser um recorde que está sendo batido pelo novo Presidente do Incra, em cuja atuação dirigirei o máximo de atenção devido ao quadro quase que irreversível de anarquia que se implantou no campo brasileiro.

Se alguém me perguntar se o Presidente Lula, em algum momento, usou o MST como massa de manobra, direi: quem sabe, mas o MST o usou também. Se alguém me perguntar se o Presidente Lula tem controle sobre o MST: não tem. Se alguém me perguntar se o Presidente do Incra ou o Ministro da Reforma Agrária, ao qual é vinculado o MST, têm controle: não têm. Se alguém me perguntar se hoje em dia dá para o Stédile deter esse clima no campo, eu lhe digo: não dá, o Stédile* não o detém, pois se trata de um processo dinâmico, que criou pernas próprias e que custará muito à economia brasileira se não houver uma efetiva vontade política do Governo Federal no sentido de pôr cobro a uma ameaça verdadeira.

Então, faço a denúncia e exijo a resposta ética – e tenho certeza de que o Governo haverá de dá-la com presteza – a respeito do beneficiamento possível do Pão de Açúcar contra a Justiça Federal.

Em segundo lugar, ao encerrar, lamento as duas únicas atitudes que vi tomadas pelo Presidente do Incra: a de dizer que não muda a relação com o MST e a de que vai rever a medida provisória que tem sido uma forte contenção às invasões, proibindo a vistoria, no prazo de dois anos, de terras invadidas.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer.

5-5-2003.

LULA INTERVÉM IDEOLOGICAMENTE NA PRODUÇÃO CULTURAL

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal *O Globo* do último sábado, 3 de maio, estampa matéria candente a respeito do que seria a intervenção cultural praticada pelo Presidente Lula na cultura.

Frases do cineasta Cacá Diegues, que foi na verdade o autor, o protagonista da denúncia:

“Exigências como “contrapartida social”, “tradições folclóricas” e “identidade nacional” parecem não reconhecer na arte um bem social em si”.

Ele lembra que o Brasil produziu, nos últimos anos, 250 filmes, alguns premiados internacionalmente, dois deles entre as dez maiores bilheterias do ano. Esse avanço fez com que a parcela de mercado do cinema nacional, que era de 1%, nos últimos oito anos, atingisse 10%.

E diz ainda Cacá Diegues: “Para alcançar a grandeza, é preciso liberdade”. E aí ele denuncia que o gesto do Governo é um gesto atentatório à liberdade de criar, à liberdade de fazer arte, à liberdade de fazer cultura.

Volto à figura inteligente, muito ligada à resistência democrática que muitos de nós enfrentamos, em favor da liberdade.

Afirma Cacá Diegues:

“Os novos critérios representam uma intervenção política e ideológica na criação artística. Não é isso que se esperava do Lula, não foi isso que Lula disse durante a campanha”. (...)

“É um golpe que pode provocar um novo desaparecimento do cinema brasileiro, como ocorreu, por outro viés, logo no início do Governo Collor.” (...)

“É preciso alertá-lo, pedir-lhe encarecidamente que reponha o Ministério da Cultura e o Ministro Gilberto Gil na condução do processo cultural brasileiro. Por que ele foi alienado dessas decisões?”

Aqui algo que me parece grave:

“Para que então existe um Ministério da Cultura, se as decisões mais graves, como as da política de incentivos fiscais, passam a depender de Yacoff Sarkovas (nome esquisitíssimo, mas menos esquisito do que a atitude que toma), um consultor privado de pouca afinidade com a produção cultural, contratado pela todo-poderosa Secretaria de Comunicação Social do Ministro Gushiken?” -pergunta ele, Cacá Diegues.

E diz mais:

“As regras atuais são dirigistas, centralizadoras, dependem de contrapartidas sociais, que não reconhecem na cultura um bem social em si.”

A colunista Tereza Cruvinel*, hoje insuspeita ao analisar quem quer que seja, insuspeita ao analisar o Governo desse admirável brasileiro que é o Presidente Lula, diz, que o Ministro Luiz Gushiken* proibiu seus auxiliares de falar com jornalistas. E os Ministros, pelo que sinto, estão proibidos de conceder entrevistas exclusivas, quase como se tivessem algum medo de que a informação circulasse de maneira livre, como requer a democracia.

A colunista Mônica Bergamo*, da *Folha de S.Paulo*, diz que, (peço transcrição de todas essas matérias nos Anais da Casa), a partir de agora, para quem fugir dos critérios, será difícil obter financiamento, porque haveria o dirigismo a que se refere Cacá Diegues, como uma clara preocupação de se criar uma cultura oficial. Isso já foi tentado pela esquerda, com Mão Tse-tung*, e o fracasso foi retumbante. Também pela direita, com tantos ditadores, com tantos tiranetes latino-americanos, e igualmente não resultou em coisa boa para o País.

Volto a dizer que temos uma preocupação muito grande com os rumos da democracia brasileira. As coisas começam assim: proíbe-se falar com jornalistas, dizem quais são os critérios para que alguém mereça ser contemplado com recursos oficiais para produzir um filme ou uma peça de teatro. É um retrocesso, que pode ter terríveis implicações econômicas.

Estou convidando o Ministro Luiz Gushiken a depor sobre essa matéria em reunião de audiência pública conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunica-

ção e Informática. É ali o foro adequado, diante da perspectiva de, dentro de poucos anos, o nosso cinema se tornar sustentável, como um forte produto de exportação, assunto, portanto, do mais amplo interesse para o País.

Também estou sugerindo à Casa, à Mesa, ao Presidente Sarney e aos Líderes a vinda, na próxima quinta-feira, não do ministro "A" ou "B", mas do mais importante Ministro da República, o Ministro José Dirceu. Precisamos desse confronto democrático, para que lhe perguntemos, olho no olho, se há ou não um viés autoritário, que tem de ser combatido muito abertamente por todos aqueles que não aceitam o autoritarismo, que não aceitam a tutela da produção intelectual, que não aceitam a tutela ou, ainda, de uma certa chantagem econômica, para que alguém possa executar seu trabalho. Ou se pensa como o oficialismo – isso é um tempo vencido entre nós –, ou não se tem acesso, quem sabe, ao financiamento pelas estatais.

Sugiro que, na próxima quinta-feira, dispensemos os outros Ministro, e tragamos o Ministro José Dirceu. Está na hora de S. Ex^a vir a esta Casa. Vir a esta Casa para valer. Também devemos ouvir o Ministro Gushiken, na Comissão, com sua explicação da lógica de seu auxiliar não poder falar com jornalista. Mais ainda, acerca de que lógica existe na afirmação do Sr. Sarkovas ao definir quem merece ou não incentivo fiscal ou recurso estatal para produzir a sua peça de teatro, sua arte, seu filme.

O nome dado a essa ação não é democracia. Para mim, é para-fascismo, uma tentativa clara de sufocar liberdades. E não se sufocam liberdades sem se começar por atitudes periféricas. Hoje, nega-se a quem quer que seja o direito de exercitar sua forma de construir a arte, de imitar a realidade a sua maneira. Nega-se isso a esse cidadão, pela via da denegação do pedido de financiamento que ele solicite. Amanhã, quem sabe, o poder venha a se tornar terrível para deformar as pessoas – dizem que todo poder corrompe e, se for duradouro, corrompe bastante... Não me refiro só ao aspecto financeiro, mas à cabeça das pessoas, que saem achando que realmente são melhores do que as demais, que têm o poder da caneta, o poder mágico de fazer e acontecer, de fazer chover, apesar de a meteorologia estar eventualmente contra, mas, paranoicamente, há quem imagine que, com o poder na mão, pode fazer qualquer coisa.

O meu alerta é muito simples: dizer que a democracia nunca estará vencida para nós, Sr. Presidente. Temos uma democracia

sólida, que viveu agora uma belíssima transição de um Presidente para outro, uma belíssima eleição que redundou na vitória do Presidente Lula, mas, em nenhum momento, quem quer que tenha a democracia como valor universal haverá de cochilar ou haverá de dormir diante dessas manifestações que, para mim, são totalitárias, são autoritárias e devem ser enfrentadas, como devem ser enfrentados o autoritarismo e qualquer manifestação que não respeitem para valer a democracia.

Portanto, estão na berlinda o Ministro Luiz Gushiken(*), o Ministro José Dirceu, um Governo que tem a história e a tradição da luta pela liberdade, e todo aquele que, porventura, se incomode com o que os outros pensam. Sinceramente, não me incomodo com críticas e fico feliz de saber que meus adversários não se incomodam, até porque caso se incomodassem teriam problemas de saúde graves e não quero isso para eles. Não farei outra coisa a não ser exercer o meu papel de Líder de um partido de Oposição, papel de quem fiscaliza, de quem reconhece acertos, mas claramente, com muita nitidez, está aqui também para apontar os equívocos. E quando são administrativos, os equívocos devem ser apontados até com menos indignação do que a que me assiste hoje, mas quando têm que ver com sufocação das liberdades, com manifestação autoritária, a indignação na verdade tem de ser de todos nós, e o papel, mais do que nunca, deve ser exercido vigilante, forte e maiusculamente por quem faça oposição a qualquer governo, não só a este, em nome da liberdade, em nome da democracia, em nome da liberdade da democracia, como valores essenciais da nossa cultura e dos nossos avanços civilizatórios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

12-6-2003

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, do ponto de vista da forma, parece-me que se podem fazer uma, duas ou mais reuniões de Líderes, para se decidir qual seria o procedimento a ser adotado pela Casa daí em diante, mas não hoje. O contrário seria desautorizar o Presidente José Sarney, que, com toda a sua experiência e sabedoria, opinou por dar a palavra a todos os Sena-

dores que quiserem se manifestar sobre esse tema tão importante.

Ontem, a Casa estava melancólica. Havia poucas pessoas, a não ser da Oposição, que insistiam em defender seus pontos de vista. Hoje, não. A Casa está brilhante, está radiante.

Do ponto de vista do fundo, insisto que o que abunda realmente não prejudica. Se houve debate ontem, que haja debate hoje, e, se necessário, também amanhã.

Uma cultura tem de ser reconstruída nesta Casa, sobre essa história de que haverá feriado e que alguém vai viajar: o dever do Senador é ficar nesta Casa, não viajar, não fazer nada mais além de esgotar a pauta de compromisso com a Nação, que se expressa na votação de matéria essencial como a do salário mínimo. Que assumamos o desgaste perante a Nação se não formos capazes de postergar quaisquer razões particulares, familiares ou políticas extracongresso, deixando de lado o nosso dever precípuo.

Hoje, parece-me que teríamos que ouvir todos os Senadores e, depois, fazer uma reunião de Líderes para estabelecer o compromisso daí para frente. Não é democrático castrarmos a possibilidade de mais debates. Democrático é abundarmos no debate, redundarmos no debate, exaurirmos a possibilidade de tirar a dúvida de qualquer pessoa, não podemos deixar ninguém com dúvida.

Por isso, em atenção e em homenagem à autoridade do Presidente Sarney, que, com sua sabedoria, optou por ouvir Plenário – serei redundante e tautológico – de maneira plena, insisto em que a razão, neste momento, por sua vez, assiste ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com o arrazoado competente que fez.

O PRESIDENTE LULA E SEUS DESASTRADOS IMPROVISOS NO EXTERIOR

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao eminente Líder Arthur Virgílio, do PSDB do Estado do Amazonas, que dispõe de até cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanho com muita atenção a cena internacional, sobretudo o envolvimento do Brasil na sua faceta de política externa. E estou extremamente preocupado com o que me pareceram idas e vindas do Senhor Presidente da República na reunião recente da chamada Cúpula da Governança Progressista. Afinal de contas, pareceram-me no mínimo inábeis as declarações de Sua Excelência em entrevista coletiva concedida ao lado do Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair: ataques à posição de Tony Blair em relação à guerra do Iraque; discussão que me pareceu descabida com os Presidentes da Colômbia e da África do Sul; ao mesmo tempo, críticas duras e de certa forma ingênuas aos Estados Unidos, quase que imaginando o nosso Presidente que poderia ditar o calendário de participação, na cena internacional, do Presidente George Bush, que preside essa superpotência com todos os defeitos e qualidades que ela possa ter hoje sem contrastes no mundo.

A impressão que tenho é que Sua Excelência precisa realmente parar com os improvisos. Se fosse para tomar uma rota diversa da que está posta, Sua Excelência teria de mudar, por exemplo, sua

política econômica e não o faz. Assim, o Brasil corre o risco de passar da deflação para o aprofundamento do quadro recessivo se não baixar, em pelo menos três pontos percentuais, na próxima reunião do Copom, a taxa básica de juros. O País está parado, estamos vivendo uma ultra-ortodoxia que exacerba a política econômica herdada por Sua Excelência do Governo anterior.

E, ao mesmo tempo, no quadro internacional, eu o percebo errático. Começou com aquela história de amigos da Venezuela isso foi abandonado. Depois, seu assessor internacional oferece asilo político a Sadam Houssein (*) – o que foi risível. Em seguida, houve momentos bastante afirmativos de conversa entre o Presidente Bush e o Presidente Lula. Isso me pareceu correto, não neguei apoio do meu partido nem o meu próprio à luta pela paz encetada pelo Presidente Lula. Portanto, a condenação, a meu ver, tinha que ser firme, porém muito sensata, muito prudente em relação aos caminhos que levaram à guerra contra o Iraque.

Ontem, no entanto, Sua Excelência extrapolou. Diz o jornal "Entre brincadeiras e ao mesmo tempo falando sério", mas Sua Excelência não foi lá para brincar e tem apenas que falar sério. Houve ataques a aliados, dos quais o Brasil não se desgruda, até porque, nas crises de liquidez da economia, terminamos batendo às portas do Tesouro norte-americano e necessitando do aval norte-americano para se abrirem as portas do Fundo Monetário Internacional para a nossa economia.

Vou fazer um vaticínio: Sua Excelência dificilmente vai deixar de renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional. E não o condeno se renovar o acordo, pois julgo que refazê-lo é sensato. Entretanto, eu simplesmente me pus a perguntar se o Presidente Lula não estava ali dando uma resposta ao Presidente da Argentina, Néstor Kirchner(*), que o havia considerado excessivamente subalterno em relação ao Presidente George Bush. Ou ainda se não estava dando mais uma resposta ao ex-Presidente Fernando Henrique, Cardoso, que havia dito, em recente entrevista, que, no episódio da Alca, o seu Governo teria sido muito mais restritivo do que o de Lula, que já aprazou a data para o casamento inevitável. Se foi isso, as minhas preocupações se redobram, porque Sua Excelência não estava ali para dar resposta ao Presidente da Argentina, Néstor Kirchner-aliado importante, mas que nem sequer estava presente; além disso, as dúvidas em relação ao Presidente argentino podem

ser dirimidas na conversa bilateral, que tem de ser freqüente e íntima, entre o Presidente brasileiro e o Presidente argentino. Muito menos o Presidente da República estava ali para fazer as duas outras coisas: dar respostas ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso como se dissesse que a prova de que não é americanista é que estava a afrontar, na frente do Primeiro-Ministro inglês, Tony Blair, o Presidente norte-americano, George W. Bush ou ainda jogar para uma platéia, uma mais à esquerda do que hoje se porta o seu Partido, que irremediavelmente se afasta dele.

O Presidente Lula precisaria olhar com muito senso estratégico esse quadro que está posto e evitar o isolamento brasileiro. Se repetir essa aparição, daqui a pouco Sua Excelência já não será convidado para fazer parte da reunião de cúpula da governança progressista. Acaba não sendo convidado mais. Perde-se o interesse. As pessoas esgotam o repertório de Sua Excelência e passam a não querer ver aquele repertório encenado mais outra vez, mais outra vez e mais alguma outra vez.

Sua Excelência precisa realmente tomar ciência do tamanho razoável do Brasil – não é imenso nem pequeno – na cena internacional. O Brasil não é uma potência militar. Prego que ele seja uma potência militar defensiva e dou graças a Deus por não ser uma potência militar ofensiva, mas não é uma potência militar. O Brasil tem possibilidades, potencialidades e capacidades que o credenciam a imaginar que seu futuro haverá de ser radioso, e é um País de peso médio na cena internacional. Não adianta ficar imaginando que dá para se hiperbolizar o peso brasileiro. Agora, esse peso pode ficar menor se perceberem falta de solidez no principal dirigente do País, se perceberem o dado errático da política externa.

Num dia, Sua Excelência apressadamente diz que vai fazer a Alca, de qualquer maneira, até 2005; no outro dia, um de seus Ministros diz que não só é justificável o fuzilamento em Cuba como, “se tentarem desestabilizar Lula aqui” – são aspas que abro para o Ministro Tilden Santiago – “ainda teriam, os que estão no Governo, de tomar providências”. O Senador Jefferson Péres perguntou e ficou sem resposta se a providência seria fuzilar nós outros da Oposição.

Fico trêmulo de medo, de pavor quando vejo essa cena. E digo que não é medo por minha vida. Meu pai me dizia: “Meu filho, aprenda a enfrentar homens e enfrente as dificuldades da natureza.

Seja corajoso diante de tudo, mas fuja do ridículo". A cena é grotesca. Não cabe ao Brasil a idéia de condenação à morte nem de julgamento político apressado, pois trata-se de uma democracia consolidada. Fico trêmulo de medo do ridículo que pode estar cobrindo o Brasil, quando essas declarações infelizes são espalhadas aos quatro cantos. E notícia ruim voa mais depressa que notícia boa.

É fundamental que o nosso Presidente passe para o mundo a idéia sólida de alguém que tem uma posição, que deseja dar ao País um rumo e que, no seu caminhar, acertando e errando – atitudes que fazem parte da própria humanidade –, não fuja da espinha dorsal da sua coerência.

Ao concluir o meu pronunciamento, cito um exemplo. Foi inoportuna a declaração do Presidente da Assembléia portuguesa ao questionar o Presidente Lula sobre resultados referentes ao Brasil. Na verdade, o Presidente não tem obrigação de dar informações a S. Ex^a, mas ao povo brasileiro. O Deputado português foi inconveniente e não teria mesmo direito de fazer uma exigência dessas a um dirigente estrangeiro. S. Ex^a foi inoportuno e descortês.

Da mesma maneira, entendo ter sido o Presidente Lula inoportuno e descortês com o Primeiro-Ministro Tony Blair, ao fechar caminhos para o Brasil, fazendo algo parecido com as bravatas que Sua Excelência dizia que apenas seriam reservadas e cabíveis nos tempo de oposição. Se Sua Excelência acredita que já não é possível mais haver bravatas, aprenda a não fazê-las no campo da política externa, porque, no mundo de mercados globalizados, uma atitude dessas pode significar isolamento político. Isolamento político pode significar prejuízo econômico. E prejuízo econômico pode significar, com menos investimentos, menos empregos num País que precisa desesperadamente gerar empregos. E já estou perdendo a esperança de que este País possa gerar os dez milhões de empregos prometidos por Sua Excelência, até porque, mês a mês, temos visto o crescimento do desemprego, um recorde após outro. Batem recordes os índices referentes ao desemprego e ao agravamento da crise social.

Era essa a crítica construtiva que o PSDB tinha a apresentar no dia de hoje. Muito obrigado.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para prestar um esclarecimento ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, e a Mesa gostaria de prolatar a decisão, se possível.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes de usar a palavra pela ordem, informei ao Senador José Sarney a atitude que tomaria, e não houve nenhuma discordância de S. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida de que assim procede de maneira cavalheiresca o Senador Tião Viana. Estou apenas dizendo que o gesto de respeito à autoridade do Presidente José Sarney se expressará pelo acatamento da decisão que S. Ex^a tomou.

Eu me sentiria constrangido por não seguir, desta vez, com toda razão que S. Ex^a tem, a decisão aqui propalada pelo Presidente desta Casa.

5-12-2003

O PRESIDENTE DO PT FOI INFELIZ NO CHISTE CONTRA HELOISA HELENA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estranho o comportamento do Partido dos Trabalhadores como instituição diante da crise de Roraima. O PT às vezes assumia até uma característica leviana, acusando sem provas, queimando supostos suspeitos vivos numa fogueira inquisitorial. Hoje, meu estimado ex-colega e sempre amigo José Genoino, Presidente do PT, desqualifica o documento do chamado grupo de radicais petistas – não sei se são radicais, são trinta Deputados; não são poucos, não são três ou quatro –, pedindo que o PT observe com mais cautela o quadro de corrupção em Roraima.

Segundo a *Folha de S.Paulo*, "Genoino diz que Flamarion é 'modelo' de administrador". Pode ser que o seja para o PT, não o é para o PSDB. Traz ainda a *Folha de S.Paulo*: "Petistas pedem afastamento de Flamarion", invocando as raízes históricas de um Partido que nasceu sob o signo do combate pela moralidade. O *Estado de S. Paulo* publica: "Sob pressão, Flamarion admite deixar o PT"; "A saída de Flamarion do PT é uma medida sanitária, diz o Deputado Ivan Valente, do PT"; "Governador sabia de folha paralela, diz ex-secretária". Todos os jornais a que me refiro são de hoje. O *Correio Braziliense* divulga: "Pressão petista contra Flamarion. Parlamentares pedem à cúpula do Partido a saída do Governador de Roraima"; "Fraude chega a R\$230 milhões". Nessa reportagem, a Sr^a Diva faz declarações comprometendo o Governador.

Não faço juízo de valores, estou simplesmente dizendo que estranho a pressa com que o PT o chama de modelo de administrador. Há ainda o editorial da *Folha de S.Paulo* intitulado "O PT e os 'gafanhotos'".

Eu estranho, a *Folha de S.Paulo* estranha, e o Brasil inteiro está estranhando.

Ao mesmo tempo, vejo que o Presidente Genoíno, de maneira muito pressurosa, já põe alguma desconfiança. O *Globo* traz: "Genoíno muda o tom e Flamarion admite deixar PT". Genoíno já recuaria, segundo *O Globo*, mas, de acordo com outros jornais, não recuou. Vemos, de certa forma, toda uma paciência com o Governador de Roraima, que está cercado, pelo menos, de uma série de indagações que merecem respostas além da que tem oferecido.

Vemos, ademais, a intolerância para com os chamados dissidentes do PT. Disse o Senador José Genoíno: "A senatriz é muito boa no papel de vítima". Ele chama a Senadora Heloísa Helena de Senatriz. Gostaria de alertar o Presidente do PT para um fato: senatriz, etimologicamente, é o feminino de senador, não tem nada demais. A primeira vez que essa palavra veio à baila ocorreu quando o Senado da República teve uma mulher entre os seus membros, a minha conterrânea Eunice Michiles*, que assumiu a vaga decorrente do falecimento do saudoso Senador João Bosco – ela era a sua primeira suplente.

Na época, os bons dicionaristas indicavam que "Senadora" seria mais aconselhável como feminino de Senador. Etimologicamente, porém, não existia esse vocábulo, que acabou sendo aceito pelo bom-senso para evitar conotações em face de sua semelhança com outra palavra de som muito parecido. No mesmo ano em que Eunice Michiles chegava ao Senado, o Brasil recebia a primeira mulher como Embaixadora de um país amigo. Foi a Embaixadora da Guatemala. Ela, a Embaixadora, disse que se sentia feliz no Brasil porque o português contempla duas palavras bem diferentes para definir coisas diferentes. Embaixatriz seria a esposa do diplomata, do embaixador; embaixadora seria a mulher diplomata. O Presidente José Genoíno, se tentou ofender a Senadora Heloísa Helena, chamando-a de Senatriz, não conseguiu.

Para mim, ela é uma ótima Senadora; para mim, ela é uma ótima senatriz. Ela não é esposa de senador, mas é senadora ou Senatriz, com direito a voto, a voz, a rebeldia, a decência, tudo isso.

Mas estranho o PT. Há ainda a história de o Ministério Público acusar 25 funcionários da Prefeitura petista – aquele caso de Santo André, dos R\$54 milhões. Isso tem de ser investigado mais a fundo. Há silêncio sobre isso, há paciência extrema com o Governador de Roraima, tentativa de dizê-lo um modelo de administração, e há, ao mesmo tempo, uma brutal intolerância para com os chamados dissidentes. Mais ainda, há a tentativa de desqualificar os que não o são, os 30 Deputados ditos radicais – não sei se são radicais ou se não o são; não sei o que é ser radical. Faço uma enorme diferença entre ser sectário e radical. Radical, para mim, é o que vai buscar a solução dos problemas na raiz, é o que vai à raiz das coisas. Mas são 30. Radicais ou não, são 30 Deputados petistas. Faça qualquer cálculo percentual e veja que é um número expressivo. Ou seja, 30 Deputados significam muito numa bancada de 300, e o PT não tem uma bancada de 300. Tem uma bancada de 90, da qual 30 significa um terço. Ou seja, o Presidente Genoíno desqualifica um terço de pessoas que dizem que há suspeição sobre o Governador de Roraima. Ao mesmo tempo, ele confunde as regras do bom português – vejo aqui a Senadora Heloísa Helena, que não estava presente há pouco, quando me referi a ela –, chamando-a de “senatriz”. Quero dizer que Senadora ou Senatriz, V. Ex^a, para mim, é tão boa tanto como uma quanto como outra. Até porque as palavras são sinônimas. Boa Senadora...

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Ex^a me permite um pequeno aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Tento não me lembrar desse assunto, mas não tem jeito. Algumas pessoas até me perguntavam se eu achava que ele estava querendo rimar com atriz ou com meretriz. Primeiro, eu respeito muito as mulheres que, muitas vezes, vendem o corpo por um prato de comida. Eu tive muita sorte, porque, embora tenha nascido em uma família pobre, miserável, talvez até ao nascer tenham carimbado na minha testa que o meu destino era o quartinho de empregada ou a prostituição, como geralmente é o destino dos pobres. Em relação à questão de atriz, eu também respeito muito as pessoas que se dedicam ao mundo da arte. Eu tenho uma mania, Senador Arthur Virgílio. Lá no interior de Alagoas, dizem assim: “Eu não quero saber. Eu só quero a briga com o dono dos porcos.” Quando algum porquinho ou porquinha

treinada para cantar, para representar, falam alguma coisa sobre mim, eu nem respondo. Mas se for o dono dos porco, aí, efetivamente... Tive, infelizmente, que responder. Eu sei que, talvez, as pessoas não consigam compreender a dor dos outros. Mas, quando não conseguimos compreendê-la, pelo menos a respeitamos. Algo que, infelizmente, ele não fez. Talvez – eu já disse várias vezes isso –, ninguém pense, ninguém imagine a tortura por que estou passando. Agora, sou mulher de não correr do pau. Podem torturar, usar o requinte de crueldade que quiserem, eu não vou abrir mão das minhas convicções, não vou fazer nada contra companheiros. Isso, realmente, não vou fazer. Então, eu nem queria tocar nesse assunto, mas sei que V. Ex^a tocou, com respeito, com consideração, mas apenas para deixar absolutamente claro. No interior, diz-se que quando uma coisa é muito pequena, Senadores Augusto Botelho e José Jorge, é cabelinho de sapo, porque ninguém nem vê cabelinho de sapo, não é? Mas nem um cabelinho de sapo de medo eu tenho, porque estou naquela coisa de pode vir quente que eu estou fervendo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senadora, encerro, dizendo que, na verdade, eu fazia o cotejo entre a dureza em relação a posições divergentes e à questão ética, a questão moral lá em Roraima. O silêncio diante dessa coisa que se está avolumando em Santo André, parece que não existe, parece que é assim tipo um autismo, não existe, não é conosco, não tem nada a ver, não estamos aí, “tô nem aí, tô nem aí...”, aquela história da música, não é?

Recorri ao dicionário. Pedi, Senadora Heloísa Helena, uma pesquisa a minha assessoria e fui ao dicionário. embaixador é o diplomata e embaixatriz é sua esposa. Entendemos bem: a digna embaixatriz fulana de tal é a digna esposa do digno embaixador fulano de tal. De outro lado, senadora ou senatriz são termos iguais. O significado é o mesmo, os bons dicionários consideram as duas hipóteses.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que não foi feliz, portanto, sequer no chiste, o Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, não estou aqui para discutir regras de português com o Presidente José Genoíno, que sei que domina muito bem a língua pátria. Estou aqui para indagar, mais uma vez, por que tanta

contemplação? Por que não ter, pelo menos, um dos pés atrás? Por que mudou tanto o PT, que, às vezes, se apressava e era leviano ao acusar e em "queimar" pessoas, e, agora, se mune de uma tolerância que contraria os editoriais dos jornais, as evidências dos fatos, contraria tudo?

Em suma, quero apenas que o PT faça como os demais brasileiros tentam fazer: um peso e uma medida para tudo, e não dois pesos e duas medidas, de acordo com conveniências eleitoreiras ou com conveniências de uma falsa e suposta preocupação com governabilidade. Não se monta governabilidade em cima de suspeição sobre a coisa pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SEM-CERIMÔNIA COM QUE LULA ACHA QUE PODE IR LEVANDO O GOVERNO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é dever da Oposição acompanhar o dia-a-dia de quem Governa.

Em relação às reformas estruturais propostas ao Senado, o PSDB tem procurado opinar de maneira qualitativa, indicando rumos, corrigindo defeitos, vetando iniquidades e propondo soluções racionais e sensíveis, racionais do ponto de vista administrativo e sensíveis do ponto de vista social.

Agora há, sim, o dia-a-dia do Governo. Ainda nesse último fim de semana, em minha base, na cidade de Manaus, conversava com um grupo de pessoas-aliás, quase todas eleitoras de Lula em 2002 e, hoje, muito mais da metade delas indispostas com os rumos do atual Governo. E eu dizia que, no começo, essas mesmas pessoas cobravam-me o fato de, já na partida do Governo Lula, ter manifestado aqui a minha postura de Oposição, e isso se afigurava, a essas pessoas e a tantas outras, como, quem sabe, "despeito, pois perdeu a eleição" ora, não perdi a eleição, quem perdeu a eleição foi o meu candidato a Presidente da República, quem sabe "precipitação" ou qualquer coisa que se pudesse, a partir daí, inferir.

E eu dizia: Não! Tenho uma relação de apreço pelo Presidente Lula e espero poder mantê-la. De minha parte, vou mantê-la. Se Sua Excelência agüentar as minhas críticas até o final do seu Governo e ainda assim quiser continuar sendo meu amigo, que continue. Não tenho nada contra, só tenho a favor. Entre a minha amizade com o Presidente – que prezo – e o meu respeito e amor pelo Brasil, sem dúvida alguma, Sua Excelência

fica em posição completamente subalterna. Fico com o Brasil. Esse é um fato.

O Presidente Lula foi eleito para governar e não está fazendo isso de maneira correta. Fui eleito para representar o meu Estado e procuro fazer isso da melhor maneira que posso. O meu candidato a Presidente da República foi derrotado, e eu então tinha duas opções: fazer o papel do trãnsfuga ou manter os meus laços, manter a minha fidelidade ao meu partido, manter meus compromissos que começam com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e vão por todas as atitudes tomadas por mim, ao longo dos mandatos que tenho obtido e, sobretudo, fiscalizar. Eu estaria sendo um mau Senador de Oposição se não fiscalizasse implacavelmente os equívocos do Governo, para que ele os conserte e, assim, possa oferecer o espetáculo do bom Governo, ele que tem oferecido o espetáculo da indecisão e da inação administrativa.

Vejo aqui um flagrante no dia 4 de outubro de 2003. O jornal *O Globo* registra dois automóveis, que percebo são daquele tipo Omega australiano. Na parte de cima, um insulfilme* que me parece ilegal, até porque acima daqueles 30% permitidos por lei, completamente escuro. Não se vê quem está lá dentro. Na parte de baixo, o Presidente Lula em mangas de camisa – aliás, com uma camisa muito bonita do Corinthians (*), está aqui todo pimpão. Ele é corintiano, e isso é uma atitude bonita; ele torce e escolhe o seu lado. Pois bem, a película usada hoje pelo Presidente não tem 70% de transparência, mas, na foto de baixo, dá para ver o Lula de antes, aquele do povo. O de cima, não; o de cima está escondido pelo insulfilme.

Estou apresentando projeto de lei, Sr. Presidente, proibindo insulfilme de qualquer nível em carro oficial, até porque quem paga é o povo, e o povo tem o direito de saber o que os ocupantes daquele carro oficial estão fazendo.

Portanto, Sua Excelência, que imaginava-talvez por demagogia ou por empolgação com a vitória-que podia governar, o tempo inteiro, dando adeus para o povo de maneira transparente, precisa agora compreender que este Congresso não vai aceitar o insulfilme sem transparência, que esconde os príncipes ocupantes dos carros oficiais atrás do privilégio de poderem evitar ser vistos e analisados. Eu quero saber, como contribuinte, o que se faz dentro do carro oficial. Assim, estou apresentando projeto de lei nesse sentido.

Sr. Presidente, Dom Mauro Morelli, que retoma suas atividades – é uma benção de Deus que tenha sido assim –, na sua volta ao trabalho, diz o seguinte:

Prefiro dizer para o Lula, pessoalmente, o que eu enxergo. Acho que, por enquanto, o Fome Zero ainda é um mutirão de solidariedade. O Governo pouco fez naquilo que lhe compete fazer em todos os níveis de governo. O Governo tem apelado muito para os empresários. Os empresários devem gerar trabalho e pagar bons salários. Empresário não deveria ser muito incomodado. A principal coisa é investir no País, gerar oportunidade de trabalho e pagar salário. É isso o que o empresário tem de fazer.

Senador Jefferson Péres, para falar na linguagem bem simples do povo, parece-me que Dom Mauro Morelli pede ao Presidente Lula que pare de chatear os empresários com essa coisa de doação para cá, doação para acolá. E parece exortar o Presidente a entender o papel deles, que é o de receberem as ajudas legítimas que o Estado lhes possa conceder, para que, em troca, exportem, gerem empregos, movimentem a economia e nos tirem do buraco da recessão, aprofundado por esse Governo. Aliás, quanto à recessão, as notícias otimistas dizem que estamos saindo dela. Sou menos otimista que o noticiário: estamos longe de poder configurar, como tendência efetiva da retomada do crescimento econômico, essa coisa tímida de 1,5% de crescimento da produção industrial. Esse índice é pequeno em relação a uma depressão brutal do setor, ocorrida nos meses anteriores (?).

Já concedo o aparte ao Senador Jefferson Peres, mas antes continuo dizendo que algumas outras coisas devem ser pontuadas por nós aqui com muita tranqüilidade, mas com muita firmeza. Entre o Governo que o Presidente Lula mostra aos brasileiros e o Governo que realmente existe, há uma desproporção que inquieta e extrapola todos os limites. Entre metáforas tão de seu agrado e outros devaneios que o boné do momento sugere, o Presidente segue falando em um amanhã que nunca acontece.

Uma coisa é o Governo virtual, criado pelo Presidente petista para mostrar, no imaginário, um País em ascensão, sem problemas, desenvolvimentista e com a população vivendo bem. Sem violência, com empregos para todo mundo. Outra coisa é o Governo que a população vê e sente, longe, portanto, daquele que só existe na imaginação. O Brasil do realismo, da vida cheia de incertezas, do

desemprego, das estradas abandonadas, da falta de perspectivas. O Brasil sem alento.

As nossas populações até torcem para que as coisas melhorem, mas acabam vencidas e desanimadas, já quase convencidas de que o primeiro ano da experiência petista está comprometido e vai por água abaixo. Essa é a complicada situação vivida pelo Brasil e de que fiz uma análise na sessão de sexta-feira, neste plenário. Como Líder oposicionista, uma de minhas obrigações é a missão de fiscalizar, apontando equívocos, distorções e, no caso do atual Governo, as trapalhadas que se vão sucedendo, infelizmente com frequência quase diária.

Função assemelhada à minha, ou seja, a de fiscalizar o Governo, compete à imprensa, que levanta os fatos e denuncia eventuais irregularidades, embora isso nem sempre agrade aos integrantes da equipe do Palácio do Planalto.

O mesmo Brasil virtual, tão alardeado pelo Presidente Lula como se tudo fosse real, é objeto de editorial de o *Estado de S. Paulo* nesse último domingo. Agora já não é mais apenas o PSDB, não é mais apenas a Oposição que opõe reparos ao caminhar da carruagem governista, que se move com dificuldade, arrastadamente. Ao Presidente Lula competiria cair na real e acabar com essa postura revestida de exaltação eufórica de humor, de excitação incomum e de hiperatividade, bem características do terreno virtual.

Estou certo de que a Nação haveria de entender uma fala diferenciada da atual. Bastaria o Presidente-aí já em um acesso de sinceridade, sem começar pelo cansativo "companheiros", chegar e dizer – aspas para o que eu acho que o Presidente deveria dizer à Nação: "Brasileiros, a situação não está nada fácil, meu Governo não anda bem, minha equipe não se entende e nada realizou até agora, por tais e tais motivos". A Nação apreciaria esse gesto de humildade, esse gesto de autocrítica.

No editorial do *Estadão*, é externada a constatação feita aqui por mim, na semana passada. O jornal mostra que "chegou a um nível sem precedentes a discrepância entre o radioso governo virtual das falas presidenciais e o menos que satisfatório governo da realidade".

Na sexta-feira, observei que o Governo petista prossegue na mesma marcha-a-ré (*) desde o primeiro dia. O Governo está empacado, e o Presidente Lula revela-se incorrigível. Continua con-

jugando o verbo no futuro. Um futuro sempre adiado, sabe Deus para quando.

As primeiras promessas fracassaram, e o Presidente não se dá conta disso, levando o *Estadão* a classificar a administração petista de "O Governo virtual do Presidente".

É estranha a facilidade com que Lula acha que pode ir levando o Governo. Os brasileiros recordam-se claramente de uma das metáforas do Presidente, aquela da gestação, constatação da capacidade ou incapacidade de a sua equipe governar.

Um Senador muito amigo nosso falava, em tom de brincadeira – mas até falo em termos sérios –, que, a partir deste Governo, três coisas o povo brasileiro pode dizer que só se faz uma vez: nascer, morrer e votar no PT.

Encerro, dizendo que houve mais um castigo à incoerência: o bravo e digno Deputado Fernando Gabeira sai do PT – e Genóíno culpa o Governo –, dizendo "saio, porque o PT é incoerente", referindo-se aos transgênicos. Qualquer outro governo que não tivesse assumido, em praça pública, o compromisso de impedir os transgênicos teria hoje como, tranqüilamente, enfrentar a resistência do Deputado Fernando Gabeira, mas não quem dizia que os transgênicos eram o pior crime que se podia cometer contra a boa política ambiental, quem tinha todo um compromisso e agregava, em torno de si, ONG e ambientalistas, que tanto ajudaram Lula a chegar à Presidência da República, na idéia de que se impediriam os transgênicos de serem usados na agricultura brasileira. De repente, vem mais uma inverdade – ou, se eu fosse grosseiro, mais uma mentira –; daqui a pouco, mais uma incoerência. Então, Gabeira diz que não agüenta mais e sai do Governo.

E cito ainda o MST – que Lula tanto pensou que usava, e que eu sempre disse que era uma unidade independente: João Pedro Stédile* disse que Lula virou um transgênico. E disse mais – uma coisa terrível: que, por Lula ter virado um transgênico, será preciso, daqui a pouco, uma MP para legalizá-lo no Governo, para que seja consolidada a mutação genética. Ou seja, teria que ser consolidado, meu prezado jurista Demóstenes Torres, por meio de uma medida provisória.

Quem diz isso não sou eu. Sou uma oposição bem menos dura que a de João Pedro Stédile; sou bem menos ácido que Fernando Gabeira; sou, sem dúvida alguma, muito menos corrosivo que a

Ministra Benedita da Silva; sou muito menos corrosivo que as trapalhadas do Fome Zero; sou muito menos corrosivo que essa assessoria que esconde o Presidente em carro com insulfilme ilegal, que não é para ser usado por pessoas de bem. O Presidente é uma pessoa de bem e insulfilme abaixo dos 70% de transparência é usado por pessoas que têm que se esconder da lei.

Queria que o Presidente não usasse o mesmo expediente para se esconder do povo. Que o Lula apareça para o povo, com ou sem popularidade, que não se esconda, porque quem se esconde está, com certeza, começando a ter problema de consciência e está tendo dificuldade de expor o seu pensamento e o seu coração diante da Nação brasileira.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

Era o que tinha a dizer.

8-10-2003

O GOVERNO LULA VENDE ILUSÃO E POSTERGA CRISES E IMPOPULARIDADE

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Presidente Lula, seguindo a orientação do seu esquema de marketing, age bem, procurando, em cima do fato, sustentar, de qualquer jeito, a única âncora do seu Governo, que é a sua popularidade pessoal, e, portanto, o seu desempenho pessoal.

Sua Excelência deu ontem uma entrevista, cujo conteúdo me pareceu bem próximo do desastroso: “Lula dá adeus às vacas magras”. Essa é uma promessa difícil de ser honrada, a curto prazo, por alguém que conhece o perfil de distribuição de renda do País, como o Presidente Lula tem obrigação de conhecer.

Por outro lado, a idéia de se vender ilusão posterga crises e impopularidades, mas eu não imagino que o País possa dar adeus às vacas magras em tão pouco tempo, só porque o Presidente Lula, num acesso de contato com a mídia, num surto, imaginou que isso lhe garantiria um certo efeito anestésico.

Mas Sua Excelência diz mais coisas:

“A Benedita me trouxe documentos, provando que ela foi para um ato religioso, mas, ao mesmo tempo, ela foi encontrar com a Ministra da Ação Social da Argentina e foi participar de um debate com empresários. Não vejo qual o crime que a Benedita tenha cometido”.

Eu nunca disse que a Ministra Benedita havia cometido crime, mas um grave delito que, a meu ver, mereceria sua demissão.

Volto ao Presidente Lula:

“A Benedita cometeu um erro administrativo, que passou por muita gente. (...) Aceitei a justificativa dela e o que precisamos fazer,

daqui para a frente, é olhar com mais cuidado cada companheiro que pede para viajar. Mesmo que tenha errado, você tem que ter a grandeza de até chamar a atenção de quem tenha cometido um erro, mas você não pode crucificar."

Tenho estima pessoal pelo Presidente Lula, mas isso beira a hipocrisia. Se fosse no Governo passado, teriam acionado o Ministério Público, viraria um carnaval. Na verdade, o Presidente Lula está revelando um padrão flácido de controle das questões éticas no seu Governo. E esse é o ponto para o qual chamo a atenção de Sua Excelência.

Continuo, comentando ainda a entrevista do Presidente Lula, que afirmou:

"Conversei quase duas horas com o Presidente Fidel Castro sobre a questão dos prisioneiros de Cuba. Mas um Chefe de Estado não pode dar palpite na política de outro País".

Entretanto, o Presidente acabou de fazer isso nos Estados Unidos, quando criticou a política americana naquele país. Evidentemente, seu compromisso com os direitos humanos, juntamente com a sua amizade com o ditador Fidel Castro, deveria fazer com que o Presidente Lula aproveitasse, sim, para chamar o Presidente cubano para a realidade deste século, que já não admite ditadura, o ditador nem essa transgressão continuada aos direitos humanos praticada naquela ilha que, tão esperançosamente, recebeu o líder Fidel Castro, quando derrubava Fulgêncio Batista, aquele ditador sanguinário, em 1959. Depois, percebemos o encaminhamento político que terminou fazendo de Cuba, nem mais nem menos, que uma atroz ditadura, a não merecer a menor indulgência por todos que professam a fé na democracia e na liberdade.

O Presidente parte para aspectos trêfegos, coisas pequenas. Sobre a Previdência Social, diz que "tem muita gente com inveja". Tenho a impressão de que isso deve ser a meu respeito, e que o Presidente imagina que estou com inveja dele. Sua Excelência diz que "muitos tentaram, passaram anos no governo tentando. Não dá para a gente ficar com medo de um corporativismo minoritário". O Presidente chama de corporativismo minoritário os servidores públicos que acionava para insultar Senadores e impedir o funcionamento do Congresso com a formação de piquetes. O Presidente Lula impedia, na prática, que se votasse qualquer tentativa de aprofundamento de uma reforma previdenciária naquela época.

Acerca das nomeações políticas, novamente, o Presidente é leve demais para o meu gosto. Sua Excelência diz: "Deve ter alguém reclamando porque ficou de fora." Será que o Presidente Lula interpreta que assumir um cargo público é uma delícia e que o bom é ficar de dentro? Isso é uma boca rica ou, na verdade, está se convocando brasileiros para o sacrifício de governar o País de maneira inovadora, de maneira correta?

Volta o Presidente Lula: "Ouvi, outro dia, reclamação porque contratamos o Duda Mendonça." Foi precisamente eu quem fez a reclamação. Reclamei sim. E por falar em Duda Mendonça, hoje *O Globo* publica a seguinte matéria:

"Duda Mendonça está internado desde segunda e deve voltar ao batente semana que vem. O marqueteiro de Lula fez uma cirurgia para retirada da bolsas em volta dos olhos, que estariam provocando inflamações nos cílios. Mas, como não é de ferro, Duda aproveitou e fez outros retoque no layout".

Portanto, ele vai sair mais bonito. E o Presidente Lula não percebe que não temos nada com a idéia de alguém ganhar uma licitação sem vícios. Nós temos tudo, sim, contra a idéia de alguém ter essa intimidade com o Palácio, virar Ministro informal da propaganda, ganhar licitações, ser publicitário do PT. Ele fez essa cirurgia e não sei se tem um pouco do meu dinheiro, como contribuinte. Não sei se ele está fazendo a cirurgia com o dinheiro que ganhou anteriormente. Ou seja, é uma relação promíscua. O Presidente Lula deveria tratar isso com menos leveza e levar em conta a probidade administrativa.

O Presidente pergunta: "queriam que eu contratasse o publicitário do Fernando Henrique Cardoso?". Não. Mas Sua Excelência não tem o direito de influenciar sobre a contratação de alguém via licitação. Aquele que ganhar deve ser contratado ou eliminamos essa coisa que cairia em desuso, chamada licitação pública.

Depois, o Presidente diz: "A inflação não passará de 7%. E vamos gerar os empregos que queremos gerar. Não sei se serão 10, 5 ou 20 milhões". Bom, 5 milhões não é o que Sua Excelência prometeu. Foram prometidos 10 milhões. Vinte milhões de empregos eu não exigiria, porque seria, de fato, cobrar mais do que Sua Excelência se comprometeu na campanha.

Uma coisa interessante é que o Presidente, ainda nessa tentativa de ser popular, entrou, ontem, no terreno do futebol e bateu boca

com o Dr. Citadini, o presidente do Corinthians, porque é contra a diretoria corinthiana. Eu queria perguntar ao Dr. Citadini o que S. S^a está achando do governo do presidente Lula. Talvez fosse interessante o Presidente Lula saber o que o dirigente do Corinthians acha do governo de Sua Excelência. Talvez, o Corinthians não esteja tão bem quanto nas suas fases mais áureas, mas gostaria de saber, no pingue-pongue, o que o Dr. Citadini acha do presidente Lula se meter em futebol, que é um tema popular, e o que ele acha do governo Lula, se está provocando mudanças boas para o País.

E vamos aterrissar na realidade, no chão duro e frio da realidade:

"A Confederação Nacional da Indústria diz que confiança do consumidor diminui.

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec) da Confederação Nacional da Indústria, relativo ao terceiro trimestre de 2003, mostra que os brasileiros estão menos otimistas em relação à economia e menos propensos a consumir. O indicador fechou o trimestre em 102 pontos, enquanto no segundo trimestre de 2003 ele estava em 106. O resultado representa uma queda de 3,4% no indicador.

Segundo o coordenador da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, 2003 pode ser considerado um ano perdido para a economia e o consumo.

(...) 20% dos entrevistados mostravam a intenção de gastar mais nos próximos três meses. No segundo trimestre, esse percentual era de 23%. O trabalho revela ainda que 67% dos entrevistados acreditavam que a inflação iria subir nos próximos seis meses, enquanto 52% achavam que o desemprego iria aumentar. Outros 19% previam que sua renda iria diminuir, enquanto 47% acreditavam que ela não iria mudar nos próximos seis meses."

Portanto, o Presidente cuida de futebol e não cuida da administração como deveria. O Presidente perdoa a Ministra, que deu uma desculpa esfarrapada. Foi grave a viagem por motivos que não eram administrativos nem de interesse público, porém, mais grave foi a Ministra inventar uma agenda para tentar se adaptar a uma realidade, fazendo aquilo que não dá certo em país algum, que é não encarar para valer as conseqüências dos seus atos. O Presidente, então, entrou na canoa da desculpa esfarrapada da Ministra, o mesmo Presidente que bateu boca com o seu Ministro

da Saúde – Sua Excelência dizia uma coisa e o Ministro outra, na mesma solenidade. Parece mesmo o samba do crioulo doido, do imortal Stanislau Ponte Preta*.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Arthur Virgílio, queremos nos congratular com V. Ex^a. Estava aqui refletindo sobre Sófocles, que disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Então, as maravilhas da Amazônia são enormes – o rio, a floresta –, mas a mais maravilhosa é o ser humano, tão bem representado aqui pelo Senador Gilberto Mestrinho, pelo Senador Jefferson Peres e por V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em nome dos três, obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

3-10-2003

INTERFERÊNCIA DESCABIDA NO PODER JUDICIÁRIO

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko) – O Senador José Jorge fica inscrito em quinto lugar para falar pela Liderança.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não gosto de trabalhar com a idéia de dois pesos e duas medidas. A justiça só é justa se é impessoal. Disso não escapa nenhuma pessoa que se cinja aos limites do bom senso.

Trago mais uma demonstração de incoerência deste Governo: dois pesos e duas medidas. "O Judiciário como alvo. Relatora da ONU propõe inspeção na Justiça brasileira, e o Governo Lula apóia" é o título de matéria de página inteira do jornal *O Globo*.

Não discuto o valor, a honradez, a boa intenção da Sr^a Asma Jahangir*, mas entendo que ela não tem o direito de intervir no Judiciário brasileiro – não tem. Trata-se de Poder independente e o Brasil não está sob intervenção internacional. Isso depõe até contra o Governo Lula, porque, afinal de contas, o Brasil está ou não está vivendo um clima de normalidade? Portanto, é descabida a pretensão da ONU – se for da ONU –, da Delegada da ONU – se for da Delegada da ONU –, de quem quer que seja a idéia de que alguma instituição neste País esteja a carecer de intervenção de fora para dentro. Não precisa nem de dentro para dentro. Os Poderes estão funcionando, o Brasil está em normalidade e dispensa esse tipo de

ajuda que a nós nos humilha e a nós nos define; e não aceitamos essa definição como República bananeira, como cubata africana, como país sem foro e civilização sem amadurecimento democrático.

O mais estarrecedor é o fato de o Presidente Lula apoiar. Apoiar o quê? O Presidente Lula acha que o Judiciário não está funcionando? Ou o Presidente Lula está ainda zangado com o Presidente Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal, e vai levar esse sentimento pequeno, canhestro, mesquinho e medíocre até o momento em que o Supremo deixe de existir? O Presidente Lula está errado, porque abre uma exceção. E Sua Excelência que se vangloria tanto de trabalhar o Brasil como uma entidade soberana, está aqui a se curvar a uma pressão externa; está aqui a se ajoelhar diante do que imagina ser um Poder legítimo – e não é – para intervir sobre o Judiciário brasileiro.

Quais são os dois pesos e as duas medidas?

O mesmo jornal *O Globo*, em outra matéria, na página seguinte, diz: “Governo recusa relatório dos EUA sobre direitos humanos”. E aí o Presidente Lula considera ilegítimo, na mesma audiência em que Sua Excelência concedeu à Sr^a Asma Jahangir*, se recusa a receber e a discutir o relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, produzido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

O Presidente está errado ao dizer que a questão dos direitos humanos no Brasil não é assunto para ser tratado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos? Sua Excelência não está errado. Sua Excelência está certo. E, aqui, a Oposição, o PSDB, sem dúvida alguma, hipoteca o Presidente em inteira solidariedade. Sua Excelência não tem que se cingir nem se jungir; nem se ajoelhar diante de pressões, venham de onde vierem, para que assuntos brasileiros sejam resolvidos – e só podem sê-lo se isso for feito dentro das leis brasileiras e sob o crivo do mais irrestrito respeito à soberania nacional.

Por outro lado, o mesmo Presidente Lula, que rejeita o relatório dos Estados Unidos sobre direitos humanos, diz que “é mesmo justo e legítimo que a relatora da ONU, Sr^a Asma Jahangir, proponha inspeção na Justiça brasileira”, como se, na verdade, Sua Excelência respondesse pela soberania nacional, a razão inteiramente à Sua Excelência lhe assistisse e não coubesse ao Judiciário nem o direito ao amor próprio nem o direito à legitimidade, muito menos o respeito que o Poder independente deve ter.

O PSDB, pela minha voz, pela voz de sua Liderança, repudia, de maneira veemente, o que me parece um gesto oportunista do Presidente Lula. Quando é o de Sua Excelência, sobre o relatório dos Estados Unidos, não serve; Sua Excelência está certo. Não serve mesmo, que o Departamento de Estado americano venha nos dizer o que fazer a respeito deste ou de qualquer tema. Mas é oportunista Sua Excelência imaginar que é possível haver intervenção no Judiciário.

O Presidente Lula precisa parar com o que me parece uma criancice: a de levar brigas pessoais e sentimentos menores para dentro de uma questão tão importante e tão forte do ponto de vista da sua repercussão no Estado brasileiro.

Sem personalizar, sem "fulanizar", o Presidente deveria, em primeira instância, ter dito, à Sr^a Asma Jahangir* que a ONU não é legítima para interferir sobre o Judiciário brasileiro, como os Estados Unidos não são legítimos para dizer se o Brasil cuida ou não cuida bem de sua política de direitos humanos. Quando o Presidente diz que com Sua Excelência não pode, porque Sua Excelência é o Presidente de um Estado soberano, e ao mesmo tempo Sua Excelência endossa a tese de intervenção no Judiciário, o Presidente Lula, isso me põe inquieto, porque me passa a impressão de alguém que não superou os limites da luta sindical, não superou os limites da luta contra quem quer seja, pensa que ainda está em eleição e divide o mundo de maneira maniqueísta entre amigos e inimigos. Os inimigos de Sua Excelência têm que ser destruídos – e Sua Excelência, infelizmente, parece que considera o Judiciário um Poder inimigo. E Governante que considera o Judiciário Poder inimigo é Governante que talvez esteja sonhando com a autocracia; talvez esteja incomodado com a democracia; talvez esteja incomodado com o fato de seu Poder ter limite. O Presidente Lula tem que ouvir do Judiciário, da Nação brasileira e do Congresso, pela nossa voz, algo bem claro: "Presidente Lula, o Senhor não é dono do Brasil. Seu poder tem limite, sim. Seu limite é a lei. Se precisar, o Senhor será julgado por este Congresso ou pelo Judiciário. O Senhor não está acima da lei; e o Senhor, portanto, não agiu com um Chefe de

Estado ao minimizar e humilhar o Poder Judiciário brasileiro perante alguém que supostamente representa um poder internacional. Poder internacional, para além das nossas fronteiras. Dentro do Brasil, mandamos nós, manda Vossa Excelência, manda o Con-

gresso e manda o Judiciário, em igualdade de condições. Fora isso, Senhor Presidente, é Vossa Excelência marchar no rumo incerto, lamentável, mesquinho, canhestro e medíocre da insensatez.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

9-10-2003

**ESTE É O GOVERNO DA
PROPAGANDA, O GOVERNO
PETISTA DE LULA**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, insisto no fato de que este Governo tem sido o governo da propaganda e de poucas realizações. É o governo da propaganda!

Outro dia, desta tribuna, denunciei um fato que poderia ser pitoresco, se não houvesse uma certa dose de má-fé, nele embutida. O Presidente, ou melhor, a Secretaria de Imprensa do Presidente, faz estampar nos jornais brasileiros, nos noticiários televisivos, que Sua Excelência teria tomado atitudes altivas, corajosas, retumbantes, nos Estados Unidos, em relação a certas posições do Governo Bush, envolvendo o Brasil.

Minha assessoria se deu ao trabalho de ir à Internet, pesquisou os principais jornais dos Estados Unidos e não encontrou nenhuma linha a esse respeito. Àquela altura, eu disse: “Meu Deus, não podem transformar isso aqui numa Sucupira e alguém imaginar que não temos capacidade de saber o que se passa mundo afora, como se ficássemos aqui jungidos à pobre sina de sermos informados pelo príncipe”. Ou seja: aquilo que o príncipe não quiser que saibamos, não saberemos; aquilo de que quiser que tomemos conhecimento, tomaremos.

Ocorreu um outro episódio: publicou-se aqui, com estardalhaço, que o Presidente Lula estava cotado para o Prêmio Nobel da Paz. Espantei-me, cá com os meus botões. Perguntei-me: exatamente por quê? Qual foi o grande gesto que teve? Pensei em Sérgio Vieira de Mello, pelo seu sacrifício pela paz mundial. Mas o Presidente Lula, por quê? Pelo insucesso do Programa Fome Zero? Pelo seu jargão

eterno de política social sem a capacidade técnico-administrativa para executar um programa qualquer? Pensei que seria prematuro, mas permaneci quieto, porque se falasse, há dias, o que estou dizendo agora, diriam: "Ah, perdeu a eleição, o partido dele não ganhou a eleição e, por isso, está torcendo contra o Presidente". Portanto, fiquei quieto, imaginando, quem sabe, até funcionar aquela velha mística da homenagem que o mundo faria a um ex-operário que chegou à Presidência da República de um país. Não me esqueço nunca de que Lech Walesa tem a mesma origem: foi eleito, mas não governou bem a Polônia.

Saíu o resultado do Prêmio Nobel, e ele não passou perto do Presidente Lula, não passou fronteira ao Presidente Lula. E eu pergunto: é alguma coisa demais o Presidente da República do Brasil não ser consagrado com o Prêmio Nobel? Não. É normal até que não seja. O Prêmio Nobel é para o pacifista, para alguém que teve a vida imolada – refiro-me novamente a Sergio Vieira de Mello*, mas aqui se espalhou com estardalhaço, aqui se noticiou, com muita ênfase, que o Presidente Lula estava a um passo da conquista do Prêmio Nobel. Lá fora, não; aqui dentro, tudo.

Ou seja, vejo o Governo encenando uma farsa grotesca: a de tentar manipular esta sociedade brasileira sofisticada, complexa, inteligente, culta até quando não lê, mas culta, porque temos uma cultura popular que me autoriza a dizer que o nosso País é culto, mesmo quando está longe da cultura formal. A nossa cultura histórica, a mistura das raças, nossas tradições libertárias, tudo isso faz do brasileiro um povo até intuitivamente culto. Mas imaginam que podemos ter a nossa opinião influenciada por quem manipula o *marketing* da Presidência da República.

"Qual é a de hoje?" – eles pensam lá. A de hoje é que "a pesquisa caiu um pouquinho". "O que fazemos?" "Põe o homem no Prêmio Nobel da Paz." Em seguida, não sai o Prêmio Nobel. Quero ver qual é a próxima. Não me espanta se quiserem inscrever o Presidente nos jornais do Brasil, a disputar os recordes do Michael Jordan na NBA, no basquete profissional norte-americano, para o qual o Brasil não se credencia em função da pouca tradição nossa na prática desse esporte.

Mas o fato é que quero aqui denunciar o Governo da propaganda. Até já existe o ministro da propaganda, que mistura as contas, que é do PT, é do Governo, ganha licitações, dá os últimos retoques

na aparência do Presidente quando vai fazer seus pronunciamentos. Refiro-me ao Sr. Duda Mendonça, que, aliás, disse que estava processando o Presidente do meu Partido, José Aníbal, e estava em dúvida – disse à revista *Veja* – se me processava. Estou dizendo a ele que continuo às ordens. Vai processar somente o José Aníbal? Por que não a mim? Estou completamente às ordens: já me ofereci da tribuna outro dia e estou aqui hoje novamente. Assumo completamente a responsabilidade por meus atos. Não digo nada de que depois eu me arrependa. Estou dizendo ao Sr. Duda Mendonça que, se ele ainda não se decidiu, não se constranja comigo. Estou às ordens para ser processado por ele e não retiro uma linha do que disse: a relação dele com o Governo é promíscua, e, mais ainda, estão tentando engabelar a opinião pública, montando o que, para mim, é o Governo da propaganda.

Sr. Presidente, juntamente com V. Ex^a e com tantas pessoas que são vigilantes, altivas, que não se curvam a servis, quero me credenciar para funcionar como um ministro informal da contra-propaganda ou contra a propaganda. A cada passo que tentarem fazer a nossa opinião pública de Sucupira, nós aqui diremos que esperamos um estadista no Governo e nada abaixo disso. Não esperamos nada abaixo disso. Nós não somos Sucupira, não somos comédia que televisão passa. Somos um País com uma cultura, eu diria, bastante consistente. Somos um País com toda uma tradição de respeito internacional, que tem sido cultivada por uma política externa profissional que, mesmo nos tempos da ditadura militar, era o que se salvava neste País.

Denuncio, portanto, algo que, a longo prazo, não é bom para o Presidente; algo que, a curto prazo, se é bom para o Presidente, não é bom para a Nação nem a curto, nem a médio, nem a longo prazos. Denuncio o fato de que esses factóides começam a constranger algumas pessoas a mim, com certeza; a outras pessoas, tenho certeza que sim. Não sei se há milhões ainda, mas a repetição disso nos levará a uma constatação clara de que o Presidente da República poderá perder crédito, ou seja, se um dia tivermos a honra de ter o nosso Presidente da República credenciado efetivamente para o Prêmio Nobel, que bom para o Brasil, que os brasileiros todos aplaudam isso, mas a farsa não funciona. Se um dia tivermos o nosso Presidente citado em verso e prosa, polemizando com o presidente Bush isso pode ser bom ou ruim para o Brasil nas primeiras páginas dos

jornais americanos, vamos imaginar que essa é uma realidade a ser discutida aqui dentro, à luz de dados objetivos. Mas vou ao jornal, vou à Internet e não vejo uma linha sobre o Presidente nos jornais americanos. No entanto, aqui parece até que ele quase chegou à cena de pugilato com o presidente Bush.

O Presidente da República precisa perceber uma coisa: a busca incessante e até doentia de seus marqueteiros para manter sua popularidade no fundo, para sustentar um Governo que não funciona pode fazer o Presidente perder algo que ele sempre teve, mesmo quando mais discordei dele, ao longo de minha trajetória política e ao longo da trajetória política dele, algo que sempre reconheci nele e que ele não deve perder aqui quero fazer o papel da pessoa que realmente está preocupada com ele, porque os áulicos não estão: não perca, Presidente, a credibilidade. Popularidade, eu sempre digo, é um ioiô: vai e volta, dependendo da conjuntura. Credibilidade não é ioiô, é só "iô": ela vai e não volta, porque, quando se abala a credibilidade de um homem público, é preciso talvez mais do que a vida dele restante para que a possa recuperar.

Então, solicito ao Presidente que se modere, restrinja-se aos fatos, largue os factóides, não ouça cegamente tudo o que manda seu tal ministro informal da propaganda e ouça mais a voz da Nação. O Presidente já começa a dar sinais ruins: já se esconde atrás de um vidro fumê, um insulfilme, que é contra a lei do Detran e está sujeito a uma multa no valor de R\$154,00. Mas isso não é o de mais, isso é o de menos. O de mais é que o Presidente, que ia fazer todo o seu Governo nos braços do povo, abraçando e beijando as pessoas – o que me agoniava um pouco, pois o papel do Presidente não é ficar beijando e abraçando as pessoas 24 horas por dia –, agora se esconde atrás de um insulfilme, o que também não é papel de um Presidente. O papel do Presidente é a transparência para valer, ou seja, tem que saber que àquela hora está passando o comboio presidencial, e o povo pode saber que o Presidente está ali, mas não tem nada que parar para dar beijinho e abracinho ou para conceder entrevista improvisada a repórter. Nada disso. Ele tem que passar dentro da dignidade do cargo, mas com as pessoas sabendo que é ele quem está ali, sabendo o que está fazendo dentro carro e dando exemplo para os demais.

Por isso Sr. Presidente, estou apresentando projeto de lei que proíbe o insulfilme em carros oficiais, de modo a que nenhum de

nós que tenhamos a prerrogativa de usar carro oficial tenhamos a possibilidade de fazê-lo de maneira inadequada, inconveniente ou atentatória aos bons costumes da vida pública deste País.

Obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

10-10-2003

**O MINISTRO BERZOINI
HUMILHA OS VELHINHOS
DE MAIS DE 90 ANOS**

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tragédia que envolve os idosos acima de 90 anos, tem havido de tudo.

Registro, nos Anais da Casa, a matéria do jornal *O Globo* de hoje. É cortante: "Humilhados e ofendidos. Aposentados de mais de 90 anos sofrem nas filas para provar que estão vivos. Previdência recua".

E, na primeira página do jornal *O Globo*: "INSS retoma pagamento de idosos após onda de críticas".

A coluna de Ancelmo Gois diz: "Ponto final. Tudo bem que, à noite, o ministro Ricardo Berzoini voltou atrás da maldade de obrigar velhinhos de 90 anos a ir aos postos do INSS se recadastrarem. Mas, pelos senhorezinhos, coitados, que ontem enfrentaram fila para continuar recebendo o que é deles, sua excelência merece: é o ministro Dóris, mau igual à moça da novela que acabou dia desses".

Diz o jornal *O Dia*: "INSS suspende bloqueio de aposentadorias". E a manchete, Senador Antonio Carlos Magalhães, também é dilacerante: "Não precisava humilhar".

Publica o *Estado de S. Paulo*: "Arbitrariedade do INSS". "O Ministro da Previdência deveria mandar revogar a decisão."

Não sou Presidente da República. Alguém que faz política num Estado de dimensões eleitorais diminutas como o meu, não deve aspirar a esse galardão. Isso é uma grande sorte do Ministro

Ricardo Berzoini, porque, se eu fosse Presidente da República, teríamos hoje um interino, aguardando, na segunda-feira, a posse do titular. Simplesmente demitiria. Um Ministro insensível, tecnocrata, que admitiu, no *Bom Dia Brasil**, de hoje, que a base do Governo o fez recuar, não a dor, não o sofrimento, não o arrependimento, não nenhuma virtude cristã, mas sim a arrogância de dizer: "pelos meus faço qualquer coisa". Por eles, pelos velinhos – hoje eles se dizem inimigos deste Governo –, o Ministro sequer se destina ao pedido de perdão.

Ouço o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Pedi o aparte para dizer que V. Ex^a tem todas as qualidades para pleitear quaisquer cargos na República, seja de Estado maior ou menor, V. Ex^a tem mérito e o está demonstrando aqui. Apresentei uma situação na tribuna, ainda hoje, que considero o ponto crucial: S. Ex^a ouviu o Presidente Lula para fazer isso? Se ouviu, o que não acredito, o Presidente Lula seria conivente, mas, se não ouviu, não há outro caminho senão a demissão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, pelas palavras carinhosas. Tenho a impressão de que, neste Governo, já não é preciso ouvir o Presidente Lula para nada. O Presidente Lula viaja, o Ministro José Dirceu governa, e o Ministro Antônio Palocci* manda. Essa é uma verdade real. Na Previdência, tenho a impressão de que não é preciso ouvir o Presidente Lula para nada. Lá manda o Ministro Ricardo Berzoini, o que é um grande azar dos velinhos do País. Agradeço a V. Ex^a.

Após tudo isso, saímos do capítulo da maldade, da perversidade, Sr. Senador José Agripino, para o caminho da descoberta de mais uma mentira. *Folha de S. Paulo*: "FMI diz que novo acordo é igual ao atual". De novo a maldade: "Lula libera só 2,33% do Orçamento". Estamos no fim do ano, o Brasil está parado, literalmente parado, e o Governo vive e se alimenta de crescimento virtual, de estatísticas que visam a um futuro que não está tão perto, publicadas nos jornais. Todo governo novo tem todo o espaço de que precisa.

Agora, chegamos ao capítulo da falta de soberania – com os velinhos, autoridade, autoritarismo, dureza, insensibilidade, jamais um pedido de perdão. A Fiesp, que já sabe que o Governo não manda, que não há soberania neste País, não pede o fim do arrocho fiscal

ao Presidente Lula, sequer ao Ministro Antônio Palocci. *Folha de S. Paulo*: "Fiesp reclama do aperto fiscal à vice do FMI". Ou seja, ela fala com quem manda, precisamente com quem pode decidir. Faz muito bem a Fiesp. A Fiesp é prática, pragmática, não perde tempo com intermediários: fala diretamente com quem comanda este País; não se dirige ao Presidente do FMI, mas à Vice-Diretora* do Board*.

E aqui temos um capítulo da mesquinha: "Lula elogia combate à Aids, mas não cita FHC". Admite que o programa de combate à Aids, tão elogiado na África e fora dela, é bom, mas não cita o nome do seu antecessor.

O Presidente Lula, que me tem decepcionado muito, tem entrado por desvãos em sua personalidade. Por exemplo, está de mal com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa e, por isso, não dialoga com o Judiciário. Quando fala em reforma do Judiciário, não se refere à tentativa, que todos os brasileiros gostariam de ver implementada, de aperfeiçoamento daquele Poder, e, sim, a uma mesquinha. Quando fala em controle externo, é como se dissesse: "Vamos hoje dar um susto no Judiciário; não vamos dar um passo na direção de um Judiciário mais ágil". E assim tem sido.

Temos visto uma faceta que eu não conhecia no Presidente Lula, com quem me relaciono desde 1979. Eu o tinha como alguém acima do seu Partido, de mesquinhas, de vendetas, de recalques, de mágoas duradouras. E o Presidente, hoje, não perdoa o Presidente Maurício Corrêa, que, aliás, não tem por que pedir perdão. O Presidente Lula não esquece, é duro em relação a seu antecessor, mostra algo diferente daquele lutador tão sofrido que conheci, daquela figura tão simpática da campanha eleitoral.

O que está ficando mais presente na minha memória, Senador Rodolpho Tourinho – digo isso com muita tristeza – não é a figura do Lula que sabia pedir perdão e perdoar, mas que enfrenta outro Poder simplesmente, porque pensa que está entrando em nível de inimizade pessoal com o Presidente do Judiciário – refiro-me de novo ao Ministro Maurício Corrêa. O que está ficando na minha retina, no meu horizonte, como visão, idéia, forma, desenho deste Governo, Sr. Presidente, é muito menos o que pensava que Lula fosse e muito mais o que estou vendo que o Ministro Ricardo Berzoini é: um Governo insensível no social, que não garante a soberania nacional; que não é capaz de implementar uma administração

conseqüente e deslanchar o processo de crescimento; que segura o Orçamento, já tão mínguado, que tem a seu alcance; que abre mão de poderes até para discutir política social diante do Fundo Monetário Internacional; e que, ao mesmo tempo, reserva – ninguém é de ferro – toda a sua quota de valentia, que ultrapassa os limites da mais vil prepotência, na hora de humilhar os velhinhos com mais de 90 anos, num País que tem poucos velhinhos com mais de 70, infelizmente, até pelo subdesenvolvimento de séculos.

Era o que tinha a dizer, com muita mágoa, com muita dor, por imaginar que o País, até pelos seus maiores dirigentes, não está sabendo observar o respeito que merecem aqueles que ultrapassaram todas as dificuldades que a vida lhes colocou à frente. Em um país subdesenvolvido, como o Brasil é há séculos, as pessoas conseguem, por sabedoria, até pelo destino, chegar a essa idade, que é tão amorosa, e o Presidente Lula e seu Governo pensam que 90 é a idade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte rápido?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a é o homem dos detalhes e das estatísticas. Cheguei a esta Casa às 9h, numa sexta-feira, e o Governo é que deveria estar aqui para explicar ao País, não a mim nem a V. Ex^a. Registro – quero crer que, se houve alguma outra inserção, passou-me despercebida, mas acredito que não – que a única presença em plenário de Senador do partido do Governo, do PT, é a do Senador que preside a sessão. Eu só gostaria de fazer apenas esse registro a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Peço a colaboração, pois estamos ultrapassando o tempo. Estão ocorrendo apartes não permitidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Sr. Presidente. Encerro por respeito à sua assiduidade, ao seu compromisso e à sua seriedade parlamentar, que todos nós estimamos.

Sr. Presidente, de fato o Governo desopila o seu fígado contra os velhinhos. Alguém que ultrapassou todos os obstáculos da

vida, conseguiu vencer o subdesenvolvimento, conseguiu vencer as condições de saúde pública deste País, que não são as ideais, e chega aos 90 anos imaginando, quem sabe, o que seria o outono da vida, de fato, o momento da homenagem, essas pessoas com muita amargura, Senador Antonio Carlos Magalhães, percebem que é o momento de mais dor, de mais sofrimento e é momento daquilo que não queremos para nenhum brasileiro, muito menos para quem está perto do centenário, aqueles que estão já sem força física para se defender; é o momento ainda de humilhação, num País que precisa aprender a respeitá-los, nem que este Congresso tenha que se mobilizar para ensinar o Governo insensível a respeitar quem merece respeito. E quem merece respeito não é o Governo insensível, quem merece respeito é quem chegou a 90 anos de idade depois de ter construído todos os passos civilizatórios, de que temos muito de que nos orgulhar neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

3-12-2003

**UMA TENTATIVA DO PSDB
EM FAVOR DOS
APOSENTADOS DE MAIS DE 75 ANOS**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a vida é carregada de inúmeros momentos de ironias.

Hoje, após uma proveitosa reunião de Líderes em torno da chamada PEC paralela e da votação em segundo turno da reforma da Previdência, avançou-se em algum ponto e empacou-se em outro tanto: as oposições cobrando que alguma mudança substancial se processasse no texto e o Governo alegando limites para não poder avançar mais. Entidades de servidores públicos que aguardavam o desfecho fora da reunião conversaram com o representante da Oposição, Senador José Agripino, e ficou colocada a exigência para que legitimássemos a tal PEC paralela, apuséssemos a nossa assinatura a ela, no sentido de que maiores de 75 anos ficassem isentos da contribuição de inativos.

Comecei a intuir o irônico da coisa porque quem daria a resposta sobre isso seria o Ministro Ricardo Berzoini. Fiquei pensando com os meus botões: simpatia com os idosos ele jamais demonstrou, não tem demonstrado muita, eu estava, portanto, sem esperança. Cheguei a pensar que era hora de o Presidente Lula resgatar em parte, ou tentar resgatar, o talvez irresgatável Ministro Berzoini. E o Presidente poderia dizer assim: “Olha, Berzoini, você vai autorizar isso, com algum prejuízo fiscal para os meus projetos, mas você faz um gesto na direção dos idosos”. Fiquei dividido entre a hipótese “a”, o Berzoini diria “não”, de maneira impávida, impávido colosso da insensibilidade contra os idosos, e a hipótese “b”, Berzoini diria “sim”, amenizaria a dura regra de cobrança

de inativos, numa jogada política, numa perspectiva tática. Visão estratégica não haveria; mas jogo tático, sim. Começaria um certo resgate do Ministro com relação a esse segmento.

A resposta demorou, fui para meu gabinete. Ligou-me depois o Senador José Agripino, que disse: "Arthur, a resposta foi não". Não tive – perdoem-me os idosos – como não rir. Alguém pode dizer: "rindo de quê?" Eu não estava rindo do Berzoini, muito menos dos idosos; eu não estava rindo de mim ou do José Agripino; eu estava rindo da situação, do irônico. A surpresa não houve; o Ministro Berzoini não abriu a sensibilidade do Governo, e o Governo não abriu a sensibilidade do Ministro Berzoini, para atender algo que teria impacto fiscal mínimo.

Consultei o Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, que me disse que, no Amazonas, o impacto seria mínimo, que não seria um grande impacto. Sequer esse impacto mínimo foi tolerado pelo Governo e sequer esse impacto mínimo foi tolerado pelo Ministro Ricardo Berzoini.

Quero consolar a minha querida Tia Lindalva Cruz, de 95 anos de idade, para que ela não pense que haveria preconceito do Ministro contra as pessoas da idade dela, de 90 anos para cima. Quero que a minha querida Tia Lindalva, que me deve estar ouvindo, saiba que ele também não simpatiza com as pessoas de 75 anos em diante. É um espectro maior; não é uma crueldade localizada, é uma crueldade mais generalizada. Vamos imaginar que não está sendo casuístico o Ministro; o Ministro não está sendo casuístico, ele está sendo generalista nesse episódio.

Sr. Presidente, outro assunto: licitação do MEC foi suspensa sob suspeita de direcionamento favorecendo uma empresa:

O juiz substituto da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Cloves Barbosa, concedeu liminar ontem à empresa Coman, de Brasília, que pediu a suspensão para a aquisição de um item do *kit* de uniformes escolares pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE.

A Coman questiona na Justiça as exigências técnicas para a confecção dos solados dos tênis constantes dos 500 mil *kits* que o Ministério da Educação distribuirá aos alunos do Ensino Fundamental da rede pública. A empresa argumenta, em sua ação, que tais exigências estariam "direcionando implicitamente o objeto para empresa específica".

Segundo o Ministério da Educação, a decisão provocou descontentamento entre os representantes das mais de 60 empresas participantes da concorrência. A maioria, de acordo com a assessoria do Ministério, mostrou-se inconformada com o suspensão de todo o pregão – o tênis é apenas um dos onze itens do *kit*-uniforme que será adquirido com recursos do FNDE.

Os representantes das indústrias de calçados ficaram especialmente indignados com a alegação da Coman. Segundo eles, todas as empresas concorrentes têm capacidade técnica para fabricar os tênis conforme as especificações técnicas do edital. O Ministério da Educação vai recorrer da decisão.

Devo dizer que tenho plena confiança na honradez do Ministro. Conheço o Ministro e o tenho como uma figura de seriedade pessoal. Não estou querendo saber quem é sério ou quem não é sério, nem estou dizendo que há falta de seriedade, nem estou afirmando que há seriedade. Estou apenas cumprindo o meu dever de Oposição. Meu dever de Oposição é não deixar passar absolutamente nada.

Se hoje os jornais divulgam que há dúvidas sobre determinada licitação no MEC, trago à análise do Senado e à análise da Nação a idéia de que é preciso averiguarmos a fundo todas as dúvidas. Que não paire dúvida sobre dúvida, para que o Governo possa dizer, ao fim do seu tempo, que agiu sempre com lisura, pela boa-fé, mas sabendo também que a Oposição o fez agir com lisura pela boa-fé e pela vigilância da Oposição.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Governo tem o dever de agir com licitude o tempo todo, e o meu dever, para usar uma linguagem bastante popular – ontem se homenageou o Dia Nacional do Samba –, é “pegar no pé” do Governo, literalmente.

Fui eleito para ser o Senador responsável pelo Estado do Amazonas, o meu candidato a Presidente da República não foi eleito. Esta mensagem é muito clara: o amazonense me diz “seja um bom Senador pelo Amazonas”, e o brasileiro me diz “seja um opositor vigilante a todo e qualquer ato de Governo”, porque democracia se faz assim. Não se faz com áulicos, reforçando a bajulação em torno do Presidente. A Oposição é fundamental para que a democracia se complete, a partir da vigilância.

Quanto ao aspecto pontual, alguém diz: “Puxa, que coisa mesquinha discutir solado de tênis!” Eu digo: mesquinho é se alguém estiver fazendo negociata com solado de tênis. Eu, não. Meu dever

é exigir que cada tostão do dinheiro público seja aplicado em favor do povo brasileiro. O dever do Governo é fazer isso, e o meu dever é fazer com que o Governo faça isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

7-11-2003

OS ZIGUEZAGUES DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil presenciou ontem a um expurgo em estilo stalinista: intelectuais abandonam o Partido dos Trabalhadores. Pelo que se sente, a crise nesse Partido vai além dos quatro dissidentes oficialmente assim apontados. Existe outro *front* de dificuldades para o Governo, que é o *front* econômico, porque o Governo errou o *timing*, demorando a começar a rebaixar juros, e, porque baixou menos do que podia. Entre outros pontos negativos, houve queda na renda das famílias.

E o fato de a renda ter caído, no ponto drástico em que o fez, significa que, talvez, 2005 e 2006 sejam anos de retração econômica, contrastando com 2004, que necessariamente será de crescimento, até porque a base de comparação é pífia, é absolutamente grotesca, é mínima

Vejo ainda os ziguezagues de política externa como impeditivos de atração de investimentos para o Brasil. Os países visitados pelo Presidente, com exceção da Síria, representam 0,3% das exportações brasileiras. Todos juntos, os países visitados em nove dias de vilegiatura, representam apenas menos de 3% das exportações. O Brasil está em marcha batida para uma colisão político-ideológica com os Estados Unidos.

Alguém me pergunta: "Arthur, se você fosse americano, votaria no Presidente Bush?". Eu disse, de sopetão, que não votaria, mas, se eu fosse Presidente da República, trataria com muito cuidado, com muita sofisticação a relação com esse País tão importante para o equilíbrio da economia brasileira, conforme os tempos recentes têm mostrado. Contudo, não vejo cautela por parte do Presidente Lula.

Há outro dado que complica a economia brasileira. Refiro-me, a médio prazo, ao ano 2005, e, a longo prazo, 2006. Esse é o horizonte do Governo Lula. Pois bem, outro dado significativo é a indefinição quanto ao marco regulatório em muitos setores da economia brasileira. A medida provisória da eletricidade saiu, mas está despertando inquietações, mostrando uma preocupação reestatizante e não está sendo aprovada por quem poderia e poderá investir no Brasil no setor de infra-estrutura.

Portanto, há o *front* político e o econômico. Além desses, há também o *front* ético. Tenho falado aqui do caso de Roraima. Cada dia mais, fecha-se o cerco. Cada dias mais, fica evidente que houve precipitação por parte da direção do Partido dos Trabalhadores, tentando passar a mão pela cabeça do Governador Portela*. E há o caso insepulto, conhecido como o caso de Santo André, que tem provocado desgastes e tem corroído a credibilidade do Governo.

Nesse fim de ano, quando começamos a desejar a todos que 2004 seja um ano de muitas vitórias, temo que o Governo esteja plantando a derrota da sua própria perspectiva de êxito. O Governo pode estar complicando o crescimento da economia, e pode estar começando, ele próprio, a deixar deteriorar as bases da governabilidade futura, porque, se esse Governo não der explicações muito claras, por exemplo, na questão ética, vai-se deixar ferir em um dos pontos mais fortes do Partido dos Trabalhadores na época em que era oposição: o da vigilância implacável nesse campo.

O Presidente Lula diz: "Os Ministros que não foram lá votar a expulsão da Senadora Heloísa Helena e dos demais Deputados passaram, segundo os jornais noticiam, a fazer parte de um índice." Ou seja, os Ministros não seriam mais avaliados pela competência ou pela incompetência, mas pela falta de compaixão ou por terem alguma compaixão. Os Ministros passariam a fazer parte de certa lista negra, não por terem cumprido ou não com seus deveres para com a população brasileira, para com os contribuintes brasileiros, mas, sim, de acordo com o gesto de mera definição partidária.

O Ministro Waldir Pires, do "Ministério da Honestidade", está viajando. O Ministro Não Sei Quem está viajando. E não estão fazendo parte do índice. Ou seja, quem viaja, quem se omite, encontrando uma boa desculpa, pode deixar de fazer parte do índice do Governo. Quem, por outro lado, opta por dizer que não consegue

deixar de prezar companheiros que ajudaram a construir o Partido, esse passa a fazer parte do índice. Ou seja, estou assustado com os rumos que vai tomando o Governo. E digo ao Presidente Lula que a lua-de-mel dele realmente acabou.

Não dá para sustentar um Governo à base da virtualidade. Não dá para sustentar um Governo inexistente à base da propaganda. E, apesar do esforço da equipe econômica, que errou no *timing* e é culpada pelo baixo crescimento econômico deste ano – que poderia ter sido positivo em 2% , não dá para deixar tudo nas costas da equipe econômica, porque é preciso que o Governo comece a governar.

Encerro, Sr. Presidente, repetindo que vejo problemas no *front* ético. É preciso explicar Roraima, é preciso, de uma vez por todas, aclarar Santo André. Eu vejo, no *front* econômico, problemas. O Brasil fez a renda das famílias cair a ponto de 2005 se complicar, após a ilusão de 2004! Vejo a política externa como complicadora dos investimentos para o futuro! E vejo a falta de marco regulatório claro também como outra complicação. E, no *front* político, o Partido emagrece na medida em que perde alguns Deputados e uma Senadora, quem sabe mais Deputados e mais Senadores amanhã, mas, com certeza, porque perde Leandro Konder, porque perde Carlos Nelson Coutinho, porque perde Milton Temer, porque perde, enfim, todos os que, durante todo o tempo, foram responsáveis pela feitura de seus papéis, pela formação de seu pensamento, pela constituição de sua ideologia. É uma hora de crise. Espero que o Presidente Lula saiba resolvê-la dentro de seu Governo, e o PT saiba resolvê-la dentro do partido, sem PT e Governo transferirem para o povo brasileiro as agruras de pagarem o preço por equívocos que saltam aos olhos de todos aqueles que não são áulicos, que olham o processo com clareza e com independência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

15-11-2003

A DIPLOMACIA DA RAPADURA NA VISÃO DE DIOGO MAINARDI

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a continuar nesse rojão, a impressão que o Governo Lula passa é que o País em breve será uma grande sociedade anônima nas mãos de petistas, o *Brasil PT S.A.* Pelo menos é o que se deduz das denúncias que se vão acumulando contra atos praticados pelo Planalto.

Esta semana, na revista *Veja*, mais uma dessas denúncias.

Este Governo que aí está nada faz para cumprir o que prometeu com grande alarde. Nada faz para implantar sua promessa de atendimento social. Nada faz para criar os decantados 10 milhões de empregos.

Mas viaja p'rá burro e vai jogando o futuro do Brasil para o caminho com que ninguém sonha, aquele do velho refrão que qualifica as coisas erradas como sinal que pode nos levar a *dar com os burros n'água*.

Como diz o jornalista Diogo Mainardi, da revista *VEJA*, que esta semana (edição de 17 de dezembro de 2003) faz séria denúncia de favorecimento público, com dinheiro do BNDES, para que grupos de empresários petistas venham a construir uma usina de açúcar na Síria. "Para vender rapadura aos árabes", salienta o jornalista.

Estou requerendo ao Ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior informações a respeito da denúncia. Enfatizei aqui, na sexta-feira passada, que a oposição, cumprindo seu dever, será implacável na fiscalização dos atos do Governo.

As explicações requeridas baseiam-se em fato concreto, que é a denúncia de uma das mais importantes revistas brasileiras.

Além disso, leio a matéria de Diogo Mainardi, para que, integrando este pronunciamento, passe a constar dos *Anais* do Senado da República.

Ainda a propósito, requeiro que conste dos *Anais* do Senado também o ensaio do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, igualmente da revista *VEJA*, publicado na edição de 17 de dezembro de 2003.

Diogo Mainardi

Diplomacia da rapadura

O Brasil não precisa de política externa, precisa só de preços baixos. Deveríamos transformar nossas embaixadas em frigoríficos para frango congelado e suco de laranja.

Vamos vender rapadura aos árabes. Foi o saldo da viagem de Lula ao Oriente Médio. O contrato para o fornecimento de rapadura depende da construção de uma refinaria de açúcar na Síria, por parte de usineiros de Ribeirão Preto. Não entendi se o empreendimento irá contar com dinheiro do BNDES. Entendi apenas que o Brasil não receberá investimentos dos árabes, serão os árabes a receber investimentos dos brasileiros. Para um mascate internacional, como Lula definiu a si mesmo, o resultado não é muito animador: 150 milhões de dólares aplicados num país que está na bica de sofrer um boicote econômico.

Os usineiros de Ribeirão Preto que irão construir a refinaria na Síria são antigos aliados do PT. Eles financiaram as campanhas eleitorais de Antonio Palocci. O prefeito petista de Piracicaba, José Machado, também foi financiado por usineiros da região. José Machado era sócio do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel numa empresa de consultoria que intermediava licitações em prefeituras do PT. Outros sócios da empresa eram Miriam Belchior, atual secretária de Lula, e Sérgio Gomes, suspeito de ser o mandante do assassinato de Celso Daniel. Luiz Gu-shiken também tinha uma empresa de consultoria, contratada pelo PT para traçar o projeto da reforma da Previdência. Quando virou ministro, Gushiken tratou de nomear os diretores dos fundos de pensão das estatais. O setor, um dos mais ricos da economia, está inteiramente nas mãos dele. Os petistas podem não saber cuidar dos interesses da nação, mas sem dúvida sabem cuidar de seus próprios interesses.

Tudo indica que Lula pretende inserir o Brasil no falido movimento dos países não-alinhados. Ele repete sem parar os bordões do movimento sobre o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul. Os cinco países árabes que ele visitou são não-alinhados, assim como Bolívia, Peru e Venezuela, que receberam dinheiro público brasileiro ao longo do ano. O maior engano do PT é acreditar que mais peso político significa mais poder de barganha no comércio internacional. O Brasil não precisa de política externa, precisa só de preços baixos. Deveríamos transformar nossas embaixadas em frigoríficos para frango congelado e suco de laranja. Deveríamos também abrir mão da cadeira no Conselho de Segurança na ONU, e ficar em silêncio por algum tempo. Iraque? Israel? Palestina? Cuba? Colômbia? Problema deles. Não temos nada a ver com isso. Os brasileiros, sempre que deparam com um mendigo, viram a cara e fingem que não estão vendo. É o jeito certo de agir diante dos grandes conflitos mundiais.

Na semana passada falei sobre a dificuldade de encontrar escola para meu filho deficiente. Recebi montes de cartas. Fui parado na rua. Me telefonaram. Muitos pais sofreram a mesma discriminação. O Brasil está cheio de gente boçal. Mas também está cheio de gente dedicada e corajosa, que se mexe, que protesta, que acolhe. Relataram-me uma infinidade de experiências bem-sucedidas em escolas espalhadas pelo País, de Maringá a Maceió. Foi bom saber. Não somos um caso perdido.

Ensaio: Roberto Pompeu de Toledo

MEMORÁVEIS AVENTURAS NAS ARÁBIAS

Que é mais colonizado: não fazer uma viagem de medo dos EUA ou fazê-la só para mostrar não ter medo deles?

Se havia algo capaz de excitar o Imperador Dom Pedro II eram pirâmides, múmias e hieróglifos. Imagine-se então o entusiasmo com que encetou suas duas viagens ao Egito, em 1871 e 1876. A primeira durou mais de quinze dias e, segundo o biógrafo Heitor Lyra, foi "uma correria desenfreada por desertos e por cidades, por vales e por montes, o Imperador à frente, arrastando atrás de si uma comitiva que protestava impaciente e já quase esgotada de cansaço". O Imperador estava no céu. Para os acompanhantes, porém, era o

inferno. Seu camerista, Nogueira da Gama, escreveu: "Percorremos todo o Egito, desde Alexandria até o Cairo, novo e velho, a Arábia, Mênfis, suas pirâmides e antiqüíssimas sepulturas, atolados até os joelhos em montes de areia movediça e abrasadora, sob aquele clima africano, e imagine-se o que sofremos".

Mais de um século depois, eis outro governante brasileiro enfeitado por uma pirâmide. "Não podemos entrar naquele buraco?", perguntou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao divisar uma abertura no pé da pirâmide de Quéops, nas proximidades do Cairo, na última segunda-feira. Os assessores preocuparam-se, mas ele foi em frente. Enfiou-se por um túnel estreito, ao qual se seguia uma rampa, e lá foi, seguido da numerosa corte de ministros, governadores, deputados e senadores. Os mais prudentes apelavam para que voltasse, mas ele ia em frente, intemorato como o Imperador, e com igual tendência a arrastar os acompanhantes em aventuras desgastantes. E foi, e foi – até se dar conta de que não dava mais e iniciar uma complicada retirada. O caminho era tão estreito que a volta tinha de ser feita de costas. A custo, o Presidente conseguiu caminhar de lado. "Marisa, cuidado com a cabeça", avisava à mulher. "Se eu cair, derrubo todo mundo", alarmava-se a primeira-dama. Foi meio assustador. Ao ver-se de novo a céu aberto, o Presidente suava dentro do terno e da gravata, o mais inconveniente dos trajés para semelhantes sortidas.

Essa foi a face, digamos, de "esporte radical" da visita presidencial a cinco países árabes, mas houve de tudo. Deseja-se uma face carnavalesca? Eis o Senador Ney Suassuna vestido de árabe, posando para os fotógrafos em frente ao hotel em Abu Dabi, alegre e à vontade como numa terça-feira gorda no Clube Monte Líbano. Mais Carnaval? Eis a escola de samba Gaviões da Fiel evoluindo no salão onde os brasileiros ofereciam jantar para 650 pessoas em Dubai. Um toque de mil e uma noites? Eis-nos na recepção que a rainha Fátima, dos Emirados Árabes Unidos, ofereceu a sete mulheres da comitiva, capitaneadas pela primeira-dama Marisa. Elas foram homenageadas com aromatizantes distribuídos pelos corpos e um banquete de arromba. De quebra, ganharam, cada uma, um conjunto de colar, brincos e pulseira de ouro. Uma pitada de bom humor do Presidente? Ei-lo encerrando, no Líbano, discurso de exaltação da amizade entre os dois povos com a frase: "Samos tudo brimo". O português errado, com "brimo" por "primo", passava por

uma imitação dos imigrantes árabes no Brasil. Fica-se a imaginar o apuro do tradutor para transmitir a idéia, se é que ele próprio entendeu algo.

A viagem de Lula entrará nos *Anais* como uma memorável extravagância diplomática. Às vezes lembrou os bandos de brasileiros que no exterior visitam os museus fazendo piada com os objetos expostos e entre um passeio e outro se entregam à batucada. Considerando os políticos, assessores, Gaviões da Fiel, o médico do Presidente e até uma pessoa incluída na qualidade de "amigo" (Mohamed Ali Laila, de São Bernardo), quase todos acompanhados das mulheres, difícil chegar ao número exato de membros da comitiva – mas era grande, daquelas que só países do Terceiro Mundo costumam produzir. Dada a manifesta intenção do Itamaraty de estreitar relações com tais países, nada mais adequado. A delegação, no tamanho como nas peripécias em que se envolveu, era animada por um inconfundível espírito terceiro-mundista.

Quanto à parte menos festiva, a caravana notabilizou-se por atravessar mais do que um deserto onde o sol estava quente e queimava a nossa cara, como diz a marchinha. Afundou-se numa das áreas de mais densa presença de censura, presos políticos e proscições em geral da face da Terra, se não for a mais. "A viagem é de negócios", insistiam o chanceler Celso Amorim e outros membros da delegação. Era uma defesa. Procurava-se com isso tirar uma conotação política, que implicasse apoio a ditaduras. Mas a argumentação traía uma falácia. Presidentes não fazem viagens de negócio. Ficaria até feio se fizessem. A presença de um presidente é sempre política. Em outra linha de defesa, Amorim atribuía a "mentalidades colonizadas" as críticas à viagem. Os colonizados em questão temeriam desagradar aos Estados Unidos, com demonstrações de amizade para com inimigos dos americanos, como a Síria e a Líbia. Difícil é escolher entre o que é mais colonizado. Se deixar de fazer uma viagem de medo dos Estados Unidos ou se fazê-la só para mostrar que não se tem medo deles.

15-12-2003

A TURNÊ DE LULA PELAS DITADURAS MUNDO AFORA

No futuro, quando o historiador se dispuser a analisar em profundidade o Governo petista do Presidente Lula, muita coisa poderá sem dúvida ser encontrada nos *Anais* do Senado da República.

É com esse objetivo, que hoje leio para que conste dos nossos *Anais* a excelente reportagem publicada pela revista *Veja*, edição de 17 de dezembro de 2003. É uma boa análise da viagem de Lula ao Oriente, com este título: *A turnê de Lula pelas ditaduras*.

Segundo a revista, "Duas coisas o Governo Lula tem de ruim. A primeira é sua política social, que até hoje não se viu no que consiste. A outra é a diplomacia: "a ação política de Lula no campo externo é apenas insignificante, quando não grotesca."

É o seguinte o texto da reportagem de *Veja*:

Presidência. A turnê de Lula pelas ditaduras.

A viagem do Presidente não traz ganho comercial e o prejuízo político só não é maior pela irrelevância do Brasil nas questões que realmente importam no mundo árabe.

.....

Eurípedes Alcântara

Dida Sampaio/AE

Duas coisas o Governo Lula tem de ruim. A primeira é sua política social, que até hoje não se viu em que consiste. A outra é

a diplomacia, que já deu perfeitamente para ver do que é feita. No campo da política externa, o Governo brasileiro tem a pretensão grandiloqüente de alterar a "geografia" do poder e do comércio internacional. Na vida real, a ação política de Brasília no setor externo é apenas insignificante, quando não grotesca. A turnê do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos países árabes na semana passada teve ambas as características. Lula foi às Arábias tentar obter a simpatia dos turbantes para a formação de um clube de países do Terceiro Mundo que possa pressionar as nações ricas nas disputas pelo comércio e pelo poder no mundo. No círculo dos países poderosos, que os assessores diplomáticos de Lula querem enfrentar com seu bloco terceiro-mundista, a repercussão da viagem dos brasileiros foi nula. Nos países árabes, a visita criou oportunidades das mil e uma noites para festas de arromba, com danças ritualísticas, aspergimento de essências aromáticas e até uma conferência realizada dentro de uma tenda beduína. Mas nada disso teve reflexo positivo algum para a economia ou para a imagem brasileira no exterior.

Ao contrário, fica-se sem entender por que razão os sábios da diplomacia brasileira arrastaram o Presidente da República a uma excursão exótica por países governados por ditadores. Um deles é o espalhafatoso coronel Muamar Kadafi, ditador perpétuo da Líbia, que durante trinta anos financiou o terrorismo internacional. Num palco que reunia representantes das nações da região, a Liga dos Países Árabes, Lula pareceu esquecer-se de onde estava e falou em democracia, sob o pretexto de criticar os países ricos que seriam, em sua análise, antidemocráticos na distribuição de poder dentro do Conselho de Segurança da ONU. Democracia é um conceito que engatinha nas partes mais arejadas do mundo árabe. Na Líbia e na Síria, democracia é uma reivindicação que dá cadeia. Entre os países visitados por Lula e comitiva, só o Líbano vive sob um regime que pode ser considerado representativo, mesmo que vigiado por tropas sírias atentas em garantir que a democracia não atrapalhe os interesses de Damasco no país.

Os caminhos atuais da diplomacia brasileira são definidos por um grupo que, no passado, foi batizado de "turma dos barbudinhos". A definição foi obra do embaixador dos Estados Unidos no Brasil Anthony Motley, que serviu em Brasília entre 1981 e 1983. A "turma dos barbudinhos" era composta de diplomatas nacionalistas. A intenção de Motley era pejorativa. O economista Roberto Campos,

morto há dois anos, grande adversário dos "barbudinhos", tinha intenção mais aguda ainda ao dizer que eles formavam um grupo de burocratas sem senso crítico, "um caso perdido de incompetência treinada". O grupo teve grande projeção durante o regime militar, particularmente no Governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Está novamente em ascensão na diplomacia brasileira com o apoio do assessor de política externa de Lula, Marco Aurélio Garcia. Seus integrantes não são petistas nem esquerdistas de origem. "Eles são competentes, mas soam um tanto infantis no discurso antiamericano, pois sabem que na prática nada podem fazer", diz Paulo Tarso Flecha de Lima, que foi chanceler e embaixador do Brasil em Londres e Washington. Hoje, os representantes do grupo nacionalista ocupam postos-chave no Itamaraty, a começar pelo próprio chanceler Celso Amorim, cuja carreira diplomática tem quase quatro décadas. No Governo do General João Figueiredo, Amorim foi diretor-geral da Embrafilme, uma estatal cujo objetivo era obrigar por lei os brasileiros a pagar a produção de filmes nacionais e, depois, obrigá-los também por lei a assistir a eles. O grupo se define como defensor da PEI – política externa independente. Independente, é claro, dos Estados Unidos – mesmo que, no intervalo, se possam perfeitamente fazer declarações deslumbradas em benefício de ditadores como Kadafi e o sírio Bashar Assad. O último do grupo a ascender na carreira foi o Embaixador Roberto Abdenur, escalado para assumir o posto de Embaixador do Brasil em Washington no ano que vem. Amigo do Chanceler Amorim, Abdenur, além da barba, tem outras afinidades com o chefe. No Governo de Itamar Franco (1992-1994), Roberto Abdenur foi secretário-geral de Celso Amorim, que ocupou o posto de chanceler. Quando dava as cartas na política externa no período militar, esse grupo tentou aproximar o Brasil da África e aderiu ao bloco dos países "não-alinhados", cuja ação era sempre muito alinhada quando se tratava de condenar os Estados Unidos e fazer vista grossa aos desmandos da extinta União Soviética.

Milton Michida/AE

Na semana passada, o Brasil sediou um encontro de dois dias com peso diplomático específico muito maior do que a alegre excursão de Lula pelas Arábias. Representantes de dezoito países, que integram o GX, desembarcaram em Brasília para participar de

seis reuniões de trabalho e se encontraram com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Supachai Panitchpakdi, e com o comissário de Comércio da União Européia, Pascal Lamy. Formado por países em desenvolvimento, o grupo foi criado nas vésperas da última reunião da OMC no balneário mexicano de Cancún, há três meses, tendo, na época, dezesseis integrantes. Chegou a ter 22 membros ainda durante o encontro no México e, na semana passada, contava com dezenove países – daí o apelido, GX, que se deve à permanente dança dos números. Seu principal objetivo é arrancar dos Estados Unidos e da União Européia um acordo global de comércio que leve em conta os interesses dos países em desenvolvimento. Como as nações ricas fizeram ouvidos de mercador, a reunião de Cancún redundou num fracasso estrondoso. O encontro em Brasília tentou achar uma solução para o impasse. Sua simples realização atesta que aos países ricos também não interessa um impasse nas discussões sobre o livre-comércio.

Nas últimas três décadas, o mundo mudou substancialmente. No plano econômico, acelerou-se o processo de globalização. No plano político, acabaram-se a Guerra Fria, o Muro de Berlim e a bipolaridade ideológica, que repartia os países entre pró-americanos e pró-soviéticos. Tudo mudou, mas a política externa brasileira continua refletindo o passado. Lula foi a Cuba, à África e agora excursionou pelo paraíso das ditaduras árabes. Os resultados econômicos dessas viagens são diminutos. O prejuízo político só não é maior pela irrelevância das posições brasileiras a respeito do andamento das questões significativas para o mundo naquela região – o combate ao terrorismo e a modernização institucional. Em Genebra, onde estava na semana passada a serviço da ONU, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso disse simplesmente que a viagem de Lula era “muito mais uma questão de barulho do que de política externa. Celso Lafer, que foi chanceler de FHC, estendeu-se mais sobre o significado da excursão às Arábias. “Se o Governo Lula transpuser para a política externa sua visão sindicalista de operário *versus* patrão, acho que há o risco de complicar a vida”, disse. “O cenário internacional é um pouco mais complexo, mais diversificado e mais pluralista que isso.” Lafer criticou o excesso de peso internacional que a diplomacia brasileira vem se atribuindo. Conclui: “Em política externa não podemos subestimar, mas também não podemos superestimar o que você significa para os outros países.

COISAS SÉRIAS VIRAM PIQUE-ESCONDE NO GOVERNO PETISTA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, esta é a mais nova do Governo petista: brincar de *pique-esconde* com coisa séria, como se supõe ser o acordo fechado pelo Brasil com o FMI, para mais uma linha de crédito, de US\$6,6 bilhões.

Essa brincadeira deixa muito mal o Governo e o País. Tudo em nome da conveniência petista, que tinha marcado para o fim de semana a reunião do seu tribunal de inquisição, que acabou punindo parlamentares do partido.

A conversa com o FMI deve ter transcorrido na base do *segura as pontas*.

- "Olha aqui, FMI, tem uns companheiros por aí que vivem azucrinando nossa política econômica. E podem atrapalhar nossos planos."

O PT ficou amedrontado. Com medo de que os seus "*infiéis*" ficassem sabendo do novo acordo, a reunião no Blue Tree-Enberg, que é o tribunalzinho tipo *Nürenberg do cerrado*. Só que chique à beça!

Não me passa pela cabeça que possa persistir esse estranho comportamento do Governo Lula. Além de não governar, prefere agora atuar às escondidas. Se ao menos os petistas não usassem o nome do Brasil, vá lá. Mas pensar que ainda vivemos no tempo do ocultismo, em nome da República Federativa do Brasil, parece um propósito demasiado para todos nós, brasileiros.

Ainda ontem, neste Plenário, adiantei que à oposição, como a qualquer cidadão, cabe fiscalizar tudo que é público. Inclusive o PT quando pretende administrar o País.

Nessa conduta, o Governo petista supôs que, mais tarde, o Itamaraty poderia ser colocado na posição de ter que mentir. O Itamaraty, como relata o jornal *O Estado de S. Paulo*, optou por evasivas e por recusas em responder às indagações da imprensa. E mais tarde saiu-se com aquela outra história de que "tudo não passou de um mal-entendido, provocado por um problema de agenda."

Pode ser que seja a agenda petista. A nossa, a do Brasil, é outra, a da verdade e da seriedade.

Era o que tinha a dizer.

16-12-2003

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 08882/2004

